



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 123

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

Emenda oferecida AO PROJETO DE LEI nº 12, de 1984-CN, que "Dispõe sobre a criação de cargos no quadro permanente das secretarias das seções Judiciárias da Justiça Federal de 1ª Instância, e dá outras providências". (Apresentada perante a Comissão Mista incumbida de examinar a matéria.)

Parlamentar	Emenda Número
Deputado LÉO SIMÕES	
Senador NELSON CARNEIRO	01.

EMENDA Nº 1

Inclua-se onde convier:

Art. — Os Oficiais de Justiça optantes pela Justiça Federal, na forma do preceituado no artigo 6º da Lei nº

7.178, de 19 de dezembro de 1983 serão incluídos em Quadro Suplementar e classificados na conformidade do tempo de serviço no cargo, assegurando-se-lhes o direito de preferência no preenchimento das vagas, na categoria funcional de Oficial de Justiça Avaliador da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, se comprovado o domicílio ininterrupto, nessa unidade federativa, no último decênio.

Justificação

A presente emenda tem por escopo, em consonância com os fundamentos básicos ensejadores do Projeto de Lei em questão, complementar, no que lhe concerne, a eficácia jurídica emergente das disposições contidas no

artigo 6º da Lei nº 7.178/83, de modo a assegurar aos Oficiais de Justiça amparados pelo referenciado preceito legal, considerados os aspectos peculiares do caso, o direito, no plano da Justiça Federal, a um enquadramento classificatório que efetivamente se compatibilize com o tempo de exercício desses servidores, no referido cargo, resguardando-se-lhes, por igual, a preferência no preenchimento das vagas, na categoria funcional de Oficial de Justiça Avaliador da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, desde que devidamente comprovado o domicílio ininterrupto dos mesmos, no sobre-dito Estado, nos últimos 10 (dez) anos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 1984. Deputado Léo Simões, Senador Nelson Carneiro.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 306ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE OUTUBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO GUSTAVO DE FARIA — Defesa da aprovação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 10/84-CN, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO SALLES LEITE — Artigos de autoria de S. Exª intitulados, "Urgência Urgentíssima" e **Big Brother** enfocando o problema da informática no País.

DEPUTADO DARCY PASSOS e ALBERTO GOLDMAN — Considerações sobre a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Protesto contra a atuação do Padre da cidade de São Felipe-BA, em episódio ocorrido naquela localidade, que culminou com a agressão de grupo de pessoas que executavam trabalho sobre evangelização naquela comunidade.

DEPUTADO JOSÉ EUDES — Matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Emendas apresentadas por S. Exª à Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 49/84, que altera, suprime e acrescenta dispositivos da Constituição.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Considerações sobre o Projeto de Lei nº 10/84-CN, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Aniversário da cidade de Carmo do Paranaíba-MG.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** em virtude do término do tempo regimental de duração da sessão, após usarem da palavra os Srs. Congressistas José Mendonça de Moraes, Roberto Campos, Fábio Lucena, Sales Leite, João Gilberto, Luiz Fayet, Odilon Salmoria, Cristina Tavares, José Frejat, Álvaro Valle e Darcy Passos.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 14 horas e 30 minutos, destinada à continuação da discussão do Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 307ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE OUTUBRO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI — Necessidade da criação e execução de planos desenvolvimentistas na Amazônia, observadas as peculiaridades da região.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Aplausos às realizações administrativas do Prefeito Robson Marinho, de São José dos Campos, SP.

DEPUTADO ALDO PINTO — Movimento reivindicatório de agricultores gaúchos, objetivando melhor tratamento do Governo à agricultura.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Considerações sobre o comportamento de integrantes do PDT, face a denúncia de uso indevido de dinheiro do partido. Protestos de S. Ex^a contra a colocação de seu nome em painel na Cinelândia-RJ, como faltoso à votação do veto presidencial ao projeto que determina o pagamento de royalties aos Estados e Municípios produtores de petróleo na plataforma marítima. Reparo a notícias dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, referentes às manifestações hostis feitas ao Sr. Paulo Maluf, em Aracaju-SE.

DEPUTADO ALDO PINTO — Solicitando à Presidência a retirada de expressões contidas no discurso do orador que o precedeu na tribuna, por considerá-las desrespeitosas.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Esforço que vem sendo feito para recuperação das comunidades de Belterra e de Fordlândia, no Estado do Pará.

DEPUTADO CLEMIR RAMOS — Participação do Comandante Bayardo Arce, na reunião do Bureau da Internacional Socialista, que se realiza no Rio de Janeiro, relatando o processo político nicaraguense.

DEPUTADO LUIZ SEFAIR — Sucessão presidencial.

DEPUTADO DJALMA FALCÃO — Solidarizando-se com a OAB pelo não comparecimento à solenidade de despedida do Ministro Alfredo Buzaid do Supremo Tribunal Federal.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Reunião de produtores rurais gaúchos, realizada no estádio "Beira-Rio", reivindicando alteração na política agrícola.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Voto em separado, de S. Ex^a, proferido na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara, por ocasião da apreciação do parecer sobre projeto que regulamenta o Colégio Eleitoral.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA — Momento político nacional.

DEPUTADO DJALMA BOM, como Líder do PT — Considerações sobre o Projeto de Lei nº 10/84-CN, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA, como Líder do PMDB — Manifestação reivindicatória de produtores rurais gaúchos, denominada "Grito do Campo", realizada ontem em Porto Alegre.

DEPUTADO JORGE LEITE — Comentários sobre a matéria da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA — XIX Festa da Primavera, promovida pela Juventude Batista do Estado do Rio de Janeiro, realizada no dia 29 de setembro último.

DEPUTADO DARCILIO AYRES — Problema do Município de São João de Meriti-RJ, face o afastamento por ordem judicial do Chefe do Executivo local.

2.2.2 — Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nºs. 73 a 76, de 1984, que modificam dispositivos da Constituição.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Anexação das propostas anteriormente lidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1984, por versarem matéria análoga.

2.2.4 — Discursos do Expediente (Continuação)

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Decisão do Supremo Tribunal Federal em não acolher denúncia formulada contra S. Ex^a pela Procuradoria Geral da República.

SENADOR FÁBIO LUCENA e DEPUTADO ALDO PINTO — Homenagem ao líder uruguaio General Liber Seregni, em visita ao Congresso Nacional.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada em virtude do término do tempo regimental de duração da sessão, após usarem da palavra os Srs. Congressistas Irma Passoni, Alberto Goldman, Oswaldo Lima Filho, Santinho Furtado, Bonifácio de Andrada, Jorge Leite, Bocayúva Cunha, Ibsen Pinheiro e Fernando Santana.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 45 minutos, destinada à votação do Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 308ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE OUTUBRO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADA IRMA PASSONI — Tratamento dado às greves nas Universidades Estaduais de Londrina e Maringá e na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, pelo Governo do Sr. José Richa-PR.

DEPUTADO SEBASTIÃO NERY — Contestando insinuações veiculadas na Imprensa oficial do Estado do Rio de Janeiro a respeito da posição de Deputados na questão dos royalties de petróleo.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS — Considerações sobre o projeto constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Impopularidade do candidato presidencial do PDS.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Considerações sobre a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Lançamento da linha 85 da Mercedes-Benz.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Manifestações havidas em Aracaju quando da visita do candidato presidencial do PDS àquela capital.

DEPUTADO BOCA YUVA CUNHA — Reparos ao discurso do Sr. Sebastião Nery, proferido na presente sessão.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de re-

forma salarial. Apelo em prol da rejeição do veto presidencial apostado ao projeto dos **royalties** de petróleo.

3.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 10/84-CN, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências. **Aprovado** o Substitutivo da Comissão Mista e as Emendas nºs. 253 e 254, após usarem da palavra os Srs. Virgílio Távora, José Eudes, Severo Gomes, Humberto Lucena, Freitas Nobre, Bocayuva Cunha, Mendes Botelho e Nelson Marchezan. À sanção.

3.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 25 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.5 — ENCERRAMENTO

4 — ATA DA 309ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE OUTUBRO DE 1984

4.1 — ABERTURA

4.2 — EXPEDIENTE

4.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADOS ÁLVARO VALLE, WILMAR PALIS, BOCA YUVA CUNHA, ADEMIR ANDRADE, CUNHA BUENO, SENADORES NELSON CARNEIRO e ROBERTO SATURNINO — Matéria constante da Ordem do Dia.

4.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 62/83 (nº 149/75, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

4.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

4.5 — ENCERRAMENTO

5 — ATA DA 310ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE OUTUBRO DE 1984

5.1 — ABERTURA

5.1.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

5.1.2 — Questão de Ordem

Levantada pelo Sr. Bonifácio de Andrada e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

5.2 — ENCERRAMENTO

Ata da 306ª Sessão Conjunta, em 3 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osval-

do Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João

Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana

— PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Juilio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castenjon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; João Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 162 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gustavo de Faria.

O SR. GUSTAVO DE FARIA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Congresso Nacional tem hoje um dever patriótico e intransferível a cumprir. Seja de que maneira for, é preciso impedir a aprovação por decurso de prazo, do projeto da lei de informática.

Podem-se apontar falhas no trabalho do relator da matéria, Senador Virgílio Távora. Mas deve-se lembrar que o Congresso não dispôs do tempo que seria necessário ao exame detalhado de tão controvertido assunto. Mesmo assim, não há dúvida de que o substitutivo representa um extraordinário avanço em relação à proposta original do executivo, redigida de forma ditatorial, inaceitável.

Quando foi apresentado ao Congresso, neste confuso momento político em que todas as atenções se voltam para a sucessão presidencial, o projeto da Secretaria Especial de Informática foi tido como uma iniciativa de caráter nacionalista, que visava a proteger a indústria nacional.

Absorvidos pela disputa sucessória, foram poucos os Parlamentares que leram com atenção o projeto. Como o texto previa reserva de mercado à indústria brasileira, quase todos os Congressistas passaram a defender a aprovação do projeto original.

Até então, ninguém percebera a existência de vários dispositivos, redigidos de forma extremamente hábil, que colocavam sob o jugo do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional toda a Sociedade Civil Brasileira.

Nessa ocasião, subi a esta tribuna para denunciar a trama maquiavélica, que se armara para manter a Nação subjugada. A sede de poder era tamanha que em dois artigos ficava o Secretário-Geral do Conselho de Segurança autorizado a desempenhar as atribuições que bem entendesse. Essa disposição não existe em nenhum país democrático. Ninguém pode deter poderes ilimitados, autoregulamentáveis através de simples portarias internas: nem a Presidência da República, nem o Congresso Nacional; nem o Poder Judiciário, nem as Forças Armadas; nem, muito menos, o Conselho de Segurança Nacional. Isso não é democracia.

Quando pronunciei esse discurso, recebi duras críticas de vários companheiros desta Casa. Chegaram a dizer que era extranhável que, de repente, eu passasse a entender de informática ...

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realmente não sou especialista em informática, mas posso garantir que, no Congresso inteiro, não há um só Parlamentar que se possa dizer profundo conhecedor de informática.

Por formação jurídica e social, sou capaz de reconhecer, à distância o que é democracia e como a lei pode ser usada para eternizar ditaduras. Por isso, subi a esta tribuna e fiz aquele pronunciamento denunciando o caráter tão abrangente daquele projeto, que tantos Parlamentares defendem com veemência impressionante.

Enfrentei problemas e incompreensões, mas alcancei meu objetivo. Os Congressistas, enfim, perceberam as reais intenções do projeto da SEI, e formou-se um consenso sobre a absoluta necessidade de extirpar todo o caráter ditatorial do texto.

Agora, precisamos estar atentos para evitar que o projeto original acabe sendo aprovado na íntegra, por decurso de prazo.

O Secretário Especial de Informática, Coronel Edison Dytz, e o Ministro Danilo Venturini advertiram, na Comissão Mista, que o Governo não aceita retirar do Conselho de Segurança Nacional controle da informática. E como o projeto define como informática praticamente toda atividade produtiva do País, isso significa que o Governo não abre mão de baixar uma lei que submeta a sociedade civil ao jugo do Secretário-Geral do Conselho de Segurança.

É preciso aprovar o Substitutivo Virgílio Távora, para impedir que se consuma esse verdadeiro golpe branco aplicado na Nação.

O Congresso tem o dever de impedir a aprovação, por decurso de prazo, desse projeto discriminatório e ditatorial. Mais do que nunca, é necessário dizer não. Caso contrário, não mais mereceremos o honroso encargo de representantes do povo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Salles Leite.

O SR. SALLES LEITE (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabo de receber correspondência da **Folha de S. Paulo**, correspondência segundo a qual um artigo que encaminhei há cerca de um mês para publicação, tratando do problema da informática, intitulado, “Urgência Urgentíssima” e **Big Brother**, me é remetido de volta, porque, conforme alega o coordenador daquele jornal, há um acúmulo de colaborações que excede, em muito, as possibilidades de editá-las.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para trazer a público o texto dos artigos, “A Urgência Urgentíssima” e o **Big Brother**.

DOCUMENTOS REFERIDOS PELO ORADOR

Folha de S. Paulo

São Paulo, 26 de setembro de 1984

Ilm^o Sr.
Deputado Antonio Salles Leite
Câmara dos Deputados — Gab. 511
Praça dos Três Poderes — Anexo III
Brasília — DF

Prezado senhor,

Infelizmente, os compromissos de publicação que vimos assumindo e o acúmulo de colaborações que excedem de muito as nossas possibilidades para editá-las, impedem pelo momento a publicação de seu artigo, “A Urgência Urgentíssima” e o, “**Big Brother**”.

Tomamos a liberdade de remetê-lo de volta ao senhor, para que se possa aproveitá-lo em outra publicação. Mantemos contudo uma cópia em nosso cadastro de articulistas, juntamente com o seu endereço, a fim de que oportunamente possamos entrar em contato com o senhor. — Atenciosamente, **Silvio E. G. Cioffi**, Coordenador de Tendências/Debates.

A Urgência Urgentíssima e o “**Big Brother**”

Em fins de julho o projeto dispondo sobre a política nacional de informática deu entrada no Congresso Nacional. Em urgência urgentíssima. O Congresso em recessão e às convenções partidárias (PDS e PMDB) marcadas entre 10 e 12 de agosto, os parlamentares envolvidos com as convenções, é claro que a mensagem seria lida de pronto e a contagem regressiva dos 40 dias começaria. Tudo pronto para institucionalizar o **Big Brother**.

Que fazer? Surgiu o só-diretas e iniciou a obstrução por razões obviamente diferentes. Éramos uns gatos pingados, mas aproveitamos o vácuo da corrida obstrucionista do só-diretas. Precisávamos de um mês. E conseguimos. Levantamos umas 15 sessões. Qual o objetivo? Tempo para que jornais, rádios e tevês examinassem o projeto e avaliassem o que estava acontecendo. Visitas pessoais, almoços, telefonemas, alertas na Câmara, enfim, despertar as atenções para o projeto. Os meios de comunicação examinaram o projeto e concluíram: é **Big Brother** mesmo. Pelo menos, é o que se deduz dos editoriais e das manifestações de entidades ligadas a comunicação.

A urgência urgentíssima, não obstante cerca de 200 deputados, de diferentes partidos, houvessem pedido sua retirada, foi mantida. Era necessária para que os meios de comunicação, também às voltas com as convenções, quando acordassem, o quinto poder já estivesse em vias de ser institucionalizado.

No dia 29, a exemplo do que ocorreu na sessão do Senado quando o general Venturini foi depor, “ocupando” o plenário com pessoal da SEI, para os competentes aplausos e eventuais vaias disfarçadas, novamente a tropa de choque da SEI esteve no Congresso, convidando deputados a dar número. Operação militar bem montada. Só que teve de ser montada, ou não haveria leitura.

Analisando o **Big Brother**, o grande irmão, todo ele rescende autoritarismo e total desrespeito ao Congresso. Vamos aos exemplos, evitando citações de parágrafos e artigos, o que inviabilizaria este comentário por falta de espaço.

Tenta-se roubar a atribuição, a prerrogativa constitucional do Poder Legislativo, procurando-se impedir a aprovação do Plano Nacional de Informática pelo Congresso (Art. 43, inciso IV da Constituição), bem como obter um cheque em branco para “criar e extinguir estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior”, desde que a “participação do Estado nos setores produtivos de forma supletiva, quando ditada pelo interesse nacional”, seja recomendada. Interesse nacional não! Interesse dos Coronéis da informática. O Art. 163 da Constituição exige que a intervenção no domínio econômico venha através da Lei federal “quando indispensável por motivos de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e liberdade de iniciativa”. É óbvio que o setor crescerá muito mais rapidamente com liberdade; é claro — e inegável que a grande maioria dos parlamentares é favorável, em maior ou menor grau — à reserva de mercado. Estamos contra a reserva de poder.

Por exemplo. Compete à Comissão Nacional de Informática (leia-se Núcleos de Coronéis da Informação): propor o Plano Nacional de Informática, pronunciar-se previamente sobre a concessão de benefícios fiscais, financeiros ou de qualquer outra natureza, dispor sobre os critérios de compatibilização das políticas regionais e setoriais; pronunciar-se sobre a regulamentação das profissões, currículos mínimos para formação profissional, sobre projetos de tratados, acordos, convênios e compromissos internacionais de qualquer natureza, ligados à informática, instituir normas para o controle de fluxo de dados transfronteiras e opinar sobre a concessão de canais e meios de transmissão (aqui o Ministério das Comunicações foi para o espaço) e, vejam só, propor medidas, visando à prestação, pelo Estado, “do adequado resguardo dos direitos individuais e públicos no que diz respeito aos efeitos da informatização da sociedade”.

O **Big brother** está aí. Se a Comissão Mista não permitir modificações substanciais no projeto, vamos ter somente mudanças perfunctorias emoldurando o circo montado pelos Coronéis. Isto, é claro, se não se tentar embolar a coisa para conseguir aprovação por decurso de prazo. Aí, então, vale citar: “Em 1984 o mundo não conhecerá mais o que seja democracia: Governos totalitários o controlam, de uma forma total, e ultra eficiente. Sistemas inteiros foram criados para controlar não somente as atividades, mas os próprios pensamentos dos seres humanos. Não há mais liberdade, a não ser aquela desejada e imposta pelo Estado”.

Com o **Big Brother** não há mais necessidade de serem discutidas eleições diretas ou indiretas, presidencialismo ou parlamentarismo, nem de os presidenciais gastarem seu latim na campanha presidencial. É melhor jogar meia dúzia de nomes numa cartola e tirar um, por sorteio. Não vai fazer diferença.

São Paulo, 4 de setembro de 1984. — **Salles Leite**, Deputado Federal — PDS — SP.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é inte-

ressante como, neste instante em que o povo brasileiro luta para conseguir a transição democrática, muitos venham, quase que a destempo, criticar nesta Casa o autoritarismo. O autoritarismo merece as críticas que se lhe fazem, em consequência das vítimas que fez. É que se esqueceu, ao longo de 20 anos, que os ocupantes dos cargos de direção do País são transitórios e, pois, devem usar do aparelho de Estado para servir ao projeto nacional. A condenação do autoritarismo deve tocar naquilo que ele tem de malévolo, a própria repressão, que significa a imposição da vontade de poucos contra a vontade da maioria. Mas usar do pretexto do autoritarismo para colocar a vontade de um País subdesenvolvido, que luta sofridamente para construir o seu projeto nacional, é mascarar o interesse da dominação multinacional que infelicitou este País há 500 anos; é invocar os preceitos do liberalismo, não do político, que assegura a liberdade, mas do liberalismo econômico, que nos meus tempos de juventude sempre significou a raposa livre no galinheiro livre, e a este Congresso, em igualdade de condições, do pote de ferro com o pote de barro.

O Estado brasileiro, a sociedade brasileira, a universidade brasileira, as empresas nacionais de tecnologia nacional têm um compromisso com este País: reservar o mercado para a tecnologia que possamos criar — e podemos criar — para garantir uma tecnologia que é instrumental, que nos permita não estarmos a serviço de modos, modalidades e modelos que nos são impostos. Isto é fundamental.

E não nos esqueçamos, nesta Casa, de que a doutrina do liberalismo econômico, que Adam Smith pregava, vinha para cá em navios ingleses. Quando a Inglaterra exportava a doutrina ideológica do liberalismo, adotava princípios protecionistas. E nenhum navio levava à Inglaterra ou trazia de lá qualquer produto, inclusive os livros de Adam Smith, a não ser em navios de bandeira inglesa.

Basta de mastigarmos aqui, de uma forma aculturada, que nos escraviza, imposições que vêm de fora, para que o nosso projeto não seja nacional, senão sob pretextos, para que aqui nasça um projeto que tenha não a dimensão de Brasil grande potência, mas de Brasil que tem a única dimensão que ele pode, quer e deve ter, a do seu povo.

É disto que trataremos hoje, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quando decidirmos, neste Congresso Nacional soberano, representando o povo, se desejamos ou não construir um País por nós e para nós — só para nós.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, sem dúvida, é um dia histórico para o País. Hoje, o Congresso Nacional começa a demonstrar a sua representatividade, decidindo sobre uma das questões básicas para o presente e o futuro desta Nação. Mais do que o conteúdo do projeto, ou do Substitutivo da Comissão Mista, que representa um avanço em relação ao projeto apresentado pelo Governo, mais do que isso, hoje, o Congresso discute questões substantivas que afetam o futuro da nacionalidade. Hoje, o Congresso se apresenta como um Poder, dá um passo fundamental para a retomada de suas prerrogativas, não a simples retomada no plano formal, mas a retomada no plano real, no plano de fato, com a sua presença marcante, com a sua decisão, com a sua vontade a respeito de algo que tanto interessa ao futuro deste País. O resultado final é um grande avanço, ainda que tenhamos objeções a certos itens constantes do Substitutivo do nobre Senador Virgílio Távora e aprovado pela Comissão, ainda que tenhamos dúvida quanto à necessidade do estabelecimento dos Distritos de Exportação, ainda que tenhamos dúvidas sobre a alocação de recursos tão volumosos apenas para um setor específico de pesquisa. Evidentemente, a pesquisa carece

de volumes expressivos no seu conjunto, para que possamos superar os gargalos do nosso desenvolvimento, desde o setor de alimentação até o setor específico da Informática. Talvez a alocação de recursos prevista neste projeto seja maior do que a necessária numa estrutura em que a destinasse recursos aos outros tipos de pesquisa. Mas isto, sem dúvida alguma, possibilitará ao País dar o primeiro salto para se colocar, efetivamente, no âmbito do moderno desenvolvimento de todo o sistema produtivo.

Hoje, o Congresso Nacional merece as homenagens de toda a Nação. Hoje, a Comissão Mista, presidida pelo eminente Líder Freitas Nobre, com seus diversos componentes, mostra que é possível se afirmar a soberania nacional contra a pressão das multinacionais, contra o interesse estrangeiro. Hoje este Congresso se afirma como representação verdadeira da Nação brasileira. É este o marco importante que queremos destacar e que, sem dúvida alguma, nos levará a grandes avanços, fazendo com que este País, concomitantemente com o processo de democratização, se transforme numa nação desenvolvida.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez venho à tribuna do Congresso Nacional para condenar, em nome da dignidade e honra do povo evangélico do Brasil, as atitudes mesquinhas, pequenas e deselegantes do Padre da cidade de São Felipe, na Bahia, que no último domingo agrediu, com um grupo de pessoas suas, um grupo de evangélicos, pastores e familiares, que executavam um trabalho de evangelização naquela cidade.

Evangélicos de algumas cidades vizinhas dirigiram-se para lá com a finalidade de realizar um trabalho de evangelização e, segundo o ex-Vereador da cidade de Cruz das Almas, Estado da Bahia, estes evangélicos foram covardemente agredidos, e suas bíblias e material literário foram apreendidos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é o fim! Num momento em que se fala em ecumenismo, e o próprio Papa João Paulo II prega o entendimento e a paz, no Brasil acontecem fatos como este.

É lamentável, é vergonhoso que um líder religioso, que tem o direito de compreender um pouco de ética, e talvez pregue o amor, vá à praça pública e pratique ato de selvageria em pleno século XX:

É a Bahia que se envergonha; é o Brasil que se envergonha diante de certos elementos desqualificados que, sem qualquer explicação, prejudicam uma grande comunidade evangélica cristã, que de forma silenciosa, porém, digna, capaz, abençoada, construtiva e honrada, ajuda a construir a grandeza do Brasil.

Embora silenciosa, a comunidade evangélica brasileira não merece esse tipo de tratamento.

Solicito desta tribuna medidas urgentes da Arquidiocese da Bahia, no sentido de punir ou pelo menos dar a esse padre algumas lições de boa ética cristã.

Condeno e repudio veementemente todos estes absurdos e peço às autoridades constituídas que tomem todas as providências cabíveis neste vergonhoso caso, ocorrido na extraordinária cidade baiana de São Felipe.

Que Deus perdoe este padre e o converta ao Evangelho de Cristo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Eudes.

O SR. JOSÉ EUDES (PT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, felizmente, de-

pois de longa batalha, temos a possibilidade de, neste plenário, aprovar a legislação que institucionaliza a Política Nacional de Informática em nosso País.

De um lado, formando um só bloco, estão os agentes dos interesses das grandes corporações multinacionais presentes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Bloco minoritário, dos que têm sua sede e foro em Nova Iorque e no Vale do Silício, ao invés de representarem os interesses nacionais, contentam-se em defender os interesses das corporações multinacionais, porque essa é a marca de toda sua vida. De outro, há um bloco de Deputados e Senadores favoráveis à reserva de mercado, mas com contradições imensas no seu interior.

Por isso mesmo, de *per si*, o projeto do Executivo sobre a Política Nacional de Informática, na forma em que foi proposto, em primeiro lugar, é um projeto autoritário, baseado na doutrina da Segurança Nacional, doutrina que infelicita, pelos mecanismos autoritários que continha, este povo e esta Nação há 20 anos. Em segundo lugar o projeto original do Executivo é capenga na defesa efetiva da reserva de mercado, é dúbio, é contraditório, é insuficiente, porque abre mão de mecanismos que impediriam o ingresso das empresas e corporações multinacionais na área da produção, na área de **software** no mercado brasileiro.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o parecer final do Sr. Relator, Senador Virgílio Távora, é também muito ruim, porque divide o País em dois, como se fosse Cingapura e Hong Kong. Considera o Norte e o Nordeste do País áreas livres de mercado internacional, o que é vergonhoso para os nordestinos — embora Deputado pelo Rio de Janeiro, nordestino sou. Dividindo insolentemente o País em duas áreas específicas, impede no Centro-Sul do País a manutenção e a preservação da reserva de mercado. Afora este aspecto terrível desse projeto, que devemos rejeitar, não podemos concordar em que a área de **software** fique entregue às corporações multinacionais, como, igualmente, não podemos concordar, por último, que no Substitutivo apresentado pelo Senador Virgílio Távora não se pense na legislação sobre automação industrial e sobre privacidade e cidadania, que, hoje, dizem respeito aos interesses nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SRª LÚCIA VIVEIROS (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a minha razão mais alta se chamará sempre povo paraense e brasileiro. Por tudo isso, eu votaria novamente nas diretas agora; entretanto, não sendo possível, apresentei à Comissão Mista minha subemenda à Proposta de Emenda Carone, assinada por dois terços dos Deputados e Senadores. Essa subemenda repete a Emenda do Presidente Figueiredo, que foi conservada na do Deputado Carone, mas propõe Diretas Já em 1986, modificando também a Lei de Inelegibilidade no capítulo das desincompatibilizações, de forma a permitir que os ocupantes de cargos, como Governadores e outros, possam afastar-se somente 3 meses antes das eleições das posições que ocupam, a fim de poderem concorrer como candidatos à Presidência da República, através de Diretas em 1986. A minha subemenda anula, ainda, o parágrafo 2º do artigo 3º, para impedir a Constituição de Territórios e desmembramento de Estado, dependendo de Lei Complementar de iniciativa do Presidente da República, dispensando a consulta plebiscitária, como era prevista na Emenda Carone. Já houve tentativa de desmembramento do Sul do Pará, onde estão as maiores reservas de ouro do mundo, e todos sabemos que o Pará é o Estado mais rico da Federação Brasileira.

Leio, a seguir, para que conste dos Anais desta Casa, a minha Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de

1984, que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição:

“Proceda-se às seguintes alterações:

I — Imprima-se ao número 1, da alínea c, do § 1º do art. 151 da Constituição — art. 1º da Proposta, a seguinte redação:

“Art. 151.
§ 1º

c)
1) Ministro de Estado, Governador e Prefeito — três meses.”

II — Substitua-se, no art. 1º da Proposta, que se refere ao art. 213 da Constituição, a expressão “quatro anos”, por, “dois anos”.

III — Suprima-se no art. 3º, § 2º. A Constituição de Território em Estado, ou sua subdivisão em novos Territórios, dependerão de lei complementar de iniciativa do Presidente da República, dispensada a consulta plebiscitária.”

IV — Haverá eleições diretas em 1986 de acordo com o estabelecido no item II desta Subemenda.”

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o grito de Lúcia continuará a ser o grito do povo paraense e brasileiro, que tem sido enganado e espoliado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos aqui para aprovar o projeto da informática, que teve ampla discussão e sofreu os embates de um lado e de outro, pelos vários interesses em jogo. Pareceu-nos justo que dessemos a reserva de mercado ao projeto de informática. Mas a mim não parece razoável que se conceda isenção total dos impostos de renda, de exportação, de importação, ICM e outros à informática, porque o processo de industrialização de nosso País tem sido feito à custa do povo brasileiro.

Apresentei uma emenda, a de nº 155, no sentido de que a isenção seja apenas de 50%, porque já demos a reserva de mercado à informática. Então, vamos estabelecer 50% de redução dos impostos. O que não é possível é o povo brasileiro pagar o processo de industrialização e, depois, ainda ter de pagar pela despoluição no Brasil. É claro que a informática não traz problemas de poluição.

Por isso apresentei essa emenda e mais outra também rejeitada, estabelecendo que os convênios com universidades devem ser feitos apenas com universidades públicas, municipais, estaduais e federais. Mas pedirei desta, que para estas 2 emendas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero apenas cumprimentar, neste Pequeno Expediente, o povo do Carmo do Paranaíba pelo aniversário da cidade, que se comemorará amanhã. Para tanto, encaminharei meu discurso para publicação no Pequeno Expediente, depois.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Está encerrado o período destinado a breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 68, de 1984-CN, da Comissão Mista, favorável nos termos do Substitutivo que oferece.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o assunto que toda a Nação espera que este Congresso decida hoje é de tamanha importância que, ontem, o País inteiro foi surpreendido com um **lobby** de convocação dos Srs. Congressistas, para que aqui se fizessem presentes e votassem matéria de suma importância. O que me traz, preliminarmente, à esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é uma advertência a todos quantos foram eleitos em 15 de novembro de 1982 para comporem o Congresso Nacional.

O **lobby** da imprensa, ontem, levando a todo o rincão nacional uma convocação feita por um estudante aos Congressistas, nos traz à reflexão um sério comprometimento nosso com este País, a ponto de as entidades privadas gastarem dinheiro para convocar-nos ao cumprimento do nosso dever constitucional. A convocação dos Congressistas para que aqui estivéssemos através de horário nobre da televisão nacional e quase que em cadeia nacional vem ferir os brios daqueles que sempre comparecem a esta Casa. Deveria, sim, a Nação inteira, cobrar daqueles que não comparecem, porque ontem entendi que nossa Casa está a merecer reparos, chamadas de atenção, por órgãos não-ligados à execução da Constituição, quanto à nossa obrigação de Parlamentar, de Congressista.

Muito antes de criticar quem nos convocou através de uma cadeia nacional para que pudéssemos cumprir, nesta manhã, neste dia e a vida toda, o nosso dever de Parlamentares, quero chamar a atenção dos meus pares, Senadores e Deputados Federais, para que possamos cumprir, daqui para a frente, o mínimo da nossa obrigação de eleitos... comparecermos aqui sempre, para atender o povo. É que aqui estamos ganhando o nosso dinheiro, que vem da contribuição do povo, para cumprir um dever; e o mínimo que podemos fazer para cumpri-lo é comparecer ao Congresso Nacional e às Comissões Técnicas, mas especialmente a este plenário ou ao plenário do Senado, para votarmos as matérias que a Nação inteira espera de nós.

Como preliminar, portanto, fica a minha advertência, pois todos os brasileiros viram ontem a nossa convocação, e ela mexe com os brios de quem tem vergonha de precisar ser chamado por outras pessoas para cumprir o dever como Parlamentar. Acho que a Casa está a dever esta reflexão à Nação. Entendo que a Presidência do Congresso Nacional, bem como a Presidência da Câmara dos Deputados, tem meios constitucionais para que possa fazer com que este Congresso tenha mais moral, comparecendo normalmente às reuniões, pelo menos uma vez ou duas por semana. O que a Nação gasta com o Poder Legislativo não é para ser jogado no lixo mas, sim, para que possamos corresponder à necessidade de moralização dos costumes, da ética e do cumprimento do dever profissional. Nós, Parlamentares, temos o dever profissional, constitucional, moral e ético de nos fazermos presentes nesta Casa, que é a Casa do povo. Quero que os Srs. Líderes de partidos escutem esta colocação que faço. Nós, os liderados, precisamos receber o chamamento dos Líderes de todos os partidos, para que a Nação saiba que este Congresso também deseja coisas mais sérias, a começar pelo nosso comparecimento, pela nossa participação, pela nossa efetiva decisão sobre as coisas nacionais, que são tão importantes. Minha preocupação extrapola os limites territoriais desta Casa. Atinge o último rincão da Nação, porque o povo está a nos cobrar isso.

Espero que os meus pares, os meus irmãos de trabalho, os companheiros que representam o povo desta Nação saibam que, na próxima oportunidade, não será necessário que um **lobby** nacional venha convocar Con-

gressistas, implorando encarecidamente, através de um jovem, a nossa presença neste plenário para que possamos cumprir o nosso dever profissional, o nosso dever congressional, o nosso dever ético, o nosso dever constitucional, e — por que não dizer? — o nosso dever moral como Deputados e Senadores.

Posto isso, Sr. Presidente, o que me traz também à tribuna é dizer que a Nação toda espera que o Congresso Nacional decida o melhor em favor da informática. Precisamos, sim, de acompanhar a técnica, o avanço tecnológico em comunicação. O Brasil, apesar de estar muito avançado, ainda não tem uma legislação compatível com as necessidades nacionais e, principalmente, sob a fiscalização natural do Congresso, que representa a vontade nacional. Realizou-se um esforço muito grande, houve muitos debates em todas as camadas, seminários, simpósios, congressos se realizaram buscando o que é melhor para a Nação e para a nossa indústria nacional. Sei, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que ainda não atingimos o melhor, mas avançamos alguma coisa. Sei que o substitutivo a esta proposta governamental não é melhor que se possa ainda atingir, mas é um avanço, um passo dado no sentido da preservação da nossa nacionalidade. Espero que o substitutivo seja realmente aprovado, modificando em parte o projeto original e atendendo principalmente àquilo que é mais sagrado: o direito de o Congresso fiscalizar, de o Congresso acompanhar, de o Congresso legislar sobre matéria tão importante como é a informática hoje.

O avanço conquistado no mundo todo, e também no Brasil, mostra que a informática será a alma pensadora, organizadora e dinâmica das comunicações, das informações e do controle da vida do cidadão. Então, é importante que, tratando de matéria tão séria quanto esta, coloquemos acima das nossas convicções partidárias as nossas convicções nacionais e a nossa brasilidade. E é com esta convicção que hei de votar de acordo com os entendimentos formais, mas acima de tudo, objetivando preservar a nossa integridade nacional.

Que as multinacionais contribuam, sim, para o avanço tecnológico, mas que não dominem e não acabem com a nossa indústria. A troca de informações tecnológicas no mundo todo é um fato real, mas sem o predomínio de uma sobre as outras, de uma escravidão totalizante na hora de remeter para o exterior os **royalties** e os lucros. Não podemos concordar em que a Nação seja vilipendiada, escravizada, e nosso povo não desfrute do resultado do trabalho de seu povo, de seus técnicos e de seus filhos, que tanto estudam.

Portanto, Sr. Presidente, sei que muitos oradores enforçarão o assunto mais profundamente, pois não sou expert na matéria. Apenas sinto a necessidade da Nação e a pujança do nosso povo. Tenho contato diário com o meu povo. Recebi diversos telefonemas convocando-me para cumprir esse dever aqui hoje. Dispensáveis, para mim, foram esses telefonemas, mas me revelaram a grande preocupação do povo, hoje, para com os Deputados e Senadores, que não estamos sabendo cumprir o nosso dever profissional, o nosso dever nacional, o nosso dever parlamentar, o nosso dever de Congressistas.

Portanto, fica esta minha advertência. Não sei se é simpática para os Srs. Deputados e Senadores, mas, pelo menos, sai do fundo de minha alma. Estou como que envergonhado pela convocação dos membros deste Congresso, para que aqui estivéssemos, através de um **lobby**, de uma cadeia nacional de televisão, porque isso significa que não acreditavam no nosso comparecimento. Para suprir essa convicção de que não estamos correspondendo aos anseios da Nação, fizeram uma pressão psicológica através da televisão, convocando-nos para assegurar a nossa presença. A impressão que tenho é de que a Nação, de joelhos, pede aos Deputados e Senadores o cumprimento do nosso dever, comparecendo aqui para votar matéria de tão relevante valor. São essas considerações que gostaria de deixar aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Senadores e Deputados, o Brasil está-se afastando, solitário e orgulhoso, da experiência mundial da informática. O mundo, Sr. Presidente, marcha para modelos de mobilização de recursos nacionais mistos ou internacionais e de interpenetração tecnológica. Os europeus, conscientes de sua inferioridade em relação a japoneses e americanos, buscam associações **joint-ventures**, entre suas empresas e as do Japão e Estados Unidos. Há nisso um reconhecimento da inevitável interdependência. A própria China Comunista se abre à participação estrangeira em indústrias de alta tecnologia para ombrear e, possivelmente, superar seus rivais soviéticos, cujo sistema fechado tem dificultado a obtenção da tecnologia de ponta em informática. Os russos, como é sabido, roubam tecnologia, além de importá-la legalmente. México, Índia, Espanha e a própria socialista e nacionalista França seguem, agora, o caminho da abertura no campo da alta tecnologia. O mundo, meus Senhores, está saindo da terceira geração de computadores para entrar na quarta, a dos sistemas de alta integração, de integração em larga escala, e marchará, em breve, para a quinta geração dos computadores inteligentes e as gerações posteriores dos **expert systems**.

O Brasil apenas engatinha, dá seus primeiros passos, ainda, na terceira geração tecnológica. O Brasil, meus Senhores aparentemente, em sua política de informática, se recusa a aprender dos fatos. E os fatos são os seguintes: 1º) os modelos mundiais bem sucedidos foram os de mobilização, estimulando-se todas as fontes de recursos nacionais e estrangeiras; 2º) trata-se de indústria que exige criatividade e excitação competitiva, que não florescem num ambiente de estufa, impregnado do vírus "burococos"; 3º) os resultados negativos da nossa política cartorial e dirigista são claros, mais do que claros.

Quais as lições dos fatos, meus Senhores? A produção mundial de computadores e periféricos cresceu, nos últimos três anos, a uma taxa anual de 15 a 20%. A produção brasileira estagnou ao nível de 1,5 bilhão de dólares, há três anos; mesmo assim se tomarmos os preços internos, porque ela seria muito menor aos preços internacionais. Nossas exportações de computadores e periféricos, meus Senhores, isso são fatos, não são utopias nem alucinações declinaram, em 1983, em 28,4%, quando cresciam explosivamente em outros países e quando as nossas outras exportações aumentavam em 8,5%. No ano corrente, meus Senhores, até julho nossas exportações cresceram a uma taxa de 25% 74 milhões de dólares, precisamente o que significa que nossas exportações continuam estagnadas.

Contemplamos, meus Senhores, o exemplo de um país que não tem particular afeição pelo capitalismo, a China. Duas empresas que quiseram expandir ou iniciar operações no Brasil não o conseguiram, e foram autorizadas a operar na China, sem maioria do governo chinês, numa base de **fifty-fifty**, simplesmente pelas vantagens do ingresso de alta tecnologia. Os chineses aprenderam esse conceito rudimentar: o importante para a segurança é ter a produção realizada no território do país, com treinamento de técnicos locais, ainda que os acionistas possam ser porcos capitalistas imundos. Enquanto a palavra de ordem no mundo é abertura, mobilização de capitais, interpenetração tecnológica e liberação do espírito competitivo, o Brasil marcha para uma política centralista, burocratizada e xenófoba.

Sr. Presidente, meus Senhores, o computador não é um meio de dar lucros a grupelhos de industriais; é um meio de aumentar a produtividade do usuário. O usuário não deve ser a cobaia, e sim o beneficiário da indústria da informática. Não se pode repetir o chavão de que a tecnologia é nossa, ainda que antieconômica. Talvez isso pouco importe para o industrial que quer produzir mes-

mo a custos altos, mas é um sacrifício para a competitividade da indústria e a eficiência da sociedade.

Surgiram, nos últimos 10 anos de política intervencionista, 140 empresas entre componentes, peças e montadoras.

Dez anos de política dirigista. A rigor, 12 anos de política dirigista. Mas, do leste da Ásia, num ambiente menos infectado pelo "burococos", tem sido muito maior o surgimento de empresas, e as exportações são 4 a 7 vezes as exportações brasileiras.

A Escócia, cujo programa de mobilização para a informática começou em 1975, já tem, só na área de Edimburgo, 238 fábricas, e tornou-se a maior exportadora de semicondutores e **personal computers** para a Europa Ocidental, sem se preocupar com a nacionalidade dos acionistas. E daí nasceram inúmeras empresas puramente escocesas, pelo efeito de difusão e cissiparidade característica da indústria.

A fórmula bem sucedida da Espanha, Irlanda, Escócia e da própria Índia nas zonas de exportação é a da liberdade de associação. O empresário é livre para fazer a associação que quiser, com compromisso, sim de exportação, para que, conjugado o mercado internacional ao mercado interno, se consiga a escala econômica de produção, informatizando-se a sociedade a preços baixos e competitivos.

Devedor de 100 bilhões de dólares, o Brasil insiste em se endividar mais, recusando o capital de risco e a tecnologia mais barata e continuamente transferida e exportações que lhe trariam divisas. Não sei se é obscurantismo. É difícil descrever uma atitude tão irracional, tão brutalmente irracional.

O art. 16 do projeto do Governo mantido, senão piorado, mesmo, no art. 12 do substitutivo, encerra os seguintes percalços: 1º) é inconstitucional sob o ponto de vista jurídico, pois não se insere em nenhuma das restrições da Constituição Federal ao direito acionário e viola frontalmente o seu art. 153, parágrafo 2º, 23 e 28.

O art. 153, § 23, reza:

"É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade de que a lei estabelecer."

E o § 28 diz:

"É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial."

O Congresso não tem o poder de dissolver ou proibir associação comercial, em vista do art. 153 da Constituição Federal.

Para restaurar nossa tradição constitucional, pedi ao nobre Líder destaque para a Emenda nº 183, do Deputado Gustavo Faria, que restaura a definição já tradicional na política industrial brasileira de empresa sob controle nacional. Quero fazer notar ao Congresso...

O Sr. Vicente Queiroz — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS - Preferiria, Sr. Presidente, terminar a locução para não destruir a continuidade do raciocínio.

O Sr. Vicente Queiroz - V. Exª não tem espírito democrático. Estou pedindo elegantemente um aparte.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Queira, Sr. Presidente, fazer notar à Casa que, para meu desapontamento, surgiu uma nova manifestação de autoritarismo. A primeira havia sido o envio ao Congresso do projeto governamental com o decurso de prazo de 40 dias. E agora instruções foram dadas à Liderança para recusar os destaques. É o novo ato de autoritarismo.

Meus Senhores, se continuar a redação atual do art. 12, não teremos a participação significativa de capital ex-

ternos que nos tragam poupança e tecnologia e, sobretudo, mercados externos. Os industriais estrangeiros, confinados a 30% do capital, sem nenhum direito a voto, tornar-se-iam apenas investidores financeiros. Isso é totalmente irrealista, pois investimentos financeiros podem melhor ser feitos em países com moedas estáveis, sem contínuas desvalorizações cambiais, sem intervencionismo governamental, e sem instabilidade nas regras do jogo. Passarão a ser simples vendedores de tecnologia, quase sempre a penúltima tecnologia, pois não são sócios do negócio nem correm seus riscos.

Mantido o atual art. 12, perderemos reforços de poupança, acesso ao mercado externo potencial, que é muito maior do que o mercado interno, e pagaremos mais caro agora por tecnologias desatualizadas.

A atual política da SEI, Sr. Presidente, tem representado na prática uma desapropriação, um confisco branco de empresas, pois, impedidas de se expandirem seu capital se desmerece, se desvaloriza e acabam tendo que ser vendidas a preços irrisórios, o que é grave, porque intimida os investidores em outras áreas que não têm nada a ver com informática e ficam receando a extensão do confisco branco a outras áreas industriais.

Passemos, Sr. Presidente, à questão da reserva de mercado. O Brasil não se deve concentrar obsessivamente em apenas proteger seu mercado pequeno, em termos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Senador, V. Exª tem três minutos para encerrar seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Deve protegê-lo, em verdade, contra a concorrência do produto estrangeiro, e o melhor meio de fazê-lo é através de direitos aduaneiros contra a importação e através de uma legislação antitruste, que já existe e deve ser aplicada para impedir o açambarcamento do mercado interno. Outros países têm usado o mercado interno como uma alavancagem para atrair os mercados externos. O que nós temos no País, no momento, é um regime intensamente cartorial, em que o mercado interno não é usado como alavancagem para obter o mercado externo, mas para benefício de alguns poucos cartórios industriais.

A definição de informática, constante projeto — e aí sugeri um novo destaque, também recusado, à emenda do Deputado Israel Pinheiro — é demasiado abrangente. Contém coisas como insumos de grau eletrônico, sem que se defina o que é isso.

Ninguém sabe o que é insumo de grau eletrônico. Inclui comutação, o que é uma invasão na esfera de atividades do Ministério das Comunicações. Uma definição totalmente imprecisa.

Se o Governo aceitar o substitutivo tal como está, estará dando um exemplo de irresponsabilidade fiscal não apoiado num momento difícil da vida nacional. Estima o Ministério da Fazenda que, pelo fato de as isenções fiscais não terem teto algum, todas as outras isenções fiscais estão sujeitas a um teto de 10% sobre a renda tributável. Neste caso, não há teto. Em não havendo, a perda de receita do Governo Federal poderia atingir noventa e seis e quatro bilhões de cruzeiros potencialmente, se toda a faculdade dada ao Executivo for utilizada. Isso teria que sair da educação, da saúde, da nutrição e, meus Senhores, do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

O Congresso está empenhado na restauração de seus privilégios legislativos. Não o conseguirá, não o merecerá, se demonstrar esse grau de irresponsabilidade. Incentivos sim, eu propus incentivos, propus a criação de um fundo de apoio à informática, mas cuidadosamente medido para não criar um desastre financeiro à Nação e com cobranças adequadas dos beneficiários dos subsídios. O Senador Virgílio Távora merece encômios por ter escoimado o projeto de alguns dos seus vizes autoritários. Sai o problema da órbita do Conselho de Segu-

rança, onde nunca devia ter estado, cria-se uma comissão ou um conselho de informática, será aprovado pelo Congresso Nacional um plano de informática e criam-se distritos de exportações.

Mas Sr. Presidente, persistem graves defeitos. Há inconstitucionalidade remanescendo em dois pontos: a definição discriminatória de empresa nacional e a delegação inconstitucional do poder de tributar. A forma de proteção adotada cria o arbítrio da autoridade e instala uma enorme burocracia no País.

Sr. Presidente, como aliás se faz no tão mal interpretado modelo japonês, onde o governo não tem empresas estatais, o problema é tratado como industrial e não militar. O governo apenas orienta a pesquisa feita por empresas privadas, admitem-se participações estrangeiras, dão-se incentivos às empresas sob controle japonês. Este modelo é o do projeto que apresentei, não do projeto do Governo, nem do seu substitutivo.

Sr. Presidente, para mim é este um momento melancólico. Se aceitarmos o substitutivo, estaremos violando a Constituição e criando uma enorme burocracia. Se apoiarmos o substitutivo, o Congresso Nacional emprestará seu nome a violações constitucionais e criará sérios empecilhos ao desenvolvimento da indústria. Minha posição, portanto, Sr. Presidente, é contrária ao substitutivo. É preferível que o Congresso não manche suas mãos aprovando um documento inconstitucional, que seria derrubado no Judiciário.

Só somos um país subdesenvolvido com essa decadência de recursos naturais porque insistimos na monotonia do erro, ficando depois expostos e condenados a tardio arrependimento. Mas, dizia Bertrand Russell: Havendo tantos erros novos a escolher, por que repetir velhos erros?

Que Deus salve este País!

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que Deus, de fato, salve este País. Mas quero crer que Deus tenha encargos muito mais importantes que tratar antes de salvar este País. Quem vai salvar o Brasil é o Congresso Nacional.

Assim, Srs. Congressistas, a aprovação do substitutivo do Senador Virgílio Távora é, antes de tudo, uma extraordinária homenagem que o Congresso Nacional vai prestar às regiões mais sofridas de nossa Pátria, sobretudo ao Nordeste minguado, ao Nordeste asfixiado por tantas políticas que até o presente momento ainda não se revelaram adequadas para o aproveitamento da sua economia, das fronteiras econômicas do nosso País. Desejo saudar a extraordinária coincidência de datas, porque exatamente há 31 anos este mesmo Congresso, no dia 3 de outubro de 1953, estava aprovando a Lei nº 2.004, que criou a PETROBRÁS, cuja história demonstra a capacidade criativa do Governo quando aliado aos interesses do povo brasileiro e à extraordinária capacidade de trabalho do nosso povo, gerindo de fato as nossas riquezas, promovendo o desenvolvimento e afirmando a capacidade nacional a nível mundial.

Sr. Presidente, falou-se aqui, sobretudo o Senador que me antecedeu, em autoritarismo. Ora, que autoritarismo maior que aquele implantado na política econômica do Marechal Castello Branco, que teve como cirurgião precisamente o ilustre Senador pelo PDS, que classifica, num de seus livros, as medidas então adotadas como uma cirurgia sem anestesia? E o efeito dessa cirurgia sem anestesia é exatamente o que esta Nação está sentindo presentemente, quando sustenta os níveis de vida mais desgraçados e mais deprimentes, jamais registrados na História do nosso País.

Falou-se na experiência mundial e afirmou-se que o Brasil se estaria separando da experiência mundial, quando, em realidade, o que o Brasil promove, com a

aprovação do Congresso Nacional, é copiar a famosa lição de Abraham Lincoln: quando lhe ofereceram a oportunidade de importar trilhos da Inglaterra para as ferrovias dos Estados Unidos, respondeu o grande estadista americano que deixar de comprar os trilhos ingleses teria grande significado para as ferrovias dos Estados Unidos. Primeiro, porque se economizariam divisas; segundo, apoderar-se-ia a fazer os trilhos. Um século depois, a filosofia de Lincoln e a atitude por ele implantada em seu Governo demonstraram ser muito mais convenientes para os interesses norte-americanos do que a alternativa de entregar a pioneira indústria do trilho nas ferrovias americanas às nascentes multinacionais do império britânico.

Falou-se em experiência mundial, Sr. Presidente. E o que fez o Japão? O Japão é, é, provavelmente, a experiência mais lúcida que há na História mundial a respeito da indústria de Informática. O Governo, desde 1868, buscou ocidentalizar o país mantendo as tradições nacionais e desencorajando decididamente, a participação de capitais estrangeiros na sua indústria. Tal situação foi mantida, de forma rígida, até a Segunda Guerra mundial. Os empréstimos externos eram contraídos apenas pelo Governo, que também comprava máquinas e contratava tecnologia do exterior, centralizadamente.

“Os investimentos diretos continuaram a ser desencorajados. Ao fim da primeira Guerra Mundial, o Japão conseguia manter o controle total de sua indústria, que já contribuía para o PIB de forma mais expressiva do que a agricultura. Após a segunda Guerra Mundial, voltaram algumas medidas de restrições que se estendem ou alguns abrandamentos até a liberalização de 1968, cem anos após o início de tudo. Isso se deveu à consciência adquirida pelo Governo de que o Japão havia alcançado experiência e competitividade para disputar em seu próprio território com grupos estrangeiros. No entanto, tal liberação não inclui sete grupos tecnológicos que ainda permanecem até hoje sujeitos no Japão a uma série de exigências. São eles os grupos: computadores, petroquímica, energia nuclear, explosivos, tecnologia aeronáutica, tecnologia de armamento e desenvolvimento espacial”.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. FÁBIO LUCENA — Tenho a honra de ouvir V. Exª, nobre Deputado Osvaldo Lima Filho.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Nobre Senador Fábio Lucena, V. Exª, como em muitas ocasiões, fala em nome de todos os nacionalistas do Congresso Nacional. Desejo salientar apenas, em adendo à sua brilhante exposição, que mais uma vez o Congresso Nacional é chamado a tomar uma posição decisiva em defesa da emancipação econômica do País. Foi assim, como V. Exª já salientou, na luta pelo monopólio estatal da PETROBRÁS, hoje perturbada pelo Governo antinacional que aí está.

O SR. FÁBIO LUCENA — A emancipação econômica será restaurada pelo Presidente Tancredo Neves

O Sr. Osvaldo Lima Filho — De pleno acordo com V. Exª. Agora o Congresso Nacional toma novamente, acima dos partidos e das facções, a linha de defesa do interesse nacional. E só está contra essa decisão do Congresso aqueles antigos inimigos do desenvolvimento econômico do País, que sempre se prestaram ao serviço de defesa dos interesses antinacionais das grandes corporações multinacionais no Brasil. Felicito-o e declaro com satisfação que V. Exª interpreta todo o nosso pensamento.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço-lhe a generosidade, nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, mas desejo chamar a atenção do Congresso Nacional para o artigo,

ontem publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*: “Informática: EUA trocam aço pelo fim da reserva”.

“Para os norte-americanos, a questão da informática deve ser discutida dentro de “uma perspectiva especial”. E lembram a estranheza do assessor especial de Comércio Exterior da Casa Branca, William Brock, com o fato de o Brasil fechar o mercado de informática quando, como país em desenvolvimento e acumulando a maior dívida externa do mundo, necessita de investimento e precisa aumentar o nível de empregos. Os norte-americanos observam também que, se o Brasil quer vender aço para os EUA, deve dar a contrapartida, isto é, que deixe os EUA sobreviverem” investindo em informática no País. O projeto de lei governamental regulamentando a informática está sendo acompanhado com grande interesse pelas subsidiárias americanas instaladas no Brasil. E uma alta fonte chegou a brincar: “Não sabemos nem se vão deixar ficar os investimentos já feitos na informática”.

Na reunião da próxima semana, o Brasil deverá dar explicações aos EUA sobre a política cambial das últimas semanas. E os EUA deverão explicar o andamento da discussão, no Congresso, da nova legislação do SGP (Sistema Geral de Preferências), que dá tratamento tributário privilegiado a alguns produtos brasileiros. Também será feita uma avaliação geral da economia dos dois países, e sobre as perspectivas econômicas para 1985.”

Ninguém pretende deixar os Estados Unidos investirem na indústria da Informática em nosso País. O que o Congresso deve e vai impedir é que não apenas os Estados Unidos, mas qualquer país do mundo, tenham capacidade gerencial ou empresarial, dentro do nosso País, para impedir à pequena, à média e à grande indústria brasileira, que neste momento são o apanágio básico da nossa nacionalidade e merecem, destarde, a proteção do Congresso, a proteção do povo. Não foi à toa que este extraordinário projeto, ao chegar ao Congresso Nacional, reuniu as principais Lideranças, que no seio da Comissão Mista discutiram todos os seus aspectos, sob a lúcida direção do Deputado Freitas Nobre e amparada nesta extraordinária inteligência e nesta experiência inextinguível desse homem nascido no Ceará, o Senador Virgílio Távora, que representa aqueles que povoaram a Região Amazônica, onde nasci, depois de terem-na descoberto os portugueses.

Este projeto, Srs. Congressistas, conseguiu unir Deputados e Senadores de todos os partidos existentes no País, com raras exceções, porque aqui não somos governistas, nem oposicionistas. Somos cidadãos brasileiros.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Nobre Senador, ouço V. Exª como um aluno atencioso e me questiono como um aluno curioso. A História nos tem mostrado e provado grandes equívocos. Às vezes, eu me pergunto: será que teríamos mesmo, dentro do Congresso, Parlamentares que desejassem ser odiados pela Nação? Não sei. Será que o Presidente ou os Governadores de Estado fariam alguma coisa para ser odiados pela Nação? É uma interrogação. E fico a pensar: Em 1955, quando o mais famoso político da História deste País, Juscelino Kubitschek de Oliveira, abriu o mercado do Brasil para que os americanos e alemães aqui instalassem as suas fábricas, usassem o seu capital, fazendo com que pudéssemos ter a nossa indústria automobilística, aquele saudoso brasileiro também foi massacrado e crucificado. Hoje, a indústria automobilística é uma realidade. Espero que, daqui a 20 anos, também não tenhamos de admitir um equívoco.

O SR. FÁBIO LUCENA — Espero que a sua esperança não seja uma esperança perdida, título de canção de muito afeto de V. Exª

O Sr. Paulo Mincarone — Permite-me um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Antes de conceder o aparte, o que farei dentro de um minuto com o maior prazer, quero deixar claro que a discussão deste projeto não é entre Governo e Oposição. É entre brasileiros que defendem a indústria brasileira e brasileiros que desejam combater a indústria nacional. Este é o pomo de discórdia. Ainda há tempo, no entanto, para um conagraamento entre as posições isoladas. Aqueles que, até o momento, ainda estão arguindo inconstitucionalidade do projeto ora em discussão, tiveram suficiente oportunidade para argui-la no seio da Comissão Mista. Desejo informar ao Congresso e considero isto da maior importância — que todas as inconstitucionalidades levantadas pelo Senador Roberto Campos, perante a Comissão Mista do Congresso, todas, sem exceção, foram rejeitadas por 18 votos contra 2 — nestes incluído o do próprio Senador Roberto Campos — e rejeitadas por uma Comissão Mista onde pontificaram as inteligências mais lúcidas os juristas mais cultos deste País.

Ouço V. Exª, nobre Deputado Paulo Mincarone.

O Sr. Paulo Mincarone — Senador Fábio Lucena, a comparação aqui feita pelo Deputado Agnaldo Timóteo é totalmente irrelevante. Uma coisa é a indústria automobilística, aí há quase 40 anos, implantada no País, outra coisa é informática. Nada tem a ver o Presidente Juscelino Kubitschek e a indústria automobilística com o projeto da informática. O deputado Agnaldo Timóteo foi muito infeliz na defesa do capital multinacional. A verdade é que esse exemplo não tem razão de ser, a época é outra. Agora, efetivamente vivemos outra época, e a reserva de mercado, determinada pelo Substitutivo da Comissão Mista, é a melhor coisa que se poderia fazer no Congresso Nacional, dando aos brasileiros, por necessidade nacional, o direito de ter essa reserva. A época é outra, o momento é outro. Parabenizamos os membros da Comissão, porque felizmente não vamos ficar subordinados ao Conselho de Segurança Nacional. Vamos entrar numa outra época, numa nova era. A área de informação deste País deve cuidar da informação, e não da informática. Bem fizeram os Membros da Comissão Mista deixando para a Presidência da República, para o Gabinete Civil, o controle da informática neste País. Devemos tirar, de uma vez por todas, a ingerência imprópria, inadequada, exorbitante do Conselho de Segurança Nacional, numa área em que eles não têm efetivamente que se envolver.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço a V. Exª o aparte.

Sr. Presidente, ao concluir, desejo chamar a atenção dos companheiros do PMDB, que estão estranhando a criação de distritos de exportação no Norte e Nordeste, para essa providência agora adotada no Substitutivo que, está capitulada no inciso 29, intitulado das Desigualdades Regionais, do Programa do PMDB. Igualmente chamo a atenção do Partido Democrático Trabalhista para essa mesma exigência que se contém no Capítulo do Plano Econômico, incisos 3 e 4 do seu mencionado Programa.

Deixo de citar o Programa do Partido Democrático Social, porque foi lucidamente interpretado, com relação ao Norte e Nordeste, pelo eminente Senador Virgílio Távora. Deixo de citar também o Programa do Partido dos Trabalhadores, porque em hipótese alguma, o PT poderia ser contrário a um projeto como esse, que atende em plenitude às exigências nacionais.

Concluindo, Sr. Presidente, alerto o Congresso: se o Senador Roberto Campos fosse Ministro de Estado, este Congresso não estaria votando lei. Um decreto-lei teria sido imposto à Nação, como milhares o foram no tempo da ditadura, no tempo do arbítrio, que a partir de 15 de janeiro — querendo Deus — haverá de desaparecer para todo o sempre da Pátria brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O Sr. Agnaldo Timóteo — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo, pela ordem.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece que falei em japonês ou em *german*, porque em nenhum momento me pronunciei a favor desta ou daquela pretensão. O que fiz foi uma observação, como jovem Deputado que está aqui aprendendo com os mais experientes, que hoje falam na ditadura, mas defendem Armando Falcão e Geisel. O que quis dizer é que também Juscelino Kubitschek foi execrado, quando abriu as portas do País ao mercado estrangeiro. E hoje a indústria automobilística de veículos pesados é uma realidade, exportando e trazendo riquezas.

O que quis dizer, Sr. Presidente, é que também Getúlio Vargas, para seus adversários, não valia nada. Era o inimigo do País. Hoje, é o nosso ídolo maior.

Sr. Presidente, muitas vezes, as paixões partidárias podem levar-nos a cometer grandes injustiças, das quais nos arrependemos anos depois. Não estou aqui a favor de ninguém, mas somente a favor da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O nobre Deputado Agnaldo Timóteo falou na condição de haver sido citado pelo orador apartante ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Salles Leite.

O SR. SALLES LEITE (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Líder do meu partido, Deputado Nelson Marchezan, demais líderes de partido, já houvera eu dito a muitos Parlamentares que, não obstante não se considerar o projeto ou o substitutivo em causa como o ideal, o mais importante seria, como já foi dito em observação anterior, tirá-lo definitivamente das mãos do Conselho de Segurança Nacional, o que, parece, foi feito, ainda que a Secretaria Nacional de Informática detenha em suas mãos muitos poderes e possa, de certa forma, influenciar as decisões do CONIN. Chamo a atenção dos Srs. Líderes e Parlamentares em geral para duas emendas que foram recusadas pela Comissão. Quanto à primeira delas, a Emenda nº 59, de minha autoria, o parecer contrário à medida diz que ela é justa, mas inexecutível. A emenda estabelecia simplesmente que se incluísse, "em peça específica do Orçamento da União, proposta das estimativas da variação da receita decorrente do regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros em favor de empresas nacionais, destinadas ao crescimento das atividades de informática," justificando que seria importante para o Congresso e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira ter conhecimento do montante das variações orçamentárias decorrentes de tal política.

Então, o Orçamento da União como um todo — é claro — vai mostrar as rubricas globais, o dispêndio, o decréscimo da receita do regime especial. Aqui se exige a demonstração de uma peça específica, o que é possível — entendendo disso, porque sou contabilista — mas, a Comissão diz que é inexecutível.

O Secretário da Receita Federal, Ernesto Dorneles, declarou, horas atrás, ou ontem, que este montante seria da ordem de 450 milhões de dólares. Ninguém quer discutir se o montante é alto ou baixo, se o incentivo é válido ou não. O que se quer é simplesmente o destaque da emenda — e isso não será feito pela Liderança do PDS — para que seja incluída no Orçamento da União uma peça específica dizendo onde, por que e quando foram aplicadas essas verbas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero despertar a atenção para uma outra emenda; a de nº 86, em que peço que os nomes dos representantes do CONIN sejam apro-

vados pelo Congresso Nacional. Teve parecer contrário. Muito bem. Mas olhem com que justificativa: "Não nos parece necessário ampliar o trabalho do Congresso." Senhores, peço à douta Comissão que não julgue os demais Parlamentares pelo número dela. Aumentar o trabalho do Congresso, que tem quatro meses de recesso, aumentar o trabalho do Congresso, que poderia opinar sobre o que vai decidir o CONIN, coisas tão importantes para a Nação. Não me parece nada extraordinário. Parece-me, isto sim, que de um lado a SEI, através dos militares que lá estão — e notem bem que me estou referindo a este pequeno grupo e não às Forças Armadas — tem interesse em que as verbas não sejam muito bem detalhadas no orçamento; em segundo lugar, tem interesse em que os nomes não venham para o Congresso, porque senão serão os deles sempre.

Estas as considerações que queria fazer.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Herbert Levy.

O Sr. Herbert Levy — Prezado Colega, fui Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou a ação das multinacionais neste País, e, nesta Comissão, não encontramos, a não ser um ou outro caso que foi definido, nada que evidenciasse qualquer ação das multinacionais contra os interesses do País. Portanto, não sou destes que consideram, por motivos emocionais, por um jacobinismo não razoável, inconvenientes e suspeitas as multinacionais. E a minha ação, como Relator, teve o apoio e o aplauso de todos os integrantes da CPI, da Oposição e do Governo. Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não votaria o Substitutivo do Senador Virgílio Távora, não fosse o item 2 do art. 12, que assegura à empresa de informática o poder de desenvolver, gerar, adquirir, transferir e variar de tecnologia de produto, pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não podemos isolar-nos de uma tecnologia extremamente dinâmica, que se desenvolve todas as semanas, através de investimentos consideráveis no mercado internacional. Seria fazer com que as empresas nacionais monopolizadoras deste mercado, viessem a minguar, viessem a ter insucesso. Acho, portanto, que havendo esse dispositivo no Substitutivo, que assegura à empresa brasileira adquirir tecnologia no exterior e, como essa tecnologia, sem dúvida, é disponível, pode ser adquirida, nós asseguramos à empresa nacional a necessária atualização tecnológica para não ficar para trás. Mas eu lembro que esse dispositivo mereceria ser ampliado e muito bem definido, a fim de que não haja dúvidas quanto à capacidade da empresa brasileira de adquirir a tecnologia de que necessita no exterior.

O SR. SALLES LEITE — Agradeço a V. Exª o aparte, nobre Deputado Herbert Levy e concordo plenamente com V. Exª. No entanto, eu não sou contra a reserva de mercado especificamente para a informática, não sou contra o Substitutivo. Simplesmente estou fazendo um apelo aos líderes de outros partidos, já que ao do meu não há possibilidade de fazê-lo no sentido de que destaquem essas duas emendas em defesa das prerrogativas do Congresso Nacional. Somente isso. Não há mudança nenhuma na parte de informática. Nós podemos, como Poder Legislativo, nesta oportunidade ganhar um pouco mais de espaço. Vivemos aos berros, reclamando que não temos suficientes prerrogativas e as que nós podemos conseguir aqui e agora, não conquistamos.

Eu não vou fazer absolutamente nada para obstruir este projeto. Se o quisesse, sabem V. Exªs, era só usar o Regimento Comum do Congresso Nacional e, nesse momento, a obstrução seria feita. Vou permitir, no meu entender, que as coisas corram, porque parece que o Substitutivo é menos horrendo do que o *big brother* inicial.

Então, Sr. Presidente, diante dessas considerações e deste meu apelo, se as lideranças considerarem dispensáveis uma maior audiência do Congresso Nacional, será problema das lideranças. Não é o meu acordo e creio que não será o de muitos parlamentares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Gilberto, a favor.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, num Congresso que vinha apresentando o triste espetáculo da falta de *quorum*, a tramitação do projeto que dispõe sobre a Política Nacional de Informática foi uma bela exceção e um belo exemplo da importância da atividade legislativa, da representação popular, da negociação política e de classes. Na verdade, esta matéria caminhou, e caminhou bem durante a sua tramitação a nível congressual. E hoje temos um projeto, resultado do trabalho da Comissão Mista, muito superior qualitativamente ao texto originariamente proposto pelo Poder Executivo. Temos um projeto que consagra a criação do Conselho de Informática e Automação, com representação dos setores da coletividade diretamente envolvidos no processo, embora plasmado de forma a dar maioria ao Governo, vício do qual o legislador ainda não se libertou. Mas a subordinação da política de informática a este Conselho, e não mais a um órgão administrativo do Conselho de Segurança Nacional, é um passo qualitativo extraordinário.

Maior ainda é a conquista de que exista um Plano Trienal de Informática e Automação e que este plano seja submetido a controle congressual. Estamos, na área de informática, retomando o que deveria ocorrer em todas as áreas. Os planos setoriais de desenvolvimento, todos eles, deveriam ser submetidos periodicamente à decisão do Congresso Nacional. E apenas a execução caberia ao Poder Executivo. Neste País vota-se um Plano Plurianual, que fica no papel. Os verdadeiros planos que dirigem a indústria, que dirigem a política econômica, que dirigem a agricultura são elaborados nas ante-salas dos ministérios e jamais submetidos à soberana decisão do Poder Legislativo. A aprovação desse projeto constituirá um passo extraordinário. Espero que o Presidente da República respeite, especialmente neste particular, a vontade do Congresso, e que não venha, amanhã, apor o seu veto à submissão trienal do Plano de Informática e Automação à deliberação legislativa.

Os incentivos à empresa nacional são outro grande avanço que a Comissão Mista alcançou com base na proposta originária do Governo, que neste particular já era uma boa proposta. Sou daqueles que acham que a reserva de mercado não estava, no projeto original, claramente definida, nem vai resultar cabalmente definida no substitutivo. Mas não tenho dúvidas de que a empresa nacional está ganhando um conjunto de incentivos e um conjunto de proteção que se fazem necessários para que o País se desenvolva tecnologicamente. Contra esse ponto se levantam as vozes de sempre, aquelas que sempre preconizaram a internacionalização da nossa economia, que aliás internacionalizada e os resultados aí estão: o Brasil conduzido à condição de País periférico do capitalismo internacional, a sofrer as conseqüências de pequenas crises dos países centrais do capitalismo, com a sua economia totalmente aberta, e, por isso, sem desenvolver adequadamente a tecnologia de ponta e a de base, tendo um desenvolvimento tecnológico apenas acessório aos países matrizes do capitalismo. A nossa crise econômica, cujos reflexos todos sentimos e sofremos, tem aspectos conjunturais, mas também tem aspectos estruturais. A internacionalização da economia brasileira e o predomínio do capital internacional em nosso País é um dos aspectos estruturais responsáveis pelo preço que hoje pagamos, social e economicamente.

Portanto, é patriótico que num setor que significa atualmente o maior desafio da humanidade, tenhamos consciência de proteger o nosso avanço tecnológico, a nossa capacidade industrial, a nossa capacidade de produzir, para evitar deformações avassaladoras, a exemplo do que sucedeu em setores tão vitais como o da indústria farmacêutica, hoje quase que absolutamente desnacionalizada.

Outro grande avanço contido na matéria sob análise é o incentivo à pesquisa, à valorização da busca do progresso tecnológico, do desenvolvimento da nossa capacidade de criar no campo da informática. Já tinha o projeto do Sr. Presidente da República alguns pontos positivos nesse aspecto. E foi pela Comissão Mista desenvolvido, acrescido corretamente. Nada porém é suficiente nesse campo da pesquisa. O Brasil está se atrasando pela falta de uma política nacional de pesquisa voltada para as reais necessidades do País. E agora, na informática, inovaremos em alguns pontos salutarmente.

Permitam-me discordar de pronunciamentos anteriores, e manifestar a minha preocupação sobre a criação dos Distritos de Exportação de Informática. Como lamentavelmente toda lei brasileira, aqui está um enclave que permitirá o cumprimento da máxima popular espanhola, *hecha la ley, hecha la tampa*. Feita a lei, já leva ela um meio de ser burlada, um meio de ser violada, porque os distritos de exportação de Informática poderão ser os enclaves para vencer, para derrubar a reserva de mercado e as medidas protetoras da indústria nacional. Mais grave ainda é a redação que vem a plenário. Estabelece-se que esses Distritos poderão ser implantados prioritariamente no Norte e Nordeste. Ora, isso significa que podem ser implantados em qualquer lugar do País, apenas prioritariamente devem sê-lo no Norte e Nordeste. Quem estará livre, por conseguinte, de ver um Distrito de Exportação de Informática ser implantado em certas cidades industriais de São Paulo, onde as multinacionais já possuem suas fábricas, ou na Grande Porto Alegre, onde a indústria nacional de computadores está-se desenvolvendo? Responderão os defensores da medida que o mesmo artigo submete essa implantação à decisão do Congresso. Levanto a questão porque, Deputado de terceira legislatura, estou, infelizmente, acostumado a ver vetos presidenciais dirigirem em sentido contrário as decisões do Congresso Nacional. Como o Presidente da República pode vetar um artigo, uma expressão ou uma palavra, às vezes, vetar um não transforma norma negativa em afirmativa. Esta submissão ao Congresso poderá receber um veto e ficar nas mãos de uma política do Poder Executivo para implantar distritos por onde queira. É muito grave esta exceção, este entrave que restou no projeto. Preferiria não o ver e não acho que a política de proteção ao Norte e ao Nordeste passe por concessões no campo do interesse nacional. Pelo contrário, temos que compreender a prioridade do Norte e do Nordeste, mas saber que ela está submetida à questão nacional, como não se resolve a questão nacional sem resolver a questão do Norte e do Nordeste.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O Sr. Farabulini Júnior — Nobre Deputado João Gilberto, V. Ex^a, como sempre, é brilhante na tribuna na defesa dos pontos mais altos que interessam à Nação brasileira, como autêntico nacionalista que é. Permita-me V. Ex^a apartear tão-somente para que fixe neste instante, aproveitando que está V. Ex^a na tribuna, o meu ponto de vista para que os Anais da Casa também o registrem.

O SR. JOÃO GILBERTO — A alegria é minha em ter esta contribuição.

O Sr. Farabulini Júnior — O ponto alto, nobre Deputado, é indiscutivelmente a proteção da indústria nacional, a reserva de mercado que temos que lutar por ela e intransigentemente como fizeram, no passado, homens que ocuparam esta tribuna e defenderam a política do petróleo. Está aqui na Casa, hoje, e aproveito V. Ex^a estar na tribuna, pois que é um idealista, para citar um outro idealista, ex-Deputado Federal Euzébio Rocha. Está conosco aqui, hoje, este que ocupou no seu tempo a tribuna parlamentar para, com intransigência, defender a política do petróleo nacionalista, como ocorre hoje neste País. E V. Ex^a sabe, também, que os grupos paulistas que

cuidaram do problema da informática, que examinaram o projeto que se discute agora, os técnicos, os cientistas, os políticos paulistas tiveram como líder, neste trabalho, o ex-Deputado Euzébio Rocha, que na verdade aceita, concorda e defende, como ponto alto, a reserva de mercado, o que V. Ex^a sustenta também com grande brilho. Este é o meu aparte neste instante, embora, roubando o tempo de V. Ex^a. Por isso, peço desculpas.

O SR. JOÃO GILBERTO — Nobre Deputado Farabulini Júnior, V. Ex^a me honra com o seu aparte. E permita que faça minha a sua homenagem ao grande batalhador, o ex-Deputado Euzébio Rocha, que na minha adolescência aprendi a respeitar pelo seu nacionalismo. V. Ex^a traz ao debate o grande exemplo da PETROBRÁS.

Esta, tão combatida, é hoje capaz de tirar o Brasil da dependência externa do petróleo. E veja que feriram profundamente o monopólio, quando determinaram os contratos de risco. Mas qual empresa multinacional, aproveitando-se dos contratos de riscos, achou petróleo? Se acharam, ninguém sabe, ninguém viu, porque interessa às multinacionais terem o petróleo do Ocidente como reserva estratégica para o momento de uma guerra no Oriente. Mas nenhuma delas está produzindo.

A PETROBRÁS, sozinha, está arcando com um esforço hercúleo para vencermos a dependência da importação desse precioso combustível. O exemplo do petróleo é adequado, é a resposta cabal para aqueles que hoje são contrários não aos interesses das estatais, mas aos interesses nacionais, ao defenderem a abertura do mercado brasileiro indiscriminadamente à indústria externa da informática.

Parabenizo V. Ex^a pela contribuição que trouxe neste momento ao meu pronunciamento. Veremos a questão crucial, que responde àquela questão erroneamente colocada aqui, da indústria automobilística, porque teríamos criado, por outros caminhos, também a nossa indústria automobilística. Mas, num setor essencial — como é o da informática, como é o do petróleo, como é o do urânio — temos que proteger os interesses soberanos da Nação brasileira. A reserva de mercado hoje, palidamente, não chega a ter dimensão da campanha. “o petróleo é nosso”, ou a dimensão da estatização da produção de petróleo no País, que sem dúvida é muito mais essencial. Mas é um ponto. Tem também algumas características, como aquela gloriosa campanha, e o seu resultado positivo para a vida nacional.

O Sr. Farabulini Júnior — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOÃO GILBERTO — Ouço com alegria o nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Nobre Deputado João Gilberto, tenho sido nesta Casa um ouvinte permanente das suas magníficas lições, porque, sem favor, V. Ex^a, é, na nossa bancada, o representante que melhor estuda as matérias submetidas ao Plenário desta Casa. Poderia, assim, subscrever quase tudo que V. Ex^a afirmou e felicitá-lo pela defesa, de caráter nacionalista, do substitutivo que regula a informática no Brasil. Mas V. Ex^a fez uma restrição aos favores que a lei prevê, ao criar, no art. 25, distritos de exportação, regulados pela SUDAM e pela SUDENE. Neste particular eu me permito divergir de V. Ex^a, não apenas pela minha condição de nordestino mas para lembrar a V. Ex^a que, no Brasil, toda a grande indústria nacional localizada no Sudoeste e Sudeste do País foi criada em regime de favorecimento especial, subvencionada a dólar de custo de dezoito cruzeiros e sob o favor de grandes tarifas alfandegárias. Nós, nordestinos, como os homens do Norte do Brasil, pagamos durante 50 anos essa industrialização iniciada fortemente no Governo Vargas, a partir de 1930. No momento em que se estabelece no mundo aquilo que o Sr. Alvin Toffler chama a Terceira Onda da Tecnologia, que é a informática, não é justo que o Norte e o Nordeste continuem na baga-

gem. Se eles perderem o bonde, ou o trem da informática, vão ficar condenados ao atraso pelo resto dos tempos.

O SR. JOÃO GILBERTO — Nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, permita-me concordar, ao invés de discordar de V. Ex^a. Mas há um aspecto que escapou à avaliação de V. Ex^a, que é o de que esses distritos são uma exceção na questão da reserva de mercado. E é contra isso que eu me levanto. Não o faria se esse projeto contivesse um incentivo especial para que a indústria nacional de informática se estabelecesse prioritariamente no Nordeste ou no Norte. Seria desenvolver industrialmente — e V. Ex^a fere bem a questão — áreas que ainda não tiveram a chance do desenvolvimento industrial, áreas que pagaram sem condições e com sacrifício o desenvolvimento industrial do extremo Sul e do Centro-Sul do País.

V. Ex^a tem razão, mas não posso concordar que a desculpa da correção do desequilíbrio regional seja a abertura de um enclave contra a reserva de mercado. Deveria haver, sim, o incentivo para que a prioridade fosse o Nordeste, fosse o Norte, mas não construir ilhas transacionais que, tenho certeza, não serão fatores de desenvolvimento real no Nordeste, como não tem sido fator de desenvolvimento em nenhuma parte do Brasil.

A falsidade do nosso processo de desenvolvimento é visível, pelo preço social que hoje pagamos; e não devemos construir novas ilusões para não termos novas catástrofes. Por isso, divirjo desta questão dos distritos de exportação. E, especialmente, porque eles não estão restritos ao Norte e ao Nordeste. O texto está dizendo “prioritariamente”; eles poderão ser implantados até nos centros produtivos da indústria nacional hoje, e serão entraves das transações no nosso centro produtivo nacional.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, concluo dizendo que esta matéria avançou bastante a nível de Comissão Mista, que esta matéria caminhou bastante, e aqui está a minha solidariedade aos companheiros que trabalham na Comissão Mista. Espero que o Congresso Nacional continue cada vez mais assumindo as suas prerrogativas para que possamos, um dia, não votar apenas o possível aqui, mas começar a votar o bom para chegarmos a votar o ótimo. Por enquanto estamos apenas votando o possível. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antônio Fayet.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET (PDS — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sem dúvida alguma o tema de informática não vem sendo tratado com a cautela e a serenidade que toda a sociedade brasileira esperava. O passionalismo tem tomado conta das discussões. Entretanto, podemos observar que existe, no seio do Congresso e de toda a sociedade brasileira, convergência de intenções. Queremos, realmente, internar o melhor possível dos resultados da atividade da informática em nosso País. Porém, na forma das propostas, encontramos grandes divergências. Gostaria de colocar, inicialmente, alguns dados básicos, para os quais chamo a atenção dos meus nobres pares.

Em primeiro lugar, estamos tratando de temática que é, na verdade, um insumo de toda a economia. Não estamos tratando de um bem final. Conseqüentemente, vai influir em toda a eficácia da matriz macroeconômica. Em segundo lugar, isso representa, em termos mundiais, menos de 1% do mercado, significando para o nosso País menos de 1% do seu Produto Interno Bruto. Por outro lado, a informática subdivide-se em dois grupos básicos: a fabricação de máquinas e equipamentos, os bens, o chamado **hardware**, e outro de aplicação da inteligência humana sobre esses bens físicos de informática, o chamado **software**, que representa dois terços do mercado em nosso País. Este setor tem uma característica muito particular, ao contrário dos demais setores da indústria,

como a mecânica, por exemplo, a defasagem tecnológica entre os países que lideram a atividade industrial no mundo e o nosso tende a reduzir-se, enquanto no campo da informática essa defasagem tende a ampliar-se, em face da brutal expansão da sua base tecnológica.

Para produzir **hardware**, que representa as máquinas, precisamos de quantidades incalculáveis de dinheiro, recursos humanos em grande escala e com alto grau de especialização de uma base física industrial estruturada e muito forte, bem como de tecnologia de produção e de processos, da qual o Brasil não dispõe. Consequentemente, para tal produção há um caminho de maiores dificuldades para o nosso País, numa visão geral da questão.

Para a produção de **software**, precisamos de máquinas e equipamentos de qualquer origem, para sobre elas aplicar a inteligência nacional, inteligência que já dispomos pronta ou rapidamente preparável para sua utilização. Minha preocupação é de como ocupar este mercado esta oportunidade econômica. Entendo que, da mesma maneira como fizemos nos demais setores da atividade industrial no Brasil, devemos partir das fases mais fáceis para as mais difíceis, procurando sempre internar o máximo dos resultados e ampliá-los, tanto no campo econômico, como, principalmente, no campo social, mas preocupados sempre para que a eficácia macroeconômica do País não seja comprometida. Aliás, esta foi uma experiência que deu certo no País. Observamos que todo o nosso desenvolvimento industrial partiu dessa premissa e que foi sendo ajustada através dos tempos.

Hoje estamos discutindo algumas linhas de projetos. Temos projetos que variam desde o liberalismo total até o projeto do Executivo, que, na minha opinião, é o primeiro passo para a implantação de um totalitarismo de Estado, pretendendo colocar sob o comando de um terceiro escalão do Conselho de Segurança Nacional cerca de 70% do Produto Interno do Brasil e a totalidade dos seus indivíduos. Aliás, este projeto me causou surpresa, porque fere a linha básica do Governo do eminente Presidente João Figueiredo, que sempre caracterizou sua ação, suas propostas, por uma luta férrea em favor da abertura, da redemocratização do País. Instituir reserva de poder, à guisa da reserva de mercado, foi na verdade a proposta do Poder Executivo.

Em vista dessas colocações, procurei apresentar um substitutivo, em que utilizei toda a experiência vivida pelo Brasil no campo da industrialização. Fiz uma proposta de não se jogar fora o custo social que pagamos por outras experiências e procurei corrigir os defeitos observados no curso de suas aplicações. Procurei utilizar desde o plano de metas do Presidente Juscelino Kubitschek até as experiências mais recentes do Conselho de Desenvolvimento Industrial da BEFIEIX, de outras instituições, como a própria CAPRE e, inclusive, a Secretaria Especial de Informática. Procurei formalizar cada um dos passos, de maneira que, sem ingenuidades, traçássemos um caminho para que a empresa nacional tenha condições reais de competição com empresas com participação estrangeira. Busquei fundamentalmente o interesse nacional, porque o Brasil, na verdade, tem 130 milhões de potenciais consumidores de informática, enquanto que desses simplesmente uma ou duas centenas de produtores de bens para a informática. Procurei, no meu substitutivo, instituir um Conselho para coordenar a ação do Governo e da iniciativa privada no setor. Procurei estabelecer uma reserva de mercado para toda a empresa nacional que se habilitasse no setor, e não simplesmente para "certas" empresas nacionais. Reserva de mercado, tanto no campo do **hardware** como no campo do **software**, utilizando os instrumentos tradicionais de proteção tarifária, planos de nacionalização, incentivos fiscais e financeiros e mais uma reserva de margem de preço de competição, similar ao adotado no chamado "modelo japonês". Procurei estabelecer exigências para o funcionamento de empresas com participação de capi-

tal estrangeiro, mesmo que minoritária. Procurei fixar regras claras e gerais para que toda a sociedade brasileira e o seu Governo pudessem harmoniosamente engajar-se nesse esforço para atingir os objetivos dos planos nacionais de informática. Mas o que resultou? Aqui estamos premiados por uma urgência inexplicável ou inconfessável, para ver passar por decurso de prazo um projeto absurdo, ou aprovar um substitutivo que, apesar de toda a competência, civismo e esforço do nobre Relator Senador Virgílio Távora, vai comprometer, de maneira muito forte, os interesses do País, por ser uma versão que não lhe podemos atribuir pessoalmente, mas, sim, porque é uma versão aprovada na Comissão onde seu esforço foi minoritário.

Tanto esta versão como o projeto original elevarão à desarticulação da ação governamental, a um intervencionismo inadmissível de um segmento do executivo sobre outro, trazendo prejuízos brutais a toda a máquina do Governo e ao interesse global da economia, semeando incertezas para a iniciativa privada. Em vez de reserva, criará cartórios, de maneira que a competição está, na verdade, extirpada. Vai comprometer a eficácia macroeconômica, prejudicar a expansão do setor, estagnar a tecnologia e prejudicar inclusive a base de emprego, onde tanto poderia contribuir. Ouvi serem mencionados alguns exemplos neste momento em que se discute o projeto de informática, como o do petróleo, das ferrovias, da indústria automotiva e outros tantos, quando a informática tem característica totalmente diferente desses setores, que não se aplicam, porque a defasagem tecnológica no campo da informática é crescente e não decrescente como nos outros exemplos. Mas gostaria de dar um belo exemplo do fato a que me refiro. A eficácia macroeconômica e o custo social, que podem ser prejudicados por um trabalho malfeito para estabelecer reserva de mercado. Vamos ao caso da navegação de cabotagem: quanto custou e está custando para o Brasil a reserva de mercado na cabotagem? Quanto custou para nosso país o orgulho e a falácia de ter uma cabotagem nacional? Não consigo mensurar, mas sei que está na soma dos rombos orçamentários da SUNAMAM, das perdas da arrecadação fiscal, da desarticulação do sistema de transportes, dos acréscimos na importação de petróleo, dos sobrecustos embutidos nos preços das mercadorias que consumimos e tantos outros, difíceis até de qualificar. Sabemos que um frete de Fortaleza à Parangaba custa mais caro que um frete de Fortaleza à Costa Leste dos EUA. Aí está o desespero orçamentário da SUNAMAM, pelos incentivos e benefícios indiscriminados concedidos, mas que a população brasileira está pagando, na forma direta, ou indireta, pelo processo inflacionário que a esmaga. Preocupa-me a possibilidade de que se esteja criando, com todas as boas intenções que nos unem nesta Casa, um novo escândalo desta dimensão, o escândalo de um cartório que vai prejudicar a sociedade brasileira, mas que será pago regamente, à custa da miséria do nosso povo.

Gostaria também de mencionar que o projeto peca, porque, ao criar "centros de tecnologia", está provocando dispersão de verbas. Devíamos concentrar verbas para aproveitar os recursos humanos e os recursos físicos já existentes nas universidades brasileiras. Por que não elegemos uma, duas, três universidades para que sejam centros de tecnologia? Para que criar novos cabides de empregos, novos instrumentos de força, quando já temos a universidade, que aí está, de joelhos, por falta de verbas, à míngua, sem recursos para seu sustento? Mas pior que tudo, as propostas que aí estão, tanto o substitutivo, como a proposta original são mais uma porta aberta para o exercício do arbítrio e do autoritarismo, tão condenados, unanimemente nesta Casa.

Assim, gostaria de deixar minha posição muito clara de que a pobreza de uma Nação varia em função da eficácia macroeconômica. Quanto menos eficaz a economia, maior a pobreza, sem dúvida alguma. E estamos

mexendo num setor que, como insumo macroeconômico, vai definir esta eficácia e, inclusive, na capacidade de desenvolvimento e de prosperidade de nosso povo. Além disso, o desvario que se propõe contraria a experiência que deram certo neste País e assim não tem nenhuma relação com as coisas boas que fizemos no passado, que levaram a um processo de industrialização, muito embora com defeitos, mas que hoje propicia empregos a milhões de brasileiros. Por fim, para o Congresso, é um ato de personalidade não aceitar a forma como o Executivo nos impõe, quanto à tramitação deste projeto. Aliás, ou rejeitamos tudo, ou merecemos a humilhação que estamos recebendo.

A Sr^a Cristina Tavares — Deputado Luiz Fayet, é estranhável que V. Ex^a preconize que o substitutivo oferecido pelo nobre Senador Virgílio Távora não seja aprovado por falta de número nesta Casa. Quero tranquilizar V. Ex^a e a Nação, dizendo que as lideranças partidárias tiveram a responsabilidade de convocar os Parlamentares para votar o substitutivo hoje à noite, às 19 horas, e apresentar os destaques, se assim o entenderem. Tranqüilize-se, Deputado Luiz Fayet. Agora, deixe-me tranqüila. Quanto à sua afirmação de que a pobreza deste País, de que o **gap** tecnológico deste País se encontram na área de informática, V. Ex^a é suficientemente culto e inteligente para não fazer afirmações dessas gratuitamente, porque não são verdadeiras. Sabe V. Ex^a que temos reserva de mercado neste País para empresas multinacionais e não temos nenhum desenvolvimento tecnológico. V. Ex^a acusa a área de informática e de cartório. Sabe V. Ex^a muito bem que reservas de mercado para empresas multinacionais existem, encasteladas no Ministério das Comunicações. As quatro empresas multinacionais — a Ericsson, a Siemens, a Equitel e a contrabandista da NEC — dominam o mercado de CPAs através de portarias, que não são leis aprovadas neste Congresso; e contra isso não ouvi a brilhante voz de V. Ex^a protestar nesta Casa, Deputado. Sabe V. Ex^a que não se trata de economia. Se fosse apenas a questão econômica, talvez V. Ex^a tivesse razão — a **Adventure** traria aporte de capital. Trata-se de domínio tecnológico. Há 50 anos a IBM está instalada neste País, e não se conhece nenhum computador produzido pela engenharia brasileira nos laboratórios da IBM. Pelo contrário, os laboratórios da IBM produzem tecnologia no exterior, porque esta é a natureza das empresas multinacionais. O que estamos discutindo aqui não é apenas questão econômica, mas política, de soberania nacional. E tenho a certeza e a segurança de que este Congresso saberá honrar as tradições das lutas brasileiras, saberá honrar a luta da PETROBRAS, que também encontrou ferrenhos inimigos e provou ter sido uma das companhias que elevaram este País à dignidade de Nação soberana. Portanto, nobre Deputado Luiz Fayet, a argumentação aparentemente lógica que V. Ex^a procura desenvolver nesta tribuna esconde, na verdade, a decisão política que segmentos da sociedade brasileira não querem tomar. E eu lamento que isto ocorra através da brilhante inteligência de V. Ex^a (Palmas.)

O SR. LUIZ FAYET — Ilustre Deputada Cristina Tavares, constato que entre mim e V. Ex^a exista simplesmente uma questão de forma de entender as coisas. Temos as mesmas intenções, as mesmas preocupações. Talvez por experiências profissionais diferentes, tenhamos comportamentos diferentes diante dos problemas nacionais. V. Ex^a afirma que posso tranquilizar-me porque o projeto será aprovado, haverá **quorum**, e eu lastimo que isto ocorra. Não me vou tranquilizar pelo fato de ser ou não aprovado. O que tenho a lastimar neste momento — e direi muito mais — como todo o povo brasileiro, é que, dentro de uma preocupação justa, de se estabelecer diretrizes que projetam a atividade em mãos de empresários nacionais, estejamos construindo um monstro, que po-

derá devorar não só as empresas, mas toda a economia nacional.

A pobreza brasileira não é fruto da questão de tecnologia da informática. A pobreza brasileira é fruto da baixíssima eficácia macroeconômica que desfrutamos. Esta é a verdade incontestável. Basta conhecer um pouco de economia. Mas gostaria de chamar a atenção de V. Exª para a colocação fundamental da nobre apartante, quando diz que sem o domínio tecnológico não conseguiremos mudar o curso da história. Concordo plenamente. Entretanto, entendo que o caminho propugnado, tanto no substitutivo, como no projeto original, ao invés de nos aproximar, nos distancia desses objetivos. Aliás, como profissional de economia, conhecendo com razoável profundidade essa área, tenho a obrigação de fazer estas considerações. Por isso é que reafirmo as colocações constantes do meu substitutivo, por entender que elas nos permitirão chegar a esses objetivos, que todos preconizamos, mas de cuja forma de aplicação todos divergimos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Odilon Salmoria.

O SR. ODILON SALMORIA (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, indiscutivelmente, é um daqueles dias em que este País poderá reafirmar sua nacionalidade, com a aprovação de uma lei que realmente proteja o mercado nacional para as nossas indústrias e para a tecnologia nacional em informática. Vários oradores discutiram o projeto do Executivo, inclusive o ilustre Senador Roberto Campos, de conhecidas posições contra o projeto e conta a reserva de mercado. Os argumentos do Senador, aqui tecidos nesta manhã, foram os mesmos que temos ouvido ao longo deste ano, nas discussões no Senado da República. A questão do cartório, na indústria de informática, a questão da importação, das *joint-ventures*, do autoritarismo do projeto, as glórias de Taiwan em Singapura, as questões da inconstitucionalidade, tudo isso já foi sobremaneira discutido, porque os argumentos são os mesmos usados durante todo o ano.

Ocorre que ninguém discute as questões de autoritarismo, as questões de ampliação democrática que vieram embutidas no projeto do Governo, mas também ninguém discute que o próprio projeto foi um avanço para a institucionalização de uma Política Nacional de Informática. Foi um avanço o projeto como ele veio e um avanço muito maior o substitutivo apresentado pelo ilustre Senador Virgílio Távora. Eu, em mais de uma ocasião, elogiei tanto a sua postura na condução dos trabalhos visando ao relatório na Comissão Mista, quanto o próprio relatório do ilustre Senador.

As questões que estão no relatório é que efetivamente nos cumpre discutir hoje. O relatório, como já disse, pode não ser um relatório ideal, mas é um relatório possível neste momento, e ali estão abordados pontos muito importantes para o futuro do País nessa área de alta complexidade, de alta tecnologia. O relatório do ilustre Senador, que foi — diga-se de passagem — fruto, em muitos dos seus pontos, de acordo entre todos os partidos que têm assento nesta Casa e no Senado da República, foi amplamente discutido, depois de passar pela Comissão Mista e por todos os setores da sociedade civil que se interessam pelo assunto. Nesse relatório, que iremos votar hoje à tarde, está instituído o Conselho Nacional de Informática e Automação, que é de fundamental importância. Nesse Conselho, o órgão maior da informática no País — e será, no futuro, das decisões da informática — estão 10 representantes do Governo, mas estão também 8 representantes da sociedade civil, democratizando e tirando, assim, o autoritarismo, condenado por muitos, das decisões sobre informática.

Está no relatório, a criação de um Plano Nacional de Informática, que virá a este Congresso Nacional para ser

analisado, discutido e aprovado a cada 3 anos, trazendo, portanto, muitas das prerrogativas do Congresso Nacional perdida nos vinte anos de autoritarismo. O Plano Nacional de Informática contemplado pelo Relatório do Senador Virgílio Távora fará com que o Congresso Nacional, analise, discuta e trace os rumos da informática para o futuro deste País. Isto está no relatório e passará a ser lei, se Deus quiser.

Estão no relatório as isenções e os incentivos. Mas mais importante do que as isenções e os incentivos, os limites, as faixas, para quem deverão ser concedidas as isenções e os incentivos, tudo isso terá que ser aprovado pelo Congresso Nacional, junto com o Plano Nacional de Informática. Mais uma forma de democratização e de valorização do Congresso Nacional, eliminando, portanto, os resquícios de ditadura e de autoritarismo, condenados por muitos.

A questão básica desta discussão é a reserva de mercado, que está muito bem definida no substitutivo e muito bem protegida a indústria e a tecnologia nacionais.

Quando se falava na questão do decurso de prazo, quando se falava no autoritarismo do projeto do Executivo, nós, que somos a favor da reserva de mercado, que éramos contra o autoritarismo do projeto do Executivo, não o condenávamos totalmente, como condenavam aqueles que usavam aquele argumento apenas para acabar com a reserva de mercado. A tecnologia e as empresas nacionais estão defendidas e protegidas no relatório que estamos discutindo e analisando.

Quanto a questão dos distritos de exportação, que acredito que seja, hoje, o único aspecto polêmico do substitutivo do Senador Virgílio Távora, eu, pessoalmente, já me posicionei na Comissão Mista contra eles, como fizeram aqui alguns parlamentares.

O distrito de exportação realmente oferece um certo risco para aquilo que é fundamental no projeto, ou seja, a reserva de mercado.

Nesse ponto o ilustre Deputado Oswaldo Lima Filho se posicionou favoravelmente aos distritos de exportação, dizendo que não havia risco. Realmente há risco, Deputado Oswaldo Lima Filho, de que por ali se acabem implantando-se, efetivamente as empresas multinacionais no setor em quaisquer dos Estados do Nordeste. Amanhã ou depois essa empresa, com 2, 3, 4, 5, mil empregados, alegando que não consegue mais exportar, pode querer abrir o mercado nacional e fazer com que o Estado onde está abrigada exerça pressão para que o Congresso Nacional e o Poder Executivo aprove essa abertura. Esse é o risco. Mas também tenho dito, Sr. Presidente, que, da forma como está colocada no substitutivo do Relator a questão do distrito industrial, na regulamentação da lei, ou quando vier para o Congresso Nacional, realmente poderemos coibir esses perigos. Então, tirar os distritos de exportação do relatório do Senador Virgílio Távora põe em risco os avanços nele embutidos; não devemos tocar nessa questão. Se isso implicar risco do avanço representado por esse substitutivo, devemos deixar os distritos de exportação no relatório e, consequentemente, na lei, para depois de efetivamente assegurada a reserva de mercado e a defesa da tecnologia e da empresa nacionais nos debruçarmos — ai, sim — com mais calma, mas com igual vigor, nessa questão, para defendermos, ou continuarmos defendendo, eliminando o que pode, efetivamente, apresentar um risco para a reserva de mercado.

Ouç o nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Nobre Deputado Odilon Salmoria, como V. Exª já salientou, defendi o trecho do substitutivo do nobre Senador Virgílio Távora que assegura às regiões Norte e Nordeste do País a criação de distritos de exportação de informática, regulados pela SUDAN e pela SUDENE. E o fiz sob o argumento, que me parece inteiramente procedente, de que o Nordeste e o Norte do País durante cinquenta anos, pagaram a in-

dustrialização do Sudeste, contribuindo largamente para o saldo de sua exportação, com as divisas resultantes do câmbio de sua exportação. Enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e o Sul do País se industrializavam, a indústria era criada e subsidiada a dólar a Cr\$ 18,00 quando o dólar já valia mais de Cr\$ 100,00 no câmbio livre. Reconheço, como V. Exª, uma imperfeição no substitutivo, que é, no meu entender, a expressão que permite que nesses distritos de exportação sejam instaladas companhias, empresas não reguladas pelo art. 12, isto é, empresas específicas e nitidamente nacionais. Portanto, favoreço se o meu voto pessoal puder influir, a que esses distritos de exportação sejam criados apenas por empresas nacionais, como de resto, é norma em todo o substitutivo sobre a informática.

O SR. ODILON SALMORIA — Muito obrigado, Deputado Oswaldo Lima Filho. As suas posições nacionalistas e de luta pelas coisas do País já fazem parte da História deste País. Então, não tenho dúvidas de que a sua preocupação é a mesma que a nossa.

Mas indiscutivelmente as questões nordestinas estão muito acima da questão da informática. A solução dos problemas do Nordeste é questão até de segurança nacional, e não será através de um distrito de exportação que iremos solucioná-la.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outras argumentações já foram tecidas contra o o Relatório do Senador Virgílio Távora, como, por exemplo, que vai ser deixada no âmbito de um órgão toda uma política e que isso evoloverá milhões e milhões de dólares, do órgão citado pelo Deputado que me antecedeu, que é o terceiro escalão do Conselho de Segurança Nacional. Acredito que estivesse o nobre Deputado se referindo à SEI - Secretaria Especial de Informática. Ocorre que a SEI, pelo substitutivo do nobre Relator, é um órgão auxiliar do Conselho Nacional de Informática. Portanto, não tem ligação nenhuma como o Conselho de Segurança Nacional. Pode ter tido no passado, mas não a terá no futuro, com a aprovação do relatório. E há uma certa confusão entre reserva de mercado, criação de cartórios e monopólio, tendo sido citado a questão da cabotagem no País. O que existe na Marinha Mercante hoje não é reserva de mercado, é monopólio, o que é ruim. O estabelecimento de monopólio, na navegação é muito prejudicial para o País. O monopólio da indústria moageira de trigo é altamente nociva também hoje e será amanhã. Mas o que se quer com a reserva de mercado não é monopólio; é apenas a proteção para a tecnologia e para a empresa nacional, podendo qualquer um estabelecer as suas empresas quando e onde quiser. Nem precisa dirigir-se à Secretaria Especial de Informática se não depender de incentivos ou de exportação. Não devemos confundir, portanto, o monopólio, que é altamente prejudicial aos interesses nacionais, como o que, hoje, se pretende e que está embutido no relatório do ilustre Senador Virgílio Távora.

Estamos passando das doze horas. Já há uma convocação para votação no começo da noite, às 18,30 ou 19,00 horas. Acho que, realmente, devemos encaminhar-nos para o encerramento das discussões e preparar-nos para o encaminhamento da votação e votação do substitutivo.

Gostaria de dar um aparte ao ilustre Deputado que aguarda ao microfone.

O Sr. Raimundo Asfora — Nobre Deputado, apesar de estar no exercício da Liderança do PMDB, não falo em seu nome ao apartar V. Exª. Falo apenas para deixar bem claro que, por inspiração do nosso colega Oswaldo Lima Filho, vamos pedir, por ocasião da votação, destaque para a seguinte expressão constante do art. 24 do substitutivo: "por empresas que não preenchem os requisitos do art. 12". Evidentemente, Deputado, deveremos injetar recursos nas áreas do Norte e Nordeste, pela razão de que estamos exaustos de subsidiar o crescimento do Sudeste ao longo de quase meio século. Pediria, inclu-

sive, a compreensão e conseqüente anuência das Lideranças partidárias para que não deixemos aquelas duas regiões apenas com o sobejo do que seja uma reserva de mercado, simples distritos de exportação, mas distritos em cujas áreas sejam instaladas empresas de informática essencialmente nacionais. Era esta a comunicação que queria fazer à Casa por intermédio do discurso de V. Ex^a

O SR. ODILON SALMORIA — Nobre Deputado, então a sua sugestão, por inspiração do Deputado Oswaldo Lima Filho, seria a de que os distritos de exportação fossem implantados na área da SUDAM e da SUDENE por empresas nacionais?

O Sr. Raimundo Asfora — Exatamente.

O SR. ODILON SALMORIA — Retirando-se o *in fine* do art. 24; "que não preenchem os os requisitos do art. 12" — este é que define empresa nacional — as empresas nacionais poderiam ser implantadas nas áreas dos distritos de exportação da SUDAM e da SUDENE. Concordo com V. Ex^a

Sr. Presidente, encerrando a minha participação, gostaria de conclamar os nobres Deputado e Senadores a que, na outra sessão do Congresso Nacional, aproveemos o substitutivo do Senador Virgílio Távora. E se formos colocar em risco o avanço já conquistado a duras penas contra o *lobby* exercido pelas empresas multinacionais — devo dizer que não somos contra a presença das empresas multinacionais no País, desde que não seja para explorar — pelo Ministério das Comunicações pelo Ministério da Indústria e Comércio, pois, repito nesta discussão da política nacional de informática e da reserva de mercado, conseguimos avançar as duras penas até o substitutivo, que pode não ser o ideal, mas é o possível se for colocado em risco esta lei de informática, devemos deixar de lado as nossas intenções de pedir destaque nesta sessão e na da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares, por permuta com a nobre Deputada Irma Passoni.

O SR. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sinto a emoção dos grandes momentos de decisão desta Casa: vota-se a institucionalização da reserva de mercado que tem a finalidade de capacitar a tecnologia nacional na área da informática. É um projeto político. Corajoso. Nacionalista. Patriótico. Histórico. E, contudo, cheio de imperfeições. Devemos ter claro que não estamos decidindo sobre a política nacional de informática, com a abrangência que a natureza da matéria requer. Como legislar sobre privacidade e automação nos marcos do atual regime? Na verdade, antes que uma lei sobre privacidade possa ser aprovada, exige-se a democratização das instituições, hoje dominadas pela repressão. Como imaginar o resguardo aos direitos sobre a privacidade como o General Newton Cruz no Comando Militar do Planalto? Será que sem uma abrangente reformulação no SNI poderá alguém conceber que o cidadão terá acesso a retificação a informações sobre a sua pessoa constante nas bases de dados? A privacidade é um direito natural da pessoa humana que exige a apuração dos crimes cometidos pela repressão com estes direitos.

Inadmissível conciliar uma legislação sindical corporativista e fascista, uma lei antígreve com o desejável equilíbrio entre os ganhos de produtividade e o nível de emprego, ameaçados pela automação. Hoje, no País, a automação e a robotização penetram nas empresas protegidas pela legislação previdenciária, que tributa sobre salários e não sobre o lucro das empresas.

É preciso que tenhamos a consciência de que hoje decidimos sobre os objetivos e diretrizes de uma política de informática. Deliberamos sobretudo sobre a política industrial para empresas nacionais, claramente definidas e

uma reserva de mercado através do controle das importações.

Uma política que vem dando certo, desde que implantada há 6 anos no País, pois a indústria brasileira do setor hoje ocupa 46 por cento do mercado.

A definição de empresa nacional se constitui um dos grandes avanços da política de informática, pois, além do controle do capital votante, são brasileiros os que decidem sobre a tecnologia. Outras, "empresas nacionais" existem, como este embuste que vem atuando na área das telecomunicações, onde corporações multinacionais ajem como se nacionais fossem. Para as corporações transnacionais reserva-se o mercado, sem que isso ofenda a sensibilidade de senadores e deputados com assento no Congresso brasileiro que hipotecam o futuro deste País em nome de "princípios constitucionais e bom senso econômico".

Preocupa-nos o disfarce utilizado pelos que hoje combatem a reserva de mercado, isto é, a capacitação tecnológica em uma área que penetra no sistema nervoso de um País. Que afeta a cultura. A economia. A saúde, a educação. E se constitui fator estratégico de defesa do território nacional. Que nos falemos os argentinos sobre o perigo da dependência tecnológica, com a sua trágica guerra das Malvinas, quando computadores e satélites fabricados pelo inimigo derrotaram inapelavelmente o seu exército.

A informática afeta a segurança nacional, entendida e definida como a segurança geral do povo. E, quando rejeitamos o maniqueísmo neurótico da ideologia da Segurança Nacional, não estamos fazendo uma opção improvisada. A dignidade da sociedade civil que, ao longo dos últimos 20 anos, lutou bravamente contra os abusos da ideologia da segurança nacional rejeita os que hoje se auto-intitulam de protetores das instituições democráticas, porque as suas faces e as suas carreiras ainda trazem a marca de cicatrizes produzidas pelo Sistema. A dignidade de um povo que desperta e se levanta está a exigir que cada brasileiro assuma as suas responsabilidades.

Sr. Presidente, estamos assistindo a um impressionante *lobby* das corporações transnacionais, a pressões internacionais do Departamento de Estado norte-americano, do FMI, de entidades ligadas às corporações, e a isto o País não pode ficar insensível.

Assistimos a uma repartição de mercado para as corporações dentro do Ministério das Comunicações, que dividiu o mercado dos CPAs para 4 multinacionais. Sim, a Ericson, a Equitel, a Siemmenes, e a NEC receberam os benefícios de um reserva indevida, que prejudica o esforço de capacitação tecnológica de engenharia brasileira através do CPqD da TELEBRÁS. Os negócios especiais do MINICOM deverão ser objeto de CPI, para que a Nação possa conhecer a extensão dos prejuízos causados à inteligência de nossa engenharia, em nome da modernização. Ainda ontem o noticiário internacional anunciava a demissão de um Ministro de Reagan, acusado de corrupção. Não há outro caminho para o Ministro Correia de Matos, sobre cujo ministério paira uma indizível suspeita de favorecimento ilícito a corporações multinacionais. Só uma decidida volta aos valores éticos pode devolver dignidade ao processo político e à grandeza do nosso destino.

Srs. Deputados, o substitutivo oferecido à nossa apreciação pelo nobre Senador Virgílio Távora tem méritos que, somente por grave omissão ou imperdoável preconceito, poderia deixar de ser omitido.

Teve S. Ex^a a sensibilidade de aceitar emendas oferecidas que aprimoraram o projeto original, não apenas do ponto de vista técnico, mas que contemplava sobretudo a questão democrática. Soube S. Ex^a entender que a reserva de mercado, conquanto necessária, não seria suficiente para o esforço nacional, se, ao seu lado, não se desenvolvessem maciços investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Um dos mais notáveis artigos introduzi-

dos neste substitutivo destinada à pesquisa recursos significativos. Soube S. Ex^a, o Senador Virgílio Távora, incorporar emendas que retiravam o intolerável autoritarismo do projeto original. Restaurou o Poder Legislativo como fórum das decisões, com a responsabilidade de aprovar os planos trienais de informática. Batalhou com denodo S. Ex^a para retirar do CSN a condução da PNI. A História não haverá de negar o empenho das Oposições e de setores liberais do Governo para esta tomada de decisão que se incorpora no calendário da abertura política.

O projeto tem o mérito histórico de desafiar a atual Ordem Econômica Internacional, que destina aos países ricos o direito de dominar as novas tecnologias e aos países pobres o dever de consumi-las.

O projeto que apreciamos é atacado pelas corporações e defendido pela SBPC. Atacado pelo FMI e defendido pelos clubes, sindicatos de engenharia, dos trabalhadores representados nos SPPDS. Acusado de xenófobo por americanos, que, para proteger sua tecnologia de ponta, fazem uma lei denominada *High Technology Act*. Esta a opção que temos de fazer.

Há um pânico generalizado entre os ideólogos de manutenção da Ordem Econômica Mundial. É que o sucesso da política brasileira na área de informática se constitui uma alternativa de desenvolvimento independente para os países do Terceiro Mundo. Daí por que este combate feroz. A mesma arrogância e brutalidade que leva a CIA a treinar mercenários para invadir a Nicarágua move esta guerra de que este plenário é testemunha.

Os comandantes zeros lutam contra a independência de seu país, na terra de sandino e na informática brasileira. Ao homenagear o comandante sandinista Bairdo... o Brasil informático inscreve-se na luta de libertação dos povos do Terceiro Mundo.

Sr. Presidente apesar dos méritos contidos no substitutivo e do nosso voto favorável ao seu conjunto, temos a indeclinável obrigação de denunciar o que nos parece imperfeito e perigoso. Refiro-me aos distritos de exportação, concedidos como uma compensação ao Nordeste pobre e ao Norte devastado. É nosso entendimento que estes distritos de exportação se constituem uma cunha que poderá ameaçar a própria reserva de mercado. O Brasil fez uma opção. Rejeitou o atrativo modelo das *joint-ventures*, que lhe poderiam trazer um aporte de capital. O Brasil não se deixou seduzir pela fantasia dos laboratórios internacionais. Superamos o complexo de submissão para podermos construir uma tecnologia à altura dos destinos do nosso País. Pois bem, se foi acertada esta decisão, é inaceitável que o que é bom para o Brasil seja ruim para o Norte e Nordeste. O Nordeste empobrecido e o Norte saqueado não podem ser resgatados pelas migalhas do Centro-Sul. Não se pense em minorar a pobreza absoluta de 45% de nordestinos, que têm uma renda *per capita* de 25 dólares anuais adotando-se o modelo da Cingapura, da Tailândia, da Coreia do Sul — enclaves norte-americanos. Se aprovados os distritos de exportação, são um convite ao separatismo. Inaceitável que se destine tecnologia e vantagens ao Sul e se aproveite uma mão-de-obra barata para os miseráveis do Nordeste. O problema das 66% da população rural infantil que, entre 1 e 5 anos, estão afetadas pela desnutrição não se resolve com frentes de emergência tecnológica. É odioso que este Congresso aprove a dominação do Brasil rico contra o Nordeste pobre. Mais odioso ainda é procurar soluções de misericórdia, quando exigimos decisões políticas que quebrem o domínio das oligarquias políticas da região que reservou o mercado de votos no Nordeste para a manutenção do *status quo* do Sistema.

Se não fora por esta inaceitável divisão do Brasil, é bom não esquecermos que não constava inicialmente no parecer a palavra prioritariamente no art. 25. Tal como colocado, a IBM poderá transformar Sumaré em um Distrito de Exportação, e esta prática poderá a curto prazo comprometer esta luta histórica. O parágrafo 2 do

art. 9 inclui outra despropositada aberração, podendo comprometer a produção nacional para o **software** e toda a microinformática. O inciso I do art. 19 veda a empresa estatal o benefício dos incentivos, o que a rigor a condena à morte letal.

Assim, Srs. Deputados, esta lei, que é apenas o início do nosso despertar para a informatização da sociedade, contém imperfeições graves que deverão ser sanadas mediante a apresentação de destaques.

Aprovar o substitutivo na íntegra é uma meia-sola tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está em discussão o Projeto de informática, que trouxe, na sua erupção, uma gama de debates, mostrando à Nação os interesses nacionais e antinacionais envolvidos na questão.

A reserva de mercado levantou celeuma dentre aqueles interessados em fornecer ao capital estrangeiro as mesmas possibilidades ou até melhores que o capital nacional. Felizmente o projeto do Poder Executivo acolheu a reserva de mercado e, aqui, no Congresso, apesar dos esforços de algumas forças, não houve possibilidade de alterar esse posicionamento, que é o da Nação em favor da reserva de mercado.

O processo de industrialização do nosso País sempre foi feito com os recursos da Nação. O empresariado nacional tem sido ricamente privilegiado no seu trabalho de montagem de fábricas e de produção, com financiamento pelos estabelecimentos de crédito, com juros e correção monetária fixos, com uma gama de isenção de impostos e de incentivos fiscais. Esse empresariado, na sua generalidade, sempre tem ficado contra a democracia. O povo brasileiro tem pago o processo de industrialização de nosso País com o maior sacrifício, ganhando salário mínimo, num País em que mais de 50% dos trabalhadores percebem salário mínimo, num País em que o trabalhador que ganha 375 mil cruzeiros paga 12% na fonte. Pois bem, esses quase 50 milhões de trabalhadores é que estão pagando o processo de industrialização, processo que não respeita os direitos do povo brasileiro, que está provocando sérios problemas em vários lugares, como Cubatão, Bahia e Rio de Janeiro, que está provocando a poluição, contaminando os rios. O rio Paraíba, hoje, não, tem mais água potável. Não se pode mais beber sua água. Muitas vezes, investimentos são feitos com o dinheiro do povo para sanear o rio, que foi poluído pelas empresas que receberam o maior incentivo para se instalarem. Então, o povo paga duplamente: paga a industrialização e paga, depois, a despoluição das cidades, dos rios e das fontes de água. Este é o processo de industrialização do empresariado, que advoga que o Estado não deve intervir na economia. Se não deve intervir na economia, não deve dar também incentivos, facilidades para o capital nacional ou estrangeiro. Como o grande empresariado brasileiro se formou? Com a intervenção do Estado, dando-lhe incentivos, retirando do povo brasileiro, do povo trabalhador para promover a industrialização do País. E quem se beneficia das empresas estatais é o empresariado, nunca os trabalhadores? Quem se beneficia da PETROBRÁS? Quem se beneficia do aço subsidiado de Volta Redonda? São os empresários nacionais, não o povo brasileiro.

Então, é preciso que os empresários saibam que a Nação está consciente. Está oferecendo este projeto com reserva de mercado, com isenção de impostos a empresários que, em geral, se colocam contra a democracia, contra o reajuste de salários, contra os direitos dos trabalhadores. É preciso que os trabalhadores se conscientizem dessa problemática, para fortalecer a sua luta na reivindicação dos seus direitos e dos seus salários.

Estamos dando à indústria da informática isenção de parte de Imposto de Importação e Exportação, de Imposto de Renda e vários outros tributos. Estamos zerando os impostos cobrados a estes empresários. É preciso que eles tenham consciência disso.

Cheguei a apresentar uma emenda no sentido de que essas isenções fossem de até 50%, porque já estamos dando a reserva de mercado. A emenda foi rejeitada.

Pretendíamos apresentar uma solicitação de destaque para essa emenda. Mas não está havendo acordo entre as Lideranças, e também não queremos forçar a mão. Vamos compor com as Lideranças, para ver qual a melhor solução.

Sr. Presidente, também apresentei uma emenda, no sentido de alterar o dispositivo que diz que outros incentivos e isenções poderão ser concedidos às empresas de informática, quando elas fizerem convênio com as universidades brasileiras. Minha emenda foi no sentido de que esses convênios, obrigatoriamente — para receber os incentivos e isenções — deveriam ser feitos com as universidades públicas, municipais, estaduais e federais. Também esta emenda foi rejeitada pela Comissão Mista.

Não podemos aqui financiar o ensino público, que já se beneficia das milhares de bolsas de estudo dadas pelo Governo Federal e também pelos Parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal. Queremos que o ensino particular sobreviva, mas com os seus próprios recursos, não com os recursos do Governo. Por isso, apresentei a Emenda nº 212, no sentido de que esses convênios fossem feitos apenas com as universidades públicas. Era uma forma também de aquinoar as universidades públicas com recursos que, muitas vezes, faltam para as suas próprias atividades.

Sr. Presidente, quero mostrar como este regime capitalista é altamente subversivo e totalitário, porque, ao mesmo tempo em que, desde que o Brasil processa a sua industrialização, temos dado imensos recursos aos industriais, aos empresários brasileiros, estes não têm tido sensibilidade, no campo social, para com os trabalhadores. Querem apenas abocanhar. Fizeram pressão sobre o Congresso para aprovarmos todos aqueles Decretos-Leis da série 2.000 2.045, 2.012, 2.065, que arrochavam os salários dos trabalhadores. O empresariado defendia aquela tese, apesar de as Oposições estarem aqui esclarecendo que seriam eles os prejudicados, que seria o Governo prejudicado com a recessão. E hoje estamos vendo o resultado: o Governo envia-nos um projeto, com o apoio do próprio empresariado, já sacrificado, como previam as Oposições, alterando o Projeto de Lei nº 2.065. E ontem ele aqui foi alterado, pelas emendas apresentadas.

Mas quero mostrar que o projeto de industrialização, no Brasil, sempre foi feito à custa do povo, à custa dos trabalhadores. Vejamos os benefícios que o Governo tem dado às indústrias e que hoje damos nesse processo de informática. Está aqui a tabela do Imposto de Renda do assalariado, no *Diário Oficial* de 1º de junho de 1984, com a Instrução Normativa nº 56, de 31 de maio de 1984, que dispõe sobre o desconto do imposto sobre o rendimento do trabalho. Não é sobre rendimento do lucro, mas do trabalho. O pobre trabalhador brasileiro que ganha 375 mil e 1 cruzeiros mensais desconta 12% de Imposto de Renda na fonte; o trabalhador que ganha 541 mil e 1 cruzeiros paga 16% de Imposto de Renda na fonte; o trabalhador que ganha 780 mil e 1 cruzeiros desconta 20% de Imposto de Renda na fonte.

Este é o processo de industrialização do País, sustentado pelos miseráveis trabalhadores brasileiros. Este é o regime capitalista subversivo e totalitário que espolia o nosso povo, em detrimento de privilegiados, que constroem suas fábricas e depois querem acabar com a PETROBRÁS, com Volta Redonda e com as empresas estatais, das quais são os principais beneficiários. Isto é que precisamos mostrar ao povo brasileiro, como se processa a industrialização e como se fabricam as fortunas neste Brasil da minoria privilegiada, essa minoria branca

e rica que nos espolia desde as épocas cabralinas até hoje.

Temos quase 50 milhões de trabalhadores, e o Ministério do Trabalho revelava, nas suas estatísticas do ano passado, que 18 milhões não têm carteira assinada. Dezoito milhões de trabalhadores sem carteira assinada representam, para o INAMPS, uma evasão mensal de 100 bilhões de cruzeiros. Onde estão as delegacias Regionais do Trabalho? Onde está a estrutura do Ministério do Trabalho? Pactuando com o empresariado, com o capital estrangeiro, nessa exploração ao trabalhador que nem condições de trabalhar tem, porque não tem as mínimas condições de salubridade, morrem nos acidentes de trabalho que são cada vez mais frequentes em nossa terra.

Sr. Presidente, a minha fala diz respeito menos ao processo de informática do que a esse processo de espoliação, que devemos levar à praça pública para que o povo compreenda a causa da sua miséria, a causa das favelas, a causa da discriminação dos nossos irmãos negros que são, todos eles, um exército de reserva para esse mercado de salário mínimo. Esta a situação do nosso povo, quando as empresas contabilizam bilhões de lucros mensais.

Verificamos que, no mercado de especulação do **open market**, cobra-se 10% de Imposto de Renda sobre o lucro, enquanto se descontam 20% do salário do trabalhador. Se eu investir, hoje, no **open market**, 10 milhões de cruzeiros, dentro de um mês terei, tranquilamente, um milhão de cruzeiros de lucro e vou pagar apenas 10% de Imposto de Renda sobre ele. Enquanto isso, o trabalhador que ganha 375 mil e 1 cruzeiros desconta 12% e o que ganha 970 mil cruzeiros desconta 20%. Esta é a legislação feita através de decreto-lei, que permite ao especulador viver sem trabalhar, investindo no **open market** ou no **over night**.

Este é o regime capitalista subversivo, totalitário, destruidor das nossas instituições, desagregador da família. Por isso digo que a delinquência maior é a do regime, é a do Governo, e não a dos marginais. A delinquência maior é a dos dirigentes deste País, dos responsáveis pelo Governo e pela nossa economia, ao permitirem que um pai de família que ganha 300 mil cruzeiros desconte 12% de Imposto de Renda, ao passo que se desconta apenas 10% sobre o lucro obtido no **open market**. Este Governo está incentivando o desemprego quando obriga o empresário, ou aquele que tem uma atividade no campo, a especular no mercado de **open market**. Se há favorecimento ao mercado de especulação, por que vai o empresário investir na indústria ou na agropecuária, tendo que arcar com as obrigações sociais, já que é obrigado a assinar a carteira de trabalhador? Não, ele prefere investir no **open market**.

Por isso, as indústrias estão fechando e os empresários estão passando a investir na Bolsa, no **open market** nas Cadernetas de Poupança, porque é muito mais tranquilo, e o Imposto de Renda é apenas de 10%.

Para que trabalhar neste País? Por isso dizia o Sr. Ermírio de Moraes, com sabedoria: "Qualquer dia desses, deixo de trabalhar e vou ser banqueiro". São estes exatamente os privilegiados de nosso País, os banqueiros, os donos das financeiras, os especuladores, que estão levando o Brasil à derroçada, a transformar-se um mercado do capital estrangeiro, da especulação financeira. Os nossos trabalhadores sustentam este País, para gozo de uma minoria privilegiada, branca e rica, que nos vem espoliando, associando-se, muitas vezes ao capital estrangeiro para destruir as nossas instituições, destruir esta Nação, com o concurso deste Governo subversivo e totalitário. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a propósi-

to do debate deste projeto que institui a Política Nacional de Informática, estamos assistindo, nesta sessão do Congresso, uma série de críticas, críticas severas e, no meu entender, injustas ao atual Governo e aos governantes que antecederam o Presidente Figueiredo.

Vivemos neste momento, Sr. Presidente, os últimos tempos de um processo revolucionário que se vai esvaindo. Esses governos, tão criticados, este processo revolucionário aqui acusado tantas vezes de aliado a interesses internacionais e, repetidamente, de nos últimos anos ter entregue o País — até se o disse — à sanha dos interesses alienígenas, foram estes últimos governos, Sr. Presidente, que promoveram a ocupação da Amazônia, foram estes governos que conseguiram a defesa e o aproveitamento econômico do mar territorial brasileiro; são estes governos que vêm mantendo uma política externa independente e imune a pressões internacionais; foram esses governos que, resistindo à pressão das superpotências, conseguiram dar ao Brasil uma política nuclear independente. E é este Governo, Sr. Presidente, que coroa todo esse processo, enviando a esta Casa projeto que assegura um futuro para a informática brasileira.

Estes são os fatos. Além deles, *slogans*, além deles, palavras; além deles, frases que se repetem e se dizem, mas não se conformam com a realidade, se pretendemos examiná-la e não subordiná-la à nossa vontade. Este projeto garante o futuro da informática em nosso País. O substitutivo tão bem elaborado pelo Senador Virgílio Távora reaprimora o projeto e nos defende. Efetivamente, ainda mantendo o espírito da mensagem do Presidente João Figueiredo, nos assegura, sem emoções, a defesa contra empresas supranacionais.

As supranacionais existem e cumprem hoje um papel importante na história do mundo. Mas em uma área tão sensível como esta não há como não nos defendermos. Não por motivos de emoção, não repetindo frases, *slogans* que se esvaziam no seu próprio pouco sentido ou acreditando nelas, mas porque supranacionais são empresas que, por sua natureza, não têm compromisso com nenhuma espécie de nação, e aí está o erro, grave, quando se as chamam de multinacionais, o que implicaria a idéia de pertencerem a várias nações. O lamentável ou perigoso está exatamente no fato de não pertencerem a nenhuma nação, não terem compromisso com ideais, com princípios nacionais. Seu compromisso é com o lucro, seu compromisso é com a redução do custo, seu compromisso não é com o homem. Numa área sensível como esta não podemos deixar de reconhecer a sua existência. Seria apenas imaturidade fazê-lo. Não estamos deixando de reconhecer no momento em que, sabidamente, em seu substitutivo, o Senador Virgílio Távora abre a hipótese dos distritos estaduais. Mas estamos-nos defendendo contra ela e garantindo aos brasileiros, com os quais temos compromissos, porque por eles fomos eleitos, garantindo à indústria nacional a sobrevivência, os incentivos, tudo aquilo de que necessita para que a informática no País, amanhã, seja efetivamente nossa também.

Sr. Presidente, gostaria, neste discurso muito rápido, de chamar a atenção para um segundo ponto que me parece importante no substitutivo do Senador Virgílio Távora: a proteção que se dá, pela primeira vez, no País, aos criadores de *software*. Tem-se discutido só o problema do *hardware*. Tem-se falado apenas em reserva de mercado para os que fabricam computadores e seus periféricos, para os que se dedicam à fabricação da máquina. Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um computador é tal como uma máquina de cinema, tal como uma vitrola. O importante não é ela, o importante é o filme, o importante é a música. Assim também o importante é o programa.

Um computador, na realidade, não faz outra coisa senão armazenar informações com uma capacidade de memória maior que a nossa e processá-las com extrema velocidade, uma velocidade maior do que a que poderíamos ter em nosso raciocínio. Com isso, nos abre uma ou-

tra escala de pensamento, dá-nos, aos seus usuários, uma possibilidade maior, uma escala diferente, um novo dimensionamento de raciocínio. Mas não é o computador que faz isso; quem faz isso é o programa. O computador apenas escolhe entre duas opções — sim ou não —, de acordo com uma seqüência lógica que lhe foi sugerida por um programa, obra da criação de um homem.

O homem, ontem, exprimia sua criação escrevendo, pela literatura, fazendo teatro, na sua expressão corporal, o balé, por exemplo, fazendo filmes ou compondo poesia, música. Hoje, o homem tem outra forma, uma nova forma de exprimir a sua capacidade criadora e de, intelectualmente, extroverter-se, além de todas estas: o programa. O programa é também uma nova forma literária. Qualquer tipo de restrição ao programa corresponde, Sr. Presidente, para mim, a pura e simples censura. Censurar-se ou limitar-se a capacidade de criação do *software* significaria, neste ano de 84 coincidentemente, o mesmo que, anos atrás, seria restringir ou limitar a criação de um escritor, de um músico, de um cineasta.

Este projeto assegura a liberdade para o criador do *software*, estabelecendo, pela primeira vez na legislação brasileira, penas, e penas severas, para a tentativa de cópia, aquilo a que se convencionou chamar pirataria. Assegura o que nos parece tão ou mais importante do que o desenvolvimento do *hardware*. Assegura-nos o nascimento de um mercado para o criador brasileiro de programas, do *software*. A nossa legislação, absolutamente omissa em relação ao assunto, fazia com que vivêssemos, e ainda estamos vivendo, do *software* estrangeiro, contrabandeado, porque, quando se imagina um *software* como alguma coisa grandiosa, e o é, fisicamente é apenas um *sketch* que se traz debaixo do braço. Não há como impedir, não haveria alfândega no mundo que conseguisse impedir o livre trânsito desses programas e ainda bem, porque impedir o livre trânsito deles seria o mesmo que impedir o livre trânsito de livros e filmes. Asseguramos, sim, maiores garantias; asseguramos, sim, incentivos para autores nacionais tal como fazemos com a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais. Mas não podemos, a título de defesa do autor nacional, impedir a circulação livre de criações estrangeiras tal como não podemos, em nome da defesa do escritor nacional, impedir a entrada de livros estrangeiros, tal como não podemos, em nome da defesa do cinema nacional, impedir que o povo brasileiro conheça obras cinematográficas estrangeiras.

O Programa, o *software*, é isso, Sr. Presidente. Esta visão inteligente, séria teve o Senador Virgílio Távora em seu substitutivo, tal como inova o substitutivo no momento em que penaliza fortemente as tentativas de cópia, remetendo aqueles que buscarem a pirataria para o art. 168 do Código Penal: apropriação indébita. A preocupação que tivemos ao apresentar esta emenda, aceita pelo Relator, foi de não sujeitar o autor de programas à legislação brasileira que cuida do direito autoral. Poderíamos considerá-lo autor, como em outros casos a que me referi, e dar ao criador de programas o direito de autoria, assegurando-lhe as garantias da legislação relativas a autores de livros, por exemplo. Mas, Sr. Presidente, estaríamos entregando os criadores do *software*, desta nova ciência, a órgãos como o ECAD, o CNDA, órgãos que, a experiência nos diz, costumam freqüentar muito mais as páginas policiais dos jornais do que as revistas jurídicas do País. Por isso procuramos livrá-los de órgãos desse tipo, que não nos merecem ainda a confiança e o respeito. Ao invés disso, buscamos tipificar a tentativa de pirataria como simples apropriação indébita. Aquele que copia um *software* não está fazendo outra coisa senão utilizar fisicamente um *sketch* para cópia. Utilizar este material como se fosse seu proprietário, está tipificada aí a apropriação indébita. E nos parece ter sido muito feliz o substitutivo do Senador Virgílio Távora quando nos abre esta nova visão na área da Informática e quando enriquece fortemente este projeto ao tratar

também deste tema. Disse que irá amanhã apresentar um projeto específico para o *software*. Que venha, Sr. Presidente. Mas não podemos continuar esperando por ele, não sabemos se chegará, se será aprovado e se protegerá o criador de *software*. Ouço o nobre Deputado Jorge Carone.

O Sr. Jorge Carone — Nobre Deputado, V. Ex^a é realmente uma das maiores inteligências deste País. Nós, Deputados, tanto do Governo quanto da Oposição, reconhecemos a sua capacidade. Disse V. Ex^a, no início de seu discurso, que este Governo, acusado de entreguista, mostrou no entanto determinadas posições nacionalistas. Nunca questioneei a posição nacionalista do governo. Mas existem alguns militares do Governo que participaram e participam de multinacionais, contrariando, às vezes, os interesses do nosso País. V. Ex^a fala da revolução como se ela fosse uma revolução realmente nacionalista, mas está esquecendo que a coisa mais importante que nós temos é a criança — e morre aqui uma criança por minuto. V. Ex^a esqueceu de falar nos exilados, nos perseguidos, nos torturados, nos que foram mortos porque lutaram por um ideal. Reconheço que o Presidente Figueiredo tem feito enorme esforço no sentido de redemocratizar este País, e espero que ele cumpra o compromisso que assumiu ao jurar fazer deste País uma democracia. Mas V. Ex^a sabe que mais importante do que a informática, mais importante do que qualquer outra coisa, é alimentar 35 milhões de crianças que estão passando fome, na miséria. É isto o que eu acho importante, mais do que qualquer reforma.

O SR. ÁLVARO VALLE — Muito obrigado a V. Ex^a. Fico honrado com o seu aparte e agradecido pela generosidade de suas palavras. Estou de acordo com V. Ex^a em alguns pontos. Não era meu objetivo neste momento — poderia ser — fazer toda uma defesa do processo revolucionário brasileiro, que, acredito, realizou muito, fez muito.

Vamos sugerir a um jovem, hoje, de 17, 18 ou 20 anos, que pergunte a seu pai se teve as oportunidades de escola que ele tem hoje. Vamos pedir a um jovem que more numa pequena cidade do interior do Nordeste que pergunte a seu pai como era aquela cidade há vinte anos. Vamos sugerir a alguém que more num pequeno arrabalde, na periferia de um pequeno vilarejo do interior — porque até isso existe — o que havia há 20 anos, de água, de eletricidade, como se chegava àquela cidade, como se falava por telefone. Vamos pedir a cada jovem que simplesmente pergunte ao seu pai como era sua vida há 20 anos. E vamos descobrir, para surpresa de muita gente, que nestes 20 anos muita coisa foi feita. Então, Deputado, não se deve generalizar tanto a crítica. Lamentavelmente houve tortura, o que nos envergonha a todos; evidentemente houve excesso dos dois lados, o que nos envergonha a todos; matou-se dos dois lados, o que todos, como brasileiros, devemos lamentar. Mas iniciamos um novo processo. Fez-se uma anistia neste País, procuramos esquecer o passado. Vamos pensar, então, não naqueles que morreram, mas nos seus ideais de um Brasil maior, que se construirá no momento em que o passado for esquecido. E não se viabilizará um Governo sem esse esquecimento. A Argentina está sendo a grande prova disto; é um país que tenta, com a nossa torcida até, construir um futuro sobre os escombros do passado, o que é impossível.

Ouçõ novamente, com prazer, o nobre Deputado Jorge Carone.

O Sr. Jorge Carone — Em primeiro lugar não vou aceitar a expressão "escombros do passado". O Governo João Goulart teve os seus defeitos, mas pelo menos o salário pago, à época, ao trabalhador, era o justo, e subia de acordo com a inflação. Há 20 anos o salário está achatado, os funcionários públicos recebem miséria, um salário de fome. Há 20 anos há um grupo que domina

este País — só para lembrar a V. Exª o grande mal que tem sido feito. Há vinte anos, os meninos de 6, 7, 8, anos falavam: quero ser advogado, médico ou engenheiro. Agora o que os meninos falam é o seguinte: o que adianta eu ser engenheiro, advogado ou médico se não arranjo emprego? Esta é a grande mensagem contra o atual Governo e contra o futuro deste País. Os meninos de 5, 6 anos estão vendo os seus pais, irmãos e tios desempregados. Hoje um título de engenheiro, de médico ou de advogado pouco representa neste País — este é o grande mal.

O SR. ÁLVARO VALLE — Agradeço-lhe o aparte e repito: veja o grande risco da radicalização. O interesse de V. Exª é também o meu, a preocupação de V. Exª é também a minha, pelo futuro e pela alimentação das crianças brasileiras. E esta preocupação V. Exª poderá realizar em termos de ação auxiliando-me — vou procurá-lo para isto — na aprovação, hoje já esta no Senado, de projeto de minha autoria que determina a distribuição gratuita e obrigatória de leite para crianças e gestantes carentes e que levou muitos anos para ser aprovado nesta Casa. E sabe V. Exª por quê? Porque ele dormia em mãos de relatores da Oposição desta Casa. Veja os riscos da radicalização.

Quero apenas fazer desta tribuna, como minhas últimas palavras, um apelo às Lideranças da Casa, sobretudo à Liderança do Partido dos Trabalhadores, para que entendam a importância deste projeto e a importância de mantermos na íntegra o substitutivo do ilustre Senador Virgílio Távora. A tentativa de aprovação de destaque poderia conduzir ao insucesso, nesta Casa, a aprovação deste substitutivo.

Tenho a certeza de que o nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Aírton Soares, não querará trazer para o seu partido esta terrível responsabilidade, que será a de hoje não conseguirmos aprovar este projeto, que todos consideramos, senão o ideal, mas definitivamente, um passo seguro para que se firme amanhã, neste País, uma informática efetivamente brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na verdade, as minhas palavras deveriam ter sido ditas, em aparte, ao nobre Senador Roberto Campos, mas o seu democratismo temporário fez com que não me concedesse oportunidade de apartear. Tenho ponderações a fazer a respeito de uma afirmação de S. Exª

Uso a tribuna para discutir o projeto, quando bastaria que a Casa perdesse um minuto para que eu formulasse indagações a S. Exª

O eco do sotaque de S. Exª e também a sua presença física não estão mais nesta Casa. S. Exª não se priva de nada; mas eu, também, não me posso privar das indagações que desejaria fazer.

Quando S. Exª se dirigia à tribuna, até dediquei-lhe muita atenção. Lembrava-me da minha adolescência, quando com a minha formação nacionalista, me opunha a S. Exª. Até o chamava por um diminutivo, que seria afetivo, se pronunciado nos Estados Unidos da América. Mas aprendi, com o golpe de Estado de 1964, que não se deve subestimar o adversário. É necessário prestar atenção no que pensa, no que diz o Senador Roberto Campos, para não se sofrer com aquilo que ele pode fazer. Quando vi S. Exª, daquela tribuna, a defender a liberdade, imaginei que S. Exª fosse um neoconverso; quando vi S. Exª a defender a liberdade de trabalho, recordei-me de que, sob normas baixadas pelo Governo resultante do golpe de Estado de que era o Ministro todo-poderoso do Planejamento, perdi o meu trabalho. Gostaria que a conversão do Senador Roberto Campos, se ocorreu, tivesse ocorrida há 20 anos, quando o Gover-

no que S. Exª representava defendia idéias das quais divirjo, como por exemplo, “aquilo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DARCY PASSOS — Não tema o nobre Líder do PDS. Aqui está o verdadeiro democrata. Concederei a V. Exª o aparte, no devido tempo, e não me escudarei no esgotar do tempo para impedir o diálogo, ou até a divergência e a controvérsia.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Agradeço a V. Exª a controvérsia, no caso.

O SR. DARCY PASSOS — O Senador Roberto Campos, arguiu a inconstitucionalidade do projeto. Sei que o fez fundado no parecer de um professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudei, e que foi até meu contemporâneo, autor de livros, mas que também cometeu o pecado de ser chefe de gabinete do Ministro Buzaid, nos tempos mais negros da repressão sangrenta neste País. E os seus méritos intelectuais, muito superiores aos meus, têm também a sua mácula. O autor em que se louvou o Senador Roberto Campos tem uma edição de livros posterior ao fato de ele haver se curvado submisso ao regime autoritário, em que suprimiu parágrafos inteiros, porque tinha o passado a ser inconveniente ao autoritarismo, a que servia gostosamente. A crença na liberdade, que também esse professor de Direito outrora havia proclamado nos livros, sem nenhuma explicação, ele a cortou nas edições, na época repressiva do General Médici. Então, talvez o Senador Roberto Campos tenha sido induzido em erro pelo jurista dócil que consultou.

Mas vir, aqui, o Senador Roberto Campos dizer que a definição de empresa nacional, do art. 16 do projeto, do art. 12 do substitutivo, é que violava... E S. Exª revelou não apenas desconhecimento da Constituição ou das leis, como também manifestou a sua ideologia. Até o Código Civil, que é de 1917, coloca as pessoas antes dos bens. Na linha daquilo que crê e a que serve o Senador Roberto Campos, S. Exª aqui invocou os direitos e garantias das pessoas para garantir os direitos das empresas. Confundiu-se S. Exª. Confundiu-se ou deixou transparecer aquilo que realmente estava no âmago da Alma. O art. 153 trata dos direitos e garantias individuais, e as normas que regem a ordem econômica e social começam a partir do art. 160. Se fosse erro de direito, seria crasso. Na verdade, S. Exª faz questão de que os interesses empresariais preponderem sobre os interesses das pessoas. O § 23 defende a liberdade de trabalho, sujeita às condições que a lei estabelecer. A lei estabelece condições para o trabalho. A não ser nos Estados Unidos, onde convive frequentemente o Senador Roberto Campos. Lá, a liberdade de trabalho é absoluta, mas aqui a liberdade de trabalho é sujeita às condições legais. Não se aplica o texto. Mas, se ele se aplicasse, seria juntamente a lei que impõe condições para o exercício do trabalho de que nos fala a Constituição.

Na sua invocação, S. Exª mudou de posição, ou mascarou a de sempre, Ministro que foi de um Governo que cassou sindicalistas e interveio em sindicatos.

A liberdade de associação é o direito que têm as pessoas de se associarem. Na ordem econômica, que cuida das empresas e das atividades econômicas e sociais, o próprio direito de propriedade da pessoa encontra suas restrições, porque lá se diz que a propriedade é função social. Porque é função social, lá adiante se estabelece a intervenção do Estado no domínio econômico. E enquanto se impõe e se possibilita a intervenção do Estado no domínio econômico, chega-se até ao monopólio. Ora, o Estado que pode monopolizar para si qualquer atividade econômica certamente pode reservá-la para alguns dos seus súditos. Não creio que a controvérsia seja cons-

titucional; não creio que a controvérsia seja de Direito Público, não creio que a controvérsia seja de forma. Na verdade, o que hoje se revela aqui é que o Senador Roberto Campos da minha adolescência é o mesmo Senador Roberto Campos da minha maturidade...

O Sr. Bonifácio de Andrada — Deputado Darcy Passos, nós queremos dar uma palavra a respeito do Senador Roberto Campos, dentro do nosso ponto de vista, para ficar registrada nos Anais. V. Exª permite?

O SR. DARCY PASSOS — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Bonifácio de Andrada — Respeitamos bastante a posição de V. Exª, indiscutivelmente um dos batalhadores mais eficientes e ilustres do PMDB nesta Casa. Mas V. Exª deve dar-nos o direito de discordar. Consideramos o Senador Roberto Campos uma das inteligências mais lúcidas, um dos homens mais cultos, um dos brasileiros mais ilustres deste País. É lógico que as pessoas que se colocam, como V. Exª, numa posição radical, vêm nas posições do Sr. Roberto Campos atitudes contrárias, digamos assim, aos objetivos da sua ação política. Também podemos discordar em muita coisa do Sr. Roberto Campos, mas não podemos negar os serviços que tem prestado a este País. Quanto às referências que V. Exª faz ao Sr. Roberto Campos, quando Ministro de Estado no Governo do Presidente Castello Branco, são típicas de quem é um crítico da Revolução. V. Exª há de concordar conosco em que o movimento revolucionário de 1964, seja qual for o nome que V. Exª lhe queira dar...

O SR. DARCY PASSOS — Golpe de Estado, é como Pontes de Miranda o chama.

O Sr. Bonifácio de Andrada — V. Exª fique com o Sr. Pontes de Miranda ou com quem quiser, mas há de concordar conosco em que foi realmente uma violenta manifestação política autoritária. Concordamos com V. Exª, teve seus momentos de grande autoritarismo, não há dúvida mas um autoritarismo que se justificava, junto àqueles que lideraram o movimento, na busca de uma democracia plena, da soberania nacional, que estava então atingida por agentes ligados a grupos estrangeiros, e não apenas, como pensa V. Exª, do mundo ocidental.

O SR. DARCY PASSOS — V. Exª está falando que o Sr. Roberto Campos é ligado a grupos estrangeiros?

O Sr. Bonifácio de Andrada — Não, estou falando que há muitos críticos da Revolução de 1964 que são homens que têm simpatia por experiências estrangeiras, contrárias à índole brasileira.

O SR. DARCY PASSOS — V. Exª está falando nas multinacionais e na informática?

O Sr. Bonifácio de Andrada — Não, Deputado. Estou falando a respeito do Sr. Roberto Campos e da Revolução de 1964, que V. Exª criticou da tribuna. A não ser que V. Exª queira pôr fora do seu discurso a primeira parte das suas afirmações.

O SR. DARCY PASSOS — Se estou entendendo o seu aparte, V. Exª se está referindo a pessoas submissas a grupos internacionais. São os grupos econômicos multinacionais da informática?

O Sr. Bonifácio de Andrada — Deputado, as tentativas de desvio de V. Exª do nosso diálogo não têm nenhuma importância, porque os Anais registram a primeira parte do seu discurso, em que V. Exª não falou em informática, em revolução brasileira de 1964, mas falou no Sr. Roberto Campos. É a isso que me estava reportando. Quanto à questão da informática, nossa posição é a do substitutivo do Senador Virgílio Távora, onde encontramos elementos bastantes para lançar uma legislação básica

em torno de assunto dessa magnitude. Devo dizer a V. Exª que o Sr. Roberto Campos, embora fazendo críticas, em parte, a esse substitutivo, concorda, no substancial, com ele, que é obra de um Senador do meu partido e que defendemos aqui, com toda a energia, neste plenário, neste instante. Era o que gostaria de registrar, em aparte a V. Exª. Conheço a temática de V. Exª, daquelas mais radicais, e sei que não vai aceitar nada do que afirmamos. Mas fica no discursos de V. Exª

O SR. DARCY PASSOS — Agradeço a V. Exª o aparte. Estava-me referindo exatamente à arguição de inconstitucionalidade levantada pelo Senador Roberto Campos, contra o substitutivo do Senador Virgílio Távora. Como ambos são do PDS, realmente, por ética, eu não deveria intrometer-me nesta controvérsia interna, íntima, intestina. Na verdade, uma coisa quero nesta tribuna agradecer. Sou um homem efetivamente radical, fiel às minhas raízes. Diria que de início, quando vi o Senador Roberto Campos criticar o autoritarismo, pensei que estivesse mudando. Também é um homem radical. O Senador Roberto Campos e eu somos fiéis às nossas raízes; e é por isso que há essa controvérsia. Éramos fiéis em 1964, somos fiéis agora e tenho a impressão de que ambos seremos fiéis até o fim dos nossos dias. Entendi mal, realmente.

Cuidava eu da arguição de inconstitucionalidade do projeto de informática, do substitutivo de um Senador do PDS, argüido como inconstitucional pelo Senador Roberto Campos. Mas eu diria que a controvérsia não é de forma. Não reservamos o pau-brasil, ficamos sem ele. Não reservamos a borracha, ficamos sem ela. Tudo aquilo que neste País não se reservou foi tomado. Agora, como quando Cabral desembarcou neste País, oferecemos miçangas pelos nossos metais amarelos. E eu, que queria ser um homem sério, maduro, sisudo e estudioso, de repente, quando, por exemplo, se realizou nesta Casa, na Legislatura passada, a discussão dos decretos-leis que regiam Carajás, descobri que, nos esforços, muito da

pouca competência talvez me tivesse tirado da intuição original de adolescente. Na verdade, quando se cuida dos interesses nacionais reais e dos interesses alienígenas, que têm sempre aqui os porta-vozes mais qualificados, mais competentes, mais cultos — mesmo porque a sua cultura não é a nossa cultura cabocla, mas haurida, retirada dos grupos estrangeiros — é esta a controvérsia real. Naquela ocasião, julgava que deveria ler e aprofundar-me mais nas teorias da economia internacional, quando se cuida dos interesses nacionais e dos interesses do capital estrangeiro — é assim que se chamava em 1964 — porque multinacionais dariam a impressão de que o Brasil e outros seriam donos. Na verdade, são capitais estrangeiros, como sempre. E a controvérsia que hoje se trava é exatamente esta. Um País submisso, através da dominação — e o nome técnico é imperialista — a interesses de fora daqui. Até quando, para evitar a situação colonial que impôs, bem ou mal, os ônus de pagar os funcionários, se estabelece um desenvolvimento dependente, em que a economia cria necessidades, produtos, tudo que interessa a grupos de fora, com padrões de fora, com tecnologia de fora, em detrimento daquilo que possamos e devemos almejar no campo econômico.

O Sr. Raymundo Asfora — Nobre Deputado Darcy Passos, trago ao discurso de V. Exª a linguagem do homem da rua. O Sr. Roberto Campos notabilizou-se neste País como um advogado do capitalismo internacional. Ele é, na expressão perfeita da nossa gente, um entreguista. Não disfarça o seu entreguismo. Elege todos os modelos, a partir do econômico, que satisfaçam os interesses da comunidade financeira internacional. Ministro do Planejamento na implantação do Governo do Marechal Castello Branco, S. Exª, o Sr. Roberto Campos imprimiu à nossa economia, à nossa política de Estado um capitalismo dependente do capitalismo internacional. Aí temos todos os reflexos desta política de entreguismo. Agora, vem ele esgrimindo, por exemplo, a política de controle da natalidade; quer prodigalizar, de fato, os inibidores

da fertilidade da mulher brasileira, em particular da mulher nordestina. Pensa que, com todos esses comportamentos múltiplos, sucessivos, mas que só têm compromisso com o capital internacional, presta serviço a este País. Daí não causar nenhuma estranheza que se volte contra a reserva de mercado da informática. Ele está perfeitamente a serviço desses interesses externos. Não o agrido, ao assegurar que é ele realmente um advogado de interesses do capitalismo estrangeiro, porque ele próprio se proclama ser esse advogado, com suas teses, suas ideias, revestidas, evidentemente, do brilhantismo da sua inteligência e da sua erudição — que, para mim, ainda não se sistematizou em cultura.

O SR. DARCY PASSOS — Agradeço o aparte ao nobre Deputado Raymundo Asfora e concluo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Na verdade, quando vi o Senador Roberto Campos defendendo a liberdade, defendendo a liberdade de trabalho, a liberdade de associação, imaginei que S. Exª tivesse mudado. Mas, depois, percebi que S. Exª continuava advogando a submissão do nosso pobre Brasil aos interesses muito poderosos. Na verdade, revivi um dos meus tempos de adolescente. Voltei às minhas raízes, às quais quero ser fiel. E vejo que, como sempre, em todos os campos, em relação a quase todas as pessoas, o tigre pode perder as manchas, mas conserva sempre afiadas as suas garras. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Está esgotado o tempo da sessão. No entanto, há ainda oradores inscritos para discutir a matéria. Em consequência, nos termos do que dispõe o art. 39, do Regimento Comum, a Presidência, convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 14:30 horas, neste plenário, destinada à continuação da discussão do Projeto de Lei nº 10, de 1984 — CN que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 57 minutos.)

Ata da 307ª Sessão Conjunta em 3 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Carlos Chiarelli.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Pedro Simon

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Mag-

no Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS;

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS;

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB;

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neco — PDS; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Giulio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtón Sandoval — PMDB; Airtón Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sa-

bóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Marini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schimdt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS; Irineu Colato — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 337 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado para breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Colagrossi.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, representante do povo do Rio de Janeiro nesta augusta Casa, aonde cheguei como o segundo mais votado do PDT, creio na minha responsabilidade, tanto quanto da de meus eminentes Pares, a preocupação com problemas os mais variados e aflitivos que envolvem, de maneira genérica, toda a comunidade nacional, nestes tempos nossos de crise, de angústia coletiva, de incertezas e, sobretudo, de profundo desequilíbrio sócio-econômico, que provoca desajustes os mais graves e sérios.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, venho hoje a esta tribuna para falar sobre a Amazônia, a Amazônia esquecida e abandonada, a Amazônia que, essencialmente, continua sendo apenas motivação para as criações da imaginação artística e da fantasia folclórica, numa alienação extremamente criminosa e imperdoável, como se hoje, a um passo do fim do século e do milênio, a nós fora permitido o luxo de tal omissão, diante de um mundo cheio de carências, com a família humana permanentemente em luta para garantir a própria sobrevivência, pronta, inclusive, para evocar o Direito de Necessidade e, sob sua égide, partir para a ocupação de áreas ainda isoladas e imensamente férteis, em busca de uma garan-

tia concreta de vida, do alimento indispensável ao simples ato de viver.

E nós, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, insistimos em não nos dar conta dessa drástica realidade. Com as portas fronteiriças da Amazônia escancaradamente abertas, prosseguimos refestelados em nossa insensibilidade e em nossa teimosia, protelando para um amanhã que não sabemos quando chegará as providências que já deveriam ter sido tomadas há muito tempo, com vistas a integrar objetivamente a Amazônia no contexto das nossas verdades sociais e econômicas, de modo a preservar ali, naquelas latitudes longínquas, de solidão e abandono, os nossos interesses e os nossos direitos fundamentais e inalienáveis.

Tudo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na Amazônia está ainda por fazer, e o que é feito, lamentavelmente resulta de improvisações grotescas e do desconhecimento total das peculiaridades geofísicas, geantropológicas e geoeconômicas daquela área imensa.

Temos como ilustração o grandioso Estado do Amazonas. Ali, os ilustres estrategistas da política econômica do Governo planejam a implantação da pecuária, a construção de rodovias margeando rios, tudo a par de incentivos e estímulos dirigidos a uma Zona Franca, que foi criada para se transformar em pólo industrial, com o aproveitamento da matéria-prima regional e da mão-de-obra ociosa e, em verdade, ainda não passou de um centro sofisticado de montagem eletrônica e de um empório comercial varejista. Se não, vejamos: o Amazonas possui, no rio Negro, as maiores reservas naturais de piaçava e, mesmo assim, importa vassouras do Sul; possui imensos seringais nativos, e não tem sequer uma fábrica de pneumáticos; abriga a maior fauna ictiológica do mundo e, por mais incrível que possa parecer, não tem uma infra-estrutura pesqueira adequada, não possui uma indústria de beneficiamento do pescado, obrigando-se, muito ao contrário, a importar, já industrializado, o pescado que sai livremente através das fronteiras do Peru e da Bolívia. Os supermercados da Zona Franca de Manaus ostentam em suas prateleiras enlatados de salmão e trutas que, verdadeiramente, outros não são senão as piraiabas, os dourados, os surubins que os estrangeiros compram e também pescam em nossas águas, exportando-os depois para as indústrias canadenses, inglesas e norte-americanas, que os transformam, através de processos os mais modernos, nos vistosos peixes "importados" que os abastados consomem nos banquetes faustosos, fazendo questão de enfatizar que o cardápio é composto de alimentos estrangeiros, pagos a peso de ouro com as divisas tão necessárias ao nosso equilíbrio econômico.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este meu brado de alerta, que espero possa ecoar na consciência dos nossos governantes, a fim de que eles encarem com mais seriedade e com maior patriotismo os problemas da Amazônia, antes que seja tarde demais, antes que a população do nosso planeta, acossada pela miséria brutal que assola as latitudes todas do globo, onde praticamente todos os solos já estão ganhando a conotação de desertos, resolva transformar a Amazônia em patrimônio da necessidade universal, passando a explorar avidamente uma região que, por legado de Deus e dos nossos ancestrais, nos pertence. Ainda assim, permitimos que essa região continue criminosamente abandonada, havendo um êxodo que é o maior do País e representa a fuga dolorosa do homem no rumo de capitais como Belém e Manaus, nas quais a inexistência de infra-estrutura industrial não permite a absorção dessa mão-de-obra, ensejando, por via de consequência, o surgimento das favelas e dos mocambos miseráveis, com o crescimento inevitável da criminalidade. E o interior vai ficando cada vez mais vazio, sendo as metrópoles obrigadas a importar até mesmo os legumes e as verduras mais simples, como é o caso de Manaus, onde um quilo de tomate beira a casa dos dois mil cruzeiros, e, o que é mais absurdo, até mesmo a farinha

de mandioca, alimento básico da população, vem de fora, simplesmente porque não existe ninguém mais para plantar. Os interioranos se acotovelam na capital, sonhando com um emprego na Zona Franca, que, depois de ter oferecido sessenta mil empregos diretos, não tem mais a menor condição de garantir trabalho a ninguém.

Chega, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, chega de improvisações nefastas, chega de legislação incompatível com as realidades amazônicas, chega de omissão, chega de alienação. A Amazônia tem as suas particularidades, que não podem ser mudadas para atender a conveniências estranhas. Num Estado como o Amazonas, por exemplo, ao invés de pensar em pecuária, num território que possui dois terços de área alagada, que se pense na criação racional de peixes, com o represamento dos lagos, dos furos, dos igarapés, de maneira a que seja possível a implantação de uma indústria de pescado, atendendo à demanda mundial com um alimento sadio e rico, numa atividade de exportação capaz de nos favorecer com divisas altamente preciosas.

Do mesmo modo, em lugar de estradas inviáveis margeando rios, que se pense na formação de uma navegação fluvial condizente com a realidade geofísica da região, com barcos especialmente construídos para aquela área, em condições de navegar durante as cheias e durante as vazantes, estimulando o fluxo comercial e funcionando como um corredor de exportações de produtos.

Também, ao invés dos projetos agrícolas de alto custo, que implicam desmatamentos perigosos ao equilíbrio da própria biosfera, que se pense na agricultura cíclica de várzea, onde o solo já está sempre naturalmente adubado, graças ao humus miraculoso que a natureza ali deposita, porque, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, se o Nilo, sozinho, alimenta o Egito inteiro, imagine-se o que conseguiremos nós na Amazônia, onde as várzeas de muitos Nilos esperam pela nossa decisão de aproveitá-las.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a clarinada de alerta que desejava fazer nesta Casa, mesmo sem ser um conhecedor profundo dos problemas amazônicos, mas simplesmente, como um brasileiro que se preocupa, e muito, com o destino daquela região imensa, da qual, indiscutivelmente, vai depender o destino e o futuro da própria Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, São José dos Campos, uma das mais populosas e prósperas cidades do interior paulista, com um Prefeito à altura da sua grandeza e do seu desenvolvimento constante, apresentou com orgulho, em setembro último, um pequeno balanço da sua administração, em que figuram a construção de 144 novas salas de aula, para 119 mil alunos na rede pública de educação; mais de 2 milhões de atendimentos pela rede de saúde; 75 mil alunos recebendo a merenda escolar; "sacolão da economia"; oito postos policiais instalados; produção de 170 mil mudas de árvores; 1.452 novos pontos de iluminação pública; saneamento básico na periferia; auxílio a mais de 10 mil famílias, sem contar 23 praças pavimentadas, 20 recuperadas, num mutirão total.

Comanda esse espetacular processo de desenvolvimento a figura humana exemplar, de político e administrador, do Prefeito Robson Marinho, ex-Deputado Estadual, ex-Líder da bancada do PMDB, hoje apontado dentre os melhores administradores do interior de São Paulo.

Estimulando a organização social da população, a cidade se apresenta mais limpa e conservada, enquanto a administração procura minorar as deficiências nos transportes, buscando, com a comunidade, as melhores soluções.

Na rede de ensino, os alunos carentes recebem atenção eficaz do Município. São atendidas com a merenda escolar 75 mil crianças e adolescentes por dia, matriculadas mais de 6 mil crianças nas pré-escolas da Prefeitura, havendo 4 mil jovens, nos bairros periféricos, concluindo cursos profissionais. Está sendo executado um amplo programa de atendimento ao menor trabalhador, com atendimento especial aos alunos da rede municipal de ensino.

Em dezoito meses, a Secretaria de Educação abriu 82 novas salas de aula para 6.029 crianças, enquanto a rede estadual do primeiro grau instalou 62 salas, em convênio com a Prefeitura, o que significa um total de 144 salas, com atendimento garantido a toda criança em idade escolar.

O Programa Mutirão, construindo unidades avançadas de saúde e postos policiais, recuperando escolas e promovendo a limpeza total dos bairros, vem revelando o apoio da comunidade à corajosa e dinâmica administração de Robson Marinho à frente de São José dos Campos.

Se o Brasil tivesse 4 mil Prefeitos desse porte, dessa competência, dinamismo e serviço público, os municípios não precisariam da União para progredir e sobreviver, sustentando, com galhardia, os fundamentos do processo cultural e do desenvolvimento econômico do País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aldo Pinto.

O SR. ALDO PINTO (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem, no Rio Grande do Sul, tivemos oportunidade de assistir a uma das maiores manifestações democráticas já ocorridas neste País, graças ao trabalho extraordinário dos agricultores do meu Estado. O estádio do Beira-Rio abrigou cerca de 50 mil pessoas, que buscaram, com a sua presença, apresentar não somente as suas reivindicações mas o seu protesto contra a política antiagrícola vigente no País, nestes últimos vinte anos. A FECOTRIGO, Federação das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul, que coordenou esse trabalho e essa concentração que orgulha o meu Estado, merece, nesta hora, os nossos aplausos, a nossa solidariedade, sobretudo na pessoa do Presidente Pires Machado, que, de forma entusiástica, apresentou as reivindicações da classe.

Presentes estiveram representantes de todos os partidos políticos, assim como esteve presente também, naquela concentração memorável, o candidato à Presidência da República, Tancredo Neves, que externou as suas preocupações em relação ao futuro da agricultura nacional. Mas S. Ex.^a foi mais longe ao afirmar a sua postura quanto aos reclamos dos nossos agricultores, que dizem muito de perto ao futuro da própria agricultura nacional.

Nós, do PDT, que estivemos representados lá pelo vice-Presidente do Partido, ex-Deputado Alceu Collares, estamos, mais do que nunca, preocupados não apenas com o presente da agricultura brasileira, mas sobretudo com as suas perspectivas. Esperamos que o Dr. Tancredo Neves, ao assumir a Presidência da República, resguarde, de forma definitiva, o compromisso real e verdadeiro que um governo não deve ter com os agricultores de sua pátria.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, numa economia de mercado interno como a que vivemos, os riscos cabem aos agricultores e os lucros, ao capital multinacional, ao capital financeiro e ao próprio Estado, através dos confiscos e contingenciamentos. Precisamos, mais do que nunca, dizer um basta à política antiagrícola que vige neste País, a fim de que possamos dar uma contribuição ao nosso mercado interno, que necessita, sobretudo, de que se coloque na mesa do consumidor, do trabalhador brasileiro, os produtos necessários para o seu consumo

diário, e também, através dos excedentes agrícolas do futuro, contribuir para minimizar essa alta dívida externa, que preocupa toda a Nação e, ao mesmo tempo, esse alto índice inflacionário que está corroendo o bolso de todos os contribuintes nacionais.

Ilustre Presidente, Senador Moacyr Dalla, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nós, do Rio Grande do Sul, nos orgulhamos sobretudo de, no nosso Estado, os agricultores demonstrarem alta consciência política, como ficou comprovado na concentração de ontem. Cumprimos todos os partidos políticos que se fizeram presentes naquele encontro e também, nesta hora, afirmamos o nosso propósito de cobrar do futuro Presidente da República aquele compromisso, que ninguém lhe pediu, mas que ele assumiu em praça pública, a favor da agricultura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNADO TIMÓTEO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, decididamente, mais uma vez se comprova o ditado segundo o qual pimenta nos olhos dos outros é refresco.

O auxiliar de liderança do PDT mais uma vez comprova o seu servilismo.

Quando alguns Deputados do PDT questionam o farsante socialista, Leonel, com problemas inquestionáveis, como a manipulação indevida do dinheiro do partido, a não prestação de contas e o destino imoral que se pretende dar ao mesmo, lá vem o nosso simpático auxiliar de liderança, criticando o Deputado Sebastião Nery. Quando o farsante socialista, o Leonel, faz acordos espúrios e permite que um Deputado chagista, Cláudio Moacir, tenha muito mais participação no Governo que todos nós do PDT, o nosso simpático auxiliar de liderança silencia. Quando figuras espúrias, fisiológicas, verdadeiros inimigos do povo, derrotados no partido do Governo, se mudam para a oposição, ocupando os nossos espaços e, por certo, de olho nos nossos votos, o simpático auxiliar de liderança silencia. Mas quando este Deputado, ousadamente, assume uma posição clara e não tergiversa em relação a um candidato, hoje, o verdadeiro candidato de oposição nesta Casa, aí, o que faz o nosso simpático auxiliar de liderança? Pede a minha expulsão do Partido.

Viva a democracia!

Viva a liberdade!

Viva a censura!

E, pelo visto, a censura, que tanto nos incomodava no passado, hoje é o instrumento favorito dos falsos liberais desta Casa.

Sabe, Sr. Presidente, eu tenho um grande respeito pelo PDT, e o meu respeito é ainda maior por alguns dos seus integrantes: o Senador Saturnino Braga, o Deputado Mário Juruna, o Deputado José Frejat, o Deputado Sebastião Nery, o Deputado Walter Casanova, o Deputado Júlio Caruso, o Deputado Délio dos Santos, o Deputado Nilton Alves, o Deputado Amaury Müller, o Deputado Floriceno Paixão, o Deputado JG de Araújo Jorge, e talvez mais alguns — não quero cometer injustiças — mas tenho verdadeira ojeriza pelo servilismo.

O nosso auxiliar de liderança, o extraordinário Deputado que não dá um passo sem receber ordens do falso socialista, irá perder o seu tempo. A Justiça jamais acatará tamanha indignidade, excluindo do PDT um verdadeiro e autêntico representante do povo. E graças ao povo eu trouxe mais alguns parlamentares para esta Casa, inclusive o auxiliar de liderança com os seus modestos 24.000 votos.

Agora, um lembrete ao nobre auxiliar de liderança: mesmo com 10% dos meus votos, eu estarei de volta em 1987, com mais do dobro dos seus modestos 24.000 votos.

Porém, vamos torcer para que o PDT consiga realmente me expulsar.

Assim, o PDS poderia também expulsar dos seus quadros todos os seus farsantes e fisiológicos desertores.

Aliás, Sr. Presidente, gostaria de denunciar que o meu nome está exposto na Cinelândia, como se eu houvesse faltado aqui, à votação do projeto sobre pagamento de royalties aos Estados produtores de petróleo. Isto não é verdade. Faltando 15 minutos para as 19 horas, procurei o Deputado Bocayuva Cunha e lhe pedi licença para ir a São Paulo participar de uma homenagem a Jorge Goulart, que perdeu a voz. E lamento profundamente que mesmo assim eles, que estão desesperados comigo, tenham colocado meu nome na Cinelândia.

E quero aqui também manifestar a minha indignação contra o **Estado de S. Paulo** e **O Globo**, que publicaram fotografias sem-vergonha e notícias de que mais de mil pessoas, em Sergipe foram atirar ovos no Deputado Paulo Maluf — e as fotos não mostram mais de 100 pessoas.

Todos conhecem os radicais que aparecem por aí jogando ovos.

Manifesto a minha repulsa à parcialidade e a desonestidade dos dois famosos jornais.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Aldo Pinto.

O SR. ALDO PINTO (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª tem caracterizado a sua presença nesta Casa pela dignidade, pelo respeito, pela decência, e por isso merece todo o nosso louvor. Solicito, penhoradamente, que V. Exª mande retirar dos Anais desta Casa as palavras desrespeitosas ditas por um cidadão que foi excluído da nossa Bancada por não ter sido respeitoso, por não ter sido ético, e, sobretudo, ilustre Senador, porque não tem representatividade nenhuma no nosso partido. Confiamos na integridade, inteligência e honestidade de V. Exª e manifestamos o nosso respeito a todos os partidos políticos desta Casa.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Pela ordem, Sr. Presidente. Eu fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Agnaldo Timóteo, o orador não citou o nome de V. Exª.

A Mesa vai responder ao nobre Deputado Aldo Pinto. Vamos exercitar o Regimento.

Aí está a Taquígrafia para comprovar a afirmativa desta Presidência. O nobre Deputado Aldo Pinto não citou o nome do Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, subo hoje à tribuna para relatar o gigantesco esforço que vem sendo realizado por personagens desinteressados e anônimos no lingoquê Médio Amazonas paraense, buscando preservar duas comunidades — a de Belterra e a de Fordlândia, — abandonadas há mais de dez anos à própria sorte, contando hoje com um total de dez mil habitantes.

A comunicação entre as duas cidades, distantes 150 quilômetros uma da outra, só se concretiza por via fluvial, numa viagem de barco que gira em torno de 12 horas de duração. As estradas internas quando não estão poeirentas estão enlameadas, e, em 1979, a situação das duas comunidades era extremamente grave.

As origens de Belterra e Fordlândia, localizadas no Vale do Tapajós, estão na Cia. Ford Industrial do Brasil, que recebeu do Governo do Pará um milhão de hectares para desenvolver um amplo projeto de seringa. Em 1945 as duas unidades foram negociadas com o Governo brasileiro, sendo administradas desde então pelo Ministério da Agricultura.

Esse Ministério, através da Delegacia Federal de Agricultura do Pará, atende às duas comunidades, em todos os seus setores: desde a manutenção dos cemitérios à

conservação de estradas, praças, apoio à educação, assistência médica e hospitalar, fornecimento de energia e abastecimento de água, coleta de lixo e segurança pública.

Evidentemente que tamanhas atividades e tão díspares não puderem todas ser levadas a bom termo, e, quando, em 1970, a nova administração da Delegacia Federal de Agricultura assumiu os encargos, compreendeu que só através da completa autonomia, tornando-as independentes, seria possível soerguer as duas comunidades, então em franca decadência, que anteriormente tantos serviços haviam prestado à economia do País através da extração do látex.

Em 1980, contando com total apoio do Ministério da Agricultura, foi iniciado o plano de autonomia de Belterra e Fordlândia e, desde então, longo caminho foi percorrido visando a liberar a população de mais de 40 anos de gerência direta ou indireta do Ministério.

As duas comunidades se constituem em núcleos populacionais expressivos de Santarém e Aveiro, e o programa de emancipação elaborado foi extremamente simples: o primeiro passo seria dotar Belterra e Fordlândia de recursos financeiros para sua manutenção, o segundo a emancipação propriamente dita, propiciando investimentos financeiros a serem aplicados por entidades oficiais ou privadas em setores atraentes da economia local, basicamente o gado e a borracha.

Parte da área de Belterra e Fordlândia já foi transferida ao INCRA, que, em Fordlândia, promovia a abertura de uma estrada de 42 quilômetros, ligando a comunidade à Rodovia Transamazônica; a energia elétrica de Belterra foi assegurada pela ligação ao sistema Curuá-Una, pelas Centrais Elétricas do Pará.

Por convênio o Ministério transferiu ao Governo do Estado a responsabilidade do ensino primário, depois de recuperar seis dos oito prédios onde se instalavam as escolas; foi igualmente recuperado o hospital de Belterra, cujo prédio estava totalmente depredado. A situação dos hospitais, no entanto, é ainda crítica, pois, sendo custeados por convênios firmados com o FUNRURAL e o INAMPS, encontram-se atualmente sem medicamentos e com falta de pessoal, embora atendam a toda a população da região de Tapajós e a algumas localidades do Baixo Amazonas. Só no ano passado a receita de atendimento recolhida à conta do Fundo Federal Agropecuário atingiu mais de 6 milhões de cruzeiros.

Um dos problemas mais graves da região é o dos seringais, que, com 40 anos de existência, estão com a vida útil praticamente esgotada, necessitando de uma renovação que não pode ser procedida pelo Ministério da Agricultura. Como consequência a produtividade é baixa, e o rendimento, insuficiente. Um trabalho junto aos seringueiros resultou na criação de uma Cooperativa Mista dos Seringueiros de Tapajós, primeiro passo para a emancipação econômica local. O Ministério da Agricultura iniciará a cessão dos seringais atualmente em corte para a cooperativa, assim como da Usina de Beneficiamento do Látex. A Cooperativa, fundada em novembro de 1983, necessita de orientação para administrar os seus recursos, razão por que foi solicitado ao Departamento de Cooperativismo do INCRA um gerente e um servidor para efetuar a contabilidade.

Mas há muito por fazer. Ainda falta a transferência de alguns serviços comunitários às Prefeituras de Santarém e Aveiros, a cessão ao INCRA ou às Prefeituras de lotes vagos na área urbana para revenda, e a legalização de áreas e imóveis. Pensa-se igualmente em transformar a Casa 1, que antigamente hospedava o administrador do Ministério no Pará, em museu, para preservar a história e a memória de Belterra, que se está perdendo com o tempo.

Fordlândia possui, por sua vez, um excelente plantel de gado Nelore fino, considerado dos melhores do Brasil, que, no entanto, havia sido quase dizimado pelas más administrações. Descarnados, sem assistência veteri-

nária, o lote localizado no retiro Tabocal estava abandonado, dizimado por onças e arraias, já sem novilhos ou garrotes de substituição.

Há ainda um rebanho mestiço de linhagem leiteira, com vendas de matrizes, e o projeto atual é o de reavivar a fazenda de Daniel de Carvalho, abandonada, centralizando lá o gado e dotando-a de recursos financeiros que permitam a formação de novas pastagens e a melhoria das instalações.

Evidentemente essas conquistas não foram efetuadas com facilidade. Muitos obstáculos tiveram se ser superados, outros há ainda a transpor. Mas não podemos deixar de reconhecer e elogiar o esforço que vem sendo feito para solucionar um problema que se arrastava há dezenas de anos.

Hipotecamos, naturalmente, a nossa solidariedade ao empreendimento e aos seus idealizadores e solicitamos às autoridades competentes do Governo Federal e Estadual, das autarquias, enfim, a todos aqueles vinculados de alguma forma ao destino de Belterra e Fordlândia, que se sensibilizem com o projeto e cooperem, facilitando a definitiva emancipação das comunidades, localizadas no inacessível e carente Médio Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Clemir Ramos.

O SR. CLEMIR RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Rio de Janeiro foi palco de uma das mais expressivas concentrações políticas havidas neste País, a reunião do Bureau da Internacional Socialista, que trouxe expressiva delegação e lideranças do mundo inteiro para reafirmar a luta dos povos livres em busca da justiça social, em busca da democracia, para que a fraternidade seja o principal liame entre os homens. Lá estiveram representantes de povos que vivem pressionados pelo capitalismo selvagem, como é o caso da Nicarágua, presente ao encontro com uma expressiva delegação, sob a liderança do Comandante Bayardo Acre, que esteve nesta Câmara, na manhã de hoje, fazendo clara exposição sobre o que ocorre no processo político nicaraguense, trazendo para nós, brasileiros, um exemplo de democracia e de luta pela liberdade.

O povo nicaraguense, Sr. Presidente hoje vítima da perseguição selvagem do belicista Presidente norte-americano Ronald Reagan, vem resistindo heroicamente às agressões que lhe são feitas a todo instante.

Com a convocação de eleições presidenciais diretas e livres para 4 de novembro, a Nicarágua vem dar uma demonstração a nós, brasileiros, de como se consolida a democracia. No Brasil, apesar da aparente estabilidade das instituições, com uma população que ultrapassa os 130 milhões de habitantes, ainda temos que suportar a imposição desse nefando Colégio Eleitoral, onde 686 pessoas pretendem representar a Nação inteira.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, neste momento, quero registrar a homenagem do PDT, do nosso partido, ao heróico povo nicaraguense, que nos dá um exemplo de luta pela liberdade e pela democracia, exemplo que deve ser seguido pela América Latina, porque a causa latino-americana da democracia é comum a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Sefair.

O SR. LUIZ SEFAIR (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vivemos hoje um misto de alegria e tristeza. Participamos de uma reunião bastante concorrida na Comissão de Relações Exteriores, da qual somos integrantes, quando lá compareceu o Comandante Bayardo Arce, da República Sandinista da Nicarágua, que, daqui a um mês, estará vivendo uma epopéia, posto que o povo nicaraguense, pelas eleições livres, irá escolher, dentre os diversos can-

didatos que se lhe apresentam, o futuro dirigente daquele pequeno país.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a tristeza de que somos possuídos neste instante, é pelo fato de que, no exato momento em que recebemos a visita do líder da Revolução Sandinista, que anuncia já estar aquele pequeno país vivendo em regime de ascensão à democracia plena, exatamente hoje, o Congresso Nacional vem de regulamentar, através de acordo das Lideranças, para ser referendado por esta Casa, o Colégio Eleitoral, através do qual haveremos de eleger o futuro Presidente da República deste País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para nós, não nos furtaremos ao dever do comparecimento ao Colégio Eleitoral, para lá derrotar definitivamente as forças representativas do fascismo neste País, através da eleição do grande estadista Tancredo de Almeida Neves.

E com prazer me valho desta oportunidade, tendo V. Exª, Sr. Presidente Moacyr Dalla, a presidir os trabalhos desta Casa. O que gostaríamos, porém, é que não apenas 686 pessoas, mas 60 milhões de brasileiros, democraticamente, pelo voto livre, direto e secreto, pudessem comparecer, em janeiro ou em data anterior, às urnas, para eleger, fosse quem fosse, o futuro Presidente do País. Infelizmente assim não o quiseram as forças retrógradas deste País, sobretudo deste Congresso Nacional. E com que tristeza, nobre Presidente Moacyr Dalla, eu, que tenho por V. Exª grande admiração, grande respeito e grande carinho, pelo caráter ilibado de que V. Exª é possuidor, pela lisura com que tem sabido conduzir os trabalhos do Congresso Nacional permita-me aproveitar este momento para, mais uma vez, reiterar palavras antes proferidas aqui, quando V. Exª, infelizmente, não presidia a nossa reunião — lembro-me que estive em mãos de V. Exª uma das decisões mais sérias que este Congresso Nacional poderia tomar. Mas V. Exª, infelizmente, não pôde tomar a decisão que todos nós almejávamos, que todos nós reclamávamos, que todo o Brasil esperava fosse tomada. Pode ser que um dia venhamos a saber claramente as razões maiores que V. Exª teve para não tomar a decisão de incluir na Ordem do Dia a Emenda Theodoro Mendes, que dispunha sobre eleições diretas em dois turnos.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras, manifestando minha tristeza e, ao mesmo tempo, a alegria de ver um pequeno país, com menos de 4 milhões de habitantes, depois de uma revolução vitoriosa, já estar a um mês de eleições livres e diretas para a Presidência da República. No Brasil, País de 134 milhões de habitantes, não as temos há 24 anos. Hoje completa-se 24 anos em que foi eleito, pelo voto direto do povo, o último Presidente da República deste País. Queira Deus que, embora tenhamos de participar — como certamente o teremos — do Colégio Eleitoral, o façamos pela última vez, para que este País jamais viva a tristeza e frustração de não ver o povo participando das eleições de seus governantes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Falcão.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, embora pertencendo à Bancada do PMDB, não hesitaria em desagrar desta tribuna o eminente Deputado Brandão Monteiro, vítima de acusações insólitas do nosso colega Deputado Agnaldo Timóteo. Se não o faço, Sr. Presidente, é porque o Líder do PDT, por ser um Deputado de comprovado espírito público, eficiente, combativo, merece o respeito não somente dos Congressistas, como de toda a Nação.

Sr. Presidente, minha presença na tribuna, nesta tarde, é para me solidarizar com a Ordem dos Advogados do Brasil pela sua decisão de não mandar representante a uma solenidade do egrégio Supremo Tribunal Federal, que marca a despedida do Ministro Alfredo Buzaid. Os advogados, Sr. Presidente, até por dever de ofício e, ain-

da mais, pela consciência jurídica de que são dotados, têm a missão precípua de resguardar a liberdade de lutar em defesa da liberdade. A História deste País não oferece exemplos de que os advogados do Brasil tenham, em qualquer instante, desertado dessa luta e desse altar cívico. E é por isso que a atitude da Ordem dos Advogados do Brasil guarda coerência com a tradição de sua história luminosa. O Ministro Alfredo Buzaid serviu, como titular da Pasta da Justiça, no período mais negro da História deste País, ao Governo do General Médici. É um dos co-responsáveis pela onda de repressão que se abateu sobre este País, tendo eliminado totalmente as liberdades públicas no Brasil. É coerente, portanto, a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil, que não quer participar de uma homenagem a quem não merece essa homenagem do povo brasileiro, porque, na verdade, o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal é um dos responsáveis por essa era de obscurantismo em que mergulhou o País, ou seja, o período do General Médici. Portanto, estou na tribuna para me solidarizar com a Ordem dos Advogados do Brasil e para dizer daqui que tenho certeza de que interpreto o pensamento dos democratas deste País, de todos aqueles que lutam pela restauração da liberdade no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, enquanto o candidato do PDS, Paulo Maluf, era recebido com vaias, ovos e tomates por centenas de pessoas à frente da Assembléia Legislativa de Sergipe, no extremo sul do País, em Porto Alegre, o candidato da Oposição, Tancredo Neves, entrava no Estádio Beira-Rio sob aplausos, música, bandeiras e foguetes, numa ovação consagrada que lhe dedicaram os 40 mil agricultores reunidos no Grito do Campo.

O contraste é exemplar e didático. Um recebe o repúdio da Nação; o outro carrega as esperanças e os anseios de renovação profunda que a sociedade brasileira exige.

Sr. Presidente, estive presente ao "Grito do Campo" e posso dizer — com inteira segurança — que aquela foi a maior manifestação já realizada por homens do campo em toda a História política do nosso Estado.

Os agricultores exigiam o fim do modelo agrícola exportador, uma agricultura voltada para o mercado interno e o rompimento com as imposições do FMI. Mas os produtores, na sua maioria médios e pequenos, não ficaram apenas nas reivindicações específicas da sua categoria. Pediram mudanças na estrutura fundiária, reforma agrária, atacaram com a coragem a questão da terra, mas, acima de tudo, clamavam por uma nova estrutura de liberdade política e participação popular. Clamavam por uma modificação profunda na política econômica global do Governo.

Não foi só a grave e perversa questão dos preços e da dependência externa dos insumos agrícolas, ou a questão da dura restrição do crédito à lavoura que ocuparam o temário dos debates e dos discursos. Acima de tudo, pairava um sentimento de mudança, de mudança profunda e radical do modelo econômico e político que o regime militar impôs ao País nos últimos 20 anos.

A FECOTRIGO e FETAG deram a linha básica de uma proposta para a agricultura. É preciso ressaltar o papel de Jarbas Machado, presidente da FECOTRIGO, que liderou com coragem e firmeza um grande momento histórico da vida do Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, fruto de acordo entre as Lideranças do

PMDB e do PDS, substitutivo de regulamentação do Colégio Eleitoral.

Encaminhei voto em separado, contrário ao parecer do Relator, voto em separado ao parecer anterior do Relator — o parecer atual, do Relator Osvaldo Mello, já é produto deste acordo. O que ficou claro, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi que, nos meandros e nos detalhes da regulamentação do Colégio Eleitoral, já se estava discutindo o resultado final desta partida. É como regulamentar uma espécie de campeonato, dizendo-se qual será o resultado final.

Estavam presentes as lideranças principais das duas candidaturas. Estavam presentes os principais representantes dos dois blocos que disputam, via Colégio Eleitoral, a sucessão presidencial.

Este nosso pronunciamento é exatamente para solicitar a V. Exª o registro, nos Anais do Congresso Nacional, de nosso voto em separado, contra a regulamentação do Colégio Eleitoral, proferida hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Muito obrigado.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.)

VOTO CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR

Parece simplesmente absurdo que a estas alturas estejamos a argumentar ainda a inconstitucionalidade do Colégio Eleitoral: ela é óbvia. E, no entanto, há aqueles que não se convencem — sequer com obviedades.

O § 1º do Art. 1º, do Capítulo I, do Título I, da Constituição da República Federativa do Brasil diz: “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.” Ora, que significado tem isto? O que quer dizer esta frase tão repetida, tão conhecida, tão ensinada desde os bancos escolares? Quer dizer simplesmente que a vontade popular é a vontade maior e que a Lei Maior não pode contrariar esta vontade, pelo contrário, corresponder a ela, sancioná-la. Peço desculpas por repetir verdades tão evidentes e seculares. Mas o que se há de fazer quando, na própria Casa Legislativa deste país, alguns insistem em desconhecer lições que foram ensinadas nos bancos das escolas? Esqueceram-se das lições, ou lembraram-se dos interesses particulares que defendem?

Na verdade instalou-se um impasse dentro da própria Constituição. Há um evidente contra-senso entre o § 1º, citado acima, e o Art. 74, do Capítulo VII. Diz o Art.: “O Presidente será eleito (...) pelo sufrágio de um colégio eleitoral (...). Contudo, o que já nos disse “O poder que emana do povo”? Que não quer um Presidente escolhido num colégio eleitoral. “O poder que emana do povo” já disse claramente o que quer: diretas-já. E exprimiui este desejo de forma tão clara que, até mesmo o ex-Chefe da Casa Civil do Governo Figueiredo, o malufista Golbery do Couto e Silva, reconheceu isto em recente entrevista à imprensa.

Não voltarei a discorrer sobre evidências. Não falarei sobre o significado da Campanha das diretas. Cabe-se apenas assinalar que o impasse indicado um parágrafo acima persiste. Há, no meu entendimento, três formas de solucioná-lo. Primeira: amanhã mesmo, aprovar uma lei decretando que “a campanha pelas eleições diretas não ocorreu, e que, tudo não passou de uma grande alucinação coletiva.” Segunda: suprimir o § 1º do Art. 1º. Na justificativa poder-se-ia alegar simplesmente que o formalismo a que foi relegado, transformou-o numa coisa vazia, portanto, inútil. E, como é óbvio, inutilidades não podem constar na Lei que rege os destinos de um povo. Terceira: colocar imediatamente na pauta de

votação do Congresso Nacional, a emenda constitucional Theodoro Mendes. Estas são as três formas que vejo para solucionar o real impasse que está, inclusive, dentro da Constituição. Mas que só esta dentro da Constituição, vale dizer, dentro da vida jurídica do país, porque também está dentro da vida política do país. Há 20 anos que esta contradição entre as leis que afirmam que “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido” e os atos reais dos governantes vem existindo. A campanha pelas eleições diretas apenas tornou-a ainda mais aguda, mais clara, mais nua. A campanha pelas diretas apenas acentuou a distância que existe entre a vontade do povo e a vontade de uns poucos.

Agora temos que escolher: ou regulamentamos o Colégio e, ato contínuo, estamos agrupados com estes poucos, essa repelente quadrilha malufista; ou votamos a Theodoro Mendes e estamos multiplicados pelo povo.

Como disse no início é simplesmente absurdo que ainda estejamos a argumentar para demonstrar o óbvio: a inconstitucionalidade deste estrupício político-jurídico, chamado colégio eleitoral. Entretanto, é interessante observar como este expediente arbitrário — tão arbitrário que confronta até mesmo com uma Constituição eivada de arbitrariedades, como aliás, reconhecem os juristas mais eminentes deste país — aprofunda ainda mais o seu arbítrio. A impressão que se tem é que o Art. 74 da Constituição ainda não satisfaz aos homens do regime. Não lhes basta ter um Presidente saído de uma coisa tão anti democrática; e assim é preciso ir mais longe. É a única coisa que se pode deprender das alterações propostas pelo atual projeto de Lei Complementar nº 191/1984.

Senão vejamos: no art. 4º, que dispõe sobre a escolha dos delegados que participarão do Colégio, o texto da lei diz que são “todos indicados pela bancada do respectivo Partido majoritário, dentre seus membros.” Desta forma a limitada democracia, que anteriormente era completada — talvez até mesmo por pudor é aqui liquidada. A delegação não passa mais das Assembléias Legislativas, e sim do seu partido majoritário. Isto quer dizer que a diferença de 1 (um) deputado em favor de um determinado partido lhe confere um poder que, de fato, não lhe foi delegado.

Ao mesmo tempo, suprime-se toda a representatividade de uma determinada parcela da população.

Teoricamente a bancada majoritária de um partido numa Assembléia Estadual, pode ser formada até mesmo pela diferença de 1 (um) voto. E isto, segundo a alteração proposta exclui, de imediato, toda a representação de outro partido. Desta forma o Colégio consegue chegar até onde parecia impossível: a ser ainda mais arbitrário e mesmo representativo da vontade popular.

Neste sentido concluo pela inconstitucionalidade do Colégio Eleitoral: baseado não apenas nos fatos políticos a que a Nação toda assistiu, como também na própria incongruência jurídica que significa.

Brasília, 12 de setembro de 1984. — **José Genoíno Neto**.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome da Liderança do meu partido, cumpre-nos fazer aqui algumas reivindicações a respeito de assertivas sobre o momento político nacional. O candidato do nosso partido, Deputado Paulo Maluf, tem uma linha política determinada. Com o apoio total da nossa agremiação, o que ele visa são objetivos maiores, no sentido de resolvê-los, nesta candidatura dos problemas brasileiros. Por certo, con-

tra ele se levantam os grupos radicais para agitar os grandes centros populosos do País, manifestações umas e outras de que temos notícias. Mas a nós, de consciência tranqüila, cumpre-nos aqui reiterar a nossa posição. Temos diante de nós um projeto, um programa arrojado para realizar. Os candidatos das Oposições, na realidade, não representam as Oposições, porque a chapa Tancredo Neves — José Sarney é um conluio, é uma reunião de grupos heterogêneos, de tendências as mais diversas possíveis. Buscam aplausos fáceis das populações que, com razão, se reúnem, como no Rio Grande do Sul, no seu protesto contra os problemas econômicos que assolam o País e o mundo inteiro. O Sr. Paulo Maluf não vai atrás de aplauso fácil, porque tem coerência, enquanto o Sr. Tancredo Neves está de acordo com as esquerdas radicais, mas aplaude a direita radical. É uma liderança que procura reunir ao redor de si o que há de mais heterogêneo. E é impossível, Sr. Presidente, a um candidato manter a postura que o Sr. Tancredo Neves está tentando manter, porque é a inverdade, é a mentira, visto que esquerda radical e direita radical são, por si mesmas, nada mais nada menos do que o próprio conflito, a própria incoerência.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Djalma Bom, como Líder do PT.

O SR. DJALMA BOM (PT — SP. Como líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não tenho a preocupação de ter uma proposta obreirista, em respeito ao meu direito de operário simples, comum e modesto; porém, o dia de hoje é uma data que tem um significado muito importante para a sociedade brasileira. Esta data é importante para a sociedade brasileira, Sr. Presidente, porque esta Casa discute hoje o Projeto da Informática, inclusive o substitutivo do nobre Senador Virgílio Távora. Não sendo contra qualquer tipo de progresso, devo confessar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a minha preocupação e a de milhares de trabalhadores deste País. Analisando o projeto da informática e observando algum artigo que estabelece isenção, incentivos para que as indústrias possam comprar máquinas, a nossa preocupação aumenta e muito, porque nenhum de nós pode ignorar que o nosso País tem, hoje, um grande exército de mão-de-obra disponível. São cerca de cinco, seis milhões de trabalhadores que não têm o direito de trabalhar para sustentar a sua família. E temos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mão-de-obra de subserviço, cerca de quatro milhões de trabalhadores, totalizando dez milhões. E esta é a preocupação que todos temos, porque este é um País onde uma juventude muito grande adentra esse mercado de trabalho, com a necessidade de criação de um milhão e meio de novos empregos.

É nesse rumo e nessa direção que trago a minha preocupação neste instante em que todos nós, Congressistas, vamos aprovar ou o projeto do Governo, ou o substitutivo do Senador Virgílio Távora.

Não sou contra nenhum tipo de progresso, porque ele é bom para qualquer nação, mas percebemos que o próprio projeto prevê isenção para compra de máquinas e todos sabemos, Sr. Presidente, que a máquina substitui o homem. Não podemos ignorar que num tempo, não muito distante, a própria tratorização do campo desempregou milhares e milhares de companheiros. Também não podemos esquecer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a própria automatização. A automatização é progresso, não podemos desconhecer, mas devemos estar preocupados principalmente com a mão-de-obra disponível existente em nosso País.

Ouçou o nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Deputado Djalma Bom, concordo com a tese de V. Exª em relação às dificuldades com o trabalho, hoje, no Brasil e a necessidade de uma maior preocupação para a solução do problema.

O SR. DJALMA BOM — Nobre Deputado, é justamente em cima desse eixo que quero trazer a minha preocupação. Nós, do Partido dos Trabalhadores, não podemos ignorar essa grande questão.

Mas, prosseguindo na questão da automatização, automatização é progresso, todos reconhecemos, e não podemos ser contra nenhum tipo de progresso. Mas devemos estar preocupados porque a automatização, no nosso entender, vai desempregar milhares e milhares de pais de família que têm o direito de trabalhar para sustentar suas famílias.

Uma outra questão que está presente para todos nós até mesmo antes da informática é a questão da robotização. A robotização é um problema crucial que todos enfrentamos. Ela também está aí roubando o emprego de milhares de trabalhadores.

É nesse prisma, nessa direção que gostaria de fazer um apelo aos nobres Congressistas. Ao analisarmos a questão do progresso que traz a informática, não podemos ignorar que dentro do próprio projeto da informática existe a isenção para compra de máquinas. E nós devemos estar sempre atentos para o fato de que cada máquina em funcionamento representa milhares de empregos tirados dos trabalhadores. Existe no Japão a automatização, a informática, a robotização, a tratorização, mas não podemos tomar como parâmetro o Japão, que é um País completamente diferente do nosso. No Japão falta de mão-de-obra, e no Brasil sobra de mão-de-obra. Essa é uma questão de fundamental importância.

Outra coisa que não podemos ignorar é que na própria Alemanha existe a robotização, existe a tratorização e deve existir a informática, mas lá existem os sindicatos fortes, que garantem os direitos dos trabalhadores quando são substituídos pela máquina. E eu pergunto: quais são os sindicatos fortes, no nosso País, que possam garantir ao trabalhador substituído pela máquina o direito de continuar ganhando o pão para sustentar sua família?

Esta é a preocupação que trazemos a esta Casa. Temos enorme prazer, nobre Deputado José Genoíno, nosso valoroso companheiro, de ouvir o seu aparte, que virá enriquecer este humilde discurso que aqui trazemos como operário.

O Sr. José Genoíno — Nobre Deputado Djalma Bom o discurso de V. Exª coloca no Congresso Nacional, neste instante em que debatemos a questão da informática, uma preocupação justa e muito séria, porque a discussão envolve três aspectos da maior importância. Um deles é essa questão que V. Exª está enfocando. E temos que registrar que o pronunciamento de V. Exª na discussão do projeto da informática, é o primeiro que levanta a questão social como o resultado de um progresso e de um desenvolvimento técnico-científico que se desenvolve de acordo com os interesses de uma minoria que rege a economia brasileira. A isso provocará, inevitavelmente, maiores problemas sociais, porque o desenvolvimento técnico e científico interessa à classe operária, interessa aos trabalhadores, mas para que isso seja transformado em melhoria de sua qualidade de vida, é necessário romper com as próprias relações de produção, porque o que assistimos com relação à informática, com relação à robotização é exatamente um processo de aumento da extração da mais valia do trabalhador e o aumento do desemprego. V. Exª tem razão. Coloco no seu discurso uma questão que deve ficar registrada no debate sobre essa questão. Um outro aspecto que devemos registrar nesta Casa é que não podemos separar a questão nacional, a questão da luta contra o capital multinacional, da questão democrática, da questão da liberdade política. São coisas inseparáveis. A defesa da reserva de mercado tem que estar associada, inextricavelmente, aos mecanismos de controle democrático da política da informática. Não podemos cair no falso dilema entre reserva de mercado e controle do conceito de segurança nacional. Devemos quebrar o controle de segurança nacional e manter exatamente a reserva de mercado, porque isso possibilita in-

clusive, chegarmos à questão que V. Exª está enfocando, que é exatamente a problemática social num País como o nosso, do que significa o desenvolvimento da informática na grande indústria brasileira.

O SR. DJALMA BOM — Agradeço ao nobre Deputado José Genoíno o aparte. Por isso, a preocupação que trago aos nobres Deputados e aos nobres Sr. Senadores é justamente esta, que, às vezes, na tentativa de buscar solução para os grandes problemas nacionais, acabamos esquecendo-nos daquilo que está muito ligado ao nosso dia a dia, que está muito ligado ao próprio problema da classe trabalhadora brasileira. Este é aspecto que quero reforçar, mais uma vez. Ao estarmos aprovando o progresso para o nosso País, tenho medo de que, ao mesmo tempo, estejamos aqui, nesta Casa, institucionalizando a dispensa em massa dos trabalhadores. Esta é a nossa preocupação.

Gostaria de dizer também que não somos contra o progresso, de forma alguma não passa pela minha cabeça, de trabalhador simples, comum e modesto. Não somos contra o progresso. Mas queremos também que os frutos desse progresso não tragam mais preocupações para a classe trabalhadora. Que eles tragam sim, aos trabalhadores a possibilidade de garantirem o seu emprego, o seu direito de trabalhar. Esse direito está na Constituição que, lamentavelmente, não é respeitada. Hoje, em nosso País, 8 milhões de pais de família não têm o direito de trabalhar.

Ouçõ, com alegria, o aparte do nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Nobre Deputado, V. Exª coloca no debate da informática certos ângulos de ordem humana, o que para nós, constitui uma preocupação, sobretudo partindo de uma concepção solidarista e cristã. De fato a automação e a robotização podem provocar, num país como o Brasil, com grande população de trabalhadores, situação das mais graves como V. Exª bem o disse. E também V. Exª registra no seu discurso, e cumpre-nos aqui, indiscutivelmente, dar-lhe apoio nisso que as grandes questões nacionais, muitas vezes, levam os homens públicos, responsáveis, no Executivo e no Legislativo, a esquecer aquelas que, consideradas pequenas, são na verdade imensas como os direitos individuais do cidadão, do trabalhador, enfim do homem. De modo que a votação deste projeto deve arrancar de todos nós, como V. Exª afirma desta tribuna, uma preocupação maior, a de que, amanhã, a complementação das normas referentes ao mesmo fique dentro de uma concepção voltada para o homem, impedindo que a máquina venha a destruir o trabalhador naquilo que ele tem de mais sagrado, que é direito à sobrevivência, o direito social de viver, de cuidar da sua família e de fazer a sua própria realização e a dos seus filhos. Muito obrigado.

O SR. DJALMA BOM — Agradeço a V. Exª o aparte.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir, quero dizer, que, quando estivermos aprovando uma proposta de progresso, nós devemos estar bem esclarecidos, mas esclarecidos mesmo, conscientes mesmo, de que estaremos também aprovando uma proposta que vai prejudicar muito mais ainda a vida dos trabalhadores.

Era isto que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélío Souza, como Líder do PMDB.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, assumo a esta tribuna para registrar o histórico acontecimento do "Grito do Campo", ocorrido ontem, em Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul, quando

cerca de 40 mil produtores rurais, atendendo à convocação da FECOTRIGO — Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul Ltda., e da FE-TAG — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, acorreram ao Estádio do Esporte Clube Internacional e ali participaram de um acontecimento inédito. Em oportunidade alguma na história das mobilizações reivindicatórias do Rio Grande do Sul, verificou-se tão maciça presença como neste ensejo em que a classe rural do Rio Grande do Sul decidiu fazer valer as suas reivindicações, afirmando a sua disposição de não desmobilizar-se enquanto não lograr êxito, enquanto não alcançar, de maneira definitiva, o atendimento de todas as suas justas postulações que, sem êxito e há muito tempo vem fazendo perante os escalões competentes do Governo Federal, que permanecem, ou insensíveis, ou incapazes, ou imobilizados pelos compromissos assumidos em razão dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Deputado, conceder-me-ia V. Exª um aparte?

O SR. LÉLIO SOUZA — Ouço V. Exª

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Deputado, foi realmente emocionante assistir pela televisão, ontem, à reunião dos homens do campo, ao Grito do Campo, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. E o que esperamos, Sr. Deputado, é que, além de atender às reivindicações relacionadas a financiamentos mais suaves, também o próximo Presidente da República, independente de quem o seja, tenha o cuidado muito especial de criar programas para devolver ao campo os compenases, que amontoados, estão vivendo de maneira desumana nos centros urbanos. Foi realmente uma data memorável e uma concentração inesquecível. Esperamos que os políticos, a partir de 1985, tenham um grande ou, pelo menos o maior respeito por aqueles trabalhadores, para que saiamos do buraco e acabemos com o desemprego e a fome neste País.

O SR. LÉLIO SOUZA — Agradeço o aparte a V. Exª. Como antevi, na sexta-feira, ao fazer um pronunciamento prévio a respeito do acontecimento que iria ocorrer na terça-feira, a promoção revestiu-se do mais amplo sucesso. E, na oportunidade, lideranças representativas de todos os setores organizados da economia primária do Rio Grande do Sul ali estiveram presentes para dar o seu depoimento, para levar o seu testemunho e, simultaneamente, fazer a sua reivindicação.

Foram manifestações que valeram como denúncia, que serviram como advertência e que continuam valendo como reivindicação. Denúncia da inadequação da política agrícola, se é que se pode dar esse nome ao amontoado de determinações oficiais que hoje disciplinam as questões ligadas com a ingerência do Poder Público na área do fomento à produção agropecuária; de advertência aos atuais governantes e àqueles que hão de suceder os atuais muito brevemente, em função da sucessão presidencial, advertência cívica, no sentido de que não deixem de escutar esses clamores, porque da agricultura é que depende fundamentalmente a condição essencial para início de um processo saudável de recuperação da economia nacional e de reivindicação de um elenco de medidas que constituíram propostas fundamentais dos produtores do Rio Grande do Sul para a implantação de um novo modelo político, econômico e social para o Brasil.

Ouçõ o aparte do ilustre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Nobre Líder Lélío Souza, V. Exª, quando se reporta ao, "Grito do Campo", na verdade profere um brado do Sul, do Rio Grande do Sul, com a autoridade moral e intelectual que o caracteriza. Permita-me a ousadia de entrar no seu discurso para trazer um dado político, não técnico. O Brasil presenciou

ontem, e os jornais de hoje estão aí para atestar, duas situações bastante diversas envolvendo dois homens bastante diversos também, bastante diferentes um do outro e que postulam, como única afinidade a ligar um ao outro, a Presidência da República. O candidato do oficialismo foi recebido em Sergipe a pedras e ovos. Diria que quase que se fez um banquete em cima dele, tamanha a quantidade e a diversificação dos gêneros alimentícios que se lhe lançaram sobre a face, como prova do próprio repúdio dos democratas e da população de Sergipe contra sua presença naquele bravo Estado. Enquanto isso, o candidato da Aliança Democrática era recebido na terra de V. Exb 9 por 50, 60 mil pessoas — não sei precisar quantas eram — exatamente porque também o setor primário, do pequeno e do médio produtores do campo está asfixiado pela política irracional, inconcebível e descabida do regime. O que hoje há, com muita clareza — e entro na parte final deste meu aparte — é quase que uma unanimidade nacional, é a necessidade de se impor ao País mudanças que signifiquem o fim do regime de exceção e do descaso contra a população. E entendemos nós que o candidato da Aliança Democrática, Dr. Tancredo Neves, será o veículo dessa mudança. Aproveito a oportunidade para dizer que é inteiramente infundada a notícia de que haveria no PMDB pessoas que poderiam estar vinculadas ao malufismo. Solidarizo-me com os companheiros do PMDB, que a cada dia sofrem diferente campanha de difamação, dizendo que fulano ou que beltrano, do nosso partido, estariam comprometidos com o antibrasil, com o anticampo, com a antinação, com a antiverdade, com a antiliberdade, com a antidemocracia. E aqui trago a palavra do nosso partido como um todo. Temos a mais completa crença de que os homens do PMDB que vêm sendo arrolados, difamados diariamente como malufistas, estarão todos aqui presentes para votar com o camponês, com o proprietário rural, com os democratas de todas as latitudes. Nenhum integrante do PMDB, nenhum de nós irá contra o anseio que vai varrendo o Brasil de Norte a Sul. O Brasil exige mudanças, exige a completa derrocada do regime de forças que aí está. Muito obrigado a V. Ex*

O SR. LÉLIO SOUZA — Agasalho, como V. Ex* a certeza de que essas explorações são fruto de uma autêntica guerrilha política determinada pela deterioração, também política, da candidatura do Sr. Paulo Salim Maluf. A cada dia que passa se decompõe cada vez mais a base de sustentação frágil e precária do seu próprio partido. É uma candidatura que se esboroa sob o efeito do repúdio da Nação. O espetáculo de ontem — dois acontecimentos históricos com significados diferentes — serviu para demonstrar a verdade do que afirmo. Enquanto Tancredo Neves era recebido sob aplausos, num estádio de futebol em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o candidato do PDS estava encurralado na Assembleia Legislativa, em Sergipe, conforme noticiado amplamente por todos os grandes veículos de imprensa de nosso País. Essas especulações dirigidas à unidade do PMDB são fruto dessas situações desesperadoras que procuram, através desse processo, instalar no seio da nossa agremiação partidária a intriga, a discórdia, a desconfiança. Como V. Ex*, tenho a expectativa auspiciosa de que não faltarão aos seus deveres partidários, e, além do mais, não faltarão aos seus deveres cívicos todos aqueles que se abrigam sob a legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. No dia 15 de janeiro, no pleito indireto — ou se direto puder ser — hão de estar os nossos companheiros dando o seu voto em perfeita consonância com as aspirações majoritárias do povo brasileiro, que hoje se dirigem num único e irreversível sentido, o da eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República.

Ouçõ o aparte de V. Ex*, Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Em primeiro lugar, quero a nossa palavra do maior respeito, do maior

apreço pela colocação dos problemas significativos ocorridos no Rio Grande do Sul, que mostram as dificuldades do momento brasileiro, integrado nas dificuldades do momento mundial, resultantes da grande crise econômica que faz com que os homens vão às praças públicas defender os direitos e mesmo o político que julgam mais convenientemente para a solução dos seus problemas. Aqui foi colocada uma questão de ordem política. Solidarizo-me com V. Ex* quando defendem a integridade do PMDB e combatem os tráfugas. Agem muito bem, porque precisamos fortalecer os partidos no Brasil. Só assim a Nação conseguirá consolidar o regime democrático. Veja V. Ex* o episódio do Rio Grande do Sul: o Sr. Tancredo Neves, que recebeu os aplausos fáceis, naturais daquela multidão que ali estava para recriminar a política econômica do Governo. O candidato do PMDB traz consigo, logicamente, a simbologia, digamos assim, dessa resistência à política governamental. É próprio dos homens que estão na oposição atacar, criticar de qualquer maneira os governantes. O Sr. Tancredo Neves, candidato à Presidência da República pelo partido de V. Ex* não estava sozinho; ao lado dele estava o seu candidato à Vice-Presidência da República, o Senador José Sarney, a quem me ligam laços de afeto e de amizade. Mas quem é o Senador José Sarney, que ao lado do Sr. Tancredo Neves recebeu os aplausos do público gaúcho? O Senador José Sarney até há pouco mais de um mês, dessa mesma tribuna do Congresso Nacional em que está V. Ex*, e nos altos conselhos da República defendia esta política econômica, abraçado ao Ministro Nestor Jost, abraçado aos diversos setores da equipe governamental.

O SR. LÉLIO SOUZA — Mas teve a coragem de mudar, coragem que V. Ex* não tem.

O Sr. Bonifácio de Andrada — A resposta de V. Ex* é um bom rompante dos velhos pampas na tribuna do Congresso Nacional. Mas não tem conteúdo algum. O Senador José Sarney, que estava ali ao lado do Sr. Tancredo Neves, talvez, como ele, recebendo aplausos, é o maior responsável pelos acertos ou desacertos da atual política governamental. É interessante ver os maiores expoentes do PMDB, inclusive o Deputado Epitácio Cafeteira...

O SR. LÉLIO SOUZA — Os maiores responsáveis, Deputado, com a devida vênia, são aqueles que permanecem defendendo o continuísmo, e não aqueles que, dando-se conta do seu erro, revisaram a sua posição política e acertam o passo com as aspirações populares.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Permite-me V. Ex* um aparte?

O SR. LÉLIO SOUZA — Apenas pediria concisão a V. Ex*, pois meu tempo está esgotado.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Diante de mim passava o Líder do PMDB do Maranhão, o Deputado Epitácio Cafeteira, velho companheiro de luta de V. Ex* e adversário terrível do Sr. José Sarney, que agora diz, como V. Ex*, que o Sr. José Sarney se arrependeu em tempo, largou o inferno e foi para o céu da Oposição. Não queremos esse céu, mas coerência e pugnar pelos princípios a que estamos ligados, os quais nos trouxeram a esta Casa e pelos quais nos haveremos de bater, como V. Ex*, homem coerente na sua luta. Aqui fica o registro: o Sr. Tancredo Neves, tendo ao lado espiritualmente o Sr. Sarney, recebeu os aplausos do povo do Rio Grande do Sul. Quer dizer, a Revolução no seu cerne e na sua substância.

O SR. LÉLIO SOUZA — V. Ex* me honra com o seu aparte, embora discorde do seu teor. Mas recolho dele a oportunidade de salientar o ponto de vista de que a grande coerência política resulta da permanente identidade

de desempenho político com as aspirações majoritárias da população, que devem ser permanentemente sustentadas por quem tem o dever de exercer essa representação política. Não vejo nenhuma incoerência nisso. Saúdo aqueles que, num dado momento, como Saulo na estrada de Damasco, iluminado, resolveram se converter e assumir o patrocínio da boa causa, renegando um passado de cumplicidade. Hoje, aqueles que romperam são os que tiveram a coragem política suficiente para revisar a posição e ajudar, ao lado das oposições, a transpor o trecho que falta para realizar a mudança que a Nação reclama. O que define a natureza desses compromissos são as propostas que estão sendo claramente expostas à Nação, discutidas publicamente, que estabelecem uma afinidade, uma identidade com essas reivindicações saídas de todos os setores organizados da sociedade civil brasileira. Pior é a situação daqueles que, aferrados a um facciosismo, cegos e surdos à realidade, permanecem impenitentes na defesa de um continuísmo — o continuísmo da incompetência, o continuísmo da corrupção — que a Nação repele através de manifestações que aí estão inequívocas e espetaculares, como as que ocorreram ainda ontem contra o candidato do partido do Governo em Aracaju, Capital de Sergipe. Consiste até num desrespeito ao povo brasileiro insistir na manutenção de uma candidatura que ofende o pudor cívico da Nação.

Concluo, Sr. Presidente, esta apreciação que faço sobre "O Grito do Campo", reiterando a solidariedade do PMDB a essas manifestações. As propostas fundamentais dos produtores rurais do Rio Grande do Sul não se limitaram apenas a questões ligadas estritamente à política agrícola, porque essas lideranças amadureceram ao ponto de conceber que a política agrícola é derivada da política econômica e a política econômica é resultante do próprio modelo político, e que é preciso exercer um trabalho eficaz de pressão, para auxiliar a promoção dessas mudanças, a fim de que se consiga obter o resultado final: a mudança da política agrícola, depois de se alcançar a mudança do modelo político e do econômico, responsáveis por toda essa sorte de seqüelas que se abatem sobre a economia nacional, deixando-a em estado de recessão pelo quarto ano consecutivo.

Não tenho tempo, Sr. Presidente, para me reportar especificamente a essas propostas. Referem-se elas a questões políticas, econômicas e àquelas estritamente de política agrária.

Requeiro a V. Ex* que determine a inserção nos Anais, para que fique o registro histórico desta clarividente tomada de posição dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, como também requeiro ainda a V. Ex*, para a mesma finalidade, que seja deferida a inserção nos Anais do pronunciamento feito, perante essa monumental concentração, pelo Dr. Tancredo de Almeida Neves, candidato da Aliança Democrática à Presidência da República.

Neste documento estão lançadas as bases dos compromissos assumidos pelo candidato das oposições, com vistas à reformulação do modelo político, do modelo econômico e do próprio modelo agrícola, para, a partir da restauração da economia primária, iniciar o processo de recuperação da saúde da economia.

São estas as considerações, Sr. Presidente, que faço para enaltecer esse acontecimento, que, por certo, marcou época na história das reivindicações políticas do nosso País. (Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

Propostas fundamentais dos produtores rurais do Rio Grande do Sul para a implantação de um novo modelo político, econômico e social para o Brasil

A nova FECOTRIGO, desde a sua fundação, em 1980, tem procurado estar presente em todas as horas de-

cisivas para a atividade agrícola. Tem procurado acompanhar *pari passu* e influir, tanto quanto possível, na política de crédito, de comercialização e de preços mínimos, entre outros.

É verdade que muitas vitórias específicas foram conseguidas. Mas, é verdade também, que o quadro geral se modificou para pior. A área plantada estacionou e, no caso de algumas culturas, como o trigo, foi drasticamente reduzida. O crédito rural sofreu o mais rude golpe desde sua criação; ano após ano foi reduzido em termos reais. E a taxa de juros teve um crescimento galopante, incompatível para com a atividade. O custo de produção, sem nenhum controle, foi às nuvens. Nunca se plantou com tanto custo e tanto risco. Levas de companheiros, vizinhos e amigos deixaram sua atividade no campo. É o êxodo rural, na sua forma mais cruel, retirando contingentes enormes da atividade produtiva e aumentando a fome e a marginalidade nos grandes centros urbanos. A política de comercialização tornou-se uma brincadeira de mau gosto. Sem nenhum planejamento, andou ao sabor dos casuísmos, das manipulações odiosas de mercado. O produtor ganha ou perde — e geralmente perde — não pela sua eficiência ou dedicação ao trabalho, mas por pura sorte ou azar, como se não estivesse comercializando sua safra, mas participando de um jogo lotérico. Por último não ficou difícil apenas comercializar mas, para quem vender. Passamos a ter dificuldade de colocação dos alimentos que produzimos num País que, segundo a FAO, tem um dos piores índices de nutrição *per capita*. É a política de arrocho salarial, destruidora do poder aquisitivo, concentradora de renda, e, por consequência, aniquiladora do mercado interno.

Estas poucas mas grandes questões estão a demonstrar que não tem mais sentido reivindicar este ou aquele remendo na política agrícola. A política agrícola é mera decorrência do modelo econômico; e este, mera consequência do modelo político.

Por tudo isto, os produtores rurais do Rio Grande do Sul consideram esta a maior crise político-econômica do Brasil; fruto de um modelo que, internamente, exclui a grande maioria do povo brasileiro dos benefícios do desenvolvimento, e impede a participação do povo nas decisões sobre o rumo de nosso País. Modelo que, externamente, submete os interesses do Brasil e do povo brasileiro aos interesses dos credores internacionais.

Só conseguiremos, efetivamente, o Brasil que queremos, unindo-nos a toda a sociedade brasileira e fazendo a nossa parte. A realização de mudanças fundamentais é que tornará possível a definição de uma nova política agrícola, com a participação dos produtores, e voltada para os interesses do Brasil e dos brasileiros.

Para tanto, consideramos fundamentais as seguintes medidas:

a) A vigência plena da democracia, consolidada pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana.

b) O resgate da Soberania Nacional, colocando os interesses do Brasil e dos brasileiros acima dos ditames do FMI.

2 — No campo econômico:

a) A redefinição soberana de uma nova política econômica, e do próprio tratamento da dívida externa.

b) A retomada do crescimento econômico, pela reorientação e expansão dos investimentos produtivos do setor público e privado, e por medidas proibitivas à especulação financeira e ao amordaçamento externo de nossa economia.

c) O fortalecimento do mercado interno: pela implantação de uma política salarial que favoreça os assalariados de mais baixa renda; pela reorientação da produção para as necessidades internas, e por uma ampla distribuição da renda, através de uma reforma tributária.

d) A implementação de um Plano de Emergência, relativo ao Emprego, Moradia e Alimentação, que restaure, no menor prazo possível, a dignidade da vida da grande maioria do povo brasileiro.

3 — No campo da política agrária:

a) A garantia efetiva da participação dos produtores rurais na definição de uma nova política fundiária e agrícola para o País.

b) A realização efetiva de uma reforma agrária, que comece pela distribuição das terras mal aproveitadas — públicas e privadas — de maneira a assegurar o direito à terra a todos que nela queiram trabalhar. Temos, hoje, no Brasil, 62 propriedades com mais de 100 mil hectares, e que ocupam uma área superior a 2,5 vezes a área plantada de nosso Estado, ou, mais de um quarto da área plantada no Brasil.

c) A criação de crédito fundiário de apoio e complementar ao programa de reforma agrária, voltado, prioritariamente, para os agricultores mais carentes.

d) A garantia de recursos necessários para financiar o custeio, os investimentos e a comercialização de toda a produção agrícola, prioritariamente para o abastecimento do mercado interno, mas, sem esquecer nossas potencialidades regionais, a expansão de nossa agroindústria e nossas exportações.

e) A criação de crédito rural subsidiado, que privilegie a produção de alimentos, viabilize a pequena propriedade, e mantenha o produtor em sua atividade.

f) A determinação de uma política de Preços Mínimos que assegure a viabilidade e expansão da produção primária, necessariamente acompanhada de um rígido controle de preços dos insumos e máquinas agrícolas, bem como o controle dos custos financeiros.

g) A implementação de um Programa Especial de Abastecimento, aumentando a área plantada com alimentos, em tantos hectares quantos necessários para suprir a demanda interna.

h) A adoção, urgente, de um Programa de Emergência para o pequeno produtor rural, assegurando a sua viabilidade econômica e dando, ao trabalhador rural, adequada Previdência e Assistência Social.

i) A imediata revisão da Legislação Cooperativista, adequando-a às novas necessidades que o momento nacional exige, possibilitando a efetiva prática da "Gestão Democrática e Eficiência Empresarial" nas Cooperativas.

DISCURSO DO DR. TANCREDO NEVES

02.10.84

("Grito do Campo")

"Meus amigos do campo do Rio Grande,

É nessas concentrações, carregadas de protestos, mas animadas de esperança, que o Brasil se afirma, como Nação disposta a construir o seu destino na independência e na altivez.

Aqui está a vanguarda da Pátria. Não tendes sido, gaúchos, somente os bravos guardadores de uma fronteira geográfica que traçastes, nas galopadas heróicas sobre estes campos intermináveis. Sois também os que têm ocupado a fronteira nacional com o futuro. Fostes dos primeiros a entender a importância do trabalho livre e da técnica do amanho da terra. Trouxestes, de uma Europa atônita e assustada na violência e na depressão, a força renovadora dos imigrantes. Com eles aprendestes o valor da paciência e deixastes, em grande parte, de ser os nômades entre banhados e coxilhas, para vos assentardes na pequena propriedade. Pudestes realizar o equilíbrio entre a agricultura e a pecuária, destinando os campos abertos e planos às atividades de criação e retirando, das terras férteis, as safras da abundância.

Fostes também os pioneiros no cooperativismo.

A associação livre, honrada e fraterna, dos produtores agrícolas em cooperativas é uma das mais sérias respostas ao problema agrário no Brasil.

O cooperativismo não tolhe a livre iniciativa, como críticos interessados argumentam. Ao con-

trário: o cooperativismo amplia as possibilidades de realização individual dos empreendedores livres. Na cooperativa, ninguém perde sua liberdade: a cooperativa é, em suma, a associação das liberdades.

É como instrumento de indispensável justiça social que o cooperativismo melhor se afirma. Estamos convencidos de que a reforma agrária deve ser acompanhada da associação cooperativa dos produtores, para que não se frustre seu grande objetivo, que é o da promoção humana dos trabalhadores sem terra. As distorções que existam, e possam vir a ocorrer nas atividades das cooperativas, não se devem à sua natureza, mas aos desvios em sua gestão, quando não são provocadas por circunstâncias externas, como a política econômica do Governo.

Outra grande importância social do cooperativismo está na solução do grave problema do minifúndio. Sem a assistência técnica e financeira das cooperativas é quase impossível a manutenção das propriedades rurais menores.

Todas essas razões me conduzem a defender o cooperativismo como instituição apta a ajustar as atividades agrícolas ao interesse de todos: dos produtores e dos consumidores.

Meus amigos,

Estamos empenhados em uma campanha presidencial, sob a convocação de expressivas forças políticas nacionais.

Aceitei postular a mais alta magistratura da nação quando fui convencido de que poderia, com a ajuda do povo e das lideranças políticas comprometidas com as razões do Brasil, cortar o passo aos aventureiros e promover a restauração dos nossos valores mais caros.

Nunca, em nossa história política, esteve tão clara a divisão entre os interesses da Nação inteira e os de uma nova oligarquia, que pretende manter-se no Poder à custa de quaisquer sacrifícios para o povo.

Tenho a consciência dos imensos desafios que nos esperam, mas eles não me esmorecem. Não vou enfrentá-los sozinho, mas todos juntos haveremos de os vencer. Assim como estou, hoje, candidato, ouvindo vossas reivindicações, saberei, com a humildade indispensável ao homem público, governar com os vossos avisos.

Não há melhor conselho político que o das praças cheias de povo. Infeliz do homem público que teme o convívio com a liberdade das ruas. Que mandato de poder podem postular aqueles que se amendontran diante da face severa dos homens e mulheres de seu País?

O mandato político se renova e se fortalece no contato direto com o povo. É aqui, na força e no entusiasmo das grandes concentrações, que se encontra a fonte de toda a delegação do poder. Por isso estou hoje convosco, como há dias estive em Goiânia, e estarei em Belém e Manaus, buscando a legitimidade de meu mandato presidencial uma vez que a boca das urnas está ainda selada pela prepotência do Governo.

Chamastes-me a esse diálogo. Desde já vos convido a retomá-lo em Brasília depois de 15 de março. Com os conselhos de vossa experiência iremos abrir novos horizontes à política agrícola no País.

Meus amigos,

Agricultura é a base de todas as atividades econômicas, e nela está a própria garantia da vida sobre a terra. No amanho das glebas temos a renovação constante da natureza e a transformação da energia nos alimentos de que carecem todos os seres vivos.

A história das sociedades humanas demonstra que não há Nações fortes sem agriculturas fortes. É até possível que haja Nações ricas com pouca produção agrícola, mas a sua pujança é efêmera. Só são realmente fortes, com a segurança de sua soberania,

sem o recurso de tutelas externas, os países que contam com uma agricultura eficiente.

Por isso coloco a agricultura como uma questão básica de segurança nacional.

Infelizmente em nosso País, a agricultura foi relegada a um segundo plano nos últimos lustros, apesar de ser notório que qualquer projeto de desenvolvimento econômico, que não tenha a agricultura como base, está destinado ao fracasso.

Como tem sido a nossa política agrária? A intervenção do Poder Central na agricultura desarranjou o que havia e não foi capaz de criar instrumentos novos e hábeis para a evolução das atividades rurais.

Vamos por parte. Em primeiro lugar, o Governo estimulou o plantio de grandes áreas com produtos de exportação. Não foi de todo mau: somos hoje rivais dos Estados Unidos na exportação de soja. Em segundo lugar, houve forte estímulo à cana de açúcar, dentro do Pró-Alcool. Também isso foi bom. Mas a expansão do plantio da soja e de cana de açúcar não deveria ter sido feita em detrimento das culturas de abastecimento alimentar interno.

Desde 1977, a produção de grãos se encontra em torno de 50 milhões de toneladas — mas em termos relativos, a produção vem caindo desde então. Não fomos capazes de, nos últimos sete anos, acompanhar o crescimento da população. Se examinarmos as cifras de produção de alimentos de consumo interno, per capita, verificamos que houve uma queda de 11,8 por cento, a partir de 1978.

Os dados mais recentes confirmam que cerca de 50% de toda a produção agropecuária do país procedem de propriedades de até 50 hectares. Essas propriedades não chegam a ocupar 10% da área agricultável; a não ser que esteja amparado por uma cooperativa, o pequeno produtor não tem acesso ao crédito e está atrasado com relação às modernas técnicas de produção. Sua safra é sempre menor e de custos mais elevados.

Por outro lado, o Governo não estimula as pesquisas tecnológicas que visam a cultura de alimentos. Aí pouco tem sido feito, e o que se faz, faz-se geralmente por instituições privadas.

Tem o governo esquecido ser a agricultura importante instrumento para a retomada do processo de desenvolvimento. A agricultura emprega mão-de-obra intensiva, o que amplia o mercado interno. Produz divisas necessárias ao equilíbrio das contas externas. Fixa o homem no campo, reduzindo as distorções de uma urbanização descontrolada. Tem influência positiva na redução do custo de vida e é essencial no combate à inflação.

Com a redução do crédito agrícola, a eliminação dos subsídios e o fechamento das portas do Banco do Brasil, o agricultor foi altamente penalizado.

Hoje não tem ele a quem recorrer, a não ser as instituições financeiras privadas, dentro de um quadro de poucos recursos, enorme burocracia e juros elevadíssimos.

Em um país como o Brasil, toda a política de crédito deve ser conduzida dentro de uma premissa: Não podem faltar recursos à agricultura.

Também é essencial uma política realista de preços, que traga ao pequeno, ao grande e ao médio agricultor, de todos os rincões deste país, o estímulo que falta para que ele amplie os esforços visando a aumentar a área cultivada. Temos portanto, de estimular uma política de progresso no campo. Subsidiar a agricultura é medida imperiosa para o enriquecimento nacional. No particular, os EUA nos dão o ensinamento de seu exemplo. Desde 1921, é um dos países que mais eficazmente subsidiam sua agricultura. Combinam vários tipos de subsídios, que vão do crédito à indenização por área não plantada, além da garantia de preços e de aquisição ofi-

cial das colheitas. Os países do Mercado Comum Europeu realizam políticas globais e nacionais de sustentação à agricultura, combinando todos os sistemas de incentivo, tais como a assistência técnica, créditos subsidiados, garantia de preços e reserva de mercado, além de compensação aos exportadores. Não somos contra os incentivos à agricultura de exportação. Somos, sim, contra a falta de incentivos à produção e comercialização de alimentos de consumo interno.

Meus amigos,

Vamos assumir o poder, obtendo a maioria no Colégio Eleitoral, em condições muito graves. O Governo praticamente suprimiu o crédito rural para este ano agrícola. A expectativa nacional era a de que aumentaríamos, neste ano, a área de cultivo de alimentos em 2 milhões de hectares, com a concessão de créditos agrícolas suficientes.

As informações oficiais são, no entanto, desalentadoras. Tudo indica que os agricultores contarão apenas com um trilhão de cruzeiros, ou seja menos de 500 milhões de dólares, equivalentes aos juros que pagamos a cada quinze dias aos banqueiros internacionais.

Há um desafio maior que deveremos enfrentar no ano que vem. Se cumprirmos rigorosamente os compromissos que estão hoje assumidos com o FMI, e que se referem à contenção da expansão monetária, não disporemos de recursos sequer para financiar 20% da comercialização, apenas da soja, na safra vindoura.

O crédito é insuficiente, mas, em compensação, os juros são amendrontadores. A agricultura não pode suportar os juros reais que lhe estão sendo impostos e que chegam, em média, a 160% ao ano, se fizermos a ponderação entre a correção monetária e as taxas aplicadas.

Devemos, diante disso, preparar-nos para um ano de escassez de alimentos. Não podemos esperar que os agricultores, sobretudo os pequenos agricultores, se vejam estimulados a plantar nestas condições de crédito.

Que poderemos fazer?

Teremos que remunerar o risco dos que se dispuserem a plantar hoje, nestas circunstâncias adversas, com uma compensação futura. Não seremos insensíveis aos sacrifícios dos que lutarem e trabalharem nestas condições extremamente desfavoráveis e tudo faremos para lhes ressarcir os esforços criadores.

Meus amigos do Rio Grande,

Uma coisa posso vos garantir: na Presidência da República irei cuidar pessoalmente do problema do crédito agrícola. Não podemos continuar com a administração deste País, ao mesmo tempo tão dividida e tão centralizada. O produtor não depende apenas do Ministro da Agricultura por mais dedicado e competente ele seja. Na brutal concentração de poderes em um só Ministério, e sem que os vários setores da Administração possam contar com dotações prévias e certas, está um dos descabros nacionais.

No caso da agricultura, como em tantos outros, ninguém sabe para quem apelar. A administração não pode ficar entregue somente aos tecnocratas, cuja ação profissional deve estar permanentemente subordinada às opções políticas.

Podem estar certos de uma coisa, meus amigos do Rio Grande: na Presidência da República serei o responsável pelas opções políticas deste País. Governarei com a ajuda de todos. Ouvirei os meus Ministros e prestigiarei sua ação administrativa. Mas não abrirei mão do meu direito e de minha responsabilidade em distribuir, com a justiça que impuser a minha consciência, os recursos orçamentários de acordo com as prioridades nacionais.

Não é necessário ser sábio para compreender que a produção de alimentos é a primeira prioridade em qualquer País do mundo.

Não quero alongar-me mais no exame às questões agrícolas do País. Na realidade, este e outros problemas só serão resolvidos depois que recuperarmos a confiança nacional no Governo. Não há outro caminho, senão o da Democracia.

Vamos, com a ajuda de Deus, promover o entendimento nacional em torno de um novo Pacto Político. A primeira providência será a de, custe o que custar, impor a austeridade na administração pública. Em seguida haveremos de convocar Poder Constituinte que promova, em ampla discussão nacional, a elaboração de nova Carta Política.

Há reformas profundas a serem realizadas, mas só a Nação, pelos delegados constituintes que nomear em eleições livres, deverá estabelecê-las no texto da Lei Fundamental. No caso do regime fundiário estou certo de que não há diploma melhor do que o Estatuto da Terra. É uma reivindicação dos trabalhadores rurais assalariados, que reclamam com justiça, o acesso à propriedade.

Amigos:

Sou-vos grato por me haverdes convidado a este encontro. Quis o destino que grande parte de minha vida pública se fizesse ao lado de eminentes filhos do Rio Grande do Sul. Convosco aprendemos, sobretudo, o exaltado amor à Pátria. Fazeis política com paixão, e isso é compreensível em um povo que, durante séculos, teve que brigar pelo Brasil, até mesmo contra outros brasileiros. Sois valentes na reivindicação de vossos direitos e o podeis fazer com desassombro, porque ninguém vos excedeu no sacrifício e na coragem na defesa dos direitos da Pátria.

É dentro deste velho espírito do Rio Grande que vemos a concentração de hoje. Desde 1980 vindes reunindo os vossos protestos contra a política do Governo, e hoje dispondes de um grande Líder, que é Jarbas Pires Machado.

Estou solidário com a vossa luta e faço meus, com o compromisso de tê-los como programa de Governo, os pontos fundamentais de vossa reivindicação: combate à política recessiva; reforma do atual modelo econômico, que é injusto ao ponto de vista social; participação real do povo nas decisões políticas, como é próprio dos sistemas democráticos, e retomada imediata do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Sinto-me feliz entre vós. Não há, para um homem público, momento de tão compensadora intimidade com o do convívio com multidões conscientes, como esta que aqui se reúne. Um País que dispõe de tais reservas de patriotismo é capaz de vencer todas as dificuldades.

Convosco, gaúchos, e com os demais brasileiros de todos os rincões deste Brasil, tão diferente e tão único, iremos restaurar a dignidade e a fê e construir a Pátria próspera e forte que os nossos filhos merecem.

Vamos para luta e para a vitória."

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Leite.

O SR. JORGE LEITE (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Congresso está chamado a votar, a toque de caixa, o projeto substitutivo da Lei da Informática e Automação. Infelizmente, o Governo Figueiredo resolveu votar matéria de magna importância para o País e para a sociedade moderna, que aqui se deseja criar, ao final de um longo mandato. Tal circunstância já tornaria condenável o tratamento, com prazo urgente, da questão pelo Legislati-

vo. Não se deveria decidir sobre matéria vital ao apagar das luzes de uma administração.

Mais grave se torna a circunstância, quando a aplicação do regime de decisão, sob o guante do decurso de prazo, retira da Nação o direito de discutir exaustivamente o assunto, com pleno conhecimento de causa. Na informática e na automação está em causa o futuro, e este poderá estar ameaçado pela precipitação com que tramitou, em regime de decurso de prazo, o anteprojeto do Governo.

Em esforço meritório, o Congresso conseguiu elaborar substitutivo que atenua alguns dos defeitos do projeto oficial. Mas no substituto prevalecem outros tantos defeitos não menos graves. Um deles é a criação de novo instrumento de concentração de poderes nas mãos da Presidência da República. Toda gente sabe que a Presidência, e com ela o Conselho Nacional de Informática e Automação, estarão sempre sob forte influência da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, órgão que, nos termos constitucionais vigentes, define os objetivos nacionais, em detrimento da soberania do Congresso.

Outro defeito gravíssimo, do ponto de vista do Estado do Rio de Janeiro, é a localização da Fundação Centro Tecnológico na cidade paulista de Campinas. Por que só em Campinas e não também no Rio? Será porque em Campinas se situa o coração industrial da IBM no Brasil? Fluminenses e cariocas não podem e não devem conformar-se, sem protesto veemente, com a decisão que esvazia o Rio da condição de centro de informática. Já chega de hostilidade contra um Estado e uma cidade, que não merecem o tratamento discriminatório que vêm sofrendo da parte do Governo Federal.

Para nós, a reação contra a localização da Fundação só em Campinas constitui temática suprapartidária, coloca-se acima das divergências partidárias, para reunir Parlamentares do Governo e das oposições no Rio contra a aprovação, por decurso de prazo, de uma agressão a mais contra nós.

Os Congressistas estão agora sendo vítimas de sua atitude de conformidade, quando não restringiram em tempo o instituto do decurso de prazo. Ainda recentemente as próprias oposições concorreram para impedir a votação da Emenda Figueiredo, que atenuava o decurso, dando mais prazo de decisão ao Legislativo. A Emenda Carone tem, entre outros, esse mérito. Mas também já chega, no caso, tarde. As oposições precisam ser sinceras em sua postulação democrática, lutando por mais prerrogativas e atribuições ao Congresso, para que este não seja forçado, como agora, a escolher entre o projeto oficial e o substitutivo, que coloca em Campinas a Fundação. Esqueceram eles que no Rio está localizado a Indústria Nacional de Computadores COBRA, como exemplo vivo do pioneirismo da informática no nosso Estado.

Os políticos fluminenses, à frente o seu Governo, devem lavar já veemente protesto contra o dispositivo discriminatório que retira do Rio a condição de liderança em informática e automação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar desta tribuna a XIX Festa da Primavera promovida pela Juventude Batista do Estado do Rio de Janeiro, no último sábado, dia 29 de setembro, na bela cidade de Angra dos Reis.

Concurso de músicas sacras e de interpretação reuniu aproximadamente dois mil jovens batistas no Clube Aquidabam, os quais participaram ativamente do evento durante todo o dia.

Participaram diversas associações de jovens que aqui declino: JUBASULF, CAXIENSE, GONÇALENSE, SERRANA, IGUAÇUANA, MERITIENSE, JUBAI, JUBAM JUBAENF, JUBAR e COSTA VERDE, num

total de 12 (doze) associações, que apresentaram 22 (vinte e duas) composições do melhor nível cultural e espiritual.

Vitoriosas foram as seguintes composições: “Testemunho”, interpretada pelo Grupo Alvorecer e de autoria do jovem Gilson Felicíssimo, representando a JUBASULF; e, “Vitória com Cristo”, da Associação Caxiense, interpretada pelo Conjunto Consagração da Segunda Igreja Batista em Gramacho, autor o jovem Paulo André dos Santos.

Destaco ainda as composições, “Chave Interior” e “Há Mistério”, ambas de autoria de Paulo Sérgio Maforte, interpretadas por Paulo César dos Santos Barreto, e ainda as composições: “Somos Fortes”, de autoria de José Carlos Guimarães, interpretada pelo Conjunto Liberta-Som, e, “Cristo, o nome mais bonito”, autor Wagnon Soares, interpretada pelo Conjunto Boanerges.

Todas as composições, no entanto, merecem destaque pela beleza com que se revestiram as suas apresentações.

Quero aqui registrar ainda os meus cumprimentos ao grande líder Júlio César Miguel Rangel, ao Pastor Gilson Bifano, Secretário Executivo, e ao Pastor Josias, atual Presidente da JUBERJ. Faço ainda menção ao brilho e à inteligência do Pastor Ophir de Barros, que presidiu o júri.

A todos que colaboraram estendo as minhas congratulações pelo brilho com que se revestiu a XIX Festa da Primavera.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcílio Ayres.

O SR. DARCÍLIO AYRES (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, profundamente constrangido, senhor Presidente e senhores Deputados, venho à tribuna para registrar e lamentar a falta de politização que se verifica em meu Estado, com o afastamento de seu cargo do Prefeito de São João de Meriti, município integrante da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Prefeito eleito sob a legenda do PDT, partido do governador Leonel de Moura Brizola, fruto de um fenômeno eleitoral poucas vezes registrado em nosso País, tem marcado sua administração por crises sucessivas, demonstrando assim que quando o povo vota emocionalmente, desejamos apenas um certo tipo de mudança e sob o impacto de promessas mirabolantes e demagógicas, sem preferir na hora de exercer o seu legítimo direito de escolha, julgar os candidatos por suas tradições políticas, sua capacidade administrativa, sua honradez e seus propósitos, — o processo democrático sofre retrocesso indistigível, — voltando o povo ao desalento, não mais acreditando em suas lideranças nem em suas agremiações políticas.

O fato político que registramos, ocorre justamente em municípios onde o governo do Estado obteve vitória consagradora, a exemplo do município de Nova Iguaçu, onde também o prefeito eleito pertence ao partido do Senhor Leonel de Moura Brizola, e aí também, lamentavelmente, vivemos em crise política visando o afastamento do chefe do Executivo, felizmente contornada graças ao equilíbrio demonstrado pelos Senhores Vereadores, especialmente os integrantes das bancadas do PDS e PMDB.

De tudo isso, Senhor Presidente, estranhamos o fato de só ocorrerem esses desencontros, essas desavenças e essas ações desagregadoras, onde o PDT tem maioria nas Casas Legislativas e mantém o domínio na área executiva. Para mim, Senhor Presidente, de duas uma: ou o povo escolhe seus candidatos enganosamente, sob a influência demagógica de um líder que os fatos demonstram não tomar conhecimento dos seus problemas; ou a classe política vem dando uma demonstração de pouca

maturidade, levando o povo ao desalento, o que é profundamente lamentável.

Todo esse meu desalento em relação a vida pública no Estado do Rio de Janeiro, nasce da triste constatação da notória ausência de uma liderança política que realmente conduza o povo fluminense no momento em que, sob a inspiração do Presidente João Figueiredo, nosso País restabelece os princípios democráticos, para o encontro do seu destino.

As agremiações políticas estão se dilacerando, preferindo quase sempre os seus integrantes a defesa dos seus interesses pessoais em detrimento da causa partidária. Alguns tentam aparecer como salvadores do regime, com profecias salvadoras, a exemplo do que já fez o Senhor Leonel de Moura Brizola, fundando o PDT, quando discordou do PTB. Mas aí está o resultado Senhor Presidente. A imprensa noticia todos os dias o que se passa na Capital do nosso Estado, com farto documentação fotográfica. São praças transformadas em albergue. Ruas e avenidas transformadas em mercado ambulante. Trânsito caótico. Funcionalismo reclamando o cumprimento de promessa de melhores salários. Assaltos, insegurança, falta de escolas e saúde precariamente atendidas. Sabemos da crise que envolve nosso País, mas também sabemos que nenhum plano de governo foi até hoje implantado pelo Senhor Leonel de Moura Brizola, buscando uma alternativa válida para solução dos nossos problemas. Não faço oposição pelo simples fato do meu partido ter perdido a última eleição no Estado do Rio, até porque os fatos que trago ao conhecimento da Casa, são constantemente revelados pelos próprios correligionários do governador do Estado. O que faço Senhor Presidente, depois de dois anos da posse do governador Leonel de Moura Brizola, é traduzir os reclamos do povo fluminense, que já se desespera, e o faço com muita tristeza, porque o que de fato desejo é ver o Estado do Rio de Janeiro retornar ao seu crescimento. Não tenho nada de pessoal contra o Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, que em sua campanha tudo prometeu ao nosso povo, mas que até agora nada tem feito e não diz porque não faz.

Outra eleição vem aí, e desde já peço a Deus que inspire o nosso povo na escolha de um governante que nos traga novas esperanças e cumpra um programa de governo austero, mesmo que para isso tenhamos que aceitar algum sacrifício.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Foram encaminhadas à Presidência propostas de emenda à Constituição versando sobre matéria análoga à da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1984, já em tramitação.

Nos termos do § 5º do art. 124 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, segundo subsidiário do Regimento Comum, a Presidência determina a anexação, à proposta em andamento, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 73 a 76, de 1984, que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 1984

Atribui competência ao Congresso Nacional para autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, fazer operações de crédito, legislar sobre a dívida pública e estabelecer os meios de pagamento.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Os incisos I e II do art. 44 remunerados para III e IV e para os números seguintes de V a X, os demais incisos, de modo a que passem a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44.

I — Autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos e a fazer outras operações de crédito;

II — Legislar sobre a dívida pública e estabelecer os meios para seu pagamento.”

III —
IV —
V —
VI —
VII —
VIII —
IX —
X —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 1984

Condiciona à autorização do Congresso Nacional os empréstimos, operações ou acordos externos que importem ônus para o Tesouro Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º Fica incluído, como item II do art. 44 da Constituição Federal, o seguinte dispositivo:

„Art. 44.

I —

II — autorizar empréstimos, operações ou acordos externos que importem ônus para o Tesouro Nacional.”

Art. 2º Os dispositivos do art. 44 da Constituição Federal atualmente identificados, respectivamente, como item II a IX, passam a ser numerados como item III a X.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 1984

Dá nova redação aos itens I e IV do art. 44 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Dê-se aos itens I e IV do art. 44 da Constituição a seguinte redação:

„Art. 44.

I — resolver definitivamente sobre tratados, convenções, ajustes e demais atos internacionais que, direta ou indiretamente obriguem a União;

IV — aprovar ou suspender medida de emergência, estado de sítio, estado de emergência, ou intervenção federal.”

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76, DE 1984

Dá nova redação ao caput do art. 69, transformando-o em parágrafo único, com nova redação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 69 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 69. A contratação de empréstimo, interno ou externo que, direta ou indiretamente, obrigue o Tesouro Nacional, ou qualquer órgão, entidade ou sociedade da União, depende de autorização legislativa.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre as operações de resgate e colocação de títulos do Tesouro Nacional relativos aos empréstimos autorizados.”

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) As propostas lidas, serão encaminhadas à Comissão anteriormente designada para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Consituição nº 72, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Concedo a palavra como Líder ao Nobre Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Congresso, hoje, está reunido para discussão e votação do Plano Nacional de Informática originário de projeto enviado pelo Governo Federal a esta Casa. Depois de exaustivos trabalhos na Comissão Mista incumbida de examinar a matéria, chegamos a um substitutivo que entendemos ainda prenhe de falhas, que não representa, na verdade, o que desejam as forças progressistas do País. Entretanto, é um resumo do esforço feito naquele órgão técnico. A propósito, quero destacar o trabalho sério e substancial do ilustre Senador Virgílio Távora, Relator do projeto com quem me congratulo neste momento.

Não descerei, Sr. Presidente, a maiores detalhes sobre a questão da informática, eis que todo o País — os partidos, as organizações populares, a indústria e os grupos multinacionais interessados nesta fatia formidável do mercado de micro-computadores mini-computadores — dia a dia têm debatido o assunto.

Quero solicitar aos meus pares a atenção para duas questões que me parecem importantes serem trazidas hoje, nesta sessão do Congresso Nacional. Em face da continuidade das sessões do Congresso Nacional, não houve hoje a sessão normal da Câmara dos Deputados. Devo dizer, Sr. Presidente, como uma forma de satisfação aos meus pares, que o ponto número um da Ordem do Dia seria um projeto de resolução, elaborado e aprovado pela Mesa da Câmara dos Deputados, que tem como escopo trancar uma ação penal a que este Deputado estaria sujeito a responder.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na verdade, há cerca de 4 meses, se tanto ocupei a tribuna da Câmara dos Deputados para trazer ao conhecimento da nação uma denúncia sobre irregularidades que ocorriam no Ministério da Educação e Cultura — e o fiz baseado em provas irrefutáveis — revelando que duas funcionárias daquele Ministério, responsáveis pelo ensino do primeiro grau, uma na condição de diretora e outra na condição de substituta, eram, ao mesmo tempo, sócias-quotistas de uma empresa chamada CODEBRÁS: E, por incrível que pareça, tinham como objetivo vender programas de educação para diversas Secretarias de Estado. Quando fiz esta denúncia, não a fiz de forma irresponsável; trouxe comprovantes, inclusive do contrato social da empresa.

No mesmo dia, a Liderança do PDS, então exercida pelo nobre Deputado Nilson Gibson, trazia uma nota da Ministra da Educação, informando que teria tomado conhecimento da denúncia e mandara instaurar sindicância. Tempos depois, Sr. Presidente, antes mesmo da citação do Deputado, recebemos outro expediente da Ministra da Educação, que nos informava que as duas funcionárias tinham sido afastadas de suas funções.

Faço este histórico para dizer que aquelas funcionárias fizeram representação junto ao Supremo Tribunal Federal e o Dr. Inocêncio Mártires Coelho — sobre quem falarei amanhã no horário de liderança, para oferecer também denúncia de mais um escândalo por ele patrocinado, da lavra dele e do qual ele é o grande beneficiário; mas deixarei para falar sobre o assunto amanhã, na sessão da Câmara dos Deputados — o Dr. Inocêncio Mártires Coelho decidiu acolher a representação, quanto

este Deputado apresentara denúncia.

Sr. Presidente, quero dizer também aos meus nobres pares que estou grato, embora o que nós defendemos aqui seja o princípio do voto de cada um, porque felizmente, antes que a Câmara votasse este projeto de resolução, o Supremo Tribunal Federal, em sessão memorável do dia 26-9-84, entendendo que as denúncias do Deputado eram corretas, não aceitou a denúncia, por maioria de votos. E lastimo aqueles que neste País tenham a desventura de tentar exercer o seu mandato com independência, desventura porque estão ao alvedrio daqueles que se arvorando em donos do poder, embora constantemente infringindo o Código Penal, ainda se acham no direito de processar quem fez a denúncia. É o caso do Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, que, pela sua bravura, pelas denúncias que trouxe à Casa e ao País sobre o escândalo da Coroa-Brastel, está nas mesmas condições, processado pelo todo-poderoso Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Netto, que, até hoje, não explicou a este País e a esta Casa a questão do Relatório Saraiva, nem os diversos escândalos que ocorrem no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, trago à publicação a decisão do Supremo Tribunal Federal, que não aceitou a denúncia feita pelo Sr. Inocêncio Mártires Coelho antes mesmo que esta Casa se decidisse sobre o projeto de resolução. Para nós é um regozijo, porque é o reconhecimento de que quando fizemos a denúncia assim agimos com base em dados concretos.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O Sr. Jackson Barreto — Nobre Deputado Brandão Monteiro, estamos ouvindo atentamente as palavras de V. Exª, informando a esta Casa e aos seus colegas sua posição quanto ao problema do MEC. Mas, neste País, sempre que alguém faz uma denúncia, ao invés de se apurá-la, procura-se processar ou condenar quem a faz, quando, na verdade, dever-se-ia fazer o contrário. V. Exª, foi dito hoje aqui por alguns Parlamentares, inclusive pelo Deputado Prisco Viana, que a manifestação do povo sergipano, ontem à tarde, para o Sr. Paulo Maluf — que alguns hoje já chamam de “Paulo Omelete” — foi dirigida por três Deputados Estaduais, do PMDB. Quero dizer a V. Exª, Deputado Brandão Monteiro, a esta Casa, ao Brasil e aos jornalistas que não houve nenhuma orientação nem participação dos três Deputados do PMDB: Leopoldo Sousa, Nelson Araújo e Orlando Gama. Mas a presença deles na manifestação teve um único objetivo, o de dar garantias à população para evitar repressão da polícia e, ao mesmo tempo, acalmar os ânimos, porque a população estava realmente exaltada contra a presença do Sr. Paulo Maluf, que coagia com a sua ida a Aracaju o Governador, querendo obrigá-lo a definir-se em favor daquele candidato. Mas, felizmente, não atingiu o seu objetivo, e o capital que levou voltou acrescido das vaias, dos ovos, do apupos e dos gritos de “fora ladrão”. Permita-me ir mais adiante. É que, lamentavelmente, uma jornalista do *Jornal de Brasília*, a quem não conheço, mas gostaria de conhecer, registra hoje uma matéria sobre a grande recepção oferecida pelo povo sergipano, para honra minha, na terra do Presidente Nacional do PDS. Ela diz que o Deputado Paulo Maluf conseguiu a adesão de 2 Deputados do PMDB. Sergipe só tem nesta Casa 2 Deputados do PMDB: Jackson Barreto e José Carlos Teixeira. Todo o País e esta Casa sabem das nossas posições. Nunca ficamos em cima do muro. Temos posições abertas e radicais em defesa da candidatura de Tancredo Neves. Daí, por que exigimos uma retratação desse mal-informante ou, no caso, da jornalista ou da assessoria do Sr. Paulo Maluf. Maluf, em Sergipe, não conseguiu nada, além das vaias, dos pichamentos, dos gritos de “fora, ladrão” e de ovos atirados. Além do mais, registro nesta Casa que, por uma infelicidade, a Polícia Civil prendeu na madrugada de ontem 4 companheiros, estudantes e um vereador, que estavam fazendo pichamento em Aracaju. Não me consta

que seja isso crime, porque, se o pichamento injuriava o candidato, trata-se de um crime de ação privada e só cabe ao injuriado, através da Justiça, a defesa de sua honra. Por isso, encerro meu aparte dizendo a V. Exª que tem toda a razão quando faz uma avaliação sobre a posição do denunciado e do denunciante. Este País precisa apurar as denúncias; nunca procurar processar ou criar dificuldades para aquele que denuncia. As autoridades devem ajudar a apurar a denúncia, porque ela até ajuda na organização e na orientação da administração pública.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Deputado Jackson Barreto, agradeço a V. Exª o aparte e também trago-lhe a minha solidariedade e ao Deputado José Carlos Teixeira. Toda a Nação conhece o seu posicionamento e o do Deputado José Carlos Teixeira. Ambos, Deputados de Sergipe, obviamente não estariam na trincheira da direita, não estariam na trincheira daqueles que querem perpetuar o autoritarismo e a corrupção no País.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado a quem chamo, carinhosamente, de Presidente, porque foi meu Presidente na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Meu caro Líder e eminente Deputado Brandão Monteiro, que sempre consideramos uma das expressões mais valorosas desta Casa pelo seu conhecimento jurídico. Damos o testemunho na Comissão de Constituição e Justiça da sua energia e, sobretudo, competência e elegância com que dirige o seu partido nesta Casa. O aparte do Deputado Jackson Barreto, sobretudo quanto ao aspecto político em relação ao meu partido, é uma crítica, é uma agressão, mas é, ao mesmo tempo, uma resposta. A maneira com que o Deputado Jackson Barreto fala com relação ao Deputado Paulo Maluf, a maneira pela qual ele se refere ao meu partido, o PDS, revela o ultra-radicalismo, que todos nós sabemos, existente. S. Exª é um ultra-radical, o que aliás, não lhe fica mal, porque com isso se valoriza muito em muitas áreas deste País. Mas diria a V. Exª o seguinte: nós queremos aqui protestar contra os termos utilizados pelo Deputado Jackson Barreto em relação ao candidato do nosso partido. Todo partido tem o direito de ter o seu candidato. O PDS, por sua esmagadora convenção, indicou dois correligionários autênticos nossos para a nossa chapa. Pelo PMDB já não podemos falar isso porque o candidato que indicou à Presidência, que era do PMDB, saiu do PT, foi para o PP e voltou para o PMDB. Indicou para Vice-Presidência um ilustre correligionário nosso. De modo o que ficou claro foi isso: a coerência do PDS e a pouca coerência do PMDB. No mais, quero dizer o seguinte: o aparte do Deputado Jackson Barreto também é uma resposta às suas próprias assertivas quando ele confessa que três Deputados do seu partido estavam no meio dos desordeiros, logicamente que comandando a desordem dirigida contra o Sr. Paulo Maluf.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Agradeço o aparte a V. Exª, que, na verdade, foi mais dirigido ao Deputado Jackson Barreto do que à minha própria oração. Os jornais e as revistas estão a publicar que, em Brasília e em Goiás provocadores profissionais começaram a pichar as paredes com termos e cartazes que seriam alusivos ao Governador Tancredo Neves, na tentativa de jogá-lo contra a opinião pública e contra as Forças Armadas. Mas, Sr. Deputado José Bonifácio, achamos que o PDS tem todo o direito de lançar o seu candidato e, nesse particular, todos os partidos também o têm. Por isso não acrescentaria nada mais ao seu aparte. Agradeço a V. Exª as colocações que fez.

O Sr. Lélío Souza — Permite V. Exª um aparte, nobre Deputado Brandão Monteiro?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Dar-lhe-ei o aparte caso o nobre Deputado Nilton Alves, que o pediu antes não se importe.

O Sr. Lélío de Souza — Nobre Deputado Brandão Monteiro, pedi licença ao Deputado Nilton Alves apenas para não deixar sem uma observação a crítica feita infundadamente pelo Deputado que está no exercício da Liderança do PDS, Bonifácio de Andrada. Falou S. Exª sobre as incoerências do PMDB. Inexistem tais incoerências. A coerência política está determinada pela natureza dos compromissos que foram subscritos pelos integrantes da Aliança Democrática, os dissidentes do PDS, hoje postados na Frente Liberal. E o PMDB, em documento que foi celebrado no dia 7 de agosto deste ano, consubstanciou as posições programáticas que hoje constituem denominador comum da maioria do povo brasileiro. Não vejo nenhuma incoerência nisso. Incoerência vejo naqueles que estão cegos a essa realidade e permanecem defendendo aquilo que V. Exª frisou, com muita propriedade, a continuidade da incompetência e da corrupção.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Muito obrigado a V. Exª pelo aparte. Concedo o aparte ao Deputado Nilton Alves para S. Exª fazer uma comunicação importante dentro do meu discurso. Gostaria que o Deputado a fizesse rapidamente, sobretudo porque pretendo responder a um Deputado que está saindo agora e gostaria de que ele ouvisse. De hoje em diante vamos assumir outras posições aqui.

O Sr. Nilton Alves — Gostaria de aproveitar o espaço da nossa Liderança, que brilhantemente V. Exª está ocupando neste momento, para registrar nesta Casa que hoje, 3 de outubro de 1984, registrar-se o 30º aniversário da criação da Lei nº 2.004 que instituiu o monopólio estatal do petróleo no Brasil, ou seja, a PETROBRÁS. Sr. Presidente, através da sua liderança e através do nosso partido, gostaríamos de deixar registrado aqui as nossas congratulações àqueles que, desde a década de 40, mesmo sacrificando as suas vidas na luta do "petróleo é nosso" culminaram com a vitória da Lei nº 2.004. Portanto, queremos nesta oportunidade deixar também registrada as nossas congratulações aos funcionários da PETROBRÁS, a esses que a todo momento estão sendo atingidos, a exemplo das demais estatais, pelo esquema do Governo e das multinacionais que querem desmoralizar. Falo também em desagravo até aqueles que perderam com suas vidas no acidente que matou, no Rio de Janeiro, mais de 30 operários da PETROBRÁS. Aquela catástrofe é fruto de um total desrespeito à vida daqueles funcionários que, sem segurança, trabalham no alto mar. Queremos aqui registrar o nosso louvor a esta gente e dizer a esta Casa e à Nação que a PETROBRÁS não se intimidará, que a PETROBRÁS jamais se curvará porque é um patrimônio do povo brasileiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Muito obrigado, Deputado Nilton Alves. Não poderíamos deixar de inserir em nosso discurso o aparte de V. Exª no momento histórico deste País. Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Câmara dos Deputados tem sido testemunhada do meu comportamento não só em relação aos meus adversários políticos, como em relação aos meus companheiros. Tenho procurado, nesta Casa, o debate alto, embora tenha feito críticas. De hoje em diante, não me referirei a um Deputado que, nesta Casa, procura o debate rasteiro. É um Deputado que veio do Esquadrão da Morte, que veio dos mocambos de Mariel Mariscot e outros e que, infelizmente, porque nosso partido é aberto, foi nele recebido. Veio para esta Casa a fim de prestar serviços aos órgãos de informação; é um Deputado que não tem moral pessoal e política. V. Exª é um imoral.

O Sr. Agnaldo Timóteo — V. Exª é moleque safado. (Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 10 minutos a sessão é reaberta às 16 horas e 12 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

O Sr. Fábio Lucena — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena, pela ordem.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, de acordo com o art. 16 do Regimento Interno do Senado Federal, sendo omissa o Regimento Comum, peço a V. Exª a gentileza de me conceder a palavra para um comunicado urgente e inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Exª, nos termos do art. 16 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. FÁBIO LECENA (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a bancada do PMDB no Senado Federal acaba de receber a visita honrosa, por todos os títulos, do Exmo. Sr. General Liber Seregni (palmas), líder da resistência do povo uruguaio contra a ditadura que ali se instaurou há onze anos. Não poderia, Sr. Presidente, deixar de registrar nos Anais do Congresso Nacional a sereníssima presença daquele General uruguaio, que, depois de 10 anos de cárcere, sai pela América Latina e visita o nosso País, em sua pregação pela restauração do regime democrático na República do Uruguai. Acresce, Sr. Presidente, que a revelação de S. Exª que mais nos sensibilizou, tendo em vista a sua condição de ex-presidiário, de militar expulso do exército uruguaio, foi a de que, após as eleições presidenciais do dia 25 de novembro próximo vindouro, o futuro Presidente da República — quem quer que seja eleito dentre os candidatos apresentados pelos partidos políticos com vigência legal naquele país — não vai promover qualquer espécie de revanchismo. Muito pelo contrário, vai buscar o reencontro do Uruguai com a realidade do regime democrático, há mais de uma década banido daquela terra, outrora conhecida como a "Suíça da América Latina."

Em assim sendo, Sr. Presidente, as bancadas do PMDB no Senado e na Câmara e, acredito, os democratas dos demais partidos políticos com assento no Congresso Nacional rejubilam-se com tão augusta presença na Casa de representação popular do Brasil e desejam que, nas eleições do Uruguai, previstas para o dia 25 de novembro, seja escolhido um presidente que expresse a vontade popular, a fim de que o bravo povo do vizinho Uruguai se reencontre com a democracia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Aldo Pinto.

O SR. ALDO PINTO (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PDT não poderia deixar, de forma alguma, nesta oportunidade, de prestar uma homenagem muito especial...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Exª pediu a palavra pela ordem para uma questão de ordem, ou como Líder?

O SR. ALDO PINTO — Para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Líder do Partido de V. Exª acabou de falar há pouco.

O SR. ALDO PINTO — Apenas para completar o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É impossível. V. Exª pode usar a palavra pela ordem...

O SR. ALDO PINTO — Apenas para um comunicado inadiável e urgente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nos termos do art. 16 do Regimento do Senado, concedo a palavra ao Deputado Aldo Pinto.

O SR. ALDO PINTO (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Agradeço a V. Exª a gentileza de me conceder a palavra neste momento, quando o PDT, juntamente com os companheiros do PMDB, prestam uma homenagem a esse extraordinário líder que nos visita nesta oportunidade, numa demonstração viva de congraçamento permanente com o nosso País. O ilustre Líder, General Seregui indiscutivelmente um dos membros mais importantes da Frente Ampla Uruguaia, está contribuindo para que o estado democrático seja restabelecido de forma definitiva, no dia 25 de novembro, naquele país vizinho.

Portanto, o PDT, juntamente com o PMDB, através do seu Líder no Senado, se unem nesta oportunidade, para prestar uma homenagem não só a esse líder uruguaio, mas sobretudo ao povo uruguaio, que tem a felicidade de, através de seu voto, escolher os destinos da sua própria nação.

Receba o General Seregui, através da Liderança do PDT, de todos os companheiros do PDT no Brasil a homenagem sincera e os votos no sentido de que o povo uruguaio veja, a partir de 25 de novembro, implantado o estado democrático em seu país definitivamente.

Acredito eu, *data venia*, que o Senado, por interesse de V. Exª, Sr. Presidente, deve manifestar também o seu apoio à postulação do povo uruguaio, às eleições livres e soberanas que lá se realizarão no dia 25.

Engrandece-se, neste instante, não só o Uruguai, mas também toda América Latina. Nesta oportunidade, deixo registrada a postura do nosso partido, favorável ao povo uruguaio e, sobretudo, à frente ampla, na pessoa do nosso honrado e digno visitante.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 68, de 1984-CN, da Comissão Mista, favorável nos termos do Substitutivo que oferece.

Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SRª IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está em pauta hoje a Mensagem nº 77 da Informática, que tem a seguinte justificativa:

“A informática já alcança, em escala crescente, praticamente todos os setores de atividade humana, revolucionando técnicas de produção e de comércio, a pesquisa científica, os meios de transportes e de comunicações. Deverá ter, por isso mesmo, profundas repercussões, não só na organização econômica do País, mas em sua própria organização social, com reflexos, até mesmo, sobre a posição do indivíduo na sociedade e sobre a coesão e integridade cultural da Nação.”

Realmente, o dia de hoje exige de nós todos, Parlamentares, uma posição a mais clara possível. E sabemos muito bem que isso é difícil, porque, infelizmente, a questão da informática ainda não foi, em toda sua profundidade, discutida nesta Casa, apesar dos esforços da Comissão que cuidou dessa mensagem.

Sabemos que nossos conhecimentos ainda são restritos, mas a grandeza da informática — que será uma nova revolução, diria até maior do que a Revolução Industrial — exige de nós profundo estudo e discussões, que não se esgotam em absoluto, na aprovação desse substitutivo do Relator da matéria, Senador Virgílio Távora.

Gostaria, hoje, aqui, de registrar algumas considerações de Luiz Pinguelli Rosa:

“Hoje se vê o computador presente nos supermercados, nos bancos, nos escritórios, nas indústrias, e até nos consultórios de dentista. É a febre da informática, vendida no mundo ocidental como o grande remédio para todos os males. Nesse processo, a informática se torna o grande remédio para quem dela extraiu seu lucro.

No entanto, por ser a informática meio de produção, e por estar se tornando, cada vez mais, centro nervoso de todo o processo produtivo, seu domínio é condição necessária para que o desenvolvimento de uma nação se faça de maneira determinada por suas forças internas.

A informática não é neutra: ou serve ao desenvolvimento, ou à dominação.”

Por isso, considero de extrema seriedade a apreciação, a discussão desse projeto, apesar de ainda não termos amadurecido suficientemente a matéria. Considero, por exemplo, que é preocupante para o Partido dos Trabalhadores a introdução da informática, que se está fazendo independentemente de termos garantido essa reserva ao Brasil, porque ela, na verdade, sem um planejamento, sem um controle dos sindicatos, sem a participação efetiva dos trabalhadores, se torna, aparentemente, na sua imediata reação, ponto de desemprego.

Como o Japão, por exemplo, conseguiu enfrentar essa questão? Houve um entendimento entre trabalhadores, sindicatos, empresas e governo, no sentido de que a implantação de qualquer equipamento, fosse feita com o retreinamento, com o reaproveitamento da mão-de-obra, o que não está ocorrendo maciçamente no Brasil. Milhares de mulheres, por exemplo, estão sendo dispensadas dos escritórios, porque as secretárias eletrônicas as substituem; mas não nos podem impedir, de, hoje aprovar este projeto.

O desafio está na competência, na participação dos trabalhadores, na discussão dessa questão. Lamentavelmente, os trabalhadores não foram convidados, neste ano, para a discussão da questão da Informática; trouxemos, sim, pessoas importantes que conhecem em profundidade a matéria, mas não os trabalhadores, para que eles formassem uma opinião, já que desconhecem o assunto realmente, o que quer dizer que estamos discutindo um projeto sem o conhecimento da classe trabalhadora brasileira.

Isso é lamentável, e assumimos nossa culpa por não termos desempenhado a função de esclarecimento junto aos assalariados, pela iminência do assunto, pela rapidez com que se desenvolveu aqui. Mas sabemos que não acaba aqui a luta; ela continuará, para que a classe trabalhadora tome posição, apesar da desvantagem evidente, real. Cabe a nós conhecer em profundidade, em extensão, o que significa a introdução da informática no mundo, em que aspecto a estamos trazendo ao Brasil e isso hoje está sendo discutido nesta Casa, por ser de extrema seriedade.

Aqui manifesto minha preocupação, ainda não clara, ainda não profundamente conhecida, quanto à informática na educação. É um assunto extremamente sério, porque, se não tomarmos cuidado teremos cidadãos de primeira categoria com toda a informação da informática na mão, na cabeça, e os de segunda e terceira categorias dominados pelo poder da informática, já que realmente a informática é um poder político nacional e internacional.

Quando lutamos pela reserva de mercado, estamos lutando pela autonomia nacional, pela autonomia do desenvolvimento brasileiro:

“A informática não é neutra. Ou serve ao desenvolvimento ou à dominação.

Este conceito, fundamental para a compreensão da nova dimensão política do mundo moderno, foi

expresso com clareza na reunião, “Informática e soberania” realizada em Cali — Colômbia, em maio deste ano. Reunidos, os representantes de 15 países da América Latina e do Caribe expressaram a visão terceiro-mundista da importância da informática. Esta, entendida como o conjunto de processos e instrumentos para o armazenamento, processamento e difusão de dados, tem sido introduzida nos países subdesenvolvidos pelos mais avançados, através das empresas transnacionais, cujo objetivo básico é a exploração de novos mercados. Tal processo impede que cada nação busque seu desenvolvimento de acordo com suas características, suas necessidades e sua cultura.

O Brasil teve a percepção dessa importância há uma década. E, com a certeza de que só dominaremos a informática se tivermos a competência tecnológica no setor, implantou-se, em 1976, a reserva de mercado, isto é, a ação de só permitir que o mercado brasileiro de computadores (e equipamentos afins) de menor porte seja suprido por empresas genuinamente nacionais, com produtos concebidos com tecnologia nacional. É uma reserva tímida porque só atinge o setor da microinformática, deixando livres os segmentos superiores do mercado.”

Acredito que, com este substitutivo, corrigiremos algumas questões, pois esta análise foi feita certo tempo atrás.

“Com a reserva de mercado, nós brasileiros estamos em luta para reduzir nossa dependência tecnológica, porque, como diz Fernando Carmona, (“El drama de América Latina”), essa dependência, “dá ao capital monopolista externo uma arma sumamente eficaz para o controle do desenvolvimento econômico e especialmente do crescimento industrial dos países débeis”. Multiplica-se a ênfase desse controle no caso da informática, devido ao seu impacto em toda organização produtiva de uma nação.

Na busca de redução da dependência tecnológica, uma nação do Terceiro Mundo tem, então, que enfocar a tecnologia como poder. Além disso, tecnologia é conhecimento e habilidade a serviço das necessidades. Conhecimento e habilidade que só se desenvolverão no exercício de dar respostas às necessidades autênticas da nação, utilizando seus recursos e levando em conta suas características. Por isso, a tecnologia é também cultura, uma vez que assumirá características próprias de cada nação. Ela se alimentará de todo o conhecimento científico que puder apropriar, mas para estar a serviço da nação terá que ser comandada e desenvolvida internamente.”

O Sr. Vicente Queiroz — Deputada Irma Passoni, é com muita alegria que venho apartear V. Exª, para dizer que festejo hoje meus trinta e três anos de vida política ouvindo debates tão importantes, sobretudo por ouvir V. Exª e o Deputado Djalma Bom, ainda há pouco, enunciarem preocupação que julgo ser de todos nós. E foi importante a denúncia, porque sabemos hoje que os ecólogos defendem de maneira intransigente e permanente — o que é natural — as nossas florestas. Há entre nós falta de orientação, falta de controle, sobretudo falta de preocupação dos órgãos públicos quanto a esta devastação, que constitui uma desgraça para o País e um risco para o futuro até mesmo da Amazônia, a maior área florestal de todo o planeta. Os pronunciamentos aqui feitos testemunham, mais do que nunca, a preocupação de todos os partidos políticos. Até mesmo as palavras de um Senador que discursou pela manhã, e que não me concedeu apartes, me preocupa — e ele deveria ouvir o que eu tinha a dizer — pois S. Exª reconheceu que o País, por muitos anos, se atrasou na difusão da informática. E por

que se atrasou? Porque vivemos sob um regime entreguista, que apenas tem usurpado e espoliado as riquezas nacionais em detrimento dos brasileiros. Desgraçadamente, esta é uma verdade de que não se pode fugir. O que temos visto é Governo após Governo há mais de vinte anos se conformando apenas, achando que a participação do capital estrangeiro é necessária ao nosso desenvolvimento, sem se preocupar com a situação dos nacionais, daqueles que forjam, preparam, trabalham e constroem esta grande Nação. Parabenizo V. Ex^a, que faz um pronunciamento autenticamente nacionalista em favor da informática.

A SRA. IRMA PASSONI — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Não me sinto com total competência para fazê-lo, mas aceito o desafio de, cada vez mais, estudar em profundidade o assunto, porque, se esperarmos ter pleno conhecimento dele, será tarde para influenciar, com a nossa decisão, o encaminhamento da questão. Ora, como o substitutivo garante a este Parlamento a apreciação de um plano mínimo que de três em três anos será elaborado sobre o assunto, sabemos o que temos a fazer.

Por outro lado, não devemos aprovar simplesmente, sem restrições, o parecer do Senador Virgílio Távora. Iremos apresentar pedidos de destaques, e esses destaques são necessários para que algumas coisas possam ser corrigidas. No todo, o projeto ainda apresenta vários defeitos, porque se trata de um processo extremamente novo, mas vamos garantir o mínimo, que é a reserva de mercados. Vamos garantir também que o Plano Trienal passe por esta Casa. Na oportunidade, além do nosso julgamento, abrir-se-á a discussão sobre essa questão no Brasil inteiro. A Nação brasileira, por nosso intermédio, poderá discuti-lo amplamente. O que condenamos é que seja vinculado estritamente ao Serviço Nacional de Informações, que lá se decida, que se privilegie grupos de exploração e que se promova um processo entreguista, como V. Ex^a acabou de referir.

Agradeço a V. Ex^a o aparte. E acho que cabe a nós a continuidade da análise e do estudo sobre esta questão extremamente séria e importante.

“A reserva de mercado abre espaço para que a tecnologia de informática possa se desenvolver. Sem o exercício no mercado, tecnologia alguma se desenvolverá: ficaremos eternamente relegados à condição de consumidores de produtos concebidos para outras necessidades em outras culturas, aumentando ainda mais o fosso que nos separa de condições de sermos agentes do nosso desenvolvimento.

O mercado de uma nação tem que ser visto como uma riqueza, que deve ser colocada a serviço de seu desenvolvimento. A tese de que o mercado é livre, de que nele deve-se deixar fluir as “livres forças”, só beneficia as nações poderosas. Somente os que defendem os interesses externos, ou os que acreditam na escola econômica neo-clássica que tanto mal tem causado às nações subdesenvolvidas, defendem o livre mercado. O mercado é nosso, e a nosso serviço ele deve ser posto.

A reserva de mercado coloca uma pequena parcela do mercado brasileiro, a da microinformática, a serviço de um processo de desenvolvimento tecnológico. Com ela, nós brasileiros dizemos: somos capazes. E estes últimos sete anos têm servido para comprovarmos isso. Com a reserva de mercado surgiram centenas de empresas genuinamente nacionais, empregando milhares de engenheiros e técnicos, passando a desenvolver tecnologia nacional, de acordo com nossas características, sob nosso controle e a serviço das necessidades do nosso mercado.”

E quando não forem, da mesma forma serão por nós condenados desta tribuna.

“O Brasil tornou-se exemplo em toda a América Latina, seguido apenas por Cuba, que sintomaticamente também tem uma espécie de reserva de mercado: o boicote norte-americano.

Devido aos importantes resultados apresentados pela tecnologia nacional, vozes contrariadas se organizam. Impossível, dizem elas, que o Brasil busque seu desenvolvimento, principalmente em setores tão avançados, sem a “ajuda” das empresas transnacionais.”

Que ajuda é essa senão dominação? Pergunto eu.

“Afim, perguntam elas, as transnacionais resolveram os problemas de Cingapura, Taiwan e Filipinas, por que impedi-las de resolver os nossos?

Submetido ao secular processo de dominação, o Brasil soube neste caso formular uma sistemática interna com reduzidas brechas para o boicote daqueles cujo interesse é perpetuar essa dominação.

Gostaria ainda de registrar o seguinte trecho:

Nós brasileiros, dentro do caos a que fomos levados por um sistema político e econômico que sempre privilegiou uns poucos em detrimento da maioria, assistimos no setor de informática, à possibilidade de renovação que muito buscamos. Os que querem um Brasil novo, um Brasil que possa se desenvolver por outros caminhos, por nossos caminhos, não podem ficar indiferentes ao que ali ocorre. Porque os que querem o continuísmo do processo atual, cruel e desumano, sustentado pelos interesses estrangeiros, estão muito ativos combatendo a reserva de mercado no setor de informática. Esta constitui o ato de soberania que colocou nosso mercado, essa riqueza brasileira, a serviço de nosso desenvolvimento. Desenvolvimento esse no qual brasileiros buscarão soluções para os problemas do Brasil.

A reserva de mercado é só um passo, um pequeno passo, mas decisivo. Com ele, afirmamos que queremos e somos capazes. Outros passos deverão vir porque o caminho que nos libertará da exploração estrangeira é longo, e se fará ao caminhar. Contudo, por ser um decisivo passo, vozes contrariadas se organizam para fabricar argumentos, na maioria falecidos, na tentativa de justificar sua intenção de devolver o mercado brasileiro à exploração das empresas transnacionais.”

O mercado é nosso e, por isso, como toda riqueza nacional, deve estar a nosso serviço.

Gostaria de deixar claro, portanto — infelizmente não posso completar o meu pronunciamento — que nós, do Partido dos Trabalhadores, faremos os destaques no Art. 25:

“Art. 25. Serão considerados Distritos de Exportação de Informática prioritariamente os Municípios situados nas áreas da SUDAN e SUDENE para tal propósito indicados pelo Poder Executivo e assim nominados pelo Congresso Nacional”.

E no:

“Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a anualmente destinar, em seu orçamento fiscal, ao Fundo Especial de Informática e Automação, quantia equivalente a 0,8% (oito décimos por cento) de sua receita tributária”.

Entendemos que ela deveria apenas aplicar esse fundo nas pesquisas das universidades públicas e não particular. E há outras questões que, depois, no encaminhamento da discussão, levantaremos. Volto a dizer, a questão da informática é extremamente séria para deixarmos de

ponderar, de aprovar o substitutivo, de fazer críticas e fazer mesmo alguns destaques que possam aprimorá-la, principalmente, continuar na luta pelo aperfeiçoamento do poder da informática, para que seja o poder da construção da Nação brasileira. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. congressistas, acredito que estamos dando um largo passo não só no sentido de preservar um importante setor da economia nacional, mas também de recuperar as próprias prerrogativas deste Poder Legislativo, no momento que discutimos, elaboramos mudanças e aprovamos o projeto que trata da política nacional de informática em nosso País.

A história do desenvolvimento brasileiro é uma história de contradições, é uma história de lutas, é uma história em que se colocam, de um lado, o interesse da Nação à procura de um desenvolvimento independente, em busca de transformar a economia em instrumento de melhoria das condições de vida da população, e, de outro lado, os grandes interesses internacionais, que transformarão o nosso País, como têm transformado os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, em instrumento do seu próprio enriquecimento e do enriquecimento das grandes empresas, cujas sedes estão situadas nos países centrais do capitalismo mundial.

A política de informática, que se inicia neste País, dá hoje realmente o primeiro grande passo. Preserva, como o substitutivo apresentado, aquilo que é fundamental, isto é, a reserva de mercado. Preserva o que é fundamental, ainda que em outros aspectos existam pontos que possamos contestar, com os quais nos preocupamos e aos quais devemos dirigir a nossa atenção, nos próximos anos. Sem dúvida, ainda poderemos melhorar essa política. Sem dúvida ainda poderemos refazer pontos que, na atual correlação de forças nos foi impossível fazer. E temos a larga expectativa de fazê-lo com a mudança do próximo Governo, quando, sem dúvida, um bloco de forças comprometido com o desenvolvimento nacional autônomo comprometido com a melhoria das condições de vida — Governo que, espero, seja presidido por Tancredo Neves e apoiado pelo conjunto de forças democráticas que hoje o viabilizam — poderá no momento apropriado, realizar modificações ainda mais profundas e consolidar uma política realmente nacional de informática.

O projeto enviado a esta Casa está sendo mudado por este Congresso Nacional. Este aspecto é extremamente importante, eliminando-se dele questões que seriam inaceitáveis para esse conjunto de forças democráticas, como, por exemplo, a vinculação que pretendia ao Conselho de Segurança Nacional. Neste projeto, ou neste substitutivo, se estabelecem as linhas mestras da política nacional de informática, e são linhas mestras que atendem, neste primeiro momento, às necessidades que tem o País de um arranque neste setor. É preciso que se levem em conta todas as questões sociais que advêm de uma profunda automação da economia brasileira, de uma profunda especialização em largos setores da economia brasileira. É claro que se vai ter de procurar as saídas para os problemas sociais que isto acarreta, no sentido da grande necessidade que o País tem sido incorporar anualmente ao processo produtivo grandes massas de trabalhadores. É um País que, pelo seu crescimento vegetativo, pelas migrações internas, pelas transformações econômicas e sociais que se estão dando, precisa buscar as formas de incorporar a esse processo produtivo essas grandes massas. Claro que a política de informática, que apenas esse projeto de lei não soluciona a questão. Claro que este é apenas um tópico em toda a questão que deve ser debatida, aprofundada, do desenvolvimento econômico deste País, mas sem dúvida estamos dando um passo, e um passo extremamente importante, se levarmos

em conta que este Congresso Nacional, em poucos momentos da sua história, nos últimos anos, teve a possibilidade real de participar efetivamente da determinação dos destinos que afetam milhões de brasileiros. A política nacional de informática, conforme o substitutivo apresentado, preserva fundamentalmente aquilo que vem sendo defendido pelos homens que se preocupam com esta questão, pelas associações de empresários nacionais, pelos técnicos, especialistas da matéria, pelas associações profissionais que tiveram o papel que deve ser ressaltado durante esse período todo, que tiveram uma presença efetiva na determinação desse substitutivo, pela sua força, pela sua vontade, pela sua insistência e pelo apoio que agora vêm recebendo do Congresso Nacional.

Com prazer, dou o aparte ao nobre Líder do PDS, depois de tanto tempo de volta aos microfones da Liderança, Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Bonifácio de Andrada — As palavras de V. Ex^a são, indiscutivelmente, depoimento de alta valia, para mostrar que de fato a proposição objeto de discussão nesta Casa contém elementos que satisfazem, pelo menos de uma maneira genérica, as diversas Lideranças desta Casa. E queria acrescentar um ponto a que V. Ex^a vai-se referir mas que para nós é de alta significação: é aquele em que o projeto estabelece a obrigatoriedade de, anualmente, o Conselho, através do Poder Executivo, remeter a esta Casa para ser aprovado um Plano Nacional ligado a esta matéria. Que dizer, o Plano Nacional vai permitir que o Poder Legislativo participe de forma atuante, podendo até mesmo alterá-lo nas discussões, nos debates e na votação da matéria nesta Casa. De fato, como foi dito pelo ilustre orador do PT que antecedeu V. Ex^a por outros eminentes colegas, esta é uma questão fundamental, porque diz respeito ao Brasil de hoje, mas, sobretudo, ao Brasil de amanhã, dentro do consenso nacional. E é com grande satisfação que se verifica que as Lideranças políticas nesta Casa, das diversas correntes, chegaram a um ponto de entendimento para que se vote, uma proposição que, genericamente, atende aos pontos de vista de todos em favor do País e do nosso avanço tecnológico e científico.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Agradeço a V. Ex^a o aparte, Deputado Bonifácio de Andrada, e ressalto que o entendimento havido entre os diversos partidos desta Casa a respeito da política de informática — que é uma questão importante, é uma questão estratégica do desenvolvimento econômico — mostra que os partidos políticos começam a reassumir de fato o papel que devem ter em qualquer processo político que possa ser chamado de democrático. E lembramos que, não tendo havido esse acordo durante tantos anos, podemos fazê-lo hoje, porque estamos rompendo a crosta do autoritarismo, estamos emergindo desses vinte anos que impossibilitaram a presença efetiva do Congresso Nacional, dos partidos políticos. Estamos, ao recuperar prerrogativas de fato, não apenas fazendo constá-las na Constituição, na legislação, nas instituições, mas estamos recuperando-as de fato, e esta recuperação significa uma abertura de novos horizontes para o Congresso Nacional. Isto se dá pela nova realidade social e política em que vive o País; isto se dá porque o povo brasileiro, depois de tantos anos, consegue afirmar os seus desígnios, a sua força, consegue realmente dar um salto de qualidade no sentido da determinação daquilo que é fundamental para seus próprios interesses. Estamos hoje, nobre Deputado Bonifácio de Andrada, ao romper com a ditadura, ao colocá-la de lado, ao esquecermos de uma vez por todas o autoritarismo, efetivamente recriando o papel do Congresso Nacional, o que se mostra hoje num acordo que pôde ser feito entre os diversos partidos políticos nesta Casa. E este acordo só foi possível no momento em que as forças democráticas, principalmente os partidos de oposição, passaram a ter um papel preponderante que lhes foi dado, primeiro, pelas eleições de 1982, e, em segundo lugar,

pela dinâmica da ação da forças sociais que hoje criam, neste Congresso Nacional, uma nova realidade. E não é mais aquela realidade de anos atrás, quando o partido que V. Ex^a tão bem representa apenas referendava, e sempre referendava tudo aquilo que vinha do Poder Executivo. Hoje estamos, ao romper juntos a crosta do autoritarismo, efetivamente cumprindo o nosso papel de Congresso. Por isso, hoje é um dia sem dúvida excepcional para a história do nosso País.

Ouçõ o nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Bonifácio Andrada — Nobre Deputado Alberto Goldman, V. Ex^a acentua muito bem o debate em torno de um tema de alta relevância, como é a informática e mostra, indiscutivelmente, que a aberração democrática do Presidente João Figueiredo está hoje muito avançada, permitindo à Nação a consolidação de pontos fundamentais para a sustentação do regime democrático. E há que levar em conta que o projeto que o Presidente Figueiredo remeteu a esta Casa continha determinadas técnicas que foram discutidas, criticadas e profundamente alteradas aqui, no Congresso. Se verificarmos o projeto inicial, que foi objeto de leitura neste plenário, e agora quisermos cotejá-lo com o substitutivo, verificaremos que uma nova filosofia, uma filosofia marcadamente democrática, parlamentar, domina a nova proposição, enquanto a outra tinha alguns resíduos tecnocráticos que não seriam os mais aconselháveis para esta hora e muito menos para o futuro brasileiro. A colocação de V. Ex^a, de certa maneira, abarca alguns aspectos importantes da matéria, mas quero, sobretudo, ressaltar a liderança democrática do Presidente João Figueiredo, ao constatar que o Relator, Senador Virgílio Távora, uma das figuras ilustres desta Casa, teve ampla liberdade para propor à Casa este novo documento e ter, assim, o generalizado apoio das Lideranças parlamentares.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Deputado Bonifácio de Andrada, V. Ex^a ressaltou, como é seu dever, o Presidente da República, que remete a esta Casa este projeto, como agente fundamental do processo histórico. Nós preferimos ressaltar a ação do povo brasileiro como agente fundamental do processo histórico. Não posso admitir que a História seja alvo da vontade apenas de um homem. Para mim, a História é um processo que se dá pela ação popular, pela ação do povo brasileiro. E isto nós estamos conquistando — quando digo nós, digo o povo brasileiro.

V. Ex^a ressaltou muito bem que este Congresso Nacional será chamado, dentro das linhas fundamentais estabelecidas, a determinar a política nacional de informática. Ainda mais, conforme o próprio art. 25 estabelece, será o Congresso Nacional que nominará os distritos de exportação de informática e, portanto, poderá estabelecer, no devido momento, quais são os distritos que interessam ou deixam de interessar à Nação brasileira e ao desenvolvimento econômico deste País.

Além disso, quero ressaltar que a ação das entidades, das pessoas e dos cidadãos preocupados com esta área conseguiu fazer com que, em boa hora, o Relator da Comissão inserisse, no art. 30, a criação do Fundo Especial de Informática e Automação, destinado 0,8% na Receita Tributária para esse Fundo.

É claro que isso, no nosso entender, ainda é insuficiente, não para esse setor, é insuficiente a destinação de recursos para a pesquisa em largos setores da economia nacional, que deles têm necessidade hoje. Vou citar especificamente o setor de agricultura, ainda com poucos recursos para que possamos enfrentar as necessidades de superação da miséria, da fome por que passa o nosso povo.

Congressistas, fato de já se dar a esse setor tal estrutura é uma grande contribuição do Congresso Nacional, uma contribuição da luta que o povo brasileiro vem travando para que possamos concretizar a democracia e o desenvolvimento soberano da economia nacional. Por-

tanto, estão de parabéns o Congresso Nacional e, principalmente, todos aqueles que, durante meses e meses, anos e anos, vêm lutando para que tenhamos uma política nacional de informática de acordo com os interesses da Nação brasileira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou hoje, como estamos sempre, na tribuna, numa alternativa decepcionante entre a aprovação por decurso de prazo do Projeto de Lei nº 10, de 1984, apresentado pelo Sr. Presidente da República e que dispõe sobre a política nacional de informática, ou a aprovação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Mista do Congresso, Sr. Senador Virgílio Távora, sobre a mesma matéria.

Em face da Ordem do Dia baixada pelos Ministros militares, em outubro de 1969, impropriamente denominada Constituição, ou nós aprovamos o substitutivo da Comissão Mista ou será imposto ao País, pelo instituto fascista do decurso de prazo, o decreto proposto pelo Sr. Presidente da República.

Qual é a matéria sobre a qual o Congresso irá legislar? A ONU, como bem salientou o nobre Relator, define a informática como a totalidade das disciplinas e tecnologias para o tratamento sistemático, particularmente em computador, de dados e informações como veículos do conhecimento para sua conservação no tempo e sua transmissão no espaço. É evidente, portanto, que se trata de um fator decisivo para o desenvolvimento de uma nova ciência, a ser aplicada segundo normas legais que venhamos a adotar, e que regulam esse tipo de atividade de extraordinária importância e amplitude em direção ao futuro.

No dizer de um eminente pensador moderno, o norte-americano Alvin Toffler, o mundo vive hoje a chamada terceira onda, a terceira mutação cultural, tecnológica, científica, que vai marcar a face do século XX. A primeira mutação teria sido a agricultura, quando as populações nômades tornaram-se sedentárias e criaram a agricultura, há seis mil anos de nossa civilização.

Posteriormente, o homem, já em meados do século passado descobriu a aplicação do vapor, criou a civilização industrial e transformou a face do mundo, concentrando poder, riqueza, progresso, sobretudo no Ocidente europeu, de tal forma e com tal importância que este setor da terra veio a dominar imperialisticamente todo o globo habitável.

Agora, a humanidade, chega, pela ciência, à descoberta da cibernética e do computador. Toda esta construção científica, aplicando a tecnologia ao pensamento humano, multiplica a programação científica, tornando extremamente rápida a utilização dos dados acumulados e a sua transmissão através do espaço. Tudo isto criou uma nova civilização, que a cada dia se torna mais potente.

Hoje, o homem, através dos satélites artificiais prevê o tempo, calcula as culturas agrícolas, verifica e prepara os programas de saúde, de educação — e essa programação se multiplica em quantidades assombrosas. Tudo isso está-se fazendo nas nações já desenvolvidas.

O Sr. Toffler, no seu livro admirável, como muitos escritos sobre a cibernética, descreve a existência de fábricas norte-americanas onde não há poluição, onde não existe horário de trabalho prefixado, onde cada trabalhador se ocupa de um computador ligado a um satélite artificial, que gira pelo cosmos e, através das comunicações recebidas, vai realizando um trabalho que ordena a indústria. Por isso mesmo é que as transnacionais, as empresas que dominam a economia moderna, estão transferindo para as nações subdesenvolvidas do Terceiro Mundo aquelas indústrias poluentes, aquelas indústrias que vêm criar situações difíceis de envenenamento e de intoxicação para as populações em cuja área se localizam.

É, portanto, decisiva a posição que a Nação brasileira tem de assumir em face dessa nova ciência e da indústria que sobre ela se contrói. Neste particular, talvez por métodos arbitrários, autoritários, violentos, o Governo do Sr. João Baptista Figueiredo realizou um pequeno progresso, que devemos reconhecer. A Secretaria Especial de Informática, por métodos não democráticos, através de decretos-leis, estimulou a permitiu a criação de uma indústria nacional de informática, que hoje reúne milhares de pequenas e médias empresas, que já ocupam milhares de pesquisadores brasileiros e pruzudem metade do faturamento da indústria de informática.

Declaro, de início, que votarei a favor do substitutivo do ilustre Senador Virgílio Távora. Mas só votarei porque estou compelido, como a Casa, a escolher entre a alternativa do projeto autoritário e fascista proposto pelo Governo João Figueiredo e o substitutivo do Senador Virgílio Távora, que, embora defeituoso, teve o mérito de acolher modificações sérias, fundamentais, propostas pela Oposição na Comissão Mista que tratando aludido projeto.

O projeto do Governo, aqui tão combatido, propunha medidas inteiramente autoritárias, para não dizer fascistas, como a criação de uma Comissão Nacional de Informática, como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional, cuja competência e funcionamento, dizia o projeto, serão estabelecidos em regulamento pelo Poder Executivo. Praticamente, isto representava a delegação absoluta da competência do Congresso a uma Comissão designada pelo Sr. Presidente da República. E esta Comissão disporia de poderes absolutos para conceder incentivos, pronunciar-se sobre a formulação e reformulação de órgãos do Governo Federal sobre a concessão de benefícios fiscais, financeiros ou de outra natureza, sobre critérios para compatibilização das políticas de desenvolvimento regional ou setorial. Enfim, a Comissão poderia dirigir toda a atividade industrial de informática e mais atividades culturais relativas àquela indústria.

Ouvirei, com prazer, o nobre Deputado Israel Dias Novaes.

O Sr. Israel Dias-Novoes — Deputado Oswaldo Lima Filho, V. Exª efetua, perante os seus pares e em proveito deles, uma análise em profundidade do projeto alusivo à informática e do seu substitutivo. V. Exª tem a oportunidade, mais uma vez, de mostrar a perfeita seriedade do seu espírito de homem público. Não tivesse sido V. Exbv 9 um exemplar Ministro da Agricultura, que deixou saudades pela maneira proveitosa, objetiva, com que geriu uma das tormentas brasileiras, aspectos do assunto que V. Exª aborda agora, creio — aspectos, quem sabe, até de suma relevância teriam relegados a segundo plano. Por exemplo, há uma corrente nesta Casa e na chamada Casa Alta, sustentando a tese de que o interesse nacional reside no abandono da reserva de mercado. Em torno dessa tese desenvolvem-se raciocínios os mais excêntricos e não raro, mais engenhosos. E muitos se deixaram levar pelo engenho do raciocínio e chegaram mesmo a aceitar a tese como boa. Então, não se falava, por exemplo, em entrega por ser palavra proibida. O Senador Roberto Campos, de cuja inteligência V. Exª e eu somos admiradores fervorosos, tem defendido a tese de que a reserva de mercado prejudica a nossa evolução tecnológica. Eis aí um argumento plausível. E nós chegamos, na nossa santa ingenuidade de oposicionista — agora quase situação, porque V. Exª e eu seremos situação a partir de 15 de março — a levar a crédito esse ponto de vista do Embaixador. Mas, por mera coincidência, Deputado Oswaldo Lima Filho, há quatro dias a imprensa norte-americana publicava uma informação provida de núcleos governamentais dos Estados Unidos, dando conta de que ou o Brasil cedia o seu mercado de informática, ou os Estados Unidos parariam de comprar o aço brasileiro. Vê V. Exª como é “dá cá, toma lá” e como, na verdade, esses pregoeiros, esses compeões da causa da entre-

ga estavam agindo ou na maior ingenuidade ou suficientemente abastecidos. Não creio em ingenuidade de Roberto Campos, mas creio no abastecimento de Roberto Campos. Então, Deputado, vê V. Exª como a Casa, agora, não tem mais razão para se opor, ou para mesmo, quem sabe, apenas se restringir ao propósito governamental, que desta feita é altamente respeitável, e como o Senador Virgílio Távora cedeu naquilo que era possível, porque ceder mais seria, Deputado, ceder, quem sabe, o nosso próprio futuro, a nossa esperança e o nosso progresso.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Nobre Deputado Israel Novais, concordo plenamente com V. Exª, como todas as matérias que temos examinando nesta Casa. O espírito e a cultura de V. Exª sempre têm sido um rumo seguro para os patriotas e os nacionalistas nesta Casa, sobretudo quando V. Exª diz que, se dessa vez entregássemos, em troca das ameaças que nos são feitas pelas nações imperialistas, como os Estados Unidos, no caso das ameaças às exportações brasileiros de aço talvez estivessemos entregando o nosso futuro. É exatamente porque o substitutivo do Senador Virgílio Távora assegura a reserva de mercado que eu lhe darei o meu voto. O projeto original do Governo nos dá até a imagem daquele “1984”, de Orwell, que impressionou, há muito tempo, o nosso espírito. O Estado ficaria senhor do destino e até o pensamento dos cidadãos. O projeto, porém, previsto no substitutivo não deve passar sem reparos. Todos aqueles poderes que eram conferidos ao Conselho de Segurança Nacional o substitutivo os atribui ao Sr. Presidente da República, porque ele é quem vai nomear os Ministros e os membros desse Conselho. Fala-se no CONIN, ao novo conselho previsto no projeto, na criação de representantes dos trabalhadores — e são os trabalhadores que vão pagar, como salientou o nobre Deputado José Frejat, custo das isenções que o Congresso vai dar a essa indústria de informática que, segundo o **Estado de S. Paulo** de hoje, soma mais de seiscentos bilhões de cruzeiros. Quem nomeará esses representantes dos trabalhadores? Quem os indicará? O projeto não diz. Tenho, como 90% da população brasileira, a convicção de que o futuro Presidente da República será esse eminente estadista, que é o Sr. Tancredo de Almeida Neves.

O Sr. Israel-Novoes — Muito Bem.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — E é por isso que votarei esse projeto, porque estou certo de que no seu Governo um estudo cuidadoso, um estudo sério — não digo que o da Comissão não o tenho sido — um estudo feito sem as atuais ameaças da aprovação do projeto do Governo permitirá uma definição mais expressiva e do interesse nacional. O projeto, saliente, tem outro aspecto, merecedor do nosso aplauso. É o art. 12, que define com propriedade, com eficiência, o que é capital nacional. O Brasil tem sido vítima de um embuste, pelo qual empresas como a Esso, a **Standard Oil of New Jersey**, a **Shel Dutch**, chegam aqui e criam uma firma, a Esso do Brasil S.A na Shel do Brasil S.A, e ficam a explorar o povo brasileiro durante décadas e décadas. Essa definição do art. 12 do substitutivo constitui uma vitória do pensamento nacionalista brasileiro. Define-se, pela primeira vez, com propriedade, o que é indústria nacional, e esse objetivo já estará, em princípio, alcançado.

Por isso, Sr. Presidente, concluo, com mais pressa até do que a que V. Exª teve ao examinar a Emenda Theodoro Mendes, dizendo que votarei o substitutivo. Reconheço algumas virtudes na sua elaboração, mas saliente que ele tem defeitos profundos, e um, não menor, com o qual concluo a minha advertência, é o uso indevido, inadequado e absurdo da língua inglesa. O projeto fala, a todo momento, em **software**, em **hardoure**, quando se sabe que essas palavras são inteiramente dispensáveis, e que poderíamos denominar o hardware de implementos materiais e os software de programas aplicados à informática. Não havia necessidade de estarmos a usar a

língua inglesa sobretudo num projeto que se diz com intenção nacionalista. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Santinho Furtado.

O SR. SANTINHO FURTADO (PMDB— PR. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o instituto do decurso de prazo, com todo o caráter autoritário que encerra o seu princípio, leva o Congresso Nacional, mais uma vez, a decidir matéria de extrema importância sem que tivesse procedido à necessária análise e ao debate mais profundo.

Ou se aprova pelo voto o projeto de lei que, “dispõe sobre a Política Nacional de Informática”, ou ele será igualmente aprovado, no seu texto original, sem o devido pronunciamento do Legislativo.

Eis o dilema, Sr. Presidente. Eis o resultado de uma ordem jurídica estabelecida para dar suporte ao autoritarismo, e que se mantém, apesar das promessas e juramentos de democratizar o Brasil.

Seria ocioso salientar a relevância da informática para o País, o seu desenvolvimento tecnológico, econômico e social. A própria Exposição de Motivos do projeto encaminhado pelo Poder Executivo atribui elevado grau de importância ao assunto, ao afirmar:

“A Informática, deve ser ressaltado, virá a ter profundas implicações na organização geral da sociedade, nos métodos educacionais, na ordem econômica e social, e poderá até influir no conceito de soberania de um País, pois a mobilidade do fluxo da informação, que já atinge grau elevadíssimo, podendo percorrer sem dificuldades o mundo, de computador em computador, desafia qualquer fiscalização e a própria noção jurídica de territorialidade. A não evolução de um país na área de informática implicará, com toda a certeza, transformá-lo em centro de consumo ou de trânsito para a informação dos demais”.

Tais premissas são evidentemente verdadeiras, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. E justificam uma lei que proteja o respectivo segmento da indústria nacional, não apenas pela concepção de reserva de parcela do mercado, na área de micro e minicomputadores, mas, principalmente, no estabelecimento de diretrizes que estimulem a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, visando à nossa real capacitação no setor.

Sob esse aspecto, cabe louvar a iniciativa do Executivo, ao propor normas que definam a reserva de mercado para as empresas nacionais fabricantes de micro e minicomputadores, embora o seu projeto contenha imperfeições de natureza conceitual, o que permitiria possíveis distorções dos objetivos finais.

Reside exatamente aí o grande problema, Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

A matéria é por demais abrangente e complexa, para ser apreciada em regime de urgência, conforme qualificou a mensagem presidencial que a encaminhou ao Congresso Nacional. Discuti-la e examiná-la em todos os seus aspectos e implicações, no prazo de quarenta dias, tornou-se tarefa praticamente impossível, especialmente porque os mais diversos setores, de todas as regiões brasileiras, desejariam participar e contribuir na formulação da política de informática que todos almejamos.

Cito, por exemplo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o trabalho desenvolvido pelo Departamento Econômico e pelo Departamento Jurídico da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, ao emitirem parecer sobre o projeto de lei ora em discussão. São apreciações pertinentes, importantes, as oferecidas pela entidade das indústrias do meu Estado, questionando, com muita propriedade, “uma justificativa consistente para a outorga, a nível institucional, de um poder tão vasto atribuído a um ente público, no caso, o Conselho de Segurança Na-

cional". Ou quando clama pela "necessidade de oferecer nova conformação política de decisões sobre informática", considerando que "a política de informática interessa e afeta a toda a sociedade brasileira".

Sugere, então, a FIEP uma estrutura diferente para o Conselho Nacional de Informática, nele tendo assento, igualmente, representantes dos setores públicos e privados. Todos os órgãos existentes ou que vierem a ser criados ficariam subordinados ao Conselho Nacional de Informática, evitando-se superposição de atribuições e confusões hierárquicas, possíveis no caso do texto inicial do projeto.

Há outras questões significativas, como a abrangência do conceito de atividades de informática, ou mesmo a definição de empresa nacional a ser protegida pelos efeitos da lei, que mereceram considerações da FIEP, de federações idênticas e de outras entidades igualmente credenciadas.

Infelizmente, o debate não passou de superficial, restando para o Legislativo a única alternativa da apreciação urgente da matéria.

Temos, é verdade, o substitutivo da Comissão Mista, melhor do que a proposição original elaborada pelo Executivo. Ainda assim, mantém controvérsias e acrescenta outros pontos polêmicos, como a criação dos distritos de exportação no Norte e Nordeste, onde empresas não nacionais, "joint-ventures" ou totalmente estrangeiras poderão instalar-se para produzir equipamentos de microeletrônica, minis e micros, inclusive, desde que destinados à exportação.

Ora, trata-se de questão que necessitaria ser discutida amplamente pela indústria, comunidade científica, técnicos, especialistas, a classe política, não em poucos dias, como foi feito, para vir a plenário somente depois de dimeridas todas as dúvidas e avaliados os seus riscos.

Ficam, pois, registrados os meus protestos pela insensibilidade do Governo em determinar prazo para apreciação de tema vital para o País, bem como a minha solidariedade às entidades como a FIEP, que desejam participar efetivamente das decisões nacionais, mas são impedidas pelo autoritarismo expresso nas disposições casuísticas, das quais o decurso de prazo constitui exemplo típico.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a nossa palavra pela Liderança do PDS é no sentido de reiterar o apoio à proposição, aprovada pela comissão específica, que teve, como Relator, o Senador Virgílio Távora.

Queremos ressaltar o sentido altamente democrático dessa proposição e, sobretudo, o apoio que dá à presença do Poder Legislativo, do Congresso Nacional na feitura da política nacional de informática. É uma grande vitória da instituição parlamentar e do povo brasileiro, através dos seus representantes, que devemos acentuar nesta hora em que a Nação, de fato, precisa de instrumentos técnicos deste setor para continuar o seu grande esforço de desenvolvimento e de progresso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Leite.

O SR. JORGE LEITE (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não considero que tenha sido devida e exaustivamente discutido o projeto que regula a informática e a automação no Brasil, apesar de concordarmos com o substitutivo apresentado pela Comissão Mista, sendo Relator o Senador Virgílio Távora.

Entretanto, Sr. Presidente, temos pontos divergentes, e aqui quero ressaltar alguns deles, mais especificamente aquele de que trata, no art. 31 e seus parágrafos, o substitutivo apresentado pela Comissão. Ali, é criada a fundação técnica que gerenciar e orientar toda a política de informática. É evidente que também se criam, em outros artigos, órgãos que vão coordenar a política de informática, que, assim, subordina à Presidência da República a sua decisão maior.

Mas o que notamos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é exatamente que, no art. 31, por exclusão, deixaram toda administração da Fundação, criada pelo substitutivo, com sede e foro em São Paulo, mais precisamente em Campinas.

Evidentemente não temos nada contra que fiquem também em São Paulo setores como este e, principalmente, a Fundação que, pelo substitutivo, terá a responsabilidade direta de administrar, acompanhar o processo de desenvolvimento da informática em nosso País. Só não entendemos, Sr. Presidente, por que a Comissão Mista também não sediou parte dessa Fundação, no Estado do Rio de Janeiro, senão vejamos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas: no Rio de Janeiro, está situado um projeto de maior importância e de autêntica nacionalização, que é o Projeto COBRA, com a sua indústria instalada em Jacarepaguá, sendo o pioneiro da informática neste País. E, na verdade, apresento aqui a minha preocupação com o que nos parece ser discriminação odiosa em relação ao Estado do Rio de Janeiro, quando se determina, neste substitutivo, sede e foro para a fundação que vai gerenciar todo este projeto apenas e somente no Estado de São Paulo, especificamente em Campinas.

O Sr. Álvaro Valle — Permite-me um aparte?

O SR. JORGE LEITE — Com prazer.

O Sr. Álvaro Valle — Deputado Jorge Leite, V. Exª, como de hábito, faz a defesa do seu e nosso Estado. Quero, entanto, tranquilizar V. Exª no que diz respeito ao substitutivo e à crítica que vem fazendo. De fato, o projeto original do Governo determinava a sede da fundação na cidade de Campinas, São Paulo. Na Comissão, apresentei uma emenda, retirando essa expressão. Nós votaremos o substitutivo exatamente pelas razões expostas por V. Exª, mas minha preocupação era, na época, a mesma de V. Exª agora. A emenda foi aprovada na Comissão e, observando o substitutivo, V. Exª verá que não consta a referência à cidade de Campinas, São Paulo, o que não teria, evidentemente, sentido algum. Ao mesmo tempo, Deputado, conseguimos incluir no substitutivo que estamos hoje discutindo um advérbio, quando se faz referência aos distritos industriais. Dizia-se no projeto original que eles se localizariam necessariamente nas regiões Norte e Nordeste do País. Nós incluímos no substitutivo aprovado "prioritariamente nas áreas da SUDENE e da SUDAM", precisamente porque o nosso Estado e, sobretudo, a nossa cidade, têm, como V. Exª muito bem sabe, uma natural vocação para a tecnologia de ponta. E esperamos, dentro de muito pouco tempo, ver a cidade do Rio de Janeiro na liderança do processo da informática do País. Por isso, Deputado, foram excluídas do projeto essas expressões, e a justa preocupação de V. Exª, portanto, no momento não mais se justifica, em função do substitutivo que estamos votando.

O SR. JORGE LEITE — Agradeço ao ilustre Deputado Álvaro Valle os esclarecimentos, mas continuo, evidentemente, com as minhas preocupações, apesar de saber que V. Exª se preocupou, como nós, com a presença do novo Estado do Rio nesse projeto da informática, exatamente porque o Rio de Janeiro tem uma vocação especialíssima para esse tipo de indústria não-poluente. E não é uma indústria competitiva.

É preciso que os Srs. Congressistas tenham conhecimento de que quando no Estado da Guanabara, impensado entre o mar e a montanha, com apenas 1.170 Km², se implantavam distritos industriais, nós nos preocupávamos já na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara de então, com o fato de que não poderíamos pensar em criar indústrias competitivas com São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Paraná e tantos outros Estados. Nós nos preocupávamos com a reserva para ali colocar cem indústrias não-poluentes e leves, como a indústria da informática. Ainda hoje lia nos jornais que o grupo que idealizou e desenvolveu o Projeto COBRA iniciou este trabalho numa sala no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, sem nenhuma expressão e com poucas esperanças.

Na verdade, o que queremos aqui, Sr. Presidente, é preservar aquilo a que já se referiu em aparte que a ele concedi o Deputado Álvaro Valle. E quero registrar também que não tenho posição preconcebida contra o Estado de São Paulo ou qualquer outro Estado da Federação. Tenho, sim, antes de tudo, a obrigação de me preocupar também com o novo Estado do Rio, que tem sido, sem dúvida alguma, especialmente o Município do Rio de Janeiro, um laboratório de experiências do Governo Federal, na medida em que já foi Capital da República, e, logo depois do advento de Brasília, Estado da Guanabara, e como tal enfrentou grandes e profundos problemas para sua implantação e consolidação, quando, por iniciativa do então Presidente da República, o General Ernesto Geisel, à revelia do povo, se votou nesta Casa a Lei Complementar nº 20, que sonegava àquela época até direito assegurado na Constituição, no seu art. 14, segundo o qual a criação de um Município tinha de ser precedida de plebiscito. Nem isso aconteceu. E muito mais: na medida em que deram apenas quatro anos de apoio para implantação do projeto fusionista, davam, ao mesmo tempo, na criação do Estado de Mato Grosso do Sul, dez anos de carência e de apoio em todos os aspectos.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o Estado do Rio é, sem dúvida alguma — repito — um laboratório de experiências do Governo Federal. Por quê? Não sei, mas gostaria de saber. Passei a acompanhar o trabalho da douta Comissão Mista — e não quero fazer nenhuma crítica direta a qualquer dos seus membros, mas quero deixar a minha preocupação e concitar os companheiros do Estado do Rio, acima de qualquer bandeira partidária — PMDB, PDS, PDT, PT e PTB — os empresários e aqueles que formam a opinião pública daquele Estado, aqueles que vivem no Município do Rio de Janeiro. Chega, Srs. Congressistas, de esvaziar economicamente o Estado do Rio de Janeiro, especificamente o Município do Rio de Janeiro. Com a transferência da Capital para Brasília, para cá foram trazidos serviços, diretorias, institutos que davam ao Rio de Janeiro a condição de ser, se não o primeiro Estado deste País na parte industrial, pelo menos o maior mercado consumidor deste País.

Srs. Congressistas, o projeto de informática, a ser aprovado hoje aqui, evidentemente com o substitutivo que tem como Relator o ilustre Senador Virgílio Távora, é bem melhor do que o projeto original oriundo do Governo. Mas não posso deixar de conchamar os ilustres Deputados do meu Estado, Léo Simões, Simão Sessim, Rubem Medina, Darcílio Ayres, José Eudes, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, a que todos nós, numa atitude suprapartidária, hoje, neste Congresso, fiquemos alertas e atentos, pois chega de esvaziar e de transformar o Estado do Rio em laboratório de experiências.

Concito também o Governador Leonel Brizola — e todos sabem que a minha posição é de adversário e não de inimigo, adversário ferrenho e crítico daquilo com que não concordo. Acho que ele não tem correspondido à expectativa e às suas propostas, meras propostas de campanha eleitoral.

Mas fico preocupado, nobre Senador, Presidente Moacyr Dalla, com o projeto de informática, apesar da

tranquilidade oferecida pelo ilustre Deputado Álvaro Valle. E nossa preocupação não paira apenas e somente na informática e na automação. E quero lembrar àquele que amanhã há de chegar à Presidência da República neste País que é preciso dar um basta, que o Rio de Janeiro não pode continuar mais a ser um laboratório de experiências desta Nação. Sei que para isso não vamos depender de liderança de quem quer que seja, porque essa é uma bandeira suprapartidária.

Chamo a atenção do Sr. Rui Barreto, da Associação Comercial, e de outros empresários, para que examinem a questão também com olhos de empresário, para que vejam que o Rio de Janeiro não mais suporta essa discriminação odienta.

Não foi a mim esclarecido pelo nobre Deputado Álvaro Valle como ficou, na realidade, a sede e foro da fundação que vai gerenciar este projeto de informática. Se não fica no Rio de Janeiro nem passa por aquela cidade, é hora de lembrar a este País que o Rio de Janeiro não é apenas o Aeroporto Internacional do Galeão, que não pode continuar sendo, como acabei de dizer, somente o lugar onde desembarcam empresários e capitais selvagens, mas que seja encarado como Estado que ajuda no desenvolvimento desta Nação, porque queremos um regime democrático forte. E isto só será possível na medida em que se respeitem os capitais que não sejam selvagens e não venham triturar e sugar o sangue do trabalhador brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, aqui fica registrada a nossa repulsa. Acho até que o Nordeste precisa ser atendido em outras e melhores reivindicações. Creio mesmo que o PROÁLCOOL deve ser direcionado para o Nordeste, porque hoje temos certeza de que o projeto do álcool carburante será vitorioso, e aquela região precisa ser lembrada nesse projeto. Mas não se queira colocar mais uma vez uma venda nos olhos dos Deputados e Senadores, do povo fluminense. Basta! Estamos cansados de ser apenas cobaias. Os projetos tramitam nesta Casa, e aqui são feitos os entendimentos. E o Rio de Janeiro, cada vez mais, vai sendo diluído, comprimido, esmagado e odientamente discriminado. Espero que o ilustre Deputado Álvaro Valle, que nos tranquiliza quando afirma que trabalhou nesse sentido, como realmente fez, no seu aparte, nos esclareça onde ficará a sede da fundação, porque, Srs. Deputados do Estado do Rio, meus companheiros Congressistas, esta é a grande questão contida neste projeto: quem vai gerenciar, quem vai assinar o quê, quem vai trabalhar com quê, quem vai estudar nas universidades, quem vai, afinal de contas, fazer a Política Nacional de Informática — o Conselho Nacional de Segurança, a Presidência da República, o Congresso Nacional ou todos nós, juntos. Acho que nesta questão de informática temos de trabalhar todos juntos — Executivo, Judiciário, Legislativo, povo, trabalhadores, universidades, faculdades. Mas a este Congresso deve caber, acima de tudo, o direito de decidir que cada caso seja um caso, porque a informática é, sem dúvida alguma, verdadeira questão de segurança nacional.

Ouçô o Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE — Congratulo-me com V. Ex^a, Deputado Jorge Leite, pela sua preocupação com o nosso Estado, como, aliás, é do seu costume. Creio poder tranquilizar V. Ex^a. O importante é que não constasse na lei, como estabelecido no projeto original do Executivo, que a sede da fundação incumbida de desenvolver os estudos e pesquisas maiores de informática no Brasil se localizasse em São Paulo. Isso já não acontece. Da mesma forma, não se situarão em apenas parte do País os distritos industriais que se pretendam implantar amanhã. Tranquilizo V. Ex^a, porque a informática, afinal de contas, é inteligência. Que outros Estados fabriquem — a nossa vocação não é essa — os grandes equipamentos industriais, e nos faltaria até infra-estrutura e equipamentos no Rio de Janeiro, para fazê-lo. Esses equipa-

mentos — o hardware — como eu dizia há pouco, são para a informática como uma máquina de cinema é para o cinema, como uma vitrola é para a música: apenas tocam ou fazem rodar o filme. O importante é a música, o importante é o filme, o importante é o programa. Em informática, Deputados, o importante é a inteligência, é a capacidade de criação, sobretudo. Isso não nos falta em nossa cidade. Por isso, por uma ordem natural das coisas, o Rio de Janeiro será transformado na capital da informática, não sendo tolhido pela lei. Mas o apelo que faço a V. Ex^a, como seu amigo e admirador, é no sentido de que quando se refira ao Município do Rio de Janeiro, não fale tanto no passado, mas no futuro. Vamos falar menos no Município do Rio de Janeiro e mais no Estado da Guanabara. Se Deus quiser, este Congresso restituirá à Federação brasileira o Estado da Guanabara. Quando tanto se fala numa época de autocracia — volto a concordar com as palavras de V. Ex^a, ditas há alguns minutos — quando tanto se fala no restabelecimento da democracia, pergunto: O que de mais autocrático aconteceu neste País do que o desaparecimento, neste País que consideramos uma Federação, de uma unidade federativa, sem que o seu povo fosse ouvido. Em uma Federação os Estados podem ser mais ou menos autônomos. Mas um direito, ao menos não se pode negar a qualquer deles: O direito mínimo da existência. E esse direito se negou ao nosso Estado. Quando pensamos restaurar a normalidade democrática em nosso País, um passo fundamental é restabelecer a justiça e democracia. É restabelecer ao povo carioca, porque carioca somos, o direito de decidir sobre o Estado da Guanabara, que é o nosso. É o apelo que faço a V. Ex^a, Deputado Jorge Leite: não fale com saudosismo do Estado da Guanabara, mas com esperança.

O SR. JORGE LEITE — Deputado Álvaro Valle, talvez V. Ex^a passe a ter razão, a partir de hoje. Se falássemos mais no Estado da Guanabara, talvez não estivéssemos na situação em que hoje nos encontramos. A verdade é que fomos apanhados de surpresa. Liquidaram com aquele Estado; liquidaram com a cidade do Rio de Janeiro, liquidaram com muitos serviços, institutos e órgãos ali sediados. E, se V. Ex^a não viesse à tribuna para alertar sobre o fato, poderíamos estar aprovando que a sede de fundação, que é a parte mais importante do Projeto de informática, fosse sediada em São Paulo. Entretanto, neste aspecto, V. Ex^a já nos tranquilizou.

Tenho certeza de que, desta vez, nós, parlamentares, oriundos do Estado do Rio de Janeiro, de todas as bancadas, estaremos agora mais atentos. Não tendo sido dada a resposta que pedi a V. Ex^a, concito os meus companheiros da bancada fluminense para que fiquemos atentos, a partir de agora. Na regulamentação da lei, o Estado do Rio tem de dar as mãos, superar as questões menores; precisamos entender que, juntos — Senadores, Deputados, Vereadores, Prefeitos e povo em geral — somos uma força, tendo à frente o Governador Leonel Brizola, e todos sabem que nossas divergências são meramente políticas. Não devemos e não podemos permitir que amanhã a sede dessa fundação seja fora do Rio de Janeiro. Tenho certeza de que assim ficaremos com a nossa consciência tranquila. Estão hoje em Brasília diversos Presidentes de Sindicatos e Associações. Encontrei-me há pouco, nos corredores desta Casa, com o Deputado Raimundo de Oliveira, que me anunciava que tomará posse, dia 19, na presidência de uma organização das mais importantes da área da informática. Vinha ele de reunião da bancada do PMDB. Lá estão os Deputados Márcio Braga, Leônidas Sampaio, Carlos Peçanha, Márcio Macedo, Denisar Arneiro, Marcelo Medeiros, e diversos outros companheiros, demonstrando que esse trabalho não pertence a partido algum. Vejo em plenário os Deputados Sebastião Athaíde, Bocayuva Cunha, Wilmar Palis e tantos outros, aos quais lembro que nós precisamos conversar sobre a informática. Não podemos, de maneira alguma, deixar que a regulamen-

tação dessa lei passe despercebida, e que, de repente, sejam levados à reboque numa questão de fundamental importância para o interesse desta Nação.

Fica aqui o nosso reconhecimento à Comissão Mista. Queremos deixar claro que a nossa posição é impessoal, mas não podemos mais assistir ao Estado do Rio de Janeiro sofrer o esvaziamento que vem sofrendo a cada ano, a cada dia, a cada momento que se passa. A verdade é que o Estado fica com o peso político, mas a sua representatividade sofre a cada dia um esvaziamento neste Congresso que já me causa apreensão.

Encerro, Sr. Presidente, na certeza de ter contribuído, com estas palavras, no sentido de ver erguer-se no Estado do Rio uma união total — Parlamentares, empresários, entidades, Prefeitos e Vereadores — para que possamos defender nesta Casa os interesses maiores do nosso Estado e do nosso País. Quanto ao veto ao projeto dos royalties, nós votaremos pela derrubada do veto, porque entendemos que se trata de outra monstruosidade que se pratica contra o Estado do Rio de Janeiro. E, apesar das divergências políticas, ninguém vai desunir o Estado do Rio quando se tratar do interesse maior do povo fluminense.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antecedeu-me na tribuna o Deputado Jorge Leite, e, infelizmente, não tive o prazer de ouvir todo o seu discurso. Mas, entendi que S. Ex^a se preocupava com a ausência do Estado do Rio de Janeiro no assunto da informática. Quero dar conhecimento a S. Ex^a e à Casa de que, em 26 de julho último, o Governador do Estado do Rio de Janeiro criou o Conselho de Desenvolvimento de Informática do Estado, no uso de suas atribuições legais. Este Conselho tem vistas ao fomento das atividades do setor privado na área da informática e compete-lhe assessorar o Governo na formulação de diretrizes para fomento das atividades privadas no setor da informática, tendo em vista os interesses nacionais e os objetivos do Estado; assessorar o Governo quanto a projetos, acordos, convênios e compromissos relacionados com o desenvolvimento do setor privado da informática; propor medidas de estímulo ao uso da informática nas atividades produtivas, industriais e de serviço deste setor; propor programas de formação de recursos humanos necessários ao setor da informática, em seus diferentes níveis; promover e incentivar a realização de estudos prospectivos, bem como a pesquisa científica e tecnológica no setor da informática; pronunciar-se sobre assuntos relacionados ao exercício da profissão na área de processamento de dados, currículos mínimos e carreiras; promover e incentivar ações e medidas no setor da informática que visem a participação democrática da sociedade quanto à coleta, análise, guarda e consulta de informações sociais e econômicas, no âmbito do Estado.

O Conselho de Desenvolvimento da Informática é um colegiado e é composto dos seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Tecnologia; Secretaria de Estado de Planejamento e Controle; Secretaria de Estado da Fazenda; Associação Brasileira de Computadores e Periféricos; Associação Comercial do Rio de Janeiro; Associação de Empresas de Serviços de Informática do Rio de Janeiro; Associação de Profissionais de Processamento de Dados do Rio de Janeiro; Banco do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro; Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ); PRODERJ, que é o Centro de Processamento de Dados; Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN); FIRJAN — Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; Instituto do Planejamento Municipal (IPLAM); Sociedade Brasileira de Computação; Sociedade de Usuários de Computador e Equipamentos Subsidiados; e a Universidade do Rio de Janeiro.

E ainda está faltando aqui, e vou sugerir a S. Ex^a que inclua também, uma representação do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Agora, a par disso, em 14 de setembro, o Governo mandou para a Assembleia Legislativa do Estado uma mensagem que autoriza o Governo a estabelecer prazo especial de pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), bem como cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, visando a incentivar a implantação ou expansão de indústrias de tecnologia inovadora no território do Estado do Rio de Janeiro, o que certamente propiciará a instalação de empresas satélites, que é uma das grandes vocações do nosso Estado.

Temos escolas técnicas de alto gabarito, temos escolas de aperfeiçoamento. E não podemos esquecer que lá, no Rio de Janeiro, é que nasceu tudo isso que está aí. Tudo quanto existe em matéria de informática hoje, no Brasil, nasceu no Rio de Janeiro. Foi lá que nasceu a COBRA; a CAPRE, antes. Enfim, foram os nossos técnicos, os nossos engenheiros, os nossos pesquisadores, os grandes responsáveis por esse maravilhoso avanço que se verificou em nosso País no ramo da informática.

Sr. Presidente, desejo fazer apenas algumas ligeiras considerações. Quero dizer aqui — em que pese terem sido aprovadas pelo eminente Relator da matéria e pela Comissão nove emendas de minha autoria — que alguns itens da proposta do Relator não me parecem muito adequados, mas creio que há uma posição consolidada de todos nós de aprovarmos, e este é o meu desejo, o parecer como ele está.

Há uma grande ansiedade, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro, com relação ao assunto. Os pesquisadores do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro me enviaram ofício, juntando um documento que se chama “Posição dos Pesquisadores do Núcleo de Computação Eletrônica com relação à política de reserva de mercado”, que foi aprovado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do Dr. Paulo Mário Bianchi França, que é o coordenador e foi quem me mandou o documento, não muito extenso e que julgo valer a pena seja registrado nos Anais. Diz o seguinte.

“O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, consciente da contribuição que a Universidade vem dando à evolução da tecnologia de informática e de áreas afins, não só pela atuação de elevado nível do Núcleo de Computação Eletrônica, mas também pela atividade de diversos outros grupos, acredita ser a sua obrigação manifestar-se em defesa da continuidade da política de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico no domínio da computação automatizada e de proteção oficial à indústria nacional de fabricação destes equipamentos.

Os investimentos substanciais que foram feitos, nos últimos tempos, em ciência e tecnologia, provocaram a formação de um corpo de pesquisadores do mais alto nível nas universidades e propiciaram o desenvolvimento de projetos pioneiros. Estes investimentos, na área de informática, começam agora a produzir retorno de grande alcance social. Não parece razoável, portanto, descontinuar a absorção dos frutos deste investimento e abandono das condições mínimas que garantam a conquista de uma crescente autonomia tecnológica nacional.

O Conselho Universitário na qualidade de porta-voz máximo da comunidade acadêmica da UFRJ, manifesta seu apoio a esta política e afirma a sua confiança de que as esperanças dos cientistas, especialistas e técnicos da área de informática não serão frustradas e de que o apoio à pesquisa e desenvolvimento das Universidades continuará a ter prioridade relevante, de modo que a contribuição da Universidade indústria nacional possa ser crescente e cada vez mais decisiva.”

A publicação oficial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem uma página interessantíssima no seu último número, volume III, nº 14, que também recebi hoje e me permito também transcrever alguns trechos. Diz o editorial da **Ciência Hoje**:

O progresso tecnológico é fator essencial no desenvolvimento econômico das nações industrializadas e parte integrante do processo que resulta em uma crescente participação da sociedade na distribuição de bens e serviços.

As chamadas, “altas tecnologias” modernas — representadas principalmente pela microeletrônica, a engenharia genética, a biotecnologia e as tecnologias do raio laser e da física nuclear — se originaram nos laboratórios de investigação científica, dedicados ao estudo dos aspectos mais fundamentais da natureza. Cabe, entretanto, à tecnologia de projeto transformar as descobertas científicas em protótipos, os quais são finalmente adaptados à tecnologia de produção industrial.

Não nos iludamos: é na capacidade de projetar — e não na produção em si — que se mede o grau de autonomia tecnológica, calcanhar-de-aquiles dos países em vias de desenvolvimento. A estratégia industrial das empresas multinacionais reserva a estes países o mero papel de montadores de equipamentos, conhecidos pelo sugestivo nome de “caixas-pretas” devido ao mistério que envolve, para nós, o seu detalhamento interno, o seu projeto.

Não se pense que exageramos. O **IBM Journal of Research and Development**, 1974-1984, informa, por exemplo, que esta empresa, detentora da liderança mundial do mercado de computadores, registrou nos últimos dez anos 5.082 patentes, assim distribuídas: 4.606 nos Estados Unidos, 216 na Alemanha Ocidental, 108 na Inglaterra, 107 na França, 25 na Suíça, nove no Canadá, sete na Suécia e quatro na Holanda. Vemos, pois, que o país-sede contribuiu com 91% das patentes e as 9% restantes advieram de nações adiantadas em ciência e tecnologia, sedes, elas mesmas, de outras multinacionais importantes. Note-se que provavelmente a IBM é um exemplo extremo de diversificação geográfica no tocante à geração de tecnologia. É de se supor que a maioria das multinacionais tenha a totalidade de suas patentes registradas nos respectivos países de origem.

Onde se encontra então a famosa transferência de tecnologia? Trata-se de uma questão patética, que conduz a uma conclusão indiscutível: a ausência de participação no projeto, a simples montagem de “caixas-pretas”, resulta em gradativo aumento do hiato tecnológico existente entre os países industrializados e os do Terceiro Mundo.

A Política Nacional de Informática (PNI), formulada em 1976 graças à influência de setores da nossa comunidade científica e ao senso de oportunidade de seus formuladores, pretende contribuir para romper esse círculo vicioso. O ano de sua criação é bastante sugestivo, pois o lançamento comercial do primeiro microcomputador — fato que entrará para a história como o início de uma nova revolução industrial — ocorreu em 1975. Menosprezado pelas grandes corporações produtoras de computadores de maior porte, esse produto explodiu no mercado exclusivamente através de microempresas (ver, “a micro-revolução” neste número de **Ciência Hoje**), e só recentemente despertou o interesse das multinacionais. Assim, a reserva de mercado estabelecida em 1976 e hoje questionada anteviu, de um lado, a potencialidade dos míni e microcomputadores, e não contou, de outro, com a resistência ostensiva das multinacionais. A mudança de posição destas empresas explica grande parte da polêmica atual.

A reserva de mercado na fabricação de míni e microcomputadores foi decisiva para a implantação de um parque industrial genuinamente brasileiro que, detendo hoje 46% do volume global de faturamento do setor, possui um nível de emprego 110% maior do que o das multinacionais de informática aqui instaladas. Mas não é só. As empresas nacionais utilizam 1.750% a mais de profissionais de nível superior em atividades de desenvolvimento de novos produtos (ver “a Política Nacional de Informática”, em **Ciência Hoje** nº 9), o que demonstra que a decisão de fortalecer um ou outro tipo de empresa não é indiferente para o nosso desenvolvimento. Os computadores projetados — e não apenas montados — por empresas nacionais autênticas empregam mão-de-obra proveniente dos diversos programas de graduação e pós-graduação existentes em ciência e engenharia de computação, o que configura uma diferença básica em relação a outros setores que se desenvolveram através do ingresso do capital estrangeiro: quais são, por exemplo, os cursos de engenharia de automóveis implantados no Brasil como subproduto de uma indústria já velha de quase 30 anos?

O Brasil caminha segura e indubitavelmente para uma autonomia plena de projeto e produção industrial na microinformática, segmento que é a própria gênese da nova revolução industrial. Preservar esse patrimônio e garantir que ele permaneça nas mãos do que há de mais representativo da sociedade brasileira é obrigação do Congresso Nacional.”

Estou convencido, como os editores da revista oficial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, de que isso será feito ainda hoje.

Finalmente, recebi ofício do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, acompanhado de cópia de dois documentos: um enviado ao Presidente da Comissão Mista, Deputado Freitas Nobre, e o outro ao Sr. Relator, o eminente Senador Virgílio Távora. Quero fazer-me porta-voz dessa reivindicação. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia deseja, ao definir a composição do Conselho Nacional de Informática, assegurar sua participação ao lado das demais entidades de representantes do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, porque este Conselho é o órgão que regula o exercício da maioria dos profissionais diretamente ligados à produção e à manutenção tecnológica da área da informática. Este é o documento que me foi enviado pelo Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Faço este registro para que conste dos Anais esta reivindicação do órgão que representa a engenharia nacional na hora em que vamos ter que regular esta lei. Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Roberto Jefferson — Deputado Bocayuva Cunha, inicialmente quero parabenizá-lo pelo importante pronunciamento que vem fazendo e pedir licença a V. Ex^a para trazer à Casa uma informação muito importante. Ainda há pouco, ouvíamos do Deputado Jorge Leite, apartado pelo Deputado Álvaro Valle, argumento no sentido de impedir que os centros tecnológicos de informática ficassem circunscritos ao Estado de São Paulo. Desde o início da nossa legislatura, este Deputado, junto com um grupo de companheiros do Estado do Rio de Janeiro, vem tentando sensibilizar o Governo para levar para o Estado do Rio de Janeiro um centro tecnológico de pesquisas e informática. Temos a satisfação de informar que o SERPRO teve aprovado o Projeto Petrópolis, que é o seguinte:

“A finalidade do Projeto Petrópolis é a criação, pelo SERPRO, na cidade de Petrópolis, em convênio com a Universidade Católica de Petrópolis, de um conjunto integrado composto de um centro educacional, um centro de pesquisa, engenharia de desenvolvimento e produção e um centro de desenvolvimento avançado.”

Hoje o projeto foi concluído e aprovado pelo SEST. Devemos somente superar a alternativa do imóvel, porque existem três alternativas físicas: ou o SERPRO adquire as instalações do Hotel Altotur, ou é a UCT que adquire as instalações do Hotel Altotur e as arrenda para o SERPRO, ou o SERPRO as adquire e a UCT constrói os três centros. Hoje estamos em fase de conclusão deste projeto, e o Estado do Rio de Janeiro terá um centro avançado de pesquisa de uma indústria não-poluente, altamente importante em termos tecnológicos, comerciais e econômicos para aquele Estado. Era o que eu tinha a somar ao seu discurso.

O SR. BOCAUYVA CUNHA — É muito importante a contribuição do nobre Deputado. Estou certo de que, com este decreto, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola, criando o Conselho de Desenvolvimento da Informática naquele Estado, terá forçosamente a obrigação de ajudar de todas as maneiras este avanço, bem como esta mensagem que ainda não foi aprovada na Assembléia Legislativa, mas que cria um fundo com recursos para este tipo de atividade.

Finalmente, Sr. Presidente, estamos todos ansiosos em votar o projeto. Gostaria de registrar aqui o seguinte: contra este projeto da informática, quanto à reserva de mercado, levantaram as suas vozes numerosos representantes da Federação das Indústrias. No dia 2 do corrente, se não me engano, li no *Jornal do Brasil* uma entrevista que me agradou enormemente, porque de repente se levanta contra este coro dos entreguistas de sempre, contra os negociatas de agora, uma voz absolutamente insuspeita, que é a de um membro do Conselho Monetário Nacional, principal acionista e praticamente o número um da administração das organizações Bradesco, o maior banco privado do País — vimos há pouco que detém 15% da população nacional —, o Sr. Amador Aguiar. S. S^a declarou-se absolutamente favorável à lei da informática. Hoje, ao chegar ao meu gabinete, encontrei uma carta do Sr. Amador Aguiar, em que, entre outras coisas, ele diz: “Quero ratificar minha posição favorável à aprovação do projeto de informática, pela sua importância econômica e social para o País”.

Portanto, é com essas palavras de pessoas como o Sr. Amador Aguiar que temos de calar a boca daqueles que, como disse, são os entreguistas de sempre, aliados aos negociatas de agora. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Carlos Chiarelli, a circunstância de que tenha sido V. Ex^a a me conceder a palavra, por certo completa, neste humilde pronunciamento, o contorno de uma luta de que V. Ex^a foi e tem sido partícipe.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando o Congresso Nacional se reúne para discutir e, afinal, votar um projeto desta significação, convém fazer algumas considerações não apenas sobre os aspectos específicos que o definem, mas também sobre o significado do ato que esta Casa hoje vai praticar. No mérito, vale notar que o Congresso Nacional terá a oportunidade de praticar um ato legislativo referendador de uma vontade nacional expressa pelos diversos modos à disposição da sociedade civil. A política nacional de informática, que hoje haverá de se transformar numa lei do nosso estatuto positivo, não nasceu em gabinetes, nem está sendo oferecida à Nação como obra de um luminar. Embora distorções possam ser apontadas e realmente ocorrerem embora imperfeições haja para corrigir é iniludível que o Plenário desta Casa discute e aprecia hoje uma proposição que encontra profundo respaldo na realidade social que nos cerca. Uma política voltada para a reserva do mercado interno em favor da indústria nacional revelou, nos últimos anos, o acerto de uma orientação que transcendeu o que era seguramente o seu objeto os aspectos me-

ramente econômicos que o revestiam. O desenvolvimento experimentado na última meia dúzia de anos pelas empresas brasileiras dedicadas ao ramo configura, mais do que o acerto, a imperiosa necessidade de intervenção estatal para a preservação de um setor vital à economia nacional.

Foi interessante notar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que, ao longo do debate que a questão suscitou, muitos invocaram princípios democráticos para combater a intervenção do Estado, como se ela houvesse de ser necessariamente arbitrária e liberticida. É significativo registrar que muitas dessas vozes tão eloquentes, contrárias à intervenção estatal, foram vozes silentes e, por isso, cúmplices, quando a intervenção estatal ocorreu no domínio das liberdades públicas e individuais, para sufocá-las. Mas esta é uma questão perfeitamente clara aos olhos da Nação. Os homens de boa vontade hão de lembrar, sim, que a intervenção do Estado, especialmente nas condições adversas dos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, é condição inafastável para que se faça um desenvolvimento econômico e social harmônico e voltado para o interesse nacional. Rui ensinava, com a maestria das suas definições, que, onde convivem desigualdades, a liberdade escraviza e só a lei liberta. A lei, no caso, se expressa pela intervenção necessária e indispensável do Estado num domínio econômico em que a omissão estatal significaria não a liberdade, mas exatamente o inverso — a supressão da livre competição, pela desigualdade das forças em confronto. De um lado, uma incipiente, há poucos anos, indústria nacional, aqui nascida, e, de outro lado, poderosos interesses multinacionais.

Por isso, Sr. Presidente, é com a maior tranqüilidade que, ainda que reconheça defeitos na formulação com que vimos regendo essa atividade até este momento, ainda que reconheça eventuais imperfeições da lei que hoje se discute e que a seguir se votará, é inquestionável que o Congresso Nacional estará dando uma contribuição decisiva para o desenvolvimento de um setor vital ao nosso projeto nacional. Muito mais do que a reserva privilegiada de um setor da atividade econômica para a empresa nacional, o que se pretende alcançar é a preservação de um projeto nacional para o nosso País, sem xenofobia, que desse pecado não se poderá acusar a proposição em tramitação. Mas, com a atenção muito expressa para o interesse nacional, produziu-se uma lei que nasceu lá fora das necessidades sociais expressamente manifestadas, e que aqui teve o fermento adequado, através do livre debate estabelecido pela imprensa pelo Plenário desta Casa e no seio da Comissão Mista, de cujo trabalho resultou o substitutivo que se apreciará. Para isto em muito contribuíram certamente a ação do Presidente daquela Comissão, Deputado Freitas Nobre, o trabalho e o espírito público do ilustre Relator, Senador Virgílio Távora, e a diligência indispensável que empregaram os integrantes daquela Comissão. Duvida a sociedade civil, participantes os setores públicos e privados vinculados e interessados, chegamos a um produto final que, se não é perfeito, atende aos objetivos básicos do interesse nacional e constitui uma contribuição decisiva para o próprio encaminhamento de um projeto nacional ambicioso, que venha a descrever a verdadeira estratégia que nós queremos criar para o nosso País.

É pois, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com a certeza de estarmos praticando um ato que contribuirá para o aperfeiçoamento de uma atividade de importância essencial para o presente e o futuro do nosso País, que nada nos custa, pelo contrário, muito nos apraz unir-nos com aqueles que darão seu voto favorável ao projeto ora em discussão, através do substitutivo gerado na Comissão Mista. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Santana.

S. Ex^a contará com quinze minutos na tribuna.

O SR. FERNANDO SANTANA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta tarde em que se discute projeto da maior importância para os destinos de nossa Pátria, gostaríamos de pedir, se possível, um pouco de atenção dos colegas que hoje estão no recinto deste Parlamento. Como o tempo de que dispomos é um pouco reduzido, de início, desejamos prestar homenagem aos militares que, durante todo esse tempo, sofreram as maiores pressões dos grupos internacionais. Queremos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, homenagear o Cel. Brízida, que dirigiu por muito tempo a SEI, o Cel. Ditz, atual diretor, e também o General Venturini. São posições como esta, Srs. Congressistas, que são da maior conveniência aos destinos de nossa Pátria, pois é justamente nessas áreas críticas que necessitamos firmar a nossa soberania e o nosso próprio destino.

Queremos render homenagem a esses homens e dizer que esperamos deles posturas semelhantes nas diversas questões em que a soberania nacional possa estar em jogo. Todos conhecem a posição que temos assumido nesta Casa, ou melhor, que há 50 anos defendemos, e, por isso mesmo, temos toda a autoridade para, numa hora como esta, convocar a boa vontade desses homens, estendendo isto às Forças Armadas deste País, porque Srs. Congressistas, não conseguiremos jamais segurar, defender ou resguardar a nossa soberania sem que tenhamos formado internamente um grande acordo nacional, pelo qual as forças políticas interessadas na defesa da Pátria, inclusive as Forças Armadas, deem as mãos a fim de que realizemos o projeto de um Brasil para os brasileiros.

Ouço o nobre Deputado Israel Pinheiro.

O Sr. Israel Pinheiro — Nobre Deputado Fernando Santana, V. Ex^a, com sua inteligência e brilhantismo, expõe, na discussão do projeto de informática, o seu ponto de vista. Gostaria de chamar a atenção para dois aspectos que considero fundamentais: o primeiro é a polêmica da reserva do mercado; e o segundo, a criação dos distritos de exportação. A reserva de mercado, apesar de algumas dúvidas de mentes que realmente se preocupam com que a Nação brasileira fique defasada, na sua tecnologia no setor de informática, ela encontrou e aí o grande mérito do projeto — uma fórmula intermediária, limitando no tempo a reserva de mercado. Tenho certeza, nobre Deputado, de que por este sacrifício que faremos, alguns anos — 8 anos, talvez — prejudicando nosso desenvolvimento, seremos recompensados no futuro, quando através de nossa inteligência, que é, realmente, uma das melhores matérias-primas da terra brasileira e com os recursos que estão no projeto vinculados à pesquisa na área da informática, poderemos recuperar um possível atraso nesse setor. Outro aspecto que gostaria de destacar neste projeto — merece louvor o notável trabalho do Senador Virgílio Távora, que realmente demonstrou ser o parlamentar que todos nós conhecemos nesta Casa e no Senado Federal — é a criação dos distritos, pois o Brasil, infelizmente, tem um dos mais baixos índices de mão-de-obra do mundo inteiro, sendo que a mão-de-obra americana horária está na faixa de 22 dólares, enquanto a brasileira, na faixa de 3 a 4 dólares para operários altamente qualificados. Temos de aproveitar a nossa pobreza, apesar da divergência de alguns companheiros do Nordeste e do Norte que não aceitam esse raciocínio. Já que possuímos mão-de-obra barata, vamos colocar distritos de exportação, vamos produzir barato para poder competir no mercado internacional. Não é a solução ideal; diria que é uma solução de transição para aproveitar esta fase dolorosa da vida pública brasileira, quando o salário dos nossos operários é 1/5, 1/6 do salário dos trabalhadores dos países desenvolvidos.

Congratulo-me com V. Ex^a e espero que, na votação deste projeto, possamos iniciar, realmente, uma grande atividade neste Congresso Nacional e através do entendimento, chegarmos às soluções dos nossos gravíssimos problemas econômicos.

O SR. FERNANDO SANTANA — Agradecemos a V. Exª o aparte, nobre Deputado Israel Pinheiro Filho, e estamos inteiramente de acordo com as palavras com que brinda o Relator da matéria, Senador Virgílio Távora. Iríamos mesmo referir-nos ao trabalho de S. Exª logo que tivéssemos feito algumas apreciações sobre o projeto original do Governo, e, em seguida, ao Substitutivo da Comissão.

Em verdade a homenagem prestada aos militares que fizeram frente ao avanço das multinacionais, não significa que estivéssemos ou estamos inteiramente de acordo com o projeto que eles enviaram ao Congresso, não; mas o grande mérito desses homens foi o de ter sustentado a bandeira da nacionalização da Informática. Este é que é o grande mérito dos homens a que há pouco me referi.

Mas o projeto que veio do Poder Executivo trouxe defeitos que deveriam ser eliminados, como no caso do art. 5º, segundo o qual o Conselho de Segurança Nacional transformava-se realmente num órgão com um poder excessivo no controle de todas as informações do País.

Por outro lado o projeto do Governo, apesar de eles defenderem a reserva de mercado, não tratava do assunto. Mas ocorre que o trabalho feito pela Comissão, que agora também homenageamos não somente o Relator, mas todos os seus membros, inclusive aqueles que elaboraram este Substitutivo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos chamar a atenção desta Casa para alguns aspectos do substitutivo. O art. 12, por exemplo, a nosso ver define o que é, realmente, a empresa nacional, porque até hoje empresa nacional era qualquer empresa que tivesse sede no território brasileiro. Essa característica que a nossa legislação dava às empresas nacionais permitiu sempre que a Esso, a Shell, a Volkswagen e qualquer outra empresa multinacional aqui se sediassem e tivessem o nome de empresa brasileira. Mas agora esse projeto da Comissão, em seu art. 12, diz o seguinte:

“Art. 12. Para os efeitos desta lei, empresas nacionais são as pessoas jurídicas constituídas e com

sede no País cujo controle esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade, direta ou indireta, de pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, ou por entidades de Direito Público interno, entendendo-se controle por...”

E aí vêm os itens que estabelecem as condições necessárias e suficientes para que uma empresa, dentro desse projeto, seja considerada empresa nacional.

Mais adiante fica também estabelecida a reserva de mercado, um dos itens mais importantes que este projeto traz, cria ainda o Fundo Especial de Informática e Automação e permite que, a fundo perdido, as universidades federais e estaduais possam fazer a pesquisa tecnológica no sentido da informática.

Darei, dentro de alguns instantes, o aparte ao nobre Deputado José Carlos Vasconcelos.

Mas queria ainda chamar a atenção dos Srs. Congressistas para um outro aspecto. Nós não poderíamos deixar que organismos ou empresas multinacionais congelassem o poder no País, porque o controle da informática iria dar a essas empresas...

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO SANTANA — Concedo a V. Exª o aparte, apesar de o Presidente estar querendo transmitir-me algo, antes, que não consegui ouvir porque seu microfone está sem som.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Agradeço a V. Exª Nobre Deputado Fernando Santana. V. Exª chamou a atenção da Casa para o art. 12, que define o que é precisamente a indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Fernando Santana, falta um minuto para encerrar a sessão.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — O Deputado Israel Pinheiro referiu-se à excelência dos distritos de exportação de informática. Ora, dentro do raciocínio de V. Exª, há que se tomar alguma precaução, porque, quando se estabelecem os distritos de exportação da informática se permite que empresas que não preenchem aquela condição do art. 12 possam implantar os empreendimentos. Mas quero chamar a atenção de V. Exª para o fato de que, na realidade, esse projeto tem falhas clamorosas. Uma delas, que não foi analisada em profundidade, é quando procura abolir todo o sistema de incentivos fiscais implantados no Brasil para desenvolver a Região Nordeste. Em nome da reserva de mercado se pratica uma brutal fraude, porque se estende, de uma maneira nunca vista, os incentivos fiscais a empresas que não estão instaladas no Nordeste, quando se sabe que esses incentivos foram criados para diminuir o fosso que separa o Nordeste das outras regiões do Brasil. No meu entendimento isso tem que ser corrigido, porque, da maneira como está, é altamente danoso para o Nordeste e para o desenvolvimento do mercado interno, tão bem defendido por V. Exª na sessão de hoje.

O SR. FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, para concluir, quero dizer à Casa que esse trabalho vai recomendar muito o Parlamento brasileiro. E com estas últimas palavras quero homenagear a Comissão que elaborou este substitutivo, especialmente o Senador Virgílio Távora, Relator da matéria. Apesar dos defeitos, este projeto traz um grande avanço no sentido do controle da informática pelo País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o tempo regimental da sessão. Nos termos do Regimento, a Presidência declara encerrada a discussão do Projeto de Lei nº 10/84 e convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18:45 horas, destinada à votação do Projeto de Lei nº 10/84. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.)

Ata da 308ª Sessão Conjunta, em 3 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 18 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José

Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcello — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo

Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Alufzio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Giulio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio

Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Ju-
runa — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 337 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trago uma comunicação muito séria à Casa, porque contávamos que na política de Oposição não haveria perseguição em relação a funcionários públicos estaduais na área de educação. O assunto, que me parece grave, se relaciona com a prática política de governos eleitos por partidos de oposição.

Refiro-me ao tratamento dado às greves nas Universidades Estaduais de Londrina e Maringá e na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, pelo Governo do Sr. José Richa.

Comunico, portanto, que, diante das greves citadas, o Governo Richa refugiou-se na intransigência e fez apelo às leis do arbítrio, recorreu ao Ministério do Trabalho, pedindo que aquele órgão declarasse a ilegalidade daqueles movimentos.

Vale registrar que a inflexibilidade do Governo Richa tem-se mostrado insensível até à greve de fome do professor Fernando Ponte de Souza, que já dura uma semana. Da mesma maneira que não levou muito em consideração a oferta de mediação feita pelo Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Majella Agnello.

Por outro lado, o sectarismo do Governo Richa se revela de maneira ainda mais clara, quando ele demite por razões claramente políticas, como demitiu o funcionário Doático Santos, em represália ao fato daquele funcionário ser filiado ao PT.

Diga-se de passagem, o Secretário da Saúde do Paraná, Luís Cordoní, assumiu o caráter político da demissão de Doático Santos. Isso é compreensível e lógico, pois quem sacrifica seus princípios e se une ao PDS está condenado a reprimir o PT, com os métodos de seus aliados atuais. Repudiamos a aliança cada vez mais clara do Sr. Richa com o PDS. O Sr. Richa não tem direito de agir assim. É traição ao povo do Paraná e ao crescimento da democracia do Brasil.

Quem sai da luta das diretas e baixa ao lixo do Colégio Eleitoral está condenado a perseguir aqueles que continuam portando as esperanças de mudança deste País sofrido, martirizado e cansado de conchavos e elites.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Nery.

O SR. SEBASTIÃO NERY (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não devo trazer para esta tribuna assuntos partidários. Para discutir os problemas do meu partido, tenho as reuniões do partido e a imprensa. Por isso, algumas perguntas que eu poderia fazer desta tribuna, hoje, ao Governador Leonel Brizola, Presidente Nacional do PDT, deixo para fazê-las no Rio de Janeiro, em entrevistas coletivas, porque é lá que devo tratar dos problemas políticos do Estado. Sr. Presidente, este Congresso reúne-se hoje para discutir e votar o projeto da informática e para apreciar o veto do Presidente da República à Lei dos Royalties, aprovada por unanimidade neste Congresso. Peço desculpas ao Congresso, mas devo dar uma explicação pessoal. V. Ex^a, Sr. Presidente, lembra-se de que fiz, desta tribuna, no dia 18 um pronunciamento sobre o projeto dos royalties. Depois da sessão do Congresso participei de um jantar, em Brasília, com Prefeitos e Vereadores de municípios do Rio de Janeiro e de outros Estados onde existe petróleo na plataforma submarina.

E mais ainda, Sr. Presidente. Desta tribuna, por duas vezes, tratei longamente do projeto dos royalties durante sua tramitação nesta Casa. Particpei de seminários em Cabo Frio, em Macaé, em outras cidades do interior do Rio de Janeiro, sobre o problema dos royalties. E hoje, Sr. Presidente, abro o *Diário Oficial* do Estado do Rio de Janeiro, que é pago pelo povo do Estado e encontro uma vilania do Governador Leonel Brizola, transformando o *Diário Oficial* no seu jornal particular, e mandando colocar um placar em frente à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro apontando Deputados que estão contra os royalties do petróleo. Na primeira e na última página estão publicadas entrevistas de rua, com populares, contra Deputados que o governador quer atingir pessoalmente, como o Deputado JG de Araújo Jorge, que está na Europa em tratamento de recuperação, e outros Deputados do Estado do Rio de Janeiro. A matéria não teve a honestidade, Sr. Presidente, de dizer que estes Deputados se pronunciaram da tribuna do Congresso contra o veto do Presidente da República. Pelo contrário, insinua que estamos a favor do veto, contra os royalties.

Ora, Sr. Presidente, entendo que o Governador Leonel Brizola use o dinheiro do povo do Rio de Janeiro para,

num, "tijoloço" enorme, como no domingo passado, publicar nos oito maiores jornais do País longa matéria sobre a Presidência da República, à qual é candidato. Mas não entendo, Sr. Presidente, como é que o Governador Leonel Brizola vai explicar ao Tribunal de Contas por que está gastando dinheiro do Estado para defender a sua candidatura à Presidência da República em matéria paga. E também não entendo, ainda como usa o *Diário Oficial* do Estado para uma vilania contra companheiros seus e outros Deputados que, apesar de se pronunciarem desta tribuna contra os royalties, são acusados pelo governador de estarem a favor dos royalties, a favor do veto do Presidente da República.

Sr. Presidente, as outras perguntas que devo dirigir ao Governador Leonel Brizola, para que S. Ex^a as publique também na primeira página do *Diário Oficial*, ao lado do que ele vai ter de explicar à Nação, depois de amanhã, em entrevista coletiva no Rio de Janeiro, eu as farei pessoalmente ao Governador Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Vasconcelos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, finalmente o Congresso aprecia, na noite de hoje, o Projeto da informática longamente discutido. Nesta Casa cristalizaram-se as posições dos que defendem a participação do capital internacional na indústria da informática e daqueles outros que, em nome da soberania nacional, batalharam pela reserva de mercado, a fim de assegurar o desenvolvimento do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, parece-me — permitam a sinceridade — que cometemos, uma grande falha. A soberania nacional não passa somente reserva de mercado mas também por uma análise muito séria, aquela de não permitir que regiões subdesenvolvidas tenham o seu subdesenvolvimento agravado, aprofundado, porque isso, na realidade, constitui um atentado à soberania nacional.

Acredito que o parecer do nobre Senador Virgílio Távora, da maneira como está posto, é um verdadeiro atentado à região nordestina. Significa, o uso de instrumentos que vão ser profundamente perversos em relação ao desenvolvimento do Nordeste. Adotou a Comissão uma série de incentivos para a indústria de informática que vão desde a isenção do Imposto de Renda, do IPI, do IOF, ao imposto de exportação. O total dos incentivos apenas com relação ao Imposto de Renda, como calculou o jornal, "O Estado de S. Paulo", ascende a 640 bilhões de cruzeiros por ano. Isso quer dizer que se vai usar o volume de incentivo que representa 25 vezes mais aquele aplicado na região nordestina para incentivar a indústria de informática de capital nacional, é verdade, mas sem que haja obrigação que ela seja instalada nas regiões menos desenvolvidas deste País. E por que, pergunto a V. Ex^s? Esse é o tipo de indústria de ponta, de inteligência, que poderia ter condicionada sua instalação nas regiões menos desenvolvidas do Norte ou Nordeste.

Na realidade, quando nos debruçamos sobre os interesses do capital internacional e do capital nacional, muitas vezes capital predatório; quando falamos em nome da soberania nacional, não podemos deixar de ver o erro terrível que se comete da maneira que está posto o substitutivo do Senador Virgílio Távora. O subdesenvolvimento do Nordeste vai ser agravado. Está-se contemplando os interesses da indústria nacional, do capital nacional, dos capitalistas nacionais, mas não se está contemplando o grave problema da soberania nacional.

Acredito que este tem de ser um ponto analisado por este Congresso. Se modificações não podem ser feitas na noite de hoje, temos de usar um instrumento que o próprio substitutivo oferece, para impedir esta sangria terrível, esta sangria devastadora na economia nordestina, pois vai aumentar o fosso que separa regiões deste País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Brasil não pode ter um Presidente da República com o grau de repúdio pela maioria da população como o atual candidato do PDS. Sua única chance de chegar ao poder é através desse Colégio Eleitoral não representativo da real vontade nacional. Os episódios de Aracaju, onde a população o vaiou, tenderão a se repetir até a data da eleição, e certamente continuarão em grau crescente, caso venha a ser escolhido o Presidente, em função de seus métodos repudiados pela população brasileira.

Estaremos então ameaçados de, vivendo num país onde o Chefe de Governo, tão repudiado e temeroso do povo, tenderá a criar um verdadeiro Estado policial. A explosão social será uma ameaça do cotidiano. O meio seguro de evitarmos essa possibilidade são as eleições diretas, nas quais continuamos a acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é necessário, na brevidade do tempo que disponho, fixar, ainda que de maneira sucinta, algumas questões essenciais na matéria objeto de votação no Congresso Nacional na noite de hoje: o Projeto de Informática.

Com relação ao Substitutivo do Senador Virgílio Távora, gostaria de fixar basicamente três pontos essenciais: em primeiro lugar, sabemos o que significa informática, sabemos o que significa para um novo ciclo de expansão tecnológica e científica do capitalismo. Mas onde estão no projeto em referência os interesses dos trabalhadores? Onde estão contemplados os riscos da automação e onde estão contemplados os cuidados com a cidadania e com a privacidade? Onde estão garantidas questões essenciais da luta do povo brasileiro e da luta das forças democráticas?

De outra parte, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não aceitamos de maneira alguma que o desenvolvimento da técnica e da ciência seja usado para transformar este País em dois, através da criação dos Distritos Industriais, implantando uma Cingapura ou um Hong Kong brasileiro no Norte e no Nordeste, mediante o mecanismo da zona franca. É curioso, é espantoso que exatamente nas áreas mais atrasadas e subdesenvolvidas se abra, com os Distritos Industriais, a reserva de mercado.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, vamos apresentar destaques, e assumimos a responsabilidade quanto ao conteúdo das questões que vamos colocar. A nossa presença neste plenário, com os 8 Deputados da nossa bancada, continuará nos dias subsequentes, para que o Congresso Nacional não assuma a responsabilidade de aprovar a toque de caixa matéria que, em nosso ponto de vista, fere interesses nacionais, fere interesses democráticos e fere os interesses dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a produção de caminhões pesados no Brasil tem atendido, sem muita folga, à demanda do mercado interno, daí por que os preços tendem a elevar-se, influenciando no aumento do custo dos transportes, já agravados pelas seis majorações anuais, no mínimo, do preço do óleo diesel.

Se o único remédio para evitar o aumento dos preços dos combustíveis está no crescimento da produção de petróleo — e, felizmente, já superamos a barreira dos quinhentos mil barris diários —, para reduzir os preços dos

veículos exige-se maior concorrência entre as empresas.

Nessa linha, a Mercedes Benz se mostra insatisfeita com a fatia de vinte e seis por cento do mercado, pretendendo aumentá-la no mínimo para trinta por cento ou até trinta e cinco por cento mesmo, se a nova família de caminhões lançada pela empresa na última Feira Nacional do Transporte, no Anhembi, traduzir o entusiasmo da mostra pela compra de veículos.

O mercado de caminhões pesados tem escrito mais do que o de caminhões em geral e em 1983 significava 12%, para representar, este ano, 14% do global. A Mercedes investe cento e cinquenta milhões de dólares, deste ano até 1989, para desenvolver novos projetos, tendo criado 1.500 empregos, no ano, para lançar o LS 1524 e o LS 1932, de trinta e cinco e quarenta e cinco toneladas, respectivamente, devendo entrar em linha de produção em janeiro, numa velocidade de nove a dez unidades por dia.

São vários os aperfeiçoamentos introduzidos, e, embora por preços cinco a dez por cento superiores aos dos veículos atuais, serão apresentadas melhorias como a nova relação do diferencial, o câmbio de oito marchas, a substituição da lata por fibra de vidro em algumas peças, com um desempenho excelente de consumo: o de 35 toneladas fará 2,6 quilômetros por litro.

A exportação de caminhões e ônibus será triplicada para 7.500 unidades, oitenta por cento para os Estados Unidos, representando, este ano, setenta milhões de dólares.

No mercado de ônibus, serão lançados os "0-370", em maio. O mercado de 5.200 no ano passado não chegará a absorver cinco mil neste ano, com a queda de vendas dos urbanos. Novos padrões da Mercedes, para o transporte urbano, serão lançados em 1985, enquanto este ano lançam-se os 0-370, de treze metros, que lembram um avião por dentro.

Ônibus com 23 toneladas na carroceria e mais 15 na carreta solucionarão o problema do transporte da cana, fazendo, numa estrada ruim, um quilômetro com um litro de álcool aditivado.

Congratulamo-nos com a Mercedes Benz por esse esforço para aumento da eficiência dos transportes pesados e rodoviários no País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta Casa hoje discute diversos temas da mais alta importância para a vida do País: a questão da informática; o aniversário, hoje, da PETROBRÁS, a criação da Lei nº 2.004, que instituiu a monopólio estatal do petróleo; o problema do veto presidencial ao projeto que dá *royalties* aos Estados produtores de petróleo, o petróleo extraído na plataforma continental. São matérias da mais alta importância e do mais alto significado para o nosso País.

Mas, aqui e agora, Sr. Presidente, quero registrar para esta Casa e para o País os protestos levados a efeito no dia de ontem, na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, quando da visita do candidato do PDS à Presidência da República. Alguns cidadãos, políticos ou não políticos, procuram mostrar ao País que se tratou de uma manifestação preparada por Deputados do PMDB, e sabemos o quanto é indesejável para o País, para a opinião pública brasileira o candidato do PDS.

As manifestações de Aracaju não foram e não são da responsabilidade de Deputados do PMDB que estavam na praça principal de nossa cidade. Eles estavam ali, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, apenas para impedir que houvesse agressões de parte a parte, procurando segurar os manifestantes que demonstravam, de público, o seu horror e a sua estupefação pela presença do Deputado Paulo Maluf, que foi até Segipe com o objetivo único de pressionar o Governador do Estado, para que ele se definisse em favor de sua candidatura.

Sr. Presidente, estou orgulhoso do povo sergipano, pela manifestação na cidade de Aracaju, e registro com muita satisfação as palavras do Senador Albano Franco — hoje trazida ao conhecimento público pela imprensa nacional — que, sendo um homem de formação democrática, via naquela demonstração espontânea, sem dúvida alguma, um sinal da contrariedade de setores da população com relação àquele candidato.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que estou realmente orgulhoso do povo de meu Estado, reafirmando a esta Casa e ao Brasil que os Deputados do PMDB não foram os organizadores nem os responsáveis pela manifestação. Aquela demonstração foi ato espontâneo do povo sergipano — que é apenas uma parcela da manifestação do povo brasileiro — em repúdio à candidatura Paulo Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é uma lástima que, com o plenário ansioso, realmente, para votarmos um dos projetos mais importantes e definitivos da nossa história, eu tenha que vir à tribuna, porque na hora do Pequeno Expediente não podem ser dados apartes, para contestar, com veemência, o meu amigo Sebastião Nery, que hoje faz trinta e um anos que teria sido eleito Vereador, pela primeira vez, em Belo Horizonte.

O Estado do Rio de Janeiro não é virgem nesta magnífica idéia, de Governo que não tem imprensa, de utilizar-se do Diário Oficial para fazer o noticiário das suas obras, das suas realizações, dos seus feitos. Minas Gerais e Pernambuco agem dessa maneira, vários outros Estados têm também. Não há ineditismo algum. Nisso, não fomos nada originais, o Governador Leonel Brizola não foi nada original. S. Ex^a está seguindo o que outros Estados fizeram, pois achou uma boa idéia.

Outrossim, o Deputado Sebastião Nery, em nenhum momento, foi acusado, por quem quer que seja, de se ter colocado contra os *royalties* de petróleo para o Estado do Rio. O Deputado Sebastião Nery inclusive é votado em Macaé. Foi meu companheiro, lá, de seminário. É um dos mobilizadores da luta contra o veto do Presidente da República e veio aqui inventar que estava sendo caluniado. Não é verdade, Deputado. Não há uma palavra aqui dizendo que o Deputado Sebastião Nery é a favor do veto do Presidente da República. Não há uma palavra sequer. O que há, sim, uma verdade, é que o Deputado Sebastião Nery não estava aqui presente no dia 26, como, aliás, não estava o Deputado Agnaldo Timóteo, que veio à tribuna e me disse: "Deputado Bocayuva Cunha, eu sei que o deputado tem o compromisso de anunciar o nome dos deputados do Estado do Rio que faltaram. Como verifiquei que não vai haver *quorum*, vou para um programa de televisão em São Paulo".

O Deputado Sebastião Nery foi meu convidado, no dia 13, para um jantar com Vereadores de Campos e Macaé, onde externei a minha opinião de que só tínhamos chance de derrubar esse veto colocando-o junto com o projeto de informática, porque eram duas questões tão graves e tão importantes que, provavelmente, tínhamos chance de comparecer em número suficiente para derrubar esse veto, que é iníquo.

De modo que aqui fica o registro do meu mais cabal desmentido, com fatos na mão, às afirmações do Deputado Sebastião Nery, que — repito — num gesto de grande virilidade juvenil, depois de tanto tempo de mandato, com os cabelos grisalhos, veio aqui com arroubos juvenis desmentir. Não, Deputado. V. Ex^a está enganado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Encerrado o período destinado às breves comunicações, concedo a palavra ao eminente Senador Nelson Carneiro, na qualidade de Líder de partido.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero regozijar-me de reencontrar o velho Parlamento, o Parlamento a que cheguei em 1947, que era exatamente o que revejo hoje: borbulhante, vivo, palpitante, e não aquelas cadeiras vazias que caracterizam atualmente as Casas do Congresso. A minha palavra, que será breve, é para saudar aos que hoje aqui comparecem, numa demonstração do apreço e do interesse pelas questões palpitantes que se têm discutido nesses últimos dias.

Ontem, a Câmara dos Deputados apreciou o projeto da reforma salarial. Na impossibilidade de me dirigir, desta tribuna da Câmara dos Deputados, aos Líderes que comandaram a votação de ontem, quero fazê-lo nesta oportunidade, citando os nomes dos nobres Líderes Nelson Marchezan, Freitas Nobre, Brandão Monteiro, Celso Peçanha e Aírton Soares. É a homenagem que quero prestar à Câmara dos Deputados pela colaboração que deu ontem à aprovação do projeto de reforma salarial.

Pena, porém, que essa votação não tenha ocorrido no mês de setembro, porque muitos funcionários autárquicos ficarão prejudicados em razão de vários acordos realizados nos meses de setembro e outubro. Em todo caso, pela primeira vez em 20 anos, como dizia o nobre Deputado Nelson Marchezan, o Congresso revê a política salarial. Hoje, o Congresso todo aqui está reunido para debater um assunto da maior relevância, que é, sem dúvida alguma, o projeto de informática. Amanhã, em sessão extraordinária, o Senado concluirá a votação da reforma salarial. Hoje, os Srs. Senadores e Srs. Deputados, devemos continuar aqui, depois da votação do projeto da informática, para também prestar uma homenagem àqueles que trabalham pelo engrandecimento do País, que vão buscar no fundo do oceano os recursos para a grandeza e a prosperidade da Nação. Confio em que, acabada a votação do projeto da informática, todos aqui continuarão para darmos o nosso voto, rejeitando o veto do Sr. Presidente da República, aposto àquele projeto que, durante 10 anos transitou pelas Casas do Congresso e mereceu sempre o voto unânime das Comissões e dos Plenários e que foi, surpreendentemente, vetado pelo Sr. Presidente da República.

Refiro-me ao projeto que concede *royalties* aos Municípios e Estados que produzem petróleo na sua orla marítima.

São essas as palavras que queria dizer neste momento, enquanto regozijo-me como velho parlamentar, que aqui chegou em 1947, e revê o velho Congresso palpitante, divergente e tumultuado, mas, em todo caso, vibrante, interessado e preocupado com os problemas nacionais.

Este é o Congresso e é com este Congresso que quero me rejubilar neste instante. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à **ORDEM DO DIA**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 68, de 1984-CN, da Comissão Mista, favorável nos termos do Substitutivo que oferece.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta das 14 horas e 30 minutos de hoje.

Concedo a palavra ao eminente Senador Virgílio Távora, que falará na qualidade de Relator da matéria.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é sem emoção que diviso neste plenário, passados tantos anos, figuras como João Agripino, como Nelson Carneiro, que, conosco e com tantos outros que já se foram da vida pública ou da terrestre, tomaram parte naquela

grande campanha há 31 anos, justamente pela fixação de uma política nacional de petróleo neste Brasil. E aquele movimento veio finalmente culminar nos Decretos e nos Projetos nºs 1.516 e 1.517, respectivamente, criando a PETROBRÁS e assegurando-lhe recursos. Hoje, nova onda aparece no quadro do desenvolvimento humano: a onda da informática. Com que emoção atribuir-se ao Congresso Nacional, através do trabalho profícuo de uma Comissão, a função de aprimorar um projeto vindo do Executivo. Tal tarefa, justamente chefiada pelo Líder maior da Oposição, na Câmara dos Deputados, Deputado Freitas Nobre, representa realmente a consolidação de esforços esparsos, e, poderíamos dizer, dá a passagem número um, o marco inicial de balisamento da política nacional de informática.

Deus tem sido, nesses trinta e cinco anos de minha vida pública, Sr. Presidente e Srs. Deputados, benevolente para com o representante cearense. A ele lhe atribuiu missões várias, como a da TELEBRÁS, a do acordo nuclear, a da energização do Nordeste, e agora, neste momento, mereceu a confiança de seus pares para ser o Relator de matéria de tão magna importância.

Gostaríamos de dizer que, no curto espaço de tempo de que dispusemos, oito versões foram feitas, com o auxílio das mais destacadas autoridades no assunto, para finalmente, chegarmos àquele documento que, apresentado à Comissão e por ela aprimorado, vem hoje ao conhecimento, vem hoje à decisão deste preclaro Conselho Legislativo. Gostaríamos apenas de respingar alguns pontos. Foi mantida explícita e ampliada a reserva de mercado, bem conceituado o que for realmente a empresa nacional, não apenas com ligeiras referências, mas por marcos que não deixavam dúvidas quanto à intenção do legislador. Tirou-se todo o autoritarismo do projeto inicial. As delegações atribuídas naqueles incisos, todos eles foram cortados. Deu-se à empresa nacional que trata da informática talvez o maior conjunto de incentivos de que se tenha notícia, não só no Brasil, mas em toda a América do Sul. Ao mesmo tempo, atribuíram-se deveres e procurou-se fazer com que essa informática não seguisse aquele caminho do PROÁLCOOL, e que não ficasse à mercê das instituições existentes. O Nordeste e o Norte estão cada vez mais pobres em relação ao centro propulsor do desenvolvimento pátrio que é o Centro-Sul. Tínhamos a consciência de que tudo o que nos foi dado em 35 anos de perflustrar por uma vida pública, não de ciência, mas de paciência política e legislativa, neste substitutivo foi posto. E, Srs. Legisladores, estamos certos de que, com os aperfeiçoamentos introduzidos pela Comissão, mais a adição de duas emendas para as quais, já sabemos destaque foi requerido, desse projeto realmente se orgulharão, não só à Nação brasileira, mas a todos nós. Poderemos dizer aos nossos sucessores, tanto na vida particular, como na pública, que, cometida a função tão grande, como deixar bem estatuído o destino do País durante mais de 50 anos, condicionante que ela é justamente do progresso desta Nação, não faltamos, todos nós, das mais diferentes siglas partidárias, ao dever e, com a consciência rejubilada por esse dever cumprido, dizemos: alvissaras ao Brasil. Outro caminho está traçado para o seu desenvolvimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, na qualidade de Líder do PT, ao Deputado José Eudes, para encaminhar a votação do substitutivo. V. Exª dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. JOSÉ EUDES (PT — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há um ano, ou pouco mais que isso, levantamos a tese, num seminário no Senado Federal, presidido pelo Senador Henrique Santillo, de que a questão de política informática não era de segurança nacional. Defendíamos a tese de que a informática deveria ser democratizada, na aplicação de sua política e nas suas relações com o Estado brasileiro, quer dizer, empresários, trabalhadores, comunidade científica etc.

Vimos hoje coroado nosso objetivo, de que fosse compreendido que a política nacional de informática não devesse ficar subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, e, sim, à Presidência da República, como órgão autônomo.

Vimos o procedimento, durante esse tempo da evolução do debate na sociedade brasileira, que culmina, na noite de hoje, com a institucionalização dessa política pelo Congresso Nacional.

Nesse trajeto quando da instauração da Comissão Mista Câmara — Senado e da redação final do parecer do Senador Virgílio Távora, por decisão unânime da bancada que hoje aqui está presente para votar, bancada que represento neste momento, resolvemos fazer reparos ao substitutivo do Senador Virgílio Távora. Em primeiro lugar porque, na questão do desenvolvimento da indústria de **software** no Brasil, não se contemplava aquilo que era o objetivo do próprio projeto, qual seja preservar e manter a reserva também para esse setor de vital importância. Levantamos a idéia de que os distritos industriais “cingapurizariam” o Norte e o Nordeste do País, e nós constituiríamos, virtualmente, duas nações: uma, voltada para o capital monopolista, internacional e para o exterior; e, outra, voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, numa penalização absurda, tanto aos do Nordeste, quanto aos próprios do Sul do País.

Tentamos trabalhar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no sentido de que o Fundo que se constitui para a forma de capitalização da indústria nacional privilegia e privilegia os interesses das grandes indústrias, quase que exclusiva e especialmente a indústria sediada junto aos grandes bancos, que são os que têm condições e aporte para assegurar e preservar esse volume gigantesco de capitais, reduzindo um elemento essencial, na maioria da qualidade dos produtos brasileiros, que é a competitividade.

Sr. Presidente, avançamos mais dois pontos: em primeiro lugar, o de que o Congresso Nacional não poderia institucionalizar essa política sem assegurar os elementos mínimos e essenciais no que diz respeito à garantia do cidadão sobre a privacidade nos bancos de dados das informações deles existentes. Necessitávamos começar esse debate de hoje, para que amanhã tivéssemos condições de produzir com muito mais amplitude um documento capaz de preservar e assegurar os direitos de cidadania, ameaçados pelos processos intermináveis de automação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Exª está esgotado nobre Deputado.

O SR. JOSÉ EUDES — Concluindo, Sr. Presidente, por último, tínhamos a certeza de que, já nesse momento, era necessário trabalhar a questão da automação industrial no País, de desempregados e que essa automação deveria, no mínimo, ser regulada. E contemplamos isso no nosso projeto, constituindo uma comissão paritária de empregadores e empregados, capaz de discutir os processos de introdução à automação industrial, preservando, em primeiro lugar, o emprego; e, em segundo, assegurando a reciclagem desses trabalhadores nas nossas máquinas.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, essa batalha que hoje começa — porque acho que esse é o início, esse é o processo — é uma batalha virtualmente vitoriosa, porque dela decorrerão os debates livres e sinceros dos representantes do povo neste Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes, do PMDB.

O SR. SEVERO GOMES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o dia de hoje, 3 de outubro, data auspiciosa na nossa História, data da promulgação da lei que instituiu o monopólio estatal do petróleo, data da Revolução de 30, data em que votávamos em eleições diretas para a Presidência da República, marcará a data da votação da lei que estabelece

as diretrizes para uma política nacional de informática.

Fizemos um trabalho intenso nesses últimos tempos. Procuramos ouvir todos os segmentos da sociedade, interessados na questão da informática. Examinamos e concluímos que estávamos diante de uma das questões mais importantes da contemporaneidade da vida brasileira, questão ligada ao nosso desenvolvimento industrial, ao desenvolvimento da tecnologia nacional, problema ligado à nossa cultura.

Ficou também claro que o que estava em causa era a questão da independência. A moderna linguagem da dominação, nas relações internacionais, é a informática. Para se interpor a essa dominação não existe outra maneira senão enfrentar o conhecimento, com uma astúcia tão forte como aquela que dá a base científica do poderio das grandes Nações do Norte. Caso contrário, não haverá possibilidade de autonomia nacional. O dominado não pode produzir nada autonomamente se não tiver sempre em mente criar as condições para que o conhecimento se libere das amarras dos conceitos da metrópole. Somente aqueles países que controlam as condições da produção do conhecimento são livres. Nas relações entre as nações, especialmente na área da informática, todas as situações estão caracterizadas pelo conflito, pelos antagonismos. Da mesma forma em que não há garantias para uma paz perpétua, é ilusório supor que a pretensão dos países centrais de penetrarem em nosso País passe ao largo da exigência da soberania. Entre os países periféricos e os países centrais, no que diz respeito à informática, não há relações neutras. As multinacionais querem sempre alargar seu domínio, valendo-se das vantagens do mercado, construído sobre o sofrimento e a miséria da maioria da população. Esta relação entre países detentores dos conceitos e países consumidores de conceitos, de produtos repõe hoje, na nossa contemporaneidade, a condição imposta pela civilização européia ao mundo colonial. Poderíamos dizer, com Hegel, que aquele que não sabe não é livre; mas aquele que não é livre também não sabe, pois continua envolvido no temor do senhor. Hoje, no horizonte do conflito Norte-Sul a linguagem do senhor é a informática. E o primeiro passo para a libertação é o domínio da linguagem do senhor. Nada obriga Estados independentes e politicamente soberanos a tolerarem as imposições que vêm dos centros internacionais. Será através da tomada de consciência, da possibilidade de fazer valer sua autonomia para determinar o conhecimento e a produção que os países periféricos como o nosso poderão enfrentar os países centrais. Isso conduz a uma inevitável politização da questão. A produção dos conceitos supõe, obrigatoriamente, a soberania nacional que deve estar fundada em bases estáveis e duradouras, no exercício e na afirmação dessa soberania nacional. Se não houver uma posição mobilizada e com acesso à participação na cidadania, as decisões serão artificiais e fadadas a derrocadas.

Fizemos, Srs. Congressistas, um trabalho que está cheio de imperfeições, mas que, no fundamental, constitui a reserva de mercado para a indústria e para a tecnologia nacional. Conceitua a empresa nacional de maneira a desmistificar os conceitos anteriores, que serviam apenas para dar nome de nacional a empresas estrangeiras. Mantém a unidade da política de informática, mas, principalmente, coloca em relevo duas questões importantíssimas. A primeira é a democratização das decisões. Haverá necessidade de este Congresso aprovar Plano Nacional de Informática e, eventualmente, corrigir os erros, os enganos e as distorções que ele contém. Em segundo lugar, pela primeira vez, começa-se a mudar o modelo de desenvolvimento econômico, que vem comprometendo a nossa soberania e degradando as condições de vida do povo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Encerrada a fase de encaminhamento de votação. Concedo a palavra ao nobre Líder Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Senador Severo Gomes, que acaba de ocupar a tribuna como um dos mais prementes membros da nossa bancada na Comissão Mista do Congresso Nacional que apreciou esta importante matéria, já colocou nos devidos termos a posição do nosso partido, desde o começo, quando se anunciara o envio deste projeto ao Congresso Nacional. E nós, sem embargo de nossa posição de maior partido de Oposição, nos definimos em favor da preservação da reserva de mercado, tendo em vista a necessidade do fortalecimento desse importante setor, altamente sofisticado da indústria nacional. Mas, ao mesmo tempo, assumíamos o compromisso de democratizar a estrutura de poder que iria gerir a política de informática no Brasil. De tal sorte que nos congratulamos com o nobre Senador Virgílio Távora, Relator do Projeto na Comissão Mista, pelo muito que conseguiu fazer nesse sentido, pois S. Ex^a, além de haver retirado do Conselho de Segurança Nacional a Secretaria Especial de Informática, instituiu o Conselho Nacional de Informática, que será integrado por vários Ministros de Estado, bem assim por representantes da iniciativa privada, de livre escolha do Sr. Presidente da República. Isso significa que esse Conselho é que vai traçar as linhas gerais da política de informática no Brasil, dentro das normas traçadas pelo projeto de lei. Mas a última palavra sobre ela será dada pelo Congresso Nacional, o que significa, sem dúvida alguma, um grande prestígio para o Poder Legislativo brasileiro, que, nesta semana, conseguiu lavar magníficos tentos na sua vida institucional, desde quando aprovou, pela unanimidade dos presentes, mediante um acordo de Lideranças, a nova lei de Política Salarial, e agora se apresta para a aprovação que eu espero seja praticamente unânime, com a concordância de todas as lideranças partidárias, na Câmara e no Senado, desse projeto que institui uma nova política de informática, de real interesse para a economia nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Freitas Nobre, que falará como Líder.

O SR. FREITAS NOBRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, já manifestei hoje meu ponto de vista, e agora recebo solicitação do Líder do meu partido para encaminhar a votação em nome do PDT.

Aproveito a oportunidade para falar também como engenheiro. A engenharia nacional, por seus órgãos mais significativos, está inteiramente de acordo com as linhas gerais do substitutivo que esperamos aprovar agora. Sinto-me muito orgulhoso de participar desta batalha, tão importante quanto aquela de que participei no passado, como estudante de engenharia — e hoje está fazendo 31 anos que foi promulgada a Lei nº 2.004, que criou a PETROBRÁS.

Sr. Presidente, assim, faço também do PDT o seguinte reconhecimento, que é o documento oficial do Clube de Engenharia e da Associação dos Profissionais de Processamento de Dados:

„1. A soberania de uma nação está condicionada à sua capacitação tecnológica;

2. O processo de capacitação tecnológica decorre de atividade prática interna, a partir do reconhecimento dos problemas propostos pela realidade nacional, sendo a indústria genuinamente nacional o

instrumento de consolidação de tecnologia desenvolvida no país;

3. Uma indústria nacional com tecnologia própria, construída com base no mercado interno, tendo a capacidade de desenvolver produtos diferenciados e sem sofrer restrições por parte de licenciadores externos, e a única que pode exportar de maneira significativa;

4. A indústria nacional, por garantir o uso intensivo, em seu processo produtivo, de inteligência brasileira aprimorada nas instituições de ensino e pesquisa, possibilita o completo domínio de todo o ciclo tecnológico;

5. Os resultados conseguidos até agora demonstram que a indústria nacional de informática caminha para a maturidade, gerando mais e melhores empregos produzindo os sistemas de informática necessários ao desenvolvimento do país com menor dispêndio de divisas, comparadas às multinacionais do setor que nele operam;

6. Somente uma indústria nacional de informática tecnologicamente competente poderá criar condições para desenvolvimento de uma tecnologia de uso dos sistemas adequada à realidade nacional.

Manifestamos:

1. Apoio à Política Nacional de Informática, repudiando todas as pressões internas ou externas que procuram modificá-la em benefício de poderosos interesses, contrários ao interesse maior da nação.”

Finalmente, Sr. Presidente, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em nome do sistema CONFEA-CREA, que congrega atualmente mais de 500 mil profissionais da área de engenharia, da arquitetura, da agronomia e afins, a qual muitos de nós pertencemos, *pleiteia, com justa razão, que tenha a CONFEA assento no Conselho Nacional de Informática.*

E, assim, fazendo desta reivindicação dos engenheiros, a posição também do PDT, deço desta tribuna, Sr. Presidente, convicto de que mais uma vez, como disse ainda há pouco, saberemos derrotar os entreguistas de sempre, os negociatas de agora. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Com a palavra o Deputado Mendes Botelho, pela Liderança do PTB.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, pode parecer incrível que, no momento em que esta Casa se prepara para votar o projeto de lei que regulamenta a informática, eu suba à tribuna para falar sobre o resgate da nossa Universidade. É que vejo os dois problemas relacionados entre si.

A importação de tecnologia caracterizou todo o processo de nossa industrialização até agora. Ao invés de investirmos em pesquisa e na produção de um modelo próprio de industrialização, importamos de fora pacotes tecnológicos que nos permitiram passar de um sistema produtivo agrícola-exportador, para uma modernização industrial, característica do sistema capitalista.

A Universidade brasileira, no seu ato constitutivo, considera-se como tendo função de ensino e pesquisa. Na verdade, ela não cumpre a atividade de pesquisa, não porque não tenhamos inteligências capazes de produzir alguma coisa nova e útil para o nosso processo produtivo e nosso sistema social. O problema é que a nossa industrialização foi concebida, a partir de um modelo importador. Portanto, a nossa universidade foi colocada à margem do processo de industrialização, procurando apenas formar mão-de-obra para ingresso na força de trabalho.

A partir da reserva de mercado, a Universidade brasileira terá que assumir um papel novo, o de pesquisa, de busca de soluções tecnológicas para o nosso desenvolvimento.

Aliás, a Universidade brasileira terá reconhecido o seu papel criativo. Porque, na verdade, é o Governo, com a redução de verbas para a Educação que tem impedido à universidade o cumprimento de sua função básica na área de pesquisa. Fora disto não adianta reservar mercado, porque estaremos apenas institucionalizando o atraso de nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Partido Trabalhista Brasileiro, defensor intransigente do nacionalismo, do trabalhismo e da democracia, antes de tudo quer registrar sua satisfação pelo entendimento havido entre as diversas correntes políticas no sentido de aprovar este projeto de grande interesse nacional.

Estamos aqui esperançosos de que este Congresso possa analisar hoje o substitutivo ao projeto do governo que regulamenta a política nacional de informática. Cumprindo a sua função, a Comissão Parlamentar Mista deu uma enorme contribuição, aperfeiçoando este projeto, que é da maior importância para o futuro do nosso País. O PTB é favorável ao substitutivo que nasceu do entendimento entre as várias correntes que debateram a matéria.

Trata-se de um projeto polêmico, mas sua discussão não pode ser conduzida em termos de entreguismo ou protecionismo. Deve falar mais alto, neste instante, o interesse mais alto da Nação. E devo revelar que entendemos que esta é uma posição da qual o PTB não abre mão: somos favoráveis à reserva de mercado, porque entendemos que o setor de informática é tão importante que deve ser preservado.

Somos de opinião que este projeto não pode passar por curso de prazo, na sua forma original, pelos riscos que o autoritarismo pode trazer a uma situação futura, razão pela qual o Partido Trabalhista Brasileiro não vai levantar problema algum que possa impedir a aprovação da matéria. Trata-se de um projeto polêmico, mas sua discussão não pode ser conduzida em termos de entreguismo ou protecionismo. Deve falar mais alto neste instante o superior interesse da Nação. Esta é uma posição da qual o PTB não abre mão. Somos favoráveis à reserva de mercado, porque entendemos que o setor de informática é tão importante que deve ser preservado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concedo a palavra ao ilustre Deputado Nelson Marchezan, Líder do PDS.

O SR. NELSON MARCHEZAN PRONUNCIA O DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Wilmar Palis — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como a votação é pelas lideranças, quero levantar a seguinte questão de ordem: têm os Deputados o direito de votar em nome próprio matéria de tamanha envergadura, como a consubstanciada no substitutivo sobre a Política Nacional de Informática? Quero votar em meu nome próprio, respeitando o voto da Liderança. O Deputado está enfeixado na Liderança; não tem vontade própria, não pode se manifestar. Por isto quero declinar que voto favoravelmente ao Substitutivo ao projeto sobre a Política Nacional de Informática.

Peço aos colegas que permaneçam no recinto, pois logo após examinaremos o veto ao projeto dos royalties, que temos de derrubar, em benefício dos Estados onde há extração de petróleo. Temos que derrubar o veto do Presidente da República. Diretas já, a única solução para o Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Encerrada a fase de encaminhamento de votação, passa-se à votação da matéria.

Nos termos do art. 49 § 4º do Regimento Comum, o Substitutivo da Comissão Mista tem preferência para votação.

Há sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO Nº 20, DE 1984—CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 253 ao Projeto de Lei nº 10/84—CN.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 1984. — Deputado **Djalma Bom**, Líder em exercício do PT

REQUERIMENTO Nº 21, DE 1984—CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 254 ao Projeto de Lei nº 10/84—CN.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 1984. — Deputado **Djalma Bom**, Líder em exercício do PT

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em votação o substitutivo da Comissão Mista, ressalvados os destaques concedidos.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à votação da Emenda nº 253.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada. (Palmas.)

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à votação da Emenda nº 254

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada no Senado.

Aprovado o substitutivo e as Emendas nºs 253 e 254, ficam prejudicados o projeto e as demais emendas. A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, o parecer da Comissão Mista, oferecendo a redação final do Projeto de Lei nº 10/84-CN, que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 70, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, apresentando a Redação Final do projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que “dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências”.

Relator: Senador Virgílio Távora.

A Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 10,

de 1984-CN, que, “dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências”, apresenta, anexo, a Redação Final da referida proposição.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 1984. — Deputado **Freitas Nobre**, Presidente — Senador **Virgílio Távora**, Relator — Senador **Passos Pôrto** — Deputado **José Jorge** — Senador **Jutahy Magalhães** — Deputado **Djalma Bessa** — Deputada **Cristina Tavares** — Deputado **Odilon Salmoria** — Senador **Almir Pinto** — Deputado **Carlos Sant'Anna** — Senador **Marcondes Gadelha** — Deputado **Nosser Almeida** — Senador **Marco Maciel** — Deputado **Israel Pinheiro Filho** — Deputado **Álvaro Valle** — Senador **Fábio Lucena** — Senador **Pedro Simon** — Senador **Severo Gomes**.

ANEXO AO PARECER Nº 70, DE 1984-CN

Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Informática, seus fins e mecanismos de formulação, cria o Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, dispõe sobre a Secretaria Especial de Informática — SEI, cria os Distritos de Exportação de Informática, autoriza a criação da Fundação Centro Tecnológico para Informática — CTI, institui o Plano Nacional de Informática e Automação e o Fundo Especial de Informática e Automação.

Da Política Nacional de Informática

Art. 2º A Política Nacional de Informática tem por objetivo a capacitação nacional nas atividades de informática, em proveito do desenvolvimento social, cultural, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira, atendidos os seguintes princípios:

I — ação governamental na orientação, coordenação e estímulo das atividades de informática;

II — participação do Estado nos setores produtivos de forma supletiva, quando ditada pelo interesse nacional e nos casos em que a iniciativa privada nacional não tiver condições de atuar ou por eles não se interessar;

III — intervenção do Estado de modo a assegurar equilibrada proteção à produção nacional de determinadas classes e espécies de bens e serviços bem assim crescente capacitação tecnológica;

IV — proibição à criação de situações monopolísticas, de direito ou de fato;

V — ajuste continuado do processo de informatização às peculiaridades da sociedade brasileira;

VI — orientação de cunho político das atividades de informática, que leve em conta a necessidade de preservar e aprimorar a identidade cultural do País, a natureza estratégica da informática e a influência desta no esforço desenvolvido pela Nação, para alcançar melhores estágios de bem-estar social;

VII — direcionamento de todo o esforço nacional no setor, visando ao atendimento dos programas prioritários do desenvolvimento econômico e social e ao fortalecimento do Poder Nacional, em seus diversos campos de expressão;

VIII — estabelecimentos de mecanismos e instrumentos legais e técnicos para a proteção do sigilo dos dados armazenados, processados e veiculados, do interesse da privacidade e da segurança das pessoas físicas e jurídicas, privadas e públicas;

IX — estabelecimento de mecanismos e instrumentos para assegurar a todo cidadão o direito ao acesso e à retificação de informações sobre ele existente em bases de dados públicos ou privadas;

X — estabelecimento de mecanismos e instrumentos para assegurar o equilíbrio entre os ganhos de produtividade e os níveis de emprego na automação dos processos produtivos;

XI — fomento e proteção governamentais dirigidos ao desenvolvimento de tecnologia nacional e ao fortalecimento econômico-financeiro e comercial da empresa na-

cional, bem como estímulo à redução de custos dos produtos e serviços, assegurando-lhes maior competitividade internacional.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, consideram-se atividades de informática aquelas ligadas ao tratamento racional e automático da informação e, especificamente, as de:

I — pesquisa, desenvolvimento, produção, importação e exportação de componentes eletrônicos a semicondutor, opto-eletrônicos bem como dos respectivos insumos de grau eletrônico;

II — pesquisa, importação, exportação, fabricação, comercialização e operação de máquinas, equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital com funções técnicas de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, recuperação e apresentação da informação, seus respectivos insumos eletrônicos, partes, peças e suporte físico para operação;

III — importação, exportação, produção, operação e comercialização de programas para computadores e máquinas automáticas de tratamento da informação e respectiva documentação técnica associada (software);

IV — estruturação e exploração de bases de dados;

V — prestação de serviços técnicos de informática.

§ 1º Considera-se computador o equipamento autônomo programável destinado à coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, recuperação, processamento e apresentação da informação.

§ 2º A estruturação, a exploração de bancos de dados e as normas para a conclusão de acordos de acesso a bancos de dados localizados no País e no exterior serão reguladas por lei específica.

Dos Instrumentos da Política Nacional de Informática

Art. 4º São instrumentos da Política Nacional de Informática:

I — o estímulo ao crescimento das atividades de informática de modo compatível com o desenvolvimento do País;

II — a institucionalização de normas e padrões de homologação e certificação de qualidade de produtos e serviços de informática;

III — a mobilização e a aplicação coordenadas de recursos financeiros públicos destinados ao fomento das atividades de informática;

IV — o aperfeiçoamento das formas de cooperação internacional para o esforço de capacitação do País;

V — a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos para o setor;

VI — a instituição de regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros, em favor de empresas nacionais, destinados ao crescimento das atividades de informática;

VII — penalidades administrativas pela inobservância de preceitos desta Lei e regulamentos;

VIII — o controle das importações de bens e serviços de informática por 8 (oito) anos a contar da publicação desta Lei;

IX — a padronização de protocolos de comunicação entre sistemas de tratamento da informação; e

X — o estabelecimento de programas específicos para o fomento das atividades de informática, pelas instituições financeiras estatais.

Do Conselho Nacional de Informática e Automação

Art. 5º O artigo 32 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. A Presidência da República é constituída essencialmente pelo Gabinete Civil e pelo Gabinete Militar. Também dela fazem parte, como ór-

gãos de assessoramento imediato ao Presidente da República:

- I — o Conselho de Segurança Nacional;
- II — o Conselho de Desenvolvimento Econômico;
- III — o Conselho de Desenvolvimento Social;
- IV — a Secretaria de Planejamento;
- V — o Serviço Nacional de Informações;
- VI — o Estado-Maior das Forças Armadas;
- VII — o Departamento Administrativo do Serviço Público;
- VIII — a Consultoria Geral da República;
- IX — o Alto Comando das Forças Armadas;
- X — o Conselho Nacional de Informática e Automação.

Parágrafo único. O Chefe do Gabinete Civil, o Chefe do Gabinete Militar, o Chefe da Secretaria de Planejamento, o Chefe do Serviço Nacional de Informações e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas são Ministros de Estado titulares dos respectivos órgãos”.

Art. 6º O Conselho Nacional de Informática e Automação CONIN é constituído por 10 (dez) representantes das Comunicações, da Indústria e do Comércio, da Fazenda, da Educação e Cultura, do Trabalho, o Ministro chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, bem assim por 8 (oito) representantes de entidades não governamentais, compreendendo representantes da indústria e dos usuários de bens de serviços de informática, dos profissionais e trabalhadores do setor, da comunidade científica e tecnológica e de pessoas brasileiras de notório saber.

§ 1º Cabe a Presidência do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN ao Presidente da República.

§ 2º Para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Informática, poderá o Conselho Nacional de Informática e automação — CONIN autorizar a criação e a extinção de Centros de Pesquisa Tecnológica e de Informática, em qualquer parte do Território Nacional e no exterior.

§ 3º A organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Informática e Automação serão estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 4º Ressalvado o disposto no parágrafo seguinte a duração do mandato de membros não governamentais do Conselho será de 3 (três) anos

§ 5º O mandato dos membros do Conselho, em qualquer hipótese, se extinguirá com o mandato do Presidente da República que os nomear.

Art. 7º Compete ao Conselho Nacional de Informática e Automação:

- I — assessorar o Presidente da República na formulação da Política Nacional de Informática;
- II — propor, a cada 3 (três) anos, ao Presidente da República o Plano Nacional de Informática e Automação, a ser aprovado e anualmente avaliado pelo Congresso Nacional, e supervisionar sua execução;
- III — estabelecer, de acordo com o disciplinado no Plano Nacional de Informática e Automação, repartição de responsabilidades e resoluções específicas de procedimentos a serem seguidas pelos órgãos da Administração Federal;
- IV — acompanhar continuamente a estrita observância destas normas;
- V — opinar, previamente, sobre a criação e reformulação de órgãos e entidades, no âmbito do Governo Federal, voltados para o setor de informática;
- VI — opinar sobre a concessão de benefícios fiscais, financeiros ou de qualquer outra natureza por parte de órgãos e entidades da Administração Federal a projetos do setor de informática;

VII — estabelecer critérios para a compatibilização da política de desenvolvimento regional ou setorial, que afetam o Setor de Informática, com os objetivos e os princípios estabelecidos nesta Lei, bem como medidas destinadas a promover a desconcentração econômica regional;

VIII — estabelecer normas e padrões para homologação dos bens e serviços de informática e para a emissão dos correspondentes certificados, ouvidos previamente os órgãos técnicos que couber;

IX — conhecer dos projetos de tratados, acordos, convênios e compromissos internacionais de qualquer natureza, no que se refiram ao setor de informática;

X — estabelecer normas para o controle do fluxo de dados transfronteiras e para a concessão de canais e meios de transmissão de dados para ligação a banco de dados e redes no Exterior obedecido o prescrito nos artigos 3º e 43;

XI — estabelecer medidas visando à prestação, pelo Estado, do adequado resguardo dos direitos individuais e públicos no que diz respeito aos efeitos da informatização da sociedade, obedecido o prescrito no artigo 40;

XII — pronunciar-se sobre currículos mínimos para formação profissional e definição das carreiras a serem adotadas, relativamente às atividades de informática, pelos órgãos e entidades da Administração Federal, Direta e Indireta, e funções sob supervisão ministerial;

XIII — decidir, em grau de recurso, as questões decorrentes das decisões da Secretaria Especial de Informática;

XIV — opinar sobre as condições básicas dos atos ou contratos, antes de direito público ou privado nacional e similares estrangeiros, relativos às atividades de informática;

XV — propor ao Presidente da República o encaminhamento ao Congresso Nacional das medidas legislativas complementares necessárias à execução da Política Nacional de Informática;

XVI — em conformidade com o Plano Nacional de Informática e Automação, criar Centros de Pesquisa e Tecnologia e de Informática, em qualquer parte do Território Nacional e no exterior;

Da Secretaria Especial de Informática

Art. 8º Compete à Secretaria Especial de Informática — SEI, órgão subordinado ao Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN:

- I — prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN;
- II — baixar, divulgar, cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, de acordo com o item III do artigo 7º;
- III — elaborar a proposta do Plano Nacional de Informática e Automação, submetê-la ao Conselho Nacional de Informática e Automação e executá-lo na sua área de competência, de acordo com os itens II e III do artigo 7º;
- IV — adotar as medidas necessárias à execução da Política Nacional de Informática no que lhe couber;
- V — analisar e decidir sobre os projetos de desenvolvimento e produção de bens de informática, que lhe forem submetidos de acordo com o item III do artigo 7º; e
- VI — manifestar-se previamente sobre as importações de bens e serviços de informática por 8 (oito) anos a contar da data da publicação desta Lei, respeitado o disposto no item III do artigo 7º.

Das Medidas Aplicáveis às Atividades de Informática

Art. 9º Para assegurar adequados níveis de proteção as Empresas Nacionais, enquanto não estiverem consolidadas e aptas a competir no mercado internacional, observados critérios diferenciados segundo as peculiaridades de cada segmento específico de mercado, periodicamente reavaliados, o Poder Executivo adotará restrições

de natureza transitória à produção, operação, comercialização, e importação de bens e serviços técnicos de informática.

§ 1º Ressalvado o disposto no artigo 10, não poderão ser adotadas restrições ou impedimentos ao livre exercício da fabricação, comercialização e prestação de serviços técnicos no setor de informática às Empresas Nacionais que utilizem tecnologia nacional, desde que não usufruam de incentivos fiscais e financeiros.

§ 2º Igualmente não se aplicam as restrições do caput deste artigo aos bens e serviços de Informática, com tecnologia nacional cuja fabricação independe da importação de partes, peças e componentes de origem externa.

Art. 10. O Poder Executivo poderá estabelecer limites à comercialização, no mercado interno, de bens e serviços de informática, mesmo produzidos no País, sempre que ela implique na criação de monopólio de fato em segmento do setor, favorecidos por benefícios fiscais.

Art. 11. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Direta e Indireta, as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União darão preferência nas aquisições de bens e serviços de informática aos produzidos por empresas nacionais.

Parágrafo único. Para o exercício dessa preferência, admite-se, além de condições satisfatórias de prazo de entrega, suporte de serviços, qualidade, padronização, compatibilidade e especificação de desempenho, diferença de preço sobre similar importado em percentagem a ser proposta pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN à Presidência da República, e esta ao Congresso Nacional, que a fixará.

Art. 12 Para os efeitos desta Lei, empresas nacionais são as pessoas jurídicas constituídas e com sede no País, cujo controle esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade, direta ou indireta, de pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno, entendendo-se controle por:

I — controle decisório — o exercício, de direito e de fato, do poder de eleger administradores da sociedade e de dirigir o funcionamento dos órgãos da empresa;

II — controle tecnológico — o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir e transferir e variar de tecnologia de produto e de processo de produção;

III — controle de capital — a detenção, direta ou indireta, da totalidade do capital, com direito efetivo ou potencial de voto, e de no mínimo 70% (setenta por cento) do capital social.

§ 1º No caso de sociedades anônimas de capital aberto, as ações com direito a voto ou a dividendos fixos ou mínimos deverão corresponder no mínimo a 2/3 (dois terços) do capital social e somente poderão ser propriedade, ou ser subscritas ou adquiridas por:

a) pessoas físicas, residentes e domiciliadas no País, ou entes de direito público interno;

b) pessoas jurídicas de direito privado, constituídas e com sede e foro no País, que preencham os requisitos definidos neste artigo para seu enquadramento como empresa nacional;

c) pessoas jurídicas de direito público interno;

§ 2º As ações com direito a voto ou a dividendos fixos ou mínimos guardarão a forma nominativa.

Art. 13. Para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços de informática, que atendam aos propósitos fixados no artigo, poderão ser concedidos às empresas nacionais os seguintes incentivos, em conjunto ou isoladamente:

I — isenção ou redução até 0 (zero) das alíquotas do Imposto de Importação nos casos de importação, sem similar nacional:

a) de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas;

b) de componentes, produtos intermediários, matérias-primas, partes e peças e outros insumos;

II — isenção do Imposto de Exportação, nos casos de exportação de bens homologados;

III — isenção ou redução até 0 (zero) das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados;

a) sobre os bens referenciados no item I, importados ou de produção nacional, assegurada aos fornecedores destes a manutenção do crédito tributário quanto às matérias-primas, produtos intermediários, partes e peças e outros insumos utilizados no processo de industrialização;

b) sobre os produtos finais homologados;

IV — isenção ou redução até 0 (zero) das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e sobre Operações relativas a títulos e valores mobiliários, incidentes sobre as operações de câmbio vinculadas ao pagamento do preço dos bens importados e dos contratos de transferência de tecnologia;

V — dedução até o dobro, como despesa operacional para o efeito de apuração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, dos gastos realizados em programas próprios ou de terceiros, previamente aprovados pelo Conselho Nacional de Informática e Automação, que tenham por objetivo a pesquisa e o desenvolvimento de bens e serviços do setor de informática ou a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as atividades de informática;

VI — depreciação acelerada dos bens destinados ao ativo fixo;

VII — prioridade nos financiamentos diretos concedidos por instituições financeiras federais, ou nos indiretos, através de repasse de fundos administrativos por aquelas instituições, para custeio dos investimentos em ativo fixo, inclusive bens de origem externa sem similar nacional.

Art. 14. As empresas nacionais, que façam ou venham a fazer o processamento físico-químico de fabricação de componentes eletrônicos e semicondutor, optoeletrônicos e assemelhados, bem como de seus insumos, envolvendo técnicas como crescimento epitaxial, difusão, implantação iônica ou outras similares ou mais avançadas, poderá ser concedido, por decisão do Presidente da República, adicionalmente aos incentivos previstos no artigo 13, o benefício da redução do lucro tributável, para efeito de imposto de renda, de percentagem equivalente à que a receita bruta desses bens apresenta na receita total da empresa.

Parágrafo único. Paralelamente, como forma de incentivos, poderá ser atribuída às empresas usuárias dos insumos relacionados no "caput" deste artigo, máximo de microeletrônica, a faculdade de efetuar a dedução em dobro de seu valor de aquisição, em seu lucro tributável.

Art. 15. As empresas nacionais, que tenham projeto aprovado para o desenvolvimento do **software**, de relevante interesse para o sistema produtivo do País, poderá ser concedido o benefício da redução do lucro-tributável, para efeito de imposto de renda, percentagem equivalente a que a receita bruta da comercialização desse **software** representar na receita total da empresa.

Parágrafo único. Não é permitida, sem a expressa autorização do seu autor, reprodução, cópia ou utilização de **software**, ficando os infratores sujeitos às penas do art. 168 do Código Penal.

Art. 16. Os incentivos previstos nesta Lei só serão concedidos nas classes de bens e serviços, dentro dos critérios, limites e faixas de aplicação expressamente previstos no Plano Nacional de Informática.

Art. 17. Sem prejuízo das demais condições a serem estabelecidas pelo Conselho Nacional de Informática e Automação, as empresas beneficiárias deverão investir em programas de criação, desenvolvimento ou adaptação tecnológica quantia correspondente a uma percentagem, determinada por normas constantes do Plano Nacional de Informática e Automação, fixada previamente no ato de concessão de incentivos, incidentes

sobre a receita trimestral de comercialização de bens e serviços do setor, deduzidas as despesas de frete e seguro, quando escrituradas em separado no documentário fiscal e corresponderem aos preços correntes no mercado.

Parágrafo único. Caso não seja aprovada a realização de investimento prevista neste artigo, a comercialização dos bens ou serviços só será autorizada mediante o recolhimento à Fazenda Nacional, do valor correspondente.

Art. 18. O não cumprimento das condições estabelecidas no ato de concessão dos incentivos fiscais obrigará a empresa infratora ao recolhimento integral dos tributos de que foi isenta ou de que teve redução, e que de outra forma seriam plenamente devidos, corrigidos monetariamente e acrescidos de multa de 100% (cem por cento) do principal atualizado.

Art. 19. Os critérios, condições e prazo para o deferimento, em cada caso, das medidas referidas nos artigos 13 a 15 serão estabelecidos pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, de acordo com as diretrizes constantes do Plano Nacional de Informática e Automação, visando:

I — à crescente participação da empresa privada nacional;

II — ao adequado atendimento às necessidades dos usuários dos bens e serviços do setor;

III — ao desenvolvimento de aplicações que tenham as melhores relações custo-benefício econômico e social;

IV — à substituição de importações e à geração de exportações;

V — à progressiva redução dos preços finais dos bens e serviços; e

VI — à capacidade de desenvolvimento tecnológico significativo.

Art. 20. As atividades de fomento serão exercidas diretamente pelas instituições de crédito e financiamento públicas e privadas, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, e as disposições estatutárias das referidas instituições.

Art. 21. Nos exercícios financeiros de 1986 a 1995, inclusive, as pessoas jurídicas poderão deduzir até 1% (um por cento) do imposto de renda devido, desde que apliquem diretamente, até o vencimento da cota única ou da última cota do imposto, igual importância em ações novas de empresas nacionais de direito privado que tenham como atividade única ou principal a produção de bens e serviços do setor de informática, vedadas as aplicações em empresas de um mesmo conglomerado econômico e/ou empresas que não tenham tido seus planos de capitalização aprovados pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN.

Parágrafo único. Qualquer empresa de controle direto ou indireto da União ou dos Estados, atualmente existente ou que venha a ser criada, não poderá se utilizar de benefícios que não os descritos na presente Lei, nem gozar de outros privilégios.

Art. 22. Somente no caso de bens e serviços de informática, julgados de relevante interesse para as atividades científicas e produtivas internas e para as quais não haja empresas nacionais capazes de atender às necessidades efetivas do mercado interno, como tecnologia própria ou adquirida no exterior, a produção poderá ser admitida em favor de empresas que não preencham os requisitos do artigo 12, desde que as organizações interessadas:

I — tenham aprovado, perante o Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, programas de efetiva capacitação de seu corpo técnico nas tecnologias do produto e do processo de produção;

II — apliquem, no País, em atividade de pesquisa e desenvolvimento, diretamente ou em convênio com Centros de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico voltados para a área de Informática e Automação ou com Universidades brasileiras, segundo prioridades definidas

pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, quantia correspondente a uma percentagem, fixada por este no Plano Nacional de Informática e Automação, incidente sobre a receita bruta total de cada exercício;

III — apresentem plano de exportação; e

IV — estabeleçam programas de desenvolvimento de fornecedores locais.

§ 1º O Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN só autorizará aquisição de tecnologia no exterior quando houver reconhecido interesse de mercado, e não existir empresa nacional tecnicamente habilitada para atender a demanda.

§ 2º As exigências deste artigo não se aplicam aos produtos e serviços de empresas que, até a data da vigência desta Lei, já os estiverem produzindo e comercializando no País, de conformidade com projetos aprovados pela Secretaria Especial de Informática — SEI, bem como às que, até a mesma data, já estejam atuando na área de serviços técnicos de informática e não se enquadrem nas características definidas no artigo 12.

Art. 23. Os produtores de bens e serviços de informática garantirão aos usuários a qualidade técnica adequada desses bens e serviços, competindo-lhes, com exclusividade, o ônus da prova dessa qualidade.

§ 1º De conformidade com os critérios a serem fixados pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, os fabricantes de máquinas, equipamentos, subsistemas, instrumentos e dispositivos, produzidos no País ou de origem externa, para a comercialização no mercado interno, estarão obrigados à divulgação das informações técnicas necessárias à interligação ou conexão desses bens com os produzidos por outros fabricantes e à prestação, por terceiros, de serviço de manutenção técnica, bem como a fornecer partes e peças durante 5 (cinco) anos após a descontinuidade de fabricação do produto.

§ 2º O prazo e as condições previstas no parágrafo anterior serão estabelecidas por regulamento do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN.

DOS DISTRITOS DE EXPORTAÇÃO DE INFORMÁTICA

Art. 24. Ressalvadas as situações já prevalentes e, em havendo a disponibilidade da correspondente tecnologia no País, o uso de tecnologia externa por empresas que não preencham os requisitos do artigo 12 ficará condicionado a que:

I — a produção de seus computadores, peças e acessórios se destine exclusivamente ao mercado externo; e

II — a unidade de produção se situe em qualquer dos Distritos de Exportação de Informática.

Art. 25. Serão considerados Distritos de Exportação de Informática, prioritariamente, os Municípios situados nas áreas da SUDAN e SUDENE para tal propósito indicados pelo Poder Executivo e assim nominados pelo Congresso Nacional.

Art. 26. A produção e exportação de bens de Informática, bem como a importação de suas partes, peças, acessórios e insumos, nos Distritos de Exportação de Informática, serão isentas dos Impostos de Exportação, de Importação, sobre a Circulação de Mercadorias, sobre Produtos Industrializados e sobre as operações de fechamento de câmbio.

Art. 27. As exportações de peças, componentes, acessórios e insumos de origem nacional para consumo e industrialização nos Distritos de Exportação de Informática, ou para reexportação para o exterior, serão para todos os efeitos fiscais constantes de legislação em vigor, equivalentes a exportações brasileiras para o exterior.

Art. 28. As importações de produtos de eletrônica procedentes dos Distritos de Exportação de Informática serão consideradas como importações do exterior, subordinando-se ao disposto nesta Lei.

Art. 29. Ficam ratificados os termos do "Convênio para compatibilização de procedimentos em matéria de informática e microeletrônica, na Zona Franca de Manaus, e para a prestação de suporte técnico e operacional", de 30 de novembro de 1983, celebrado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA e a Secretaria Especial de Informática — SEI, com a interveniência do Centro Tecnológico para Informática e da Fundação Centro de Análise de Produção Industrial, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

DO FUNDO ESPECIAL DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a anualmente destinar, em seu orçamento fiscal, ao Fundo Especial de Informática e Automação, quantia equivalente a 0,8% (oitto décimos por cento) de sua receita tributária.

Parágrafo único. O Fundo Especial de Informática e Automação destina-se ao financiamento, "a fundo perdido", a programas de pesquisas e desenvolvimento de tecnologia de informática e automação, principalmente na área de microeletrônica; ao aparelhamento dos Centros de Pesquisa, com prioridade para as Universidades Federais e Estaduais; à capitalização dos Centros de Tecnologia criados em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Informática e Automação; e a modernização da Indústria Nacional pelo emprego de novas técnicas, sistemas e processos digitais propiciados pela Informática.

Art. 31. O Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, aprovará, anualmente o orçamento do Fundo Especial de Informática e Automação, considerando os planos e projetos aprovados pelo Plano Nacional de Informática e Automação, alocando recursos para as entidades descritas no artigo 20, para os fins especificados no art. 30.

Da Fundação Centro Tecnológico para Informática

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Centro Tecnológico para Informática — CTI, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica nas atividades de informática.

§ 1º A Fundação, vinculada ao Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir do arquivamento de seu ato constitutivo, de seu estatuto e do decreto que aprovar.

§ 2º O Presidente da República designará representante da União nos atos constitutivos da Fundação.

§ 3º A estrutura e o funcionamento da Fundação reger-se-ão por seu estatuto aprovado pelo Presidente da República.

Art. 33. São objetivos da Fundação:

I — promover, mediante acordos, convênios e contratos com instituições públicas e privadas, a execução de pesquisas, planos e projetos;

II — emitir laudos técnicos;

III — acompanhar programas de nacionalização, em conjunto com os órgãos próprios, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN;

IV — exercer atividades de apoio às empresas nacionais no setor de informática;

V — implementar uma política de integração das universidades brasileiras, mediante acordos, convênios e contratos, ao esforço nacional de desenvolvimento de nossa informática.

Art. 34. Mediante ato do Poder Executivo, serão incorporados à Fundação Centro Tecnológico para Informática os bens e direitos pertencentes ou destinados ao Centro Tecnológico para Informática.

Art. 35. O patrimônio da Fundação Centro Tecnológico para Informática será constituído de:

I — recursos oriundos do Fundo Especial de Informática e de Automação, que lhe forem alocados pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN;

II — dotações orçamentárias e subvenções da União;

III — auxílios e subvenções que lhe forem destinados pelos Estados e Municípios, suas autarquias, sociedades de economia mista ou empresas públicas;

IV — bens e direitos do Centro Tecnológico para Informática;

V — remuneração dos serviços prestados decorrentes de acordos, convênios ou contratos;

VI — receitas eventuais.

Parágrafo único. Na instituição da Fundação, o Poder Executivo incentivará a participação de recursos privados no patrimônio da entidade e nos seus dispêndios correntes, sem a exigência prevista na parte final da letra b do art. 2º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Art. 36. O Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN assegurará, no que couber, à Fundação Centro Tecnológico para Informática, os incentivos de que trata esta Lei.

Art. 37. A Fundação Centro Tecnológico para Informática terá seu quadro de pessoal regido pela Legislação Trabalhista.

§ 1º Aos servidores do Centro Tecnológico para Informática, a ser extinto, é assegurado o direito de serem aproveitados no Quadro de Pessoal da Fundação.

§ 2º A Fundação poderá contratar, no País ou no exterior, os serviços de empresas ou profissionais especializados para prestação de serviços técnicos, de caráter temporário, ouvido o Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN.

Art. 38. Em caso de extinção da Fundação, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 39. As despesas com a constituição, instalação e funcionamento da Fundação Centro Tecnológico para Informática correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas atualmente em favor do Conselho de Segurança Nacional posteriormente em favor da Presidência da República — Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN ou de outras para esse fim destinadas.

Disposições Finais

Art. 40. A instalação, em quaisquer unidades industriais e de serviços, de máquina ou equipamento de automação controlado por processo eletrônico, fica condicionada à aprovação de órgão paritário de empregadores e empregados, incumbido de examinar a introdução de inovações tecnológicas.

Parágrafo único. A comissão de automação de cada empresa terá como critério principal, no exame de projetos de automação submetidos a sua análise, a preservação do nível de emprego.

Art. 41. As informações referentes a pessoas, arquivadas em bancos de dados, serão de livre acesso àqueles que nelas são nominados, podendo os mesmos solicitar eventuais correções ou retificações nas informações neles contidas, ficando os bancos de dados expressamente proibidos de utilizar, sem autorização prévia, os dados pessoais individualizados para outros fins que não aquele para o qual foram prestados.

§ 1º Serão registrados na Secretaria Especial de Informática todos os bancos de dados que forem operados no País.

§ 2º A recusa de acesso às informações previstas neste artigo e/ou a sua não-correção ou retificação sujeitarão o responsável pelo banco de dados às seguintes sanções:

a) se servidor público — até demissão a bem do servidor público e multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) salários mínimos;

b) Se servidor de empresa privada — até cassação do registro do banco de dados e multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) salários mínimos.

§ 3º As sanções previstas no parágrafo anterior serão aplicadas sem prejuízo de outras sanções de natureza civil e penal.

Art. 42. Sem prejuízo da manutenção e aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de política industrial e de serviços na área de informática, vigentes na data da publicação desta Lei, o Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, submeterá ao Presidente da República proposta de adaptação das normas e procedimentos em vigor aos preceitos desta Lei.

Art. 43. Matérias referentes a programas de computador e documentação técnica associada **software**, robótica, controle de fluxo de dados transfronteiras, e aos direitos relativos à privacidade, como direitos da personalidade, por sua abrangência, serão objeto de leis específicas, a serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

Art. 44. O primeiro Plano Nacional de Informática e Automação será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo de até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da data da publicação desta lei.

Art. 45. Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em discussão a redação final que acaba de ser lida. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Aprovada.)

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, neste plenário, às 20 horas e 25 minutos, destinada à votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1983, vetado totalmente pelo Sr. Presidente da República.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 20 minutos.)

Ata da 309ª Sessão Conjunta, em 3 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 20 HORAS E 25 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Altevire Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Pedro Simon

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alécio Dias — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando

Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildácio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darci Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Giulio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruana — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Marini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Irineu Colato — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 337 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. Álvaro Valle — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra, pela ordem

O SR. ÁLVARO VALLE (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, venho à tribuna, utilizando esse recurso regimental, para transmitir a V. Exª, e por seu intermédio, à Casa, um apelo.

Estamos aqui trabalhando, discutindo e votando desde esta manhã. Vamos, neste momento, votar e tentar derrubar o veto do Sr. Presidente da República, mas precisamos de **quorum**, Sr. Presidente. Precisamos da presença de um grande número de Parlamentares neste recinto, Parlamentares que aqui estão há muitas horas. O apelo que faço aos companheiros é para que aqueles que têm outra oportunidade, que não hoje, de usar da tribuna, que o façam nessas outras oportunidades e que passemos diretamente à votação. (Palmas), porque sei, Sr. Presidente, todos sabemos o que pensamos sobre o assunto. Se formos nos alongar em debates que poderemos ter amanhã e não em um dia tão cansativo quanto hoje, correremos o risco de não ter o que esta Casa e a Nação espera: a derrubada desse veto.

É este o apelo. (Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A solicitação de V. Exª está registrada. No entanto, existem oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não levarei mais de um minuto na minha fala; V. Exª poderá verificar no seu relógio. Como Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, acho-me no dever indeclinável de dizer que temos de derrubar esse veto do Presidente da República. É um veto contra nós, um veto contra o povo da Bahia, um veto contra o povo do Espírito Santo, um veto contra o povo de Sergipe, um veto contra o povo do Pará, onde se faz a extração do petróleo.

Conclamo a todos os Srs. Parlamentares e aos Srs. Senadores, em especial que estejam presentes, porque na Câmara há número, mas até agora não há número no Senado. É preciso que se busquem os Senadores, para que não fujam e venham votar, que venham votar com patriotismo. Vamos votar contra o veto, para a grandeza do Brasil.

Diretas já, a solução do Brasil (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a verdade é esta. Estou tendo o reconhecimento público da Casa de que fui um dos grandes mobilizadores disto, mas, infelizmente, vou anunciar hoje, ao plenário e à Nação, a nossa derrota. Estamos derrotados. A Câmara dos Deputados portou-se muito bem. Há número suficiente na Câmara para votar o **royalties** para derrubarmos esse veto, que é iníquo, mas o Senado não tem número. Segundo informação oficial de que disponho, há 20 Senadores fora de Brasília. A lista de presença oficial de que recebi do Senado acusa a presença de 43 Senadores, e precisaríamos de 46. Cumprindo aquele compromisso que assumi para com o povo fluminense e que me tem custado tantas incompreensões, vou ler da tribuna, para inserção nos Anais, os nomes dos Deputados e Senadores que estão ausentes deste plenário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Exª está encerrado.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Sr. Presidente, V. Exª é um homem extremamente cortês. Vou ler em um minuto. Esta é a tolerância clássica.

Deputados do Estado do Rio de Janeiro: Celso Peçanha, Denisar Arneiro, Eduardo Galil, Francisco Studart, Hamilton Xavier e o meu colega de Partido, Deputado JG de Araújo Jorge que está viajando, porque está doente. Do Senado, devo anunciar o nome do Senador Amara Peixoto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Eudes.

O SR. JOSÉ EUDES (PT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desisto, porque quero votar

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os Senadores e Deputados do PMDB estão todos presentes. Vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apresento o nosso posicionamento por escrito, para não tomar o tempo desta sessão. Lamento que haja pressa e que haja falta de **quorum** para se votar um assunto tão importante como este.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entendo o apelo dos Srs. Deputados Álvaro Valle e Wilmar Palis, pois os seus Estados terão os benefícios imediatos da votação desse projeto, se o veto for rejeitado. Devo e quero aqui me posicionar, Sr. Presidente: votarei contrariamente ao veto ao projeto do Deputado Geraldo Bulhões, porque entendo ser de justiça o ressarcimento, por parte da PETROBRÁS, dos recursos que são tirados do subsolo de cada Estado brasileiro. Só lamento, Sr. Presidente, que, no meu Estado, o Estado de São Paulo, o Governador Franco Montoro tenha desativado a pesquisa de petróleo iniciada pelo governo anterior, e não só no meu Estado. Há quem não quer ouvir as verdades que precisam ser ditas.

O Sr. Farabulini Júnior — Permite V. Exª uma aparte? Gastaram quinhentos milhões de dólares em pesquisas, que não deram em nada. A pesquisa deu em água. A Andrade Gutierrez faz pesquisa? A BASA faz pesquisa?

O SR. CUNHA BUENO — Sr. Presidente, peço a V. Exª que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Deputado Farabulini Júnior, o orador está com a palavra.

O Serviço de Taquigrafia está reclamando que não está podendo taquigrafar. Ordem, Srs. Deputados.

O SR. CUNHA BUENO — Neste momento, quero, num preito de saudade, lembrar a figura do Deputado Matos Geles, do Estado de Sergipe, que apresentou, em 1955, projeto de lei de igual teor a este, votado neste instante, e que vamos votar com o veto. Aqueles que querem colocar as suas observações e defender o indefensável que se para falar inscrevam na tribuna. Falem e não tumultuem, como têm tumultuado a administração pública de São Paulo, lamentavelmente entregue ao des-governo de Franco Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, preciso de um minuto apenas para explicar que os motivos alegados há pouco

pelo nobre Deputado Bocayuva Cunha para explicar a ausência do Deputado JG de Araújo Jorge são os mesmos que eu poderia invocar neste instante para justificar a ausência do ilustre Senador Amaral Peixoto. Desejo apenas, Sr. Presidente, para não ficar sobre o Senado a responsabilidade de não haver **quorum** para a votação desse projeto e a rejeição desse veto, que fosse feita a votação para se verificar se há realmente número na Câmara e no Senado. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Líder Saturnino Braga.

O SR. SATURNINO BRAGA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tudo já foi dito, tudo já foi debatido, vamos ao voto, vamos derrubar o veto. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983 (nº 149/75, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências", tendo

Relatório, sob nº 14, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 18 de setembro próximo-passado, às 18 horas e 30 minutos, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Incluída em Ordem do Dia na sessão conjunta de 26 de setembro, às dezenove horas, a matéria deixou de ser votada por falta de **quorum**.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Peço a palavra pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. BONIFÁCIO ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidentete, pelo que estou verificando nas assertivas dos próprios Srs. Deputados não há número no Senado. Eu queria que V. Exª verificasse se há ou não número no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — vamos passar à votação na Câmara e em seguida passaremos ao Senado.

Vai-se proceder à votação eletrônica na Câmara dos Deputados.

Lembro ao Plenário que a presente votação refere-se ao projeto, e não ao veto presidencial. Os srs. Parlamentares que votarem sim estarão aprovando o projeto e, portanto, rejeitando o veto presidencial.

De Acordo com o art. 177 do Regimento Interno, a votação se fará pelo sistema eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, registrando no dispositivo próprio, frontal à sua bancada, seus números de identidade parlamentar.

O Sr. Freitas Nobre — Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a V. Exª a palavra para um aquestionamento de ordem.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, minha questão de or-

dem é para que V. Exª possa reafirmar realmente que o que se vota aqui não é o veto; é o projeto. Votando sim ao projeto, o veto estará rejeitado. Portanto, vamos votar sim, porque, votando sim, estaremos rejeitando o veto e aprovando o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados, inclusive aos Srs. Líderes, que mantenham o botão preto pressionado, até que a luz amarela indicativa se apague.

O Sr. Nelson Carneiro — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª esclarecesse que os Senadores não deverão votar nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Só os Srs. Deputados votarão nesta oportunidade. Os Srs. Senadores não votarão.

Os Srs. Deputados já pressionaram o botão? Já votaram? Todos os Srs. Deputados já votaram?

(*PROCEDE-SE À VOTAÇÃO*)

VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Líderes:

PDS — Nelson Marchezan, PMDB — Freitas Nobre
PDT — Brandão Monteiro PTB — Celso Peçanha PT — Aírton Soares.

Acre

José Mello — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos de Carli — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraná

Aluízio Campos — PMDB; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB.
Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Giulio Caruso — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Humberto Souto — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juares Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Milton Reis — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias Alves — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos Soares — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Paulo

Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS.

ABTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. DEPUTADOS

Espírito Santo

Nelson Aguiar — PMDB.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS.

VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS

Rio Grande do Norte

Jesse Freire — PDS.

Rio de Janeiro

Jorge Cury — PTB

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai proclamar o resultado da votação: Votaram sim: 206; abstenções: 02; não: 02; total: 210. Não houve **quorum** na Câmara.

A SRª CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, peço que V. Exª registre meu voto. Cristina Tavares, Pernambuco: sim.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sim: 207.

A SRª BETE MENDES — Sr. Presidente, peço que registre meu voto: sim.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não houve **quorum**. Nos termos do art. 55, § 1º, **in fine**, a Presidência convoca os Srs. Parlamentares...

O SR. GASTHONE RIGHI — Sr. Presidente, pela ordem. Houve erro flagrante no painel. Há número para aprovação.

O SR. CARLOS WILSON — Sr. Presidente, existe uma norma, na Câmara dos Deputados, segundo a qual primeiro votam os Líderes. Depois é que votam os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Vamos proceder novamente à votação, a pedido de V. Exª.

O Sr. Roberto Jefferson — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Líder do PTB em exercício quer justificar a ausência de seus dois companheiros, Francisco Studart e Celso Peçanha, que neste momento se encontram em missão oficial diplomática da Câmara no exterior. Mas, a bem da justiça, os Deputados Celso Peçanha e Francisco Studart, durante toda a tramitação do projeto no Congresso, estiveram presentes às sessões de votação. Infelizmente, nesta hora, contamos com a sua ausência. É triste o registro; assistimos a um companheiro, Deputado Federal, do alto da tribuna, na imitação do SNI, ser "dedo-duro", acusando companheiro ausentes.

Era o registro que o PTB tinha de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, registrando em dispositivo próprio frontal às suas bancadas, seus números de identidade parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados, inclusive os Líderes, que mantenham o botão preto pressionado, até que a luz amarela indicativa se apague. Todos os Srs. Deputados tenham a bondade de pressionar o botão preto.

Todos os Srs. Deputados já votaram?

(*PROCEDE-SE A VOTAÇÃO*)

VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS

Líderes:

PDS — Nelson Marchezan; PMDB — Freitas Nobre; PDT — Brandão Monteiro; PTB — Celso Peçanha; PT — Aírton Soares.

Acre

José Mello — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocência Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Baccelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Stêlio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alvaro Valle — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Dasso

Coimbra — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Giulio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Milton Reis — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freita Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Lev — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gears — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Hernes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.
VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS

Sergipe

Augusto Franco — PDS.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência vai proclamar o resultado:

Sim: 233; abstenção, não houve; não, 2. TOTAL 235. Não houve **quorum** na Câmara.

Nos termos do art. 55, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 20:45 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 42 e 43 e das Mensagens Presidenciais nºs 65 e 66, de 1984-CN.

O SR. MÁRCIO LACERDA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. MÁRCIO LACERDA (PMDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a registre o meu voto — sim — que não apareceu no painel.

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela ordem. Votei sim, e não foi consignado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Serão consignados os votos de V. Ex^{as} (Vários Srs. Deputados reclamam que seus votos não foram consignados no painel.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 40 minutos.)

Ata da 310ª Sessão Conjunta, em 3 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 20 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alécio Dias — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Randolpho Bitencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildácio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Julio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juru — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Ruben Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoio — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gears — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Marini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Oswaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS; Irineu Colato — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS, João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 337 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1984, que altera o art. 43 da Constituição Federal em seu inciso II; o art. 65 em seu parágrafo 2º e; o artigo 66 e seus parágrafos 1º, 4º e 5º, para permitir ao Congresso Nacional discutir e votar a Proposta do Orçamento Monetário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não há **quorum**. Todos os membros do Congresso Nacional estão se retirando em virtude do adiantado da hora e pelo tempo em que aqui já nos encontramos. Pedimos a V. Exª que transfira o objeto desta sessão para a próxima, de amanhã, porque ficaria mais de acordo com as atividades parlamentares, que hoje foram, aliás, como V. Exª é testemunha, bastante profícuas, exigindo muito esforço de todos os membros do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É evidente a falta de **quorum**, e o requerimento de V. Exª encontra agasalho no Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos.)

ATA DA COMISSÃO

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que “dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências”.

8ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 1984.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Lobo, Virgílio Távora, Marcondes Gadelha, Fábio Lucena e Deputados Djalma Bessa, José Jorge, Antônio Dias, Alvaro Valle e Freitas Nobre, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que “Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Marco Maciel, Roberto Campos, Carlos Chiarelli, Jutahy Magalhães, Severo Gomes, Pedro Simon, Henrique Santillo e Deputados Darcílio Ayres, Carlos Sant’Anna, Cristina Tavares, Ibsen Pinheiro, Odilon Salmoria e Brandão Monteiro.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado Freitas Nobre, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que logo após, é dada como aprovada.

O Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à realização de palestra pelo Doutor Luiz de Castro Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de

Computação; Diretor do RIO-DATA CENTRO; Membro da Subcomissão de Informática, Eletrônica e Comunicação do CNPq; Membro do Conselho Científico da Revista “Ciência Hoje” e Assessor da Companhia das Docas de Santos, convidando-o para tomar assento à Mesa.

Durante seu depoimento, o Doutor Luiz de Castro Martins analisa a matéria, enfatizando sua importância na modernização dos meios de produção, da administração, da estratégia militar, da educação, da saúde e da ciência. Aborda, também, a reserva de mercado, pois, ela permite o exercício da comercialização, do desenvolvimento tecnológico e da pesquisa, defendendo o mercado de informática nacional e a necessidade da presença de associações especializadas nacionais, na composição da Comissão Nacional de Informática.

No período das interpelações, usam da palavra os Senhores Senadores João Lobo, Marcondes Gadelha e Deputados José Jorge, Antônio Dias e, finalmente o Relator, Senhor Senador Virgílio Távora.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates.

ANEXO À ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 10, DE 1984-CN, QUE “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1984, ÀS 9 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO FREITAS NOBRE.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Vamos dar início aos nossos trabalhos.

O primeiro Depoente não pôde estar presente, por estar de partida para a Argélia, e justificou-se, dada à missão que tinha, já com data determinada.

Vamos ouvir hoje o Dr. Luiz de Castro Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de Computação, Diretor do RIO-DATA CENTRO, da PUC/RJ, Membro da Subcomissão de Informática, Eletrônica e Comunicação do CNPq, Membro do Conselho Científico da Revista **Ciência Hoje**, Assessor da Diretoria da Cia. das Docas de Santos.

Após a palavra de S. Sª, realizaremos os debates em torno da matéria que será o objeto desta exposição.

Agradecemos a sua presença, a oportunidade de conhecer a sua experiência e a honra de tê-lo aqui, hoje, como um dos Depoentes desta Comissão.

Com a palavra o Dr. Luiz de Castro Martins.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Exmº Sr. Deputado Freitas Nobre, digno Presidente da Comissão Mista do Projeto de Informática, Exmº Senador Virgílio Távora, digno Relator desta Comissão, Exmºs Senadores e Deputados componentes da mesma, Senhoras e Senhores.

Com muita honra agradeço o convite para externar os pontos de vista da Sociedade Brasileira de Computação nesta augusta Comissão. A Sociedade que presido nasceu da associação de cientistas e profissionais movidos pelo interesse comum de defender e trabalhar pelo desen-

volvimento tecnológico nacional na área de informática, inconformados com as poucas oportunidades de trabalhos criativos que esta atividade, no Brasil, ensejava aos profissionais formados em nossas universidades e aos destinos que tinham nossos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento. Todo o esforço de preparação de recursos humanos na área de informática servia para que fossem trabalhar na força de vendas das multinacionais ou nas equipes de usuários, capacitando-se apenas a adquirir os computadores destas mesmas multinacionais. Todo o esforço de pesquisa destinava-se às prateleiras ou à publicação em periódicos no exterior. Muita coisa mudou nesta luta e venho aqui trazer a colaboração de uma sociedade que alinha virtualmente todos os doutores especializados em sistemas de computação e boa parcela daqueles que trabalham em prol de uma tecnologia nacional de informática. A oportunidade de uma legislação brasileira é inquestionável, diante de um mundo que se informatiza e que apresenta um grotesco contraste entre sofisticadíssimos instrumentos produzidos pela tecnologia e enormes bolsões de populações de miseráveis, para os quais toda esta modernização não significa absolutamente nada, porque dela não recebem nenhum proveito, já que não são sequer considerados pelos idealizadores de tais instrumentos.

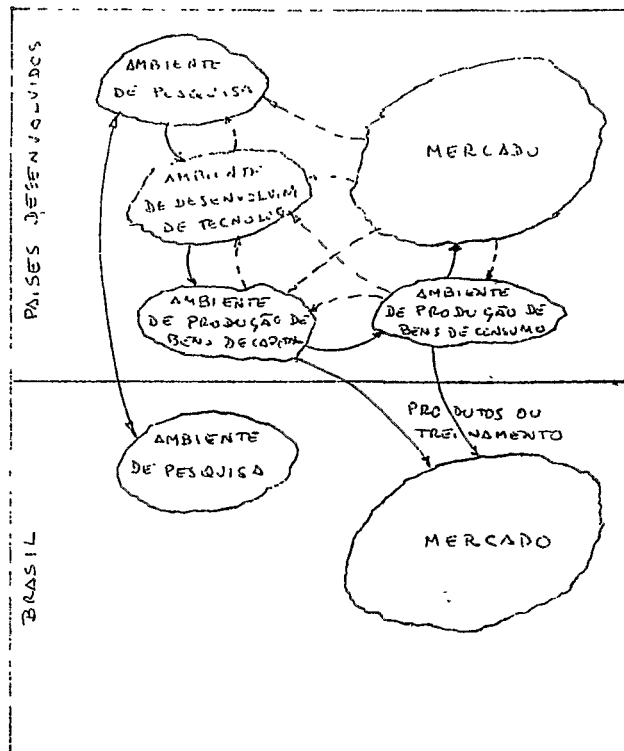
Sr. Presidente, a chamada Informatização da Sociedade conceitua-se a partir da importância que a informação automatizada passou a ter nos dias de hoje, não só ao nível dos indivíduos, mas, também, ao nível da modernização dos meios de produção, da administração, da estratégia militar, da educação, da saúde e da ciência, de uma maneira geral. A informação, portanto, valorizou-se e passou a ser um fortíssimo instrumento de poder. A proteção das informações de um país e a capacidade de tratá-las, passou a caracterizar o “poder de uma nação”, diante da extrema e crescente mobilidade daquelas. E o “poder de uma nação” tem que ser exclusivamente comprometido com sua sociedade.

Penso que uma legislação sobre a Informática deve ter por objeto a informação e os meios de seu tratamento automático e por objetivo, sobretudo, o bem-estar social.

Penso, portanto, que uma legislação para a Informática nacional deve espelhar preocupações, a nível das consequências de sua utilização, no desenvolvimento de uma sociedade brasileira capacitada a determinar seus próprios caminhos. Qualquer sociedade, e particularmente a nossa, deve ser autônoma, não necessariamente auto-suficiente. A chave dessa autonomia caracteriza-se pelo vigor de uma cultura própria, cujos elementos básicos devem ser exercitados autonomamente. Esta cultura expressa-se tanto pela língua e manifestações artísticas, quanto pela técnica. Num setor de alta tecnologia, as influências das soluções dos países avançados são muito fortes sobre os países “atrasados” e o apelo da modernização é muito atraente para as camadas mais privilegiadas dessas sociedades. A capacidade de tomar decisões autônomas é gerada pelo exercício de atividades para conquistar competência, com o objetivo de encontrar soluções próprias e reduzir o grau das mencionadas influências. Esta competência, no caso da Informática, deve estar baseada em conhecimento técnico abalizado e respaldada numa conscientização política profundamente voltada para o homem.

Mas o que vem a ser esta autonomia e como ela vem se caracterizando em países como o Brasil?

Vamos analisar a Figura 1, que ilustra o que se passava no setor de Informática na década de 60, quando éramos totalmente dependentes nesta área.



Este modelo simplificado apresenta, em sua parte superior, a representação de um país desenvolvido com seus ambientes de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção de bens de capital, produção de bens de consumo e o mercado. As linhas cheias indicam o fluxo dos resultados de cada ambiente, e as pontilhadas, suas realimentações, ou seja, demandas.

Temos transferências do ambiente de pesquisa para o ambiente de desenvolvimento tecnológico, e deste ambiente de desenvolvimento tecnológico para os ambientes de produção de bens de capital e produção de bens de consumo. Obviamente, tanto o ambiente de pesquisa quanto o ambiente de desenvolvimento tecnológico podem estar, em um país-avançado, dentro de uma univer-

sidade, ou em um instituto de pesquisa, como podem estar dentro de uma empresa de alta capacidade de capital. Existem resultados que são transferidos de um para outro ambiente, sendo que os bens de produção de capital transferem equipamentos para a produção de bens de consumo, e a produção de bens de consumo transfere produtos ao mercado.

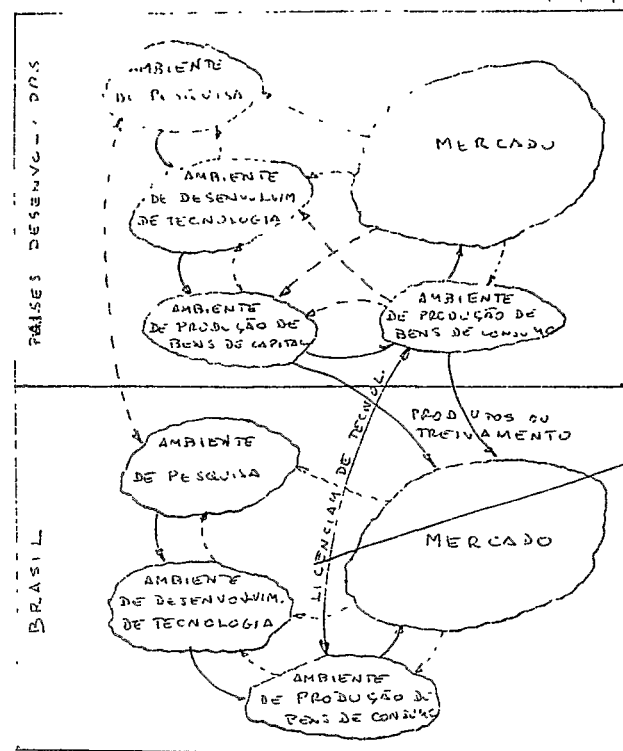
Como o mercado compõe-se de consumidores, ele caracteriza a própria sociedade e este modelo espelha, no fundo, uma harmoniosa interação entre os componentes do modelo, refletindo o desenvolvimento tecnológico a serviço de uma cultura, por estar nela inserido.

Obviamente, também todas as pessoas que fazem parte de qualquer desses ambientes que estão fora do mercado, também fazem parte do mercado, estão dentro da sociedade.

A parte inferior, como foi mencionado, espelha a nossa situação na década de 60 — desenvolvi este modelo para esta área de informática, de alta tecnologia, mas tenho a impressão de que ele vale para muitas outras. Vemos o mercado, ou seja, a sociedade recebendo os produtos de bem de capital e de bem de consumo de informática, e simplesmente treinamento para utilizá-los, nada mais do que treinamento.

Através destes produtos impõe-se à sociedade brasileira hábitos e objetos cuja finalidade destina-se a outra cultura, aculturando-nos. Por outro lado, nosso ambiente de pesquisa, fazendo eco com esta situação, está totalmente voltado para os ambientes culturais estrangeiros. Não se estabelece um casamento entre a sociedade brasileira e sua capacidade criativa.

Com a reserva de mercado, conforme ilustrado no corte do mercado da Figura 2, reservando a faixa de micros e minis para as indústrias nacionais, estimulou-se a criação de um ambiente de produção, através do licenciamento de tecnologia, permitindo-se que as multinacionais continuassem ocupando o segmento dos computadores de médio e grande porte.



Começou-se a exercitar o mercado e receber dele realimentações (demandas); o ambiente de produção, por sua vez, começou a demandar competência aos ambientes de desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, fazendo com

que estes ambientes alimentassem o de produção não só com o resultado de seu trabalho, mas, e principalmente, fornecendo recursos humanos especialmente preparados.

No momento em que se identifica uma demanda por competência, as universidades passam a estar aptas a responder a essa demanda por competência, preparando pessoal especializado para essa atividade, os currículos

estão sendo continuamente alterados nas universidades. O mesmo não ocorre, por exemplo, em outro modelo que temos paralelo, o da indústria automobilística, onde até hoje não se sabe exatamente como preparar um engenheiro para essa indústria. Preparam-se engenheiros-mecânicos, mas, para aquela indústria tão importante, não se preparam adequadamente essas pessoas. Na área de informática, já existe esta possibilidade. Por quê? Porque começa a fazer parte da nossa cultura — a inserção da universidade voltada para as necessidades do País.

Os vínculos entre nosso ambiente de pesquisa e o estrangeiro passaram a ter suas influências filtradas, assim como também foram filtradas as influências dos licenciamentos de tecnologia. Este filtro é caracterizado por relacionamento mais consequente e competente do nosso setor acadêmico com o exterior.

Este é outro ponto importante, porque, a partir do momento em que começamos a exercitar a nossa tecnologia, a exercitar a nossa pesquisa, passamos a ter maior objetividade. Portanto, somos mais consequentes e mais capazes de discutir com o ambiente de pesquisa no exterior. Quando me refiro à filtragem, não estou querendo referir-me a barreiras. Pelo contrário, estou querendo referir-me a que esses filtros enriquecem muito mais nosso ambiente de pesquisa e de desenvolvimento.

O grande número da reserva de mercado reside no fato de que ela permitiu o exercício da comercialização, do desenvolvimento tecnológico e da pesquisa. O domínio de qualquer atividade só se faz através de seu exercício. Exercitando, caminharemos para um modelo brasileiro que compatibilize nossa cultura com nossa tecnologia, uma vez que, sendo a tecnologia a capacidade de desenvolver técnicas e habilidades que permitam a produção de bens para a sociedade a partir de percepções e concepções do conhecimento humano, a nossa tecnologia deverá ser impregnada de nossa cultura para melhor atender a nossos anseios e identidade como nação. E somente nós poderemos fazê-lo.

Por isso, Sr. Presidente, penso que, com determinação política, deve-se preservar o mercado de informática nacional, criando-se condições para que nossas decisões sejam autônomas, ao fixar instrumentos que permitam vencer o enorme protecionismo econômico e tecnológico com que as subsidiárias das multinacionais são tratadas por suas matrizes. Com determinação política deve-se preservar a sociedade brasileira com base no exercício da reflexão sobre os efeitos da informática na sociedade, envolvendo especialistas de outras áreas de estudo, como, por exemplo, educadores, sociólogos, médicos, advogados, entre outros.

Incomoda-me muito, e há muito tempo, que toda essa discussão de informática venha sendo tratada ou travada apenas por especialistas de informática. O grande alento que tivemos, de um tempo para cá, é que o Congresso Nacional começou a tomar a si esta responsabilidade também. No entanto, durante muito tempo ficamos só os especialistas tratando deste assunto.

Como temos familiares que não trabalham na informática, filhos, parentes e amigos que provavelmente não irão trabalhar em informática, sabemos dos efeitos da informática sobre a sociedade, somos sensíveis e começamos a discutir este problema quase que por um efeito genético, quase que de preservação dos próprios interesses familiares. A rigor, num dado momento, os interesses profissionais serão maiores, e os especialistas irão recuar nesta discussão.

Então, me parece muito importante essa participação de outros setores da sociedade, outras estruturas mentais para tratar deste assunto.

Em nenhuma hipótese devem prevalecer argumentos de produtividade ou de inexorável modernização, sem que estejam associados ao bem-estar da maior parcela da sociedade e não apenas de uma elite.

É muito comum copiarmos dispositivos e aparelhos muito interessantes que atendem a uma elite e, às vezes,

isso consome recursos enormes, que necessariamente seja de interesse da sociedade.

Não há, Sr. Presidente, qualquer traço de emotividade nesta discussão, como alguns querem fazer crer, através de noticiário em nossos periódicos. Virou moda dizer-se que a discussão está emotiva.

Temos, de um lado, aqueles que acreditam que o livre mercado de informática seria capaz de solucionar nossos problemas de eficiência administrativa e que tal modelo faria o País progredir enormemente. Não apresentam, contudo, um estudo consubstanciado de como isto poderia vir a ocorrer em nosso País, para que possamos analisar seus argumentos.

Essas comparações com o PIB e outros índices têm levado a coisas do tipo modelo brasileiro, o grande Brasil, milagre brasileiro, que — já vimos — fracassaram. Não devemos simplesmente aceitar índices como argumentos. Devemos aceitar estudos como argumentos, e analisar esses estudos.

Sem isto, resta-nos buscar entender por que as multinacionais e seus países de origem pressionam e por que a maior parte dos especialistas defende a reserva de mercado.

Os especialistas, aí incluídas as empresas do ramo, desejam ter o privilégio de um trabalho criativo que leve o País a uma autonomia tecnológica. Já as multinacionais estão ávidas de penetrar no mercado de micros, pois estimativas internacionais dão conta de que, em virtude da evolução tecnológica, já em 1987, o mercado mundial será ocupado por sistemas grandes (tecnologias individualizadas) e sistemas pequenos (**chips** padronizados) na proporção de 60% para 40%, respectivamente. **Chips** padronizados é o que se utiliza hoje nos microcomputadores.

Tendo exposto minhas considerações gerais, Sr. Presidente, tecerei, ao encerrar minha participação, alguns comentários sobre o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo.

Saliento, inicialmente, que o texto não dedica a devida atenção à pesquisa no setor, quando deveria prever estímulos substanciais, através de um fundo específico. Nem menciona, como instrumento de informática e como atividade de informática, a pesquisa como algo importante, no texto de lei do Executivo.

A reserva de mercado não está preservada no art. 8º, pois em todo o texto do projeto existem referências à empresa nacional, e neste artigo a referência se dirige a indústrias nacionais do setor estabelecidas no País. O prazo desta proteção deve ser estabelecido pelo tempo de maturação de nosso modelo, e não por tempo calendário.

O projeto, que impõe exigências de **performance** às empresas nacionais, é omissivo no que diz respeito à atuação das multinacionais no País, pois não exige metas de exportação e não estabelece comportamento mínimo de saldo de divisas, por exemplo.

Quanto à definição de empresa nacional, julgo que mais apropriado seria privilegiar o capital 100% nacional.

Sei que existem algumas dificuldades, porque determinadas sociedades de capital aberto podem não ter essa característica. Estou-me referindo aqui é que, toda vez que houver uma empresa de capital 100% nacional, competente, esta deve ser privilegiada, coerente com o esforço de se dar proteção ao investidor nacional.

Seria desejável a criação de um Conselho Nacional de Informática, assessorando diretamente o Presidente da República, desde que se pudesse ter o mesmo poder e vontade demonstrados pelo Conselho de Segurança Nacional na condução do assunto até o momento.

A Comissão Nacional de Informática, em sua composição, não garante a presença de todas as associações especializadas nacionais. O que acho mais grave, até abria mão dessa história de os especialistas estarem sempre

participando. O mais grave é que não fica muito clara uma forte participação de intérpretes dos interesses da nossa sociedade em sua composição. Fala apenas de cinco membros da sociedade civil, e entre estes estarão as associações de classe e algumas figuras de notório saber. Gostaria de ver isto muito mais enriquecido desse lado da balança, do lado social, porque a informática tem que ter um cuidado muito mais social e de auscultação contínua do que há, na realidade, hoje em dia.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Professor Luiz de Castro Martins, poderia V. Exª deter-se mais neste assunto e dar sua sugestão pessoal? Quais os membros?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Imagino que o projeto do Senador Carlos Chiarelli, mencionando a ABI, mencionando o DIEESE, mencionando a Ordem dos Advogados do Brasil, já caminha neste sentido, de haver outros tipos de interesse que estão voltados para interpretar necessidades sociais.

O SR. JOSÉ JORGE — Gostaria de dar um aparte.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Pois não.

O SR. JOSÉ JORGE — Sobre esse problema da amplitude do Conselho, evidentemente não necessitará de ser tão geral, desta forma como V. Exª, Professor Luiz Martins, está defendendo, tendo em vista, principalmente, que caberá ao Congresso Nacional fazer essa representatividade que V. Exª está citando. Esse Conselho me parece um Conselho Executivo, no sentido da implementação de uma lei. Então, esses Conselhos que aqui no Brasil se pretendeu criar, ou se pretende, ou Comissões, como o Conselho Monetário Nacional e outros, a tendência histórica desses Conselhos é cada vez ir retirando poderes do Poder Legislativo.

Então, essa representatividade social, essa representatividade mais ampla deveria ser realizada pelo Poder Legislativo. Essa questão seria debatida quando fosse periodicamente aprovado pelo Poder Legislativo o Plano Nacional de Informática. Portanto, é muito mais importante do que termos num Conselho representantes de todos os segmentos da sociedade civil, que sabemos é impossível, a não ser que fosse um superconselho, é mais importante que o Plano Nacional de Informática seja aprovado pelo Congresso Nacional, porque aí, nesse momento, as preocupações que V. Sª está levantando, que entendo corretas, essas preocupações poderiam ser fixadas nesse Plano Nacional de Informática. Esta, a minha sugestão.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Nobre Deputado José Jorge, V. Exª me aparteu exatamente dizendo o que eu iria dizer. Tendo conhecimento de que há um movimento de que os planos sejam trazidos ao Congresso, então, isso aí, sim, de fato, é maneira mais adequada de se tratar do assunto.

Concordo também que devemos sempre imaginar que o Executivo tenha que ter delegações de um órgão executivo. Nós temos que dar delegações aos órgãos do Executivo, como as damos a vários órgãos do País.

Concordo com V. Exª mencionar a seguir que, tendo conhecimento de que haveria um movimento de que planos de informática fossem trazidos ao Congresso, para mim seria mais do que suficiente. A composição dessa Comissão seria, para mim, pouco relevante, desde que se possa ter esses dispositivos.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Permita-me.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Pois não.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Já que linha protocolar foi quebrada para os debates futuros, salientarei só, dentro dessa assertiva do Professor Luiz de Castro Martins da composição dos membros, inclusive foi pedida pelo ilustre Relator uma fala mais segura sobre ela. Pergunto ao Professor: não seria preferível, em vez de se colocar

essas associações como a OAB, ou ABI, não seria melhor à componência desse Conselho por empresas ou de organismos que decididamente defendem a informática dentro do Conselho, que entendem perfeitamente da questão, ao contrário de uma OAB ou de ABI?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Este o ponto que estava mencionando, a tentativa de trazer para cá a figura de um modelo, de mostrar que a informática tem que estar inserida. A tecnologia, no fundo, é cultura. Cultura é língua, expressões escritas ou faladas; cultura é arte; cultura também é técnica, é outra forma de expressão do que se pode produzir voltado para uma necessidade de um país.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Por exemplo, a sociedade brasileira...

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Neste sentido, deixar os destinos da informática simplesmente a especialistas, pode até, no momento atual, ser algo que se possa levar, porque existe certa sensibilidade para os problemas da sociedade da parte de pessoas que têm outras relações, as relações familiares, e que sentem os impactos muito mais de perto, porque vivem e vêem o que está acontecendo no desenvolvimento tecnológico, sentem muito mais de perto os impactos que seus familiares terão e que não têm nada a ver com a informática. Por exemplo, tenho três filhos: um está fazendo educação física; outro letras; o terceiro artes; e minha mulher é professora. Então, me toca diretamente esse problema. Tenho uma sensibilidade para ele. Em dado momento, quando começarem a ser cercados nos seus desejos, nas suas atuações, as sociedades vão tentar trazer o proveito para o seu lado. Por isso, é perigoso que essa coisa fique só destinada aos especialistas. Todos podem opinar sobre o que acontece quando se moderniza o sistema bancário, quando se modernizam os escritórios, as fábricas, os correios. Estou de pleno acordo com o Deputado José Jorge, de que passa a ser pouco relevante a composição da Comissão, desde que o Congresso, de fato, possa exercer esse poder de apreciar planos e de controlá-los.

Finalmente consideramos desnecessária no texto da lei, a não ser para casos especiais, como a microeletrônica, quantidade tão grande de subsídios para uma área que vem florescendo apenas com a proteção de mercado. A proteção de mercado já mostrou que pode trazer grandes benefícios para esta área.

São estas, Sr. Presidente, as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Vamos iniciar os debates.

Com a palavra o nobre Deputado José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE — Dr. Luiz de Castro Martins, gostaria de ter a opinião de V. Ex^a sobre o problema do desenvolvimento da microeletrônica no País.

Todos sabemos — e V. S^a certamente mais de que nós que — o desenvolvimento da indústria de computadores se transformará, pouco a pouco, no desenvolvimento da indústria eletrônica, no desenvolvimento de **software**. O restante serão meras linhas de montagem, equivalente à linha de montagem de eletrodomésticos que existe hoje.

Então, para realmente adquirir tecnologia nesta área, teremos que nos especializar ou procurar investir na área de microeletrônica, certamente a área dos maiores investimentos, de retornos mais demorados, de tecnologias mais complexas.

Ontem ouvimos aqui dois representantes da indústria, o Dr. Firmino Freitas, da ABINEE, e o Dr. Jones Santos Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Todos os dois foram unânimes em expressar que a indústria microeletrônica no País não teria muitos fatores positivos para o seu desenvolvimento, principalmente devido à complexidade tecnológica em que a mesma está envolvida.

O Dr. Firmino Freitas, da ABINEE, levantou a hipótese — e esta que gostaria V. S^a discutisse — que o Brasil não teria economia de escala nem mercado para desenvolver uma indústria de microeletrônica baseada em **chips** padronizados. Poderia, no máximo, desenvolver uma indústria de microeletrônica baseada em **chips** especiais, projetados um a um. Pela seguinte razão esses **chips** padronizados já são produzidos por empresas internacionais, em grande escala, a preços baixíssimos hoje no mercado internacional, e decrescentes. De tal forma, teríamos que partir para essa indústria, inclusive mais sofisticada, quase artesanal do **chips** especial.

Qual a opinião de V. S^a sobre este tema?, concorda ou discorda V. Ex^a desta tese?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Acontece com a microeletrônica, na realidade, também o que está acontecendo atualmente com a divisão de trabalho na microeletrônica. Neste momento, inclusive, gostaria já de declarar que não vejo como o País ficaria atrasado tecnologicamente, uma vez que até aqui o que temos produzido são os projetos da microinformática, projetos da microinformática que usam componentes padronizados, como foi mencionado. Hoje em dia já existe a capacidade de se fazer os **chips** especializados. Caracterizam-se atualmente nos Estados Unidos três tipos de instituições, de empresas: uma a que faz o projeto da empresa — são as nossas empresas que fazem projetos, fazem os seus micros.

O SR. JOSÉ JORGE — Baseados nos **chips** padronizados.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Os **chips** padronizados. Se quiser fazer um micro não padronizado, pode fazê-lo. Por exemplo, a ITAUCOM já fez um projeto, a Universidade Federal do Rio de Janeiro já fez um projeto; uma segunda fase, onde já existem empresas especializadas para fabricar as tais máscaras que vão produzir os **chips**. Uma vez se tendo o projeto, o projeto é o modelo, vou imaginar como fotógrafo aquele modelo. Então, a máscara é a fotografia do modelo, a terceira fase, o processo físico-químico, o processo de fato da criação do **chip**, daquele **chip** especializado. Já existem cerca de 100 empresas nos Estados Unidos que fazem esse tipo de operação.

Responderei à pergunta dizendo: temos que caminhar para a microeletrônica. Se teremos mercado para **chips** padronizados ou para **chips** especializados, é uma coisa que, de fato, desconheço. Não acompanha essa evolução de mercado como está ocorrendo. Imagino tenhamos, pois há tantos reclamos, que não podemos deixar a importação livre, porque vamos ficar atrasadíssimos nas exportações de nossos automóveis, ou que os nossos automóveis vão ficar atrasados, que as nossas máquinas de lavar-roupa serão atrasadas, que os nossos televisores serão atrasados. Imagino que a população desses produtos que temos no Brasil e com essa capacidade de venda, podemos até produzir os **chips** padronizados ou especializados, dependendo do caso.

De qualquer maneira temos que iniciar uma atividade de microeletrônica, para que entendamos essa atividade, para que dominemos essa atividade, para que tenhamos autonomia. Se virmos a ter mercado para **chip** padronizado ou para **chip** especializado, é algo que a própria evolução dirá.

Não ousaria afirmar a V. Ex^a que temos mercado para **chip** padronizado. De fato, o **chip** padronizado exige uma escala muito grande. Não resta a menor dúvida.

O SR. JOSÉ JORGE — Outra observação sobre a definição de informática que consta do art. 3º do projeto do Governo.

Alguns setores representativos da sociedade, principalmente da área industrial, da área do Ministério das Comunicações, têm defendido a teoria de que essa definição de informática dada pelo art. 3º do projeto do Go-

verno é uma definição, de tal forma, ampla que colocaria toda a indústria nacional subordinada ao setor de informática, e defendem uma definição de informática mais restrita à área de computadores, conforme foi apresentada em diversas emendas, inclusive pelo Deputado Israel Pinheiro, nosso colega.

Então, eu gostaria de saber de V. S^a — primeiro — se concorda com essa definição ampla que está no projeto; segundo, se V. S^a vê algum inconveniente em uma definição mais restrita que permita que diversos setores da sociedade que usarão microeletrônica, mas não como finalidade, fundamental não como produto final, trabalhar independentes dessa orientação geral que é comandada pela SEI. Qual a sua opinião sobre este ponto, que considero dos mais polêmicos do projeto?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Tentei, exatamente na minha apresentação, tocar neste assunto, só que não explicitamente.

Quando falo que considero que a lei deve ter por objetivo a informação e as maneiras de tratá-las e por objetivo o bem-estar social, o que estou dizendo é que informação é poder e, sendo poder, deve ter um alto grau de dedicação. Ela transcende a qualquer interesse de poder entre Ministério e SEI, seja o que for. Daqui para diante deveríamos tratar de uma lei que transcendesse a problemas específicos de parcelas de interesses. Na realidade, gostaria de ver, por exemplo, uma Secretaria tão forte para meio ambiente. Quantas barbaridades não se cometem com o nosso meio ambiente, e não acontece nada. Não há um controle rigoroso dessas barbaridades que são cometidas contra a nossa integridade física, a integridade física do nosso País.

A informação tem esse nível de sensibilidade. Se não tivermos cuidado e controle sobre todos os meios e níveis de informação, de decisões dentro do País, e decisões supra-interesses, supraministeriais, supra seja o que for, estaremos comprometendo a nossa saúde, a saúde mental da nossa sociedade, até mesmo a nossa liberdade.

Então, para mim não existe esse interesse dos Ministérios a, b, ou c, existe o interesse de tratar como objeto a informação e seus meios de tratamento, e a sociedade como o objetivo maior.

O SR. JOSÉ JORGE — O problema existe — desculpe-me a interrupção — o problema existe, independente dos interesses de Ministérios. O problema existe na opção de escolha, na escolha que temos que fazer entre uma solução mais ou menos centralizadora, mais ou menos controlada. Esta é que é a opção. Não depende de Ministério a, b, ou c. Temos que saber o seguinte: por exemplo, o empresário que quer fabricar uma boneca que chora, e portanto depende da importação de um **chip** que não fabricamos. Este é um problema de informática ou não é um problema de informática? Esta amplitude que se quer dar, ou não se quer dar, ao conceito de informática, consequentemente aos poderes de decisão de determinada instituição que cuida de informática, que deve ser discutida. Sobre isto é que temos que decidir. É uma decisão política. Não sei se me estou fazendo entender. Independe de Ministérios.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Naturalmente, uma decisão se a boneca que chora e tem que ter um **chip** e se esse **chip** não deve ser importado, este não deve ser importado. Se há uma decisão, uma vontade nacional de que isso é uma coisa muito supérflua e que vai trazer problemas de divisas para o País, não vejo por que importá-la.

Já hoje, na nossa Política de Informática e na própria atuação da SEI, não há esse fechamento tão rigoroso como se diz toda vez que há um caso especial, este é tratado e a SEI abre a exceção. Os planos e o Congresso é que ditariam os limites dessa atuação e dessa força que deveria ter esse órgão, que deve ser um órgão forte e comandado pela sociedade. Não entro nessa discussão se devemos ter ou não o Ministério a, b, ou c, atendido.

Outro dia mesmo, vi na televisão o presidente da Volkswagen candidamente falar que essa coisa de que tanto se fala, que os automóveis vão ficar tão defasados, porque não temos a possibilidade de usar microeletrônica, e, de repente, ele declarou que aquilo vai custar 8 milhões a mais num automóvel. Então, que história é esta?! Isso é uma coisa importante?! É fundamental?! Talvez o problema interessasse mais ser discutido do ponto de vista; não deveriam ter um carro muito mais econômico?! No entanto, temos esta...

O SR. JOSÉ JORGE — Sim, mas qual o espaço para se discutir? É uma comissão de Informática? Esta, a discussão.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — É uma Comissão de Informática, orientada pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Continua o debate.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Dias.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Professor Luiz de Castro Martins, indago a V. S^a: Não obstante já termos desenvolvido uma boa técnica, não obstante já ter o Brasil cientistas e técnicos que produziram alguma coisa excelente, qual a razão do nosso atraso? É efetivamente a não-reserva de mercado ou efetivamente o não-incentivo, a falta de recursos para a pesquisa e para o desenvolvimento tecnológico?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — A que V. Ex^a se refere quando fala em atraso? Atraso em quê? Nossos equipamentos são atrasados?

O SR. ANTÔNIO DIAS — Atraso que falo é a não-condição — e efetivamente já ouvimos aqui, na Comissão — que teríamos para concorrer com uma IBM, por exemplo.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Estamos atuando numa área de microempresa, a área da microinformática. A IBM atua numa área de computadores de grande porte.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Mas, já querem atuar...

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Tipicamente as empresas, mesmo nos Estados Unidos, que atuam na área de microinformática são pequenas. As empresas pequenas tiveram enorme sucesso a partir de suas elaborações, como, por exemplo, o caso da Apple, como o caso da empresa que fez o *soft visicalc*. A própria INTEL nasceu do trabalho de quatro engenheiros. Hoje são poderosas empresas. A IBM, por exemplo, com toda essa capacidade de colocar recursos para pesquisa, como se menciona comumente, a IBM foi produzir esse microcomputador adquirindo *chip* que não era dela, "soft" que não era dela. Estamos falando de dois níveis de empresas, de dois níveis de capacidade de empresas. Evidentemente não temos esta capacidade de produzir computadores de grande porte e muito dificilmente a teremos no futuro, quer dizer, num futuro assim visível. Por outro lado, temos a evolução de microcomputadores que vão galgando este porte mais elevado do que o de hoje. A própria Universidade Federal do Rio de Janeiro, informou-me antedontem um colega que trabalha lá, acaba de testar um microcomputador, que produziram de 32 "bits". As empresas nacionais estão fazendo projetos de microcomputadores de 32 "bits". Ainda usam os circuitos integrados, padronizados, adquiridos no exterior, não resta a menor dúvida. Disto somos dependentes. A evolução tecnológica da microeletrônica — vejamos bem — está vulgarizando essas coisas. Por quê? Porque de repente aparecem três níveis de empresas que querem atuar no mercado. Então, essas empresas, na realidade, estão atuando no mercado de microeletrônica, independentemente se a IBM se interessa que elas deveriam ou não atuar, para manter o seu mercado no exte-

rior ou não. Elas estão atuando, estão vendendo esses serviços para quem quiser. No Japão certamente encontrar-se-ão empresas que nos podem atender.

Não creio exista esse atraso. Nossos projetos estão sendo realizados com os mesmos componentes dos projetos de empresas americanas. Temos sofrido dificuldades de fornecimento, como as empresas americanas os têm sofrido, dado esse grande volume de pedidos com que, de repente, as empresas produtoras de "chips" se viram às voltas. A microinformática, às vezes, é feita por *hobby*. É um projeto de microinformática, e passará a ser, cada vez mais, uma coisa mais simples do que um projeto de uma televisão ou de um rádio, por exemplo.

O SR. ANTÔNIO DIAS — A minha indagação: É mais importante a reserva de mercado ou é mais importante deixar de ser reserva de mercado e dar-se mais incentivos? Por exemplo, teríamos condições de, sem reserva de mercado e o maior número de recursos para nossas empresas, dinheiro que não faltasse às universidades para pesquisas, com mais dinheiro, com bastante apoio do Governo às empresas nacionais, teríamos condições de concorrência?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Eu optaria pela reserva de mercado, por uma razão muito simples. A reserva de mercado atraiu o grupo IOCHPE, o grupo Docas, o Grupo BRADESCO, e o grupo Itaú, METAL LEVE, SHARP, muitos grupos fortes, de um lado, e floresceram. As empresas floresceram, e isto tem o quê? Tem 7 anos, é de 1977 para cá. Temos hoje 140 empresas. Por outro lado, pequenas empresas, os *pin off* das universidades, como, por exemplo, a SCOPUS a MICROLAB, a Dijioponto, pequenas empresas nasceram e floresceram e são empresas fortes hoje, porque houve a reserva de mercado. A situação antes de 1977 era totalmente diversa, nós não conseguimos penetrar em coisa alguma. Mas que a universidade está precisando de recurso está, não há a menor dúvida. Um dos trabalhos da Sociedade Brasileira de Computação (inclusive, está marcada uma reunião dessa subcomissão da qual eu participo, do CNPq) visa reunirmo-nos, como já nos reunimos duas vezes e selecionarmos as áreas de interesse para o País, para que ele se antecipe tecnologicamente, para que as universidades possam preparar o homem que vai para o mercado de trabalho daqui a quatro ou cinco anos. Quer dizer, a universidade não pode ficar atuando como uma empresa de consultoria, atendendo à necessidade imediata do mercado. Nessa tentativa de nos anteciparmos, selecionamos dez áreas que seriam as áreas importantes para essa antecipação tecnológica. Existem pessoas que estão apresentando projetos, estamos fazendo isso de uma forma coordenada. O que nós vamos fazer, é partir para fazer *lobby*, porque o cientista não faz *lobby*, ele fica simplesmente esperando que o dinheiro chegue a ele. Acho que o papel da sociedade que eu represento é fazer o *lobby*, ir procurar esses recursos.

Só para V. Ex^a ter uma idéia, para atender 51 projetos — excluindo os projetos que já estão em andamento nas universidades em dois anos necessitamos de recurso da ordem de 20 bilhões de cruzeiros, valor de maio, o que não é nada. Não estamos falando de grandes somas de recursos, de somas fabulosas.

Neste plano, existem dois projetos de computadores de grande porte: um da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e outro, da USP, Universidade de São Paulo. De fato a universidade está precisando de uma atenção, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico, que é o principal fundo de fornecimento de recursos para pesquisa caiu de 1,1%, com relação ao Orçamento da União de 1975, para 0,6% em 1980, e, para menos do que 0,2% em 1984. Isso é duro! Aí contamos com o Congresso Nacional para brigar por isso, não é só para a área de informática, acho que existem outras áreas que estão começando a ficar muito carentes, como a biotecnologia, por exemplo, que devíamos olhar com carinho. Estamos brigando pela nossa informática, daqui a pouco estaremos brigando pela nossa genética.

O SR. ANTONIO DIAS — Professor, ainda dentro daquela análise que V. S^a fez que eu julguei muito bem feita sobre as restrições do projeto. Na segunda parte do seu trabalho, V. S^a fala que o projeto não menciona estímulos à pesquisa.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Nem atenção.

O SR. ANTONIO DIAS — Exatamente, é o que nós sentimos, e o próprio Relator já falamos sobre isso, está muito bem informado.

Quais seriam esses estímulos? Especificamente, V. Ex^a poderia dizer para nós?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Eu participei de algumas discussões, com o grupo de que participam a Deputada Cristina Tavares e Senador Severo Gomes, onde se imaginou alguma coisa do tipo estímulo de um fundo que fosse gerido pelo CNPq, a partir do estímulo a abatimentos do Imposto de Renda. Não sei se seria pouco, teríamos que analisar isso. Teria que ser analisado por quem tenha essa capacidade técnica de entender toda a problemática tributária nacional, e como é que se reage a esses estímulos.

O SR. JOSÉ JORGE — No projeto é previsto 1% do Imposto de Renda.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Ele é 1% de empresas interessadas.

O SR. JOSÉ JORGE — Foram apresentadas emendas no sentido de transformar esse 1% num fundo para pesquisa. Eu fiz um cálculo, por cima, deve dar algo em torno de 100 milhões de dólares por ano, se todas as pessoas optassem. É uma quantidade de recursos razoável.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO — Professor, eu vou ser breve, não sei se vou correr o risco de ser insistente sobre o assunto. Nós estamos tentando formular uma política para a informática nacional, capaz de propiciar o seu desenvolvimento, capaz de nos dar a tecnologia que o mundo moderno exige.

As perguntas são as seguintes: Na sua opinião, esse rígido controle feito através da SEI, via Conselho de Segurança, através de reservas de mercado e dessa definição abrangente demais que o projeto deu à informática, não criaria o perigo de fazer uma estatização de toda a indústria eletrônica deste País, ou que usem esses insusmos? Além disso, essa estatização não traria no seu bojo a reconhecida ineficiência do poder público? Não geraria isso que está tão na moda se dizer "cartórios industriais"?

A outra pergunta, que farei logo, é a seguinte: A soberania nacional realmente correira perigo, se não fossem estabelecidos esses controles rígidos de todo o assunto relativo à informática, através do Conselho de Segurança?

Eram essas duas perguntas que eu queria formular.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Temos aí duas coisas que teremos de separar: se deve estar ou não no Conselho de Segurança Nacional, é uma discussão. Eu mencionei aqui que gostaria de vê-lo ligado diretamente ao Presidente da República, com a força e a vontade política.

O SR. JOÃO LOBO — Naturalmente eu estou querendo a opinião do ilustre Professor.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Eu acho que deveria ser um conselho separado, diretamente liga-

do ao Presidente da República, com a força e a vontade política, que até aqui vimos no trabalho desenvolvido pela SEI e pelo Conselho de Segurança Nacional.

Quanto a essa estatização — não sei se entendi bem a pergunta —, eu acho que aconteceu exatamente o contrário com a reserva de mercado. Nós temos 140 empresas, das quais 2 apenas são estatais: a PRÓLOGO e a COBRA.

O SR. JOÃO LOBO — Exato. Nós temos realmente na primeira tomada de posição um número muito grande de empresas dedicadas à informática, mas a tendência — como V. S^a sabe — é que essas empresas comecem a se reduzir, porque nem o mercado comporta e não geraria atrativos. Nós pensamos que é uma marcha normal da acomodação da disputa da comercialização que surgirá, forçosamente, desses produtos. Acreditamos que vai haver uma redução. Mas essa abrangência da definição não gera uma tendência para a estatização também?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Não acredito, porque essa abrangência da definição existe hoje na própria Secretaria Especial de Informática. As exceções têm sido concedidas sempre que necessário, como é o caso das indústrias siderúrgicas quando precisam de algum equipamento de controle de processo, como é o caso das universidades. Até mesmo as indústrias automobilísticas já foram contempladas, mesmo com esta abrangência.

O SR. JOÃO LOBO — Mas sem constar da lei, sem fazerem parte da lei, apenas como um favor especial, com uma boa vontade. Eu sei que essas coisas são tratadas assim, mas para que figurem numa lei, figurando isso numa lei, não correm o perigo da estatização?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Eu volto a dizer que, olhando o panorama antes de 1977 e depois de 1977, não acredito que vá correr o perigo de estatização.

O SR. JOÃO LOBO — A segunda pergunta é se correria realmente risco a soberania nacional, se tudo o que interessa ao desenvolvimento da informática não ficasse sob o rígido controle da SEI, do Conselho de Segurança Nacional?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Eu podia me reportar a vários documentos que tenho aqui sobre os Estados Unidos, que têm uma pujança enorme, que se assustam. Recentemente, há coisa de 3 anos, a FUJITSU ganhou uma concorrência para cobrir 2/3 de fibra ótica, para ligar duas cidades dos Estados Unidos, por qualidade e preço. Houve um enorme movimento falando em defesa da segurança nacional para que a FUJITSU não levasse essa concorrência, e não levou. Isso ameaçava a soberania americana. Um equipamento que está espalhado pelo mundo inteiro que é o VAX/780, um equipamento de muito boa qualidade da Digital, eu li no jornal, acho que na semana passada, e eu tenho o recorte aqui também, que a Digital está sendo multada pelo governo americano porque vendeu esse equipamento para a Rússia. E há uma série de outros exemplos do tipo de preocupações dos Estados Unidos, quando começam a ser perturbados pela penetração nos seus mercados de produtos estrangeiros.

Então, eu usaria um exemplo de uma grande potência, que está longe de ter a mesma avalanche de influência que nós podemos ter, quer dizer, o prazo em que os Estados Unidos poderiam ser dominados seria muito mais extenso e, aos primeiros sinais, já começam a reagir. Então, eu não vejo por que não reagirmos também a isso. Eu acho que de fato é um problema sensível, e é um problema em que nós devemos ser autônomos, eu não quero dizer auto-suficientes, acho que nós devemos ser autônomos para sabermos conduzir nossos destinos e dizer: desta vez, eu quero comprar este tipo de equipamento porque não me interessa fazê-lo, mas eu tenho conhecimento de que é aquele equipamento que me interessa.

O SR. JOÃO LOBO — Na sua opinião, é realmente uma questão de segurança nacional?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — De soberania nacional, e diria de segurança nacional, não confundindo com todo o passado, toda a conotação que a segurança nacional teve no País, nestes últimos anos. Mas, pelo menos, no setor de informática, eu acho que o Conselho de Segurança Nacional se portou muito bem, acho que conduziu esse problema com muita sensibilidade, abrindo mão de exceções, quando necessário.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Com a palavra o Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA — Dr. Luiz de Castro Martins, eu sempre me tenho posicionado favoravelmente à reserva de mercado por mil razões, porque, realmente, nós precisamos criar condições para que possa prosperar uma tecnologia nacional. Temos que proteger essa indústria incipiente, segundo, porque ela tem funcionado adequadamente no Brasil, e terceiro, porque outras entidades a praticam largamente pelo mundo afora, basicamente as empresas multinacionais em seus diversos ramos de atividade. O Brasil é reserva de mercado para algumas empresas multinacionais, em alguns setores, outros países são reservas para outras filiais, e funcionam, em última análise, como caça guardada, a critério das matrizes dessas empresas.

Agora, tenho algumas preocupações que são, basicamente, muito parecidas com as do Deputado José Jorge, no problema das dimensões dessa reserva de mercado. O que colocar nesse seguro? Porque a informática não é um setor homogêneo, e os produtos que utilizam técnicas digitais não são uniformes, não são padronizados, como o automóvel, por exemplo, que tem aquela determinada conformação e anda sempre sobre estradas etc. A informática é extremamente pervagante, ela permeia todos os campos e faz o embasamento da própria sociedade do futuro. Não haverá um só setor da atividade humana que não esteja sob o influxo, sob a dependência da informática que, evidentemente, tem que se amoldar a cada circunstância e produzir determinados componentes úteis a cada uma dessas atividades. É uma atividade extremamente pluralista, diversificada, complexa e heterogênea, é por isso que a definição das atividades de informática tem que ser também extremamente heterogênea e muito ampla. Se as atividades são extremamente amplas e diversificadas e a reserva de mercado é necessariamente pequena, nós ficamos com algum problema de compatibilização, que vai ficar ao arbítrio e ao discernimento de alguém, basicamente a SEI, o Conselho Nacional de Informática, etc.

O problema é saber o que é que deve ser colocado, especificamente, dentro dessa reserva e que garantias, que proteção terão outras atividades que vão depender da informática e que vão depender de determinados componentes que vão passar a ser insumos de um produto final dirigido para outra necessidade. Por exemplo, quando o Deputado José Jorge falou de uma boneca que chora, V. Ex^a disse que isso é supérfluo, pode haver um determinado *chips*, de um determinado componente para fazer a boneca chorar, mas esse produto é supérfluo. Para quem? Cabe a indagação: supérfluo para quem? Para o eventual usuário, supérfluo para o produtor daquela boneca? Talvez não, mas a boneca é um exemplo extremo. Conversando com algumas pessoas ontem, elas consideravam o videotexto como supérfluo. A GRADIENTE, que é uma indústria nacional, vai lançar um toca-discos a raio *laser* que utiliza componentes digitais, também. Quer dizer, no estágio em que se encontra a sociedade brasileira, onde milhões de pessoas não têm direito a um toca-discos analógico, isso seria supérfluo porque só uma pequena elite poderia usufruir desse bem e, no entanto, a GRADIENTE é uma empresa nacional. Eu pergunto: não há o risco à luz dessa legislação de que se con-

sidere supérfluo tudo o que não pudermos produzir? E desta maneira nós estejamos, de alguma forma, condenados à rejeição da inovação, em inúmeros campos de atividades?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Não tem sido assim: Eu acho que temos tido exceções que têm sido tratadas como exceções e acho que, inclusive, se prevê na lei o tratamento de exceções.

De fato, a amplitude é muito grande e cada classe de produtos ou classe de atividades tem que ser tratada de uma maneira adequada. Talvez o que não devêssemos estar discutindo aqui é uma lei com uma amplitude tão grande e sim várias leis para cada tipo de atividade. Por exemplo, o problema de *software* certamente vai ter um tratamento diferente do que o problema de *hardware*.

O problema de empresas de serviços deve ter um tratamento diferente do problema de *hardware*. A um dado momento, na evolução, talvez o problema de *software* não terá mais um tratamento diferenciado porque *software* e *hardware* vão ser uma coisa só, misturados com a microeletrônica, com a tendência como que se diz, de se internar o programa dentro do próprio *chips*. Eu acho que de fato essas exceções têm que ser analisadas, caso a caso, e eu acho novamente, que teria que haver uma fiscalização do Congresso sobre as transações desse órgão que estará regulando ou executando a legislação de informática. Acho que ela deve ser abrangente, bastante agramente e deve ter aberturas para as exceções. Nós não vamos ser auto-suficientes jamais. E não acho que nenhuma empresa nacional deva simplesmente produzir por produzir se ela tiver que importar, e obviamente isso significa remessas de divisas. Se ela pode produzir sem importar, tudo bem, aí não se pode fazer nada. 3 9

O SR. MARCONDES GADELHA — Talvez houvesse necessidade de se estudar melhor esta situação.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Estou à disposição para que possamos analisar isso com mais profundidade.

O SR. MARCONDES GADELHA — Estou imaginando que vamos correr o risco de que as exceções sejam mais numerosas do que a regra.

Quando pensava em reserva de mercado, estava pensando em reserva de mercado para determinados produtos, para determinados componentes, mas, o que estou vendo é que todo o setor de informática pode ser alcançado e, desta forma, toda a indústria, toda a atividade econômica no País fica na dependência de decisões porque sob o ponto de vista técnico já estará sob essa dependência. Ninguém vai se arriscar, daqui por diante, a conceber novos produtos sem conceber a introdução de componentes digitais.

O SR. JOSÉ JORGE — Poderia fazer um aparte, Senador?

O SR. MARCONDES GADELHA — Pois não.

O SR. JOSÉ JORGE — Acho que há um aspecto que poderíamos talvez colocar para esclarecer esse ponto, e talvez o Professor Luiz Martins possa fazê-lo, é o seguinte: que este assunto de eletrônica e suas implicações sociais sejam discutidas, como foi esse exemplo da boneca, como V. Ex^a disse, discutir-se se é importante ou se não é importante que essa boneca seja fabricada; isso realmente é uma coisa que tem que ser discutida pela sociedade, pelo governo, enfim, com seus diversos segmentos.

Agora precisamos verificar o seguinte: de acordo com o projeto, este assunto está sendo discutido por uma Comissão Nacional de Informática. Portanto, é uma comissão que certamente não tendo a representatividade que V. S^a achou que deveria ter, talvez não fosse o foro adequado para esse tipo de discussão.

Veja bem, uma coisa é se discutir nessa comissão a evolução do parque industrial de microeletrônica, do

parque de montagem de equipamentos de computadores, esse é um problema, outra coisa é se discutir nesta comissão, produto por produto, o que vai ou não vai utilizar a microeletrônica, o que vai ou não vai ser fabricado. Esse tipo de centralização que algumas pessoas, principalmente da área industrial têm colocado e o Senador Marcondes Gadelha colocou sem, como preocupação da sociedade. É esse tipo de centralização.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Sr. Depoente, o relator vai conversar muito com V. Sª agora, no debate final, e um dos assuntos vai ser este e vai apresentar sugestões para o seu crivo, para que V. Exª passe a emenda no crivo. Porque, vários pontos aqui para V. Sª ficar bem ciente, vários pontos aqui já estão praticamente pacíficos. Discutir se a comissão tem mais um membro, menos um membro, é um detalhe. Se não é comissão, não é conselho, a maioria se inclina por conselho, tudo isto estamos perguntando a V. Sª mais por ponto. Mas, há determinados pontos básicos como este em que nós vamos procurar chegar a um meio-termo, como também pode-se preparar bem para a explicitação de reserva de mercado, sem falar na palavra.

V. Sª sabe perfeitamente que nós não podemos falar nessa palavra em lei aqui, convênios que nós temos com o GAT, vamos dar reserva de mercado sem dizer que estamos dando.

De maneira que V. Sª vá saneando todas as respostas que V. Sª for dar por aí, tanto num sentido como no outro, V. Sª já sabe que o centro da nossa discussão, que vou deixar para o fim, vai ser nesse ponto para nós termos a sua elucidação.

O SR. MARCONDES GADELHA — Um outro aspecto, só para finalizar, complementando o que disse o Deputado José Jorge, é que essa Comissão Nacional de Informática, além de ter suas limitações naturais, ela vai agir, na maioria das vezes, apenas como instância recursal, de acordo com o item XIII do art. 5º que diz o seguinte: decidir, em grau de recurso, as questões decorrentes das decisões da Secretaria Especial de Informática.

E como essas decisões serão extremamente frequentes, tamanha vai ser a solicitação oriunda de diversas fontes, é claro que isto vai levar a uma lentidão, a uma perda de substância na celeridade da ação da Comissão Nacional de Informática que será apenas instância recursal.

Esse aspecto nos traz alguma preocupação e, talvez fosse conveniente um disciplinamento mais acurado.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Senador Marcondes Gadelha, a partir de um determinado momento, no aparte inicial do Deputado José Jorge, S. Exª mencionou que os planos de informática passariam pelo Congresso Nacional. A partir daí, o meu raciocínio começou a ficar preso a este plano, a esta passagem pelo Congresso Nacional, e não ao texto do projeto de lei. A partir daí, todo o meu raciocínio passou a ser em cima desses planos. Imagino que o Congresso possa dar diretrizes a essa comissão e cobrar diretrizes 3 anos depois, ou 2 anos depois, não sei quanto tempo.

E acho que é o mecanismo adequado para se corrigir distorções, porque, esta área é tão dinâmica, de fato ela é muito ampla e o ponto de partida tem que ser da amplitude que ela tiver e que as correções venham a ser feitas no tempo, e quem deve fazer essas correções, melhor do que ninguém, me parece que é o Congresso Nacional. Através de aprovação dos planos, fixação de orientação para que essa comissão ou SEI ou seja quem for oriente seu trabalho, e o Congresso faça a cobrança.

Isso me parece que é o funcionamento normal de um País. O Executivo pode até errar mas ele recebe a cobrança depois do Congresso. A ele é delegado, com orientações, de como deve agir, mas depois o Congresso, ou segundo um determinado plano, estabelecido pelo Presidente da República, o Congresso cobra a execução desses planos.

Então, me parece, a partir de um determinado momento, que não estou discutindo mais este projeto de lei e sim muito mais essa consideração que temos como aceita a idéia de que os planos viriam a ser passados pelo Congresso. Então nesse ponto o Congresso é que tem que orientar e nas orientações a essas comissões, depois fazer a cobrança. Vejo dessa maneira.

Novamente, acho que o problema maior é o problema de considerar a informação como objeto da lei e ela é tão ampla, o mundo da informação é uma coisa tão ampla que temos que abranger este mundo numa primeira instância e depois ir corrigindo a rota desse caminho. Como o que mencionei, eu gostaria muito de ver uma secretaria forte, também, que tratasse o problema do meio ambiente, com as agressões que temos sofrido. E vamos sofrer também agressões no mundo da informação. Estamos sofrendo agressões físicas, as outras psicológicas serão de tolhimento de liberdade, uma série de coisas nessa linha, ou de aculturação. Queremos isso para o nosso País? Não sei até que ponto vamos nos aculturar. A qualquer novo dispositivo que saia no Hemisfério Norte queremos aqui absorver, em detrimento de uma população que pode...

O SR. MARCONDES GADELHA — Esse é um problema extremamente delicado para se decidir porque eu acho, hoje em dia, tudo que é concebível, e desejável, pode não ser alcançável, mas eu tenho a impressão de que a evolução científica e tecnológica já foi suficientemente testada, de que ela evolui na direção de complexidade, e a tendência é esta discussão sobre a natureza axiológica do produto científico tecnológico se deixar cada vez mais de lado, nós já aceitamos a evolução como um fato natural e que as coisas acontecem por acaso e por necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Passamos, agora, a palavra ao relator.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Dr. Martins, vamos fazer poucas perguntas a V. Sª, mas muito objetivas.

O Senador Marcondes Gadelha já percutiu aqui o assunto, e o assunto, em última análise, nós não nos podemos afastar de que, em síntese, a SEI, ou o órgão executivo que substitui suas atribuições, ficaria como o afunilado de praticamente toda a atividade industrial brasileira cujo produto final tivesse um componente digital. Está aqui o problema, não podemos fugir dele, vamos dar uma solução melhor ou pior.

O que poderíamos pensar, e aí o chamaríamos para nos ajudar no raciocínio e como entender isso. Há o Conselho, e eu ainda estou com a Comissão na cabeça. O Conselho Nacional de Informática, entre as suas atribuições, teria a de estabelecer as diretrizes específicas a serem seguidas pelos diferentes Ministérios e órgãos de administração direta a ele subordinado ou vinculado, disciplinando a importação dos equipamentos que têm em sua constituição componentes digitais. Seria uma idéia, que não é a idéia definitiva, de trazer para o controle do Conselho a matéria, e a execução ficar a cargo dos Ministérios respectivos e dos órgãos respectivos.

Gostaria de ouvir a sua opinião, não é que seja a proposta, mais é o que está até o momento...

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Eu não entendi direito a sua proposição. É exatamente sobre esse órgão, Conselho, a SEI?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Não, é o conselho.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — É uma espécie de averbação da importação, é isso?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Não, o Conselho estabelece as diretrizes específicas a serem seguidas pelos diferentes Ministérios ou órgãos de administração

direta. Todo mundo aqui praticamente falando em conselho, eu já estou propenso a jogar no relatório final, conselho, mais isso é um pormenor. Então, ele estabelece as diretrizes específicas — acho que o conselho deve ser a nível de Ministro — as diretrizes específicas a serem seguidas pelos diferentes Ministérios ou órgãos de administração direta a eles subordinados ou vinculados disciplinando a importação de equipamentos que têm em sua constituição componentes digitais, não sendo esse o produto final, bem entendido. Isso depois se modificaria, dar-se-ia uma redação compatível. Fora disso, há um jeito e toda e qualquer importação, à Comissão. No final, óbvio, esse componente digital é apenas uma parte do produto final. Nós temos debatido muito aqui o produto final. E como temos perguntado a outro depoente, desejamos, também, saber a opinião de V. Exª

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Eu acho que me vem sempre à cabeça que o Congresso está por trás de toda essa orientação.

O SR. JOSÉ JORGE — A esse nível, mais não.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — A esse nível, nós não podemos, Dr. Luiz Martins. Nós podemos estabelecer é a lei, dentro dela, quando vier o plano, podemos modificar esse plano em condições mais severas que as apresentadas, mas, infelizmente, a execução, o ato administrativo, cabe ao Executivo. É meio acaciano, desculpe-me repetir.

O SR. JOSÉ JORGE — Eu poderia dar um aparte, nobre Senador?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Pois não.

O SR. JOSÉ JORGE — Dr. Luiz Martins, eu acho que a idéia do Senador Virgílio Távora é muito interessante, inclusive é uma hipótese que ainda não foi levantada aqui, nesta reunião, e que pela primeira vez está sendo discutida.

É exatamente sobre a preocupação do Senador Marcondes Gadelha, sobre a preocupação de diversas pessoas que estiveram aqui, sobre o problema da centralização de decisões que esse conceito tão amplo de informática dará a esse Conselho, a SEI, particularmente, sobre toda a evolução da indústria, não só sob o ponto de vista dos seus equipamentos, mas, inclusive, dos seus produtos que terão essa interferência.

Então, a idéia seria a seguinte, pelo menos eu entendi, passaria pelo Conselho todo o problema de microeletrônica, pelo Conselho ou pela Comissão. Agora no ponto de vista da execução, que, no caso, é atribuição da SEI, ficaria com a SEI a parte de computadores, de uma maneira geral. Ficaria com a MINICOM a parte ligada ao setor de comunicações e ficaria com o Ministério da Indústria e do Comércio a parte ligada ao setor industrial que não estão incluídas nesses dois subsectores. Então, essa seria uma forma de que a discussão fosse ampla, fosse definida lá em cima e no Conselho, mas quando fosse na hora de executar, por exemplo, a discussão de que se uma boneca seria da política industrial, de uso de microeletrônica, no setor industrial, seria nesse conselho. O conselho aprovaria uma política detalhada para o setor industrial. Agora o industrial que quisesse importar um **chips** para colocar numa boneca, ele, em vez de ser autorizado pela SEI, ele seria autorizado por um órgão específico do Ministério da Indústria e do Comércio, que cumpriria as diretrizes daquele Conselho. Eu não sei se é isso, Senador.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — É exatamente isso.

O SR. JOSÉ JORGE — Era essa a opinião que gostaríamos de saber.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Acredito que desta maneira pode-se não atender aos reclamos, às exigências de muita gente, mas administrativamente tornava factível a idéia geral, abrangente, como está, da informática.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — A idéia me parece razoável, agora a única coisa que eu receio é que, às vezes, é difícil definir exatamente o que é um computador, uma microeletrônica, quer dizer, existem áreas sombrias nesta coisa que talvez começassem a criar problemas em definir qual é o Ministério específico que atua, é o Ministério "X", "Y" ou "Z".

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — V. S^a falou aqui, é o segundo que, mais ou menos, apóia os pensamentos do relator, na questão da microeletrônica. V. S^a é o Presidente da SBC, portanto, vamos falar um pouco de técnica.

O que é que V. S^a acha das nossas possibilidades de produzir o **chips**? Não é um alcapão que eu estou lhe dando, é que eu já andei em empresas que estão engatinhando, agora, no sistema. Não vou falar em competitividade de preços, porque depois ter-se-ia que arranjar um mecanismo qualquer, porque mesmo que o **chips** saísse a preço super-exorbitante, verificar-se-ia a sua viabilidade econômica. Qual a viabilidade técnica que V. S^a acha, a um prazo razoável, de nós termos a produção de **chips**. Porque uma das empresas que eu conheço, não vamos nominar, já referi aqui ao Plenário, faz o projeto, aliás muito bom, a meu ver, eu sou leigo, entendo de grandes estruturas, não de pequenas estruturas, envia para a América esse projeto, lá é feita a difusão do **wafel**, que volta e aqui, é cortado testado e depois encapsulado, não? A outra está engatinhando na parte de difusão; V. S^a, aí muito mais ao cientista do que propriamente ao depoente, qual a sua estimativa de quando teríamos esses **chips** já produzidos no Brasil, integralmente?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Integralmente?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Integralmente, porque mandar para lá e para cá, isso nós já fazemos.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — A estimativa é que dentro de um prazo de talvez uns cinco anos, o CTI estivesse capacitado a fazer os **chips** no Brasil; agora, não sei se o senhor sabe que o CTI tem sofrido cortes substanciais nos seus orçamentos.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Então, o senhor está traduzindo isto em maior ou menor soma de recursos?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Sim, em aparte voltado para o CTI.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Mas, eles têm também ao que, informado..., selecionadas pela SEI, seis empresas da quais duas já meteram o rosto no problema e estão decididas a tornar uma realidade isso, pelo menos se dispõem; a massa de recursos que elas alegam é um pouco diferente da que aqui foi citada, mas faço a hipótese de existirem recursos.

Essas duas empresas, ou outras que foram adjudicadas a esse programa, que o senhor falou, aí no CTI faria, então, um **chip** de laboratório, não é?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Não, acho que o CTI está aparelhado, e a idéia é de que faça o **chip**, até que possa se deslanchar a empresa nacional nesta área. Agora, não conheço os detalhes de prazos dessas empresas, não; desconheço, sei que elas solicitaram subsídios para poderem produzir, elas começariam durante uma fase com encapsulamento; agora não sei qual o cronograma deste desenvolvimento.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Bem, um dos representantes dessa indústria de microeletrônica, parece que está convocado para...

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Confirmou às 8:30 horas do dia dezoito.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Diz-me o Presidente que já confirmou até o seu depoimento. Então, portanto, não há menor dúvida de que nós... Mas já da parte interessada, nós estávamos querendo saber do cientista — que por natureza deve ser isento — sua opinião. Mas diz o senhor, já ia entrar numa parte que vai interessar muito à Comissão que justamente essas empresas já estão, não as de microeletrônica, empresas nossas do ramo ou do míni, do micro, do supermicro, do supermíni suficientemente incentivadas com a reserva de mercado, de maneira que o Senhor dirigiria, segundo depreendi de suas palavras, mais o incentivo para as indústrias da microeletrônica. É este realmente o sentimento, o sentido de que se acham possuídas as palavras que o Senhor aqui pronunciou?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Exatamente.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — então, porque veja o senhor que, por onde passei, a choradeira era grande e era em recursos que alguns estimavam em algumas centenas de milhões de dólares; para realmente ter a completa realização do **chip** nacional em termos que fosse possível ser utilizada no mercado.

V. Ex^a falou aqui, bastante sobre as reservas de mercado, com a qual estou de acordo, mas deu-me a impressão de que, como algumas emendas de colegas da Câmara e do Senado, devem explicitar o termo a reserva de mercado. Como é que eu posso fazer isso em uma lei, a não ser utilizando de metáforas, face a todos os acordos que tenho com o GATT?

Em outras palavras, o relator é pela reserva de mercado, vamos fazer a reserva de mercado; agora, a contribuição do Dr. Luiz Martins seria dar todas as condições que achava necessário para haver essa reserva de mercado sem falar nesta palavra. Por que, o senhor pergunta, falar esta palavra? Deve haver algum constitucionalista ou algum jurista... Tu és jurista ou médico, Gadelha?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ainda sou médico, pode ser que o paciente é que não confie em mim.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Ainda é médico. Pelo falar, pensei que era jurista. Pois bem, então, sabe perfeitamente que temos contratos, convênios com o GATT, nós não vivemos em um mundo independente, em que essa palavra seja praticamente **forbidden**, proibida, não é?

Como nós faríamos isso? O Senhor está me entendendo? Vamos estatuir as emendas, não vamos discutir se ela é boa ou má, isso nós já decidimos que vamos estatuir, isto é, pelo menos em meu relatório.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — A minha crítica não foi à explicitação ou não da reserva de mercado; sei que existe esse tipo de dificuldade; o que eu disse foi o seguinte: a reserva de mercado não está preservada no artigo 8º, pois em todo o texto do projeto existem referências à empresa nacional.

Estou falando em reserva de mercado para empresas nacionais para suscitar uma tecnologia nacional, etc. e neste artigo, a referência se dirige a indústrias nacionais do setor, estabelecidas no País; não caracteriza que seja uma reserva de mercado da empresa nacional; a minha crítica é a este texto do artigo 8º

Bem, qualquer empresa estabelecida no País poderia...

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Bem, como o Senhor faria a redação, aí, a seu ver?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Substituiria por empresas nacionais, como definido no artigo tal, assim e assim. Desculpe-me, não sei qual é o artigo.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Doutor, quanto ao Fundo é uma das dúvidas que me assalta; 1%, não é? Muito bem, ele seria constituído. Houve até algumas pessoas que acharam que devia ser 5% de IOF e que isso absolutamente não passaria, é claro.

As pessoas que iam deduzir a este Fundo, se vão deduzir **pro domo sua**, como no caso da SUDAM, como no caso da SUDENE, eu acredito que assim o faria, mas para um fundo de pesquisa, outras fontes de recursos não teriam que ser pensadas? Não sei se me expliquei, porque na SUDENE, eu desconto, para a SUDENE, para SUDAM os fundos respectivos — o FINOR, o FINAME — se desejo aquela percentagem do imposto de renda; chegam até a 50% do imposto de renda mas, para ser aplicada em produtos. Se eu não for o executor, o investidor mestre do produto, entendeu? Se eu não for o investidor daquela fábrica, eu terei ações naquela empresa, o senhor me entende? Mas aqui faço um fundo que se vai destinar, e acho que deve ser mesmo este o destino do fundo, se implantado, à pesquisa. O senhor acha que alguém iria estimular-se para fazer este desconto de 1% do imposto de renda?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Acho que as empresas do setor se interessariam.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Mas este fundo ficaria, então, reduzidíssimo, não é?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — É aquilo que eu mencionei.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — ...no momento ficaria reduzidíssimo porque isso era geral.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — ...eu não teria condições...

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Eu digo ao senhor que lidamos com este assunto que aqui, estamos apenas haurindo idéias, procurando extorquir do Senhor e da sua vivência no assunto o máximo possível para fazer um relatório o tanto quanto possível.

Eu acredito que o Senhor também, com respeito aos contratos do BID e do BIRD, parece que não há contestação, que precisa haver aí exceção, não é?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Precisa haver a...?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — A exceção.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Com os recursos do BID e BIRD?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — BID e BIRD. O Sr. sabe que já fui executivo, tanto no âmbito federal como estadual. Quando eu faço o contrato com esses órgãos, as concorrências para a obra que eu fiz no contrato são internacionais, eles não abrem mão disso. No equipamento que tiver material eletrônico, sem sobra de dúvida, eu não posso deixar de excepcionar este material, sem o que não existe empréstimo. Era outra pergunta a fazer.

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Se eu sou favorável a esses empréstimos internacionais?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Não. Não é favorável. Eu estou dizendo, nos empréstimos internacionais, Dr. Martins...

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Há uma concorrência e...

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Eu recebo 100 milhões de dólares de empréstimo, digamos, para o sistema de abastecimento de água de Fortaleza. Então toda a parte do equipamento é uma exigência de ser uma concorrência até nem nacional, é internacional. Então eu não posso, eu tenho que excepcionar o material, porventura digital, que venha nos equipamentos. Eu não estou torcendo por BID ou por BIRD. Eu estou mostrando as situações de fato que estão aparecendo. Qual a sua opinião a respeito? Ou então eu tenho que abrir mão de todos os empréstimos de algo que tenha um componente, por menor que seja, no equipamento digitalizado, não é?

O SR. LUIZ DE CASTRO MARTINS — Eu tive oportunidade, recentemente, de analisar um recente empréstimo para pesquisa, que a Comunidade Científica está revoltada, pela maneira como foi conduzido, que é o PADCT. E o que também estranhei é que esses recursos só seriam liberados para comprar equipamentos desde que fossem liberadas todas as tramitações dentro da SEI..

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Todas o quê?

O SR. LUIZ MARTINS — Toda a tramitação dentro da Secretaria Especial de Informática. E a alegação é de que um cientista sabe muito bem do equipamento que ele precisa. Eu volto novamente a dizer, nem sempre ele sabe. Eles, às vezes, estão atrás de um equipamento moderno, porque trabalhou numa pesquisa no exterior, com aquele equipamento e chega aqui com aquela impressão de que tem que continuar a sua pesquisa com aquele equipamento. Acho que isso aí deveria ser analisado com

mais cuidado. Nesse caso do PADCT vejo, inclusive, que não há grandes benefícios para o País dos recursos que advirão. Vamos ser devedores de recursos e constrangidos a tomar certos caminhos que não, necessariamente, tomaríamos, se esta decisão tivesse sido feita dentro do País. E até mesmo, os recursos não são tão grandes assim. Poder-se-ia conseguir estes recursos dentro do próprio País.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — O Relator tem mais alguma pergunta a fazer?

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Não. Estou satisfeito, Sr. Presidente, e muito agradecido ao Dr. Luiz Martins.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Antes de encerrar, eu quero agradecer ao Dr. Luiz de Castro Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de Computação, sua presença, o depoimento, o reconhecimento pela disposição que teve de vir aqui a esta exposição e a este debate e informar aos presentes que, segunda-feira, nós continuaremos nossos trabalhos, no período da manhã, às 10 horas e não às 8 horas e 30 minutos, atendendo a pedido do Deputado Paulo Maluf, que será o Depoente. Às 10 horas da manhã, portanto, do dia 17, segunda-feira, e à tarde, às 14 horas e 30 minutos, Dr. Tancredo Neves para a exposição e o debate, além de uma alteração no dia 20, quando o Ministro Haroldo de Mattos, em lugar de 10 horas e 30 minutos da manhã, virá às 15 horas.

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Concedo a palavra ao Deputado Djalma Bessa para uma questão de ordem.

O SR. DJALMA BESSA — Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma ponderação, pelo seguinte motivo: esse horário de 10 horas, ele poderá se prolongar até a uma hora, uma e meia, e colidir com o outro horário, às 14 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Se ocorrer isso, poderemos reiniciar os trabalhos às 15 horas e não às 14 horas e 30 minutos. De forma que, se normalmente houver necessidade, o segundo depoente, o Dr. Tancredo Neves, terá que compreender a necessidade de se aguardar. E temos a segurança, a certeza, que ele saberá entender perfeitamente o problema.

O SR. DJALMA BESSA — Tendo a agenda toda marcada poderá haver problemas.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Nobre) — Mas neste dia os dois candidatos, os presidenciáveis, estarão bem-avisados de que este trabalho poderá se prolongar indefinidamente.

Então muito grato a todos e até segunda-feira, às 10 horas da manhã.

Mais uma informação ainda: o Sr. Relator pediu uma prorrogação por mais 10 dias, e essa prorrogação nos leva, portanto, até o dia 28, do dia 18 ao dia 28, havendo uma previsão do seu relatório para os dias 27 e 28.

Estão encerrados os trabalhos.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00